



Índice

II *Atos não legislativos*

ACORDOS INTERNACIONAIS

- ★ **Decisão (UE) 2017/232 do Conselho, de 7 de fevereiro de 2017, relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia e a República de Quiribáti sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração** 1
- ★ **Decisão (UE) 2017/233 do Conselho, de 7 de fevereiro de 2017, relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República das Ilhas Marshall sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração** 3
- ★ **Decisão (UE) 2017/234 do Conselho, de 7 de fevereiro de 2017, relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e os Estados Federados da Micronésia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração** 5
- ★ **Decisão (UE) 2017/235 do Conselho, de 7 de fevereiro de 2017, relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e as Ilhas Salomão sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração** 7

REGULAMENTOS

- ★ **Regulamento (UE) 2017/236 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença⁽¹⁾** 9
- ★ **Regulamento (UE) 2017/237 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, que altera o anexo III do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos produtos cosméticos⁽¹⁾** 12
- ★ **Regulamento (UE) 2017/238 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, que altera o anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos produtos cosméticos** 37

⁽¹⁾ Texto relevante para efeitos do EEE.

★ Regulamento de Execução (UE) 2017/239 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, que aprova a substância ativa oxatiapiprolina, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão ⁽¹⁾	39
★ Regulamento de Execução (UE) 2017/240 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, relativo à não aprovação do óleo essencial de <i>Satureja montana</i> L. como substância de base, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado ⁽¹⁾	43
★ Regulamento de Execução (UE) 2017/241 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, relativo à não aprovação do óleo essencial de <i>Origanum vulgare</i> L. como substância de base, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado ⁽¹⁾	45
★ Regulamento de Execução (UE) 2017/242 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, que dá início ao reexame dos Regulamentos de Execução (UE) 2016/184 e (UE) 2016/185 [que tornam extensivos os direitos de compensação e <i>anti-dumping</i> definitivos sobre as importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China às importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) expedidos da Malásia e de Taiwan, independentemente de serem ou não declarados originários da Malásia e de Taiwan] para efeitos de determinar a possibilidade de conceder uma isenção dessas medidas a um exportador malaio, que revoga o direito <i>anti-dumping</i> no que diz respeito às importações provenientes desse produtor-exportador e que sujeita as importações desse produtor-exportador a registo	47
★ Regulamento de Execução (UE) 2017/243 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 686/2012 no que se refere ao Estado-Membro correlator para a substância ativa metaldeído ⁽¹⁾	53
★ Regulamento de Execução (UE) 2017/244 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, relativo à não renovação da aprovação da substância ativa linurão, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão ⁽¹⁾	54
Regulamento de Execução (UE) 2017/245 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2017, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas	57

DECISÕES

★ Decisão de Execução (UE) 2017/246 do Conselho, de 7 de fevereiro de 2017, que estabelece uma Recomendação para o prolongamento dos controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen	59
★ Decisão de Execução (UE) 2017/247 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2017, relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade em determinados Estados-Membros [notificada com o número C(2017) 1044] ⁽¹⁾	62

⁽¹⁾ Texto relevante para efeitos do EEE.

II

(Atos não legislativos)

ACORDOS INTERNACIONAIS

DECISÃO (UE) 2017/232 DO CONSELHO

de 7 de fevereiro de 2017

relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia e a República de Quiribáti sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 77.º, n.º 2, alínea a), em conjugação com o artigo 218.º, n.º 6, segundo parágrafo, alínea a), subalínea v),

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Tendo em conta a aprovação do Parlamento Europeu ⁽¹⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A Comissão negociou, em nome da União Europeia, um acordo com a República de Quiribáti sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração («Acordo»).
- (2) Em conformidade com a Decisão (UE) 2016/1197 do Conselho ⁽²⁾, o Acordo foi assinado e é aplicado a título provisório desde 24 de junho de 2016.
- (3) O Acordo cria um Comité Misto de peritos para a gestão do Acordo. A União é representada nesse Comité Misto pela Comissão, devendo esta ser assistida pelos representantes dos Estados-Membros.
- (4) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen em que o Reino Unido não participa, nos termos da Decisão 2000/365/CE do Conselho ⁽³⁾. Por conseguinte, o Reino Unido não participa na sua adoção e não fica a ela vinculado nem sujeito à sua aplicação.
- (5) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen em que a Irlanda não participa, nos termos da Decisão 2002/192/CE do Conselho ⁽⁴⁾. Por conseguinte, a Irlanda não participa na sua adoção e não fica a ela vinculada nem sujeita à sua aplicação.
- (6) O Acordo deverá ser aprovado,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

É aprovado, em nome da União, o Acordo entre a União Europeia e a República de Quiribáti sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.

⁽¹⁾ Aprovação dada em 1 de dezembro de 2016.

⁽²⁾ Decisão (UE) 2016/1197 do Conselho, de 26 de outubro de 2015, relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação a título provisório do Acordo entre a União Europeia e a República de Quiribáti sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração (JO L 198 de 23.7.2016, p. 1).

⁽³⁾ Decisão 2000/365/CE do Conselho, de 29 de maio de 2000, sobre o pedido do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 131 de 1.6.2000, p. 43).

⁽⁴⁾ Decisão 2002/192/CE do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, sobre o pedido da Irlanda para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 64 de 7.3.2002, p. 20).

Artigo 2.º

O Presidente do Conselho procede, em nome da União, à notificação prevista no artigo 8.º, n.º 1, do Acordo ⁽¹⁾.

Artigo 3.º

A Comissão, assistida pelos representantes dos Estados-Membros, representa a União no Comité Misto de peritos criado pelo artigo 6.º do Acordo.

Artigo 4.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua adoção.

Feito em Bruxelas, em 7 de fevereiro de 2017.

Pelo Conselho

O Presidente

L. GRECH

⁽¹⁾ A data de entrada em vigor do Acordo será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia* pelo Secretariado-Geral do Conselho.

DECISÃO (UE) 2017/233 DO CONSELHO**de 7 de fevereiro de 2017****relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República das Ilhas Marshall sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 77.º, n.º 2, alínea a), em conjugação com o artigo 218.º, n.º 6, segundo parágrafo, alínea a), subalínea v),

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Tendo em conta a aprovação do Parlamento Europeu ⁽¹⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A Comissão negociou, em nome da União, um acordo com a República das Ilhas Marshall sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração (o «Acordo»).
- (2) Nos termos da Decisão (UE) 2016/1363 do Conselho ⁽²⁾, o Acordo foi assinado e é aplicado a título provisório a partir de 28 de junho de 2016.
- (3) O Acordo cria um Comité Misto de peritos para a sua gestão. A União Europeia é representada no Comité Misto pela Comissão, assistida pelos representantes dos Estados-Membros.
- (4) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, nas quais o Reino Unido não participa, em conformidade com a Decisão 2000/365/CE do Conselho ⁽³⁾; por conseguinte, o Reino Unido não participa na adoção da presente decisão, não fica a ela vinculado nem sujeito à sua aplicação.
- (5) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, nas quais a Irlanda não participa, em conformidade com a Decisão 2002/192/CE do Conselho ⁽⁴⁾; por conseguinte, a Irlanda não participa na adoção da presente decisão, não fica a ela vinculada nem sujeita à sua aplicação.
- (6) O Acordo deverá ser aprovado,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

É aprovado, em nome da União, o Acordo entre a União Europeia e a República das Ilhas Marshall sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.

Artigo 2.º

O presidente do Conselho procede, em nome da União, à notificação a que se refere o artigo 8.º, n.º 1, do Acordo ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ Aprovação dada em 1 de dezembro de 2016.

⁽²⁾ Decisão (UE) 2016/1363, de 24 de junho de 2016, relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a República das Ilhas Marshall sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração (JO L 216 de 11.8.2016, p. 1).

⁽³⁾ Decisão 2000/365/CE do Conselho, de 29 de maio de 2000, sobre o pedido do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 131 de 1.6.2000, p. 43).

⁽⁴⁾ Decisão 2002/192/CE do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, sobre o pedido da Irlanda para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 64 de 7.3.2002, p. 20).

⁽⁵⁾ A data de entrada em vigor do Acordo será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia* por intermédio do Secretariado-Geral do Conselho.

Artigo 3.º

A Comissão, assistida por representantes dos Estados-Membros, representa a União no Comité Misto de peritos instituído pelo artigo 6.º do Acordo.

Artigo 4.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua adoção.

Feito em Bruxelas, em 7 de fevereiro de 2017.

Pelo Conselho

O Presidente

L. GRECH

DECISÃO (UE) 2017/234 DO CONSELHO**de 7 de fevereiro de 2017****relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e os Estados Federados da Micronésia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 77.º, n.º 2, alínea a), em conjugação com o artigo 218.º, n.º 6, segundo parágrafo, alíneas a) e v),

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Tendo em conta a aprovação do Parlamento Europeu ⁽¹⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A Comissão negociou em nome da União um acordo com os Estados Federados da Micronésia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração (o «acordo»).
- (2) Nos termos da Decisão (UE) 2016/1879 do Conselho ⁽²⁾, o acordo foi assinado e é aplicado a título provisório a partir de 20 de setembro de 2016.
- (3) O acordo institui um Comité Misto de peritos para a sua gestão. A União Europeia é representada no Comité Misto pela Comissão, assistida pelos representantes dos Estados-Membros.
- (4) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, nas quais o Reino Unido não participa, em conformidade com a Decisão 2000/365/CE do Conselho ⁽³⁾; por conseguinte, o Reino Unido não participa na adoção da presente decisão, não fica a ela vinculado nem sujeito à sua aplicação.
- (5) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, nas quais a Irlanda não participa, em conformidade com a Decisão 2002/192/CE do Conselho ⁽⁴⁾; por conseguinte, a Irlanda não participa na adoção da presente decisão, não fica a ela vinculada nem sujeita à sua aplicação.
- (6) O acordo deverá ser aprovado,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

É aprovado, em nome da União, o Acordo entre a União Europeia e os Estados Federados da Micronésia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.

Artigo 2.º

O presidente do Conselho procede, em nome da União, à notificação a que se refere o artigo 8.º, n.º 1, do acordo ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ Aprovação dada em 1 de dezembro de 2016.

⁽²⁾ Decisão (UE) 2016/1879 do Conselho, de 24 de junho de 2016, relativa à assinatura, em nome da União, e aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e os Estados Federados da Micronésia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração (JO L 289 de 25.10.2016, p. 2).

⁽³⁾ Decisão 2000/365/CE do Conselho, de 29 de maio de 2000, sobre o pedido do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 131 de 1.6.2000, p. 43).

⁽⁴⁾ Decisão 2002/192/CE do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, sobre o pedido da Irlanda para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 64 de 7.3.2002, p. 20).

⁽⁵⁾ A data de entrada em vigor do acordo é publicada no *Jornal Oficial da União Europeia* pelo Secretariado-Geral do Conselho.

Artigo 3.º

A Comissão, assistida pelos representantes dos Estados-Membros, representa a União no Comité Misto de peritos instituído pelo artigo 6.º do acordo.

Artigo 4.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua adoção.

Feito em Bruxelas, em 7 de fevereiro de 2017.

Pelo Conselho
O Presidente
L. GRECH

DECISÃO (UE) 2017/235 DO CONSELHO**de 7 de fevereiro de 2017****relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e as Ilhas Salomão sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 77.º, n.º 2, alínea a), em conjugação com o artigo 218.º, n.º 6, segundo parágrafo, alíneas a) e v),

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Tendo em conta a aprovação do Parlamento Europeu ⁽¹⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A Comissão negociou em nome da União um acordo com as Ilhas Salomão sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração (o «acordo»).
- (2) Nos termos da Decisão (UE) 2016/1888 do Conselho ⁽²⁾, o acordo foi assinado e é aplicado a título provisório a partir de 8 de outubro de 2016.
- (3) O acordo institui um Comité Misto de peritos para a sua gestão. A União Europeia é representada no Comité Misto pela Comissão, assistida pelos representantes dos Estados-Membros.
- (4) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, nas quais o Reino Unido não participa, em conformidade com a Decisão 2000/365/CE do Conselho ⁽³⁾; por conseguinte, o Reino Unido não participa na adoção da presente decisão, não fica a ela vinculado nem sujeito à sua aplicação.
- (5) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, nas quais a Irlanda não participa, em conformidade com a Decisão 2002/192/CE do Conselho ⁽⁴⁾; por conseguinte, a Irlanda não participa na adoção da presente decisão, não fica a ela vinculada nem sujeita à sua aplicação.
- (6) O acordo deverá ser aprovado,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

É aprovado, em nome da União, o Acordo entre a União Europeia e as Ilhas Salomão sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.

Artigo 2.º

O presidente do Conselho procede, em nome da União, à notificação a que se refere o artigo 8.º, n.º 1, do acordo ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ Aprovação dada em 1 de dezembro de 2016.

⁽²⁾ Decisão (UE) 2016/1888 do Conselho, de 24 de junho de 2016, relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e as Ilhas Salomão sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração (JO L 292 de 27.10.2016, p. 1).

⁽³⁾ Decisão 2000/365/CE do Conselho, de 29 de maio de 2000, sobre o pedido do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 131 de 1.6.2000, p. 43).

⁽⁴⁾ Decisão 2002/192/CE do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, sobre o pedido da Irlanda para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 64 de 7.3.2002, p. 20).

⁽⁵⁾ A data de entrada em vigor do acordo é publicada no *Jornal Oficial da União Europeia* por intermédio do Secretariado-Geral do Conselho.

Artigo 3.º

A Comissão, assistida pelos representantes dos Estados-Membros, representa a União no Comité Misto de peritos instituído pelo artigo 6.º do acordo.

Artigo 4.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua adoção.

Feito em Bruxelas, em 7 de fevereiro de 2017.

Pelo Conselho
O Presidente
L. GRECH

REGULAMENTOS

REGULAMENTO (UE) 2017/236 DA COMISSÃO

de 10 de fevereiro de 2017

que recusa autorizar uma alegação de saúde sobre os alimentos que refere a redução de um risco de doença

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativo às alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 17.º, n.º 3,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1924/2006, as alegações de saúde sobre os alimentos são proibidas, exceto se forem autorizadas pela Comissão em conformidade com esse regulamento e incluídas numa lista de alegações permitidas.
- (2) O Regulamento (CE) n.º 1924/2006 estabelece igualmente que os pedidos de autorização de alegações de saúde podem ser apresentados pelos operadores das empresas do setor alimentar à autoridade nacional competente de um Estado-Membro. A autoridade nacional competente deve transmitir os pedidos válidos à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA), a seguir designada por «Autoridade».
- (3) Após a receção de um pedido, a Autoridade deve informar imediatamente os outros Estados-Membros e a Comissão e emitir um parecer sobre a alegação de saúde em causa.
- (4) A Comissão deve tomar uma decisão sobre a autorização de alegações de saúde, tendo em consideração o parecer emitido pela Autoridade.
- (5) No seguimento de um pedido da Anxiofit Ltd. e da ExtractumPharma Co Ltd, apresentado nos termos do artigo 14.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (CE) n.º 1924/2006, pediu-se à Autoridade que emitisse um parecer sobre uma alegação de saúde relacionada com o Anxiofit-1 e a redução da ansiedade subclínica e da ansiedade ligeira (Pergunta n.º EFSA-Q-2015-00006 ⁽²⁾). A alegação proposta pelo requerente tinha a seguinte redação: «Demonstrou-se que o Anxiofit-1 permite uma melhoria da ansiedade subclínica e ligeira. A ansiedade subclínica e a ansiedade ligeira constituem fatores de risco no desenvolvimento de síndromas de ansiedade e depressão».
- (6) Em 8 de janeiro de 2016, a Comissão e os Estados-Membros receberam o parecer científico da Autoridade, no qual esta concluiu que, com base nos dados apresentados, as provas científicas eram insuficientes para demonstrar uma relação de causa e efeito entre o consumo de Anxiofit-1 e a redução da ansiedade subclínica e ligeira. Por conseguinte, dado que a alegação não cumpre os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1924/2006, não deve ser autorizada.
- (7) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A alegação de saúde constante do anexo do presente regulamento não deve ser incluída na lista da União de alegações permitidas prevista no artigo 14.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 1924/2006.

⁽¹⁾ JO L 404 de 30.12.2006, p. 9.

⁽²⁾ *The EFSA Journal* 2016; 14(1):4365.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

ANEXO

Alegação de saúde rejeitada

Pedido — Disposições aplicáveis do Regulamento (CE) n.º 1924/2006	Nutriente, substância, alimento ou categoria de alimento	Alegação	Referência do parecer da AESA
Alegação de saúde nos termos do artigo 14.º, n.º 1, alínea a), relativa à redução de um risco de doença.	Anxiofit-1	Demonstrou-se que o Anxiofit-1 permite uma melhoria da ansiedade subclínica e ligeira. A ansiedade subclínica e a ansiedade ligeira constituem fatores de risco no desenvolvimento de síndromas ansiosos e depressão.	Q-2015-00006

REGULAMENTO (UE) 2017/237 DA COMISSÃO
de 10 de fevereiro de 2017
que altera o anexo III do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho
relativo aos produtos cosméticos
(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativo aos produtos cosméticos ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 31.º, n.º 1,

Considerando o seguinte:

- (1) No seguimento da publicação, em 2001, de um estudo científico intitulado «Use of permanent hair dyes and bladder cancer risk», o Comité Científico dos Produtos Cosméticos e dos Produtos não Alimentares Destinados aos Consumidores, substituído posteriormente pelo Comité Científico dos Produtos de Consumo (CCPC) por força da Decisão 2004/210/CE da Comissão ⁽²⁾, concluiu que os riscos potenciais da utilização de corantes capilares constituíam motivo de preocupação. Nos seus pareceres, o CCPC recomendou à Comissão que tomasse medidas adicionais para controlar a utilização das substâncias de coloração capilar.
- (2) O CCPC também recomendou uma estratégia geral de avaliação da segurança das substâncias de coloração capilar, incluindo os requisitos a aplicar na realização de ensaios da potencial genotoxicidade ou carcinogenicidade de substâncias que entram na composição de produtos de coloração capilar.
- (3) Tendo em conta os pareceres do CCPC, a Comissão chegou a acordo com os Estados-Membros e as partes interessadas sobre uma estratégia geral para regulamentar as substâncias que entram na composição dos produtos de coloração capilar, ao abrigo da qual se solicitou à indústria que apresentasse cadernos técnicos com dados científicos atualizados sobre a segurança de substâncias de coloração capilar para que o CCPC efetuasse uma avaliação dos riscos.
- (4) O CCPC, posteriormente substituído pelo Comité Científico da Segurança dos Consumidores (CCSC) por força da Decisão 2008/721/CE da Comissão ⁽³⁾, avaliou a segurança de determinadas substâncias para as quais a indústria tinha apresentado cadernos técnicos atualizados.
- (5) No tocante à avaliação de eventuais riscos para a saúde dos consumidores decorrentes de produtos de reação formados por substâncias de coloração capilar oxidantes durante o processo de coloração capilar, com base nos dados já disponíveis, o CCSC, no seu parecer de 21 de setembro de 2010, não identificou qualquer motivo de preocupação importante relativamente à genotoxicidade e carcinogenicidade dos corantes capilares e dos respetivos produtos de reação atualmente utilizados na União.
- (6) Para garantir a segurança dos produtos de coloração capilar para a saúde humana, importa estabelecer as concentrações máximas de dez substâncias de coloração capilar avaliadas, tendo em conta os pareceres finais emitidos pelo CCSC relativamente à respetiva segurança.
- (7) Uma vez que as substâncias N,N'-Bis(2-Hydroxyethyl)-2-Nitro-p-Phenylenediamine e 2,6-Dihydroxyethylamino-toluene se encontram atualmente regulamentadas pelas entradas genéricas 8 e 9 do anexo III do Regulamento (CE) n.º 1223/2009, devem ser criados números de ordem separados para essas substâncias, tomando em conta as conclusões sobre a sua segurança incluídas nos pareceres do CCSC 1572/16 e 1563/15.
- (8) A definição de «produto capilar» no Regulamento (CE) n.º 1223/2009 excluiu a aplicação de substâncias de coloração capilar em pestanas. Essa exclusão foi motivada pelo facto de o nível de risco ser diferente quando os produtos cosméticos são aplicados no cabelo e nas pestanas respetivamente. Por conseguinte, revelou-se necessária uma avaliação de segurança específica no que se refere à aplicação de substâncias de coloração capilar em pestanas.

⁽¹⁾ JO L 342 de 22.12.2009, p. 59.

⁽²⁾ Decisão 2004/210/CE da Comissão, de 3 de março de 2004, que institui comités científicos no domínio da segurança dos consumidores, da saúde pública e do ambiente (JO L 66 de 4.3.2004, p. 45).

⁽³⁾ Decisão 2008/721/CE da Comissão, de 5 de agosto de 2008, que cria uma estrutura consultiva de comités científicos e de peritos no domínio da segurança dos consumidores, da saúde pública e do ambiente e que revoga a Decisão 2004/210/CE (JO L 241 de 10.9.2008, p. 21).

- (9) No seu parecer de 25 de março de 2015 sobre as substâncias de coloração capilar oxidantes e peróxido de hidrogénio utilizados em produtos de coloração de pestanas (SCCS/153/15), o CCSC concluiu que as substâncias de coloração capilar oxidantes Toluene-2,5-Diamine, p-Aminophenol, 2-Methylresorcinol, Tetraaminopyrimidine Sulfate, Hydroxyethyl-p-Phenylenediamine Sulfate e 2-Amino-3-Hydroxypyridine, enumeradas no anexo III do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 e consideradas seguras para utilização em produtos de coloração capilar, podem ser utilizadas com segurança por profissionais nos produtos destinados à coloração de pestanas.
- (10) Com base na avaliação científica daquelas substâncias, a sua utilização deve ser permitida em produtos destinados à coloração de pestanas. Todavia, para evitar qualquer risco relacionado com a autoaplicação de produtos destinados à coloração das pestanas pelos consumidores, esses produtos apenas devem ser autorizados para utilização profissional. A fim de permitir que os profissionais informem os consumidores acerca dos possíveis efeitos adversos da aplicação de produtos destinados à coloração das pestanas e de diminuir o risco de sensibilização cutânea àqueles produtos, os respetivos rótulos devem ostentar advertências apropriadas.
- (11) Por conseguinte, o Regulamento (CE) n.º 1223/2009 deve ser alterado em conformidade.
- (12) É conveniente prever períodos de tempo razoáveis, para que a indústria se possa adaptar aos novos requisitos e para eliminar gradualmente os produtos em causa que não cumpram com esses requisitos.
- (13) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Produtos Cosméticos,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O anexo III do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 é alterado em conformidade com o anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.


O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

O anexo III do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 é alterado do seguinte modo:

1) É inserida a seguinte entrada correspondente ao número de ordem 8c:


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
«8c	Etanol, 2,2'-[(2-nitro-1,4-fenileno)diimino]bis-(9CI)	N,N'-Bis(2-Hydroxyethyl)-2-Nitro-p-Phenylenediamine	84041-77-0	281-856-4	<p>a) Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes</p> <p>b) Corante capilar em produtos de coloração capilar não oxidantes</p>	<p>b) A partir de 3 de setembro de 2017: 1,5 %</p>	<p>a) A partir de 3 de setembro de 2017, após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 1,0 %</p> <p>Para a) e b), a partir de 3 de setembro de 2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Não utilizar com agentes nitrosantes — Teor máximo de nitrosaminas: 50 µg/kg — Conservar em recipientes que não contenham nitritos 	<p>a) A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo:</p> <p>As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'.»

2) Na entrada 9, a coluna b passa a ter a seguinte redação:

«Metilfenilendiaminas e respetivos derivados N-substituídos e seus sais ⁽¹⁾, com exceção das substâncias referidas nos números de ordem 9a e 9b do presente anexo e das substâncias referidas nos números de ordem 364, 1310 e 1313 do anexo II»;


3) A entrada correspondente ao número de ordem 9a passa a ter a seguinte redação:

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
«9a	1,4-Benzenodiamina, sulfato de 2-metil-2,5-diaminotolueno	Toluene-2,5-Diamine Toluene-2,5-Diamine Sulfate ⁽¹⁾	95-70-5 615-50-9	202-442-1 210-431-8	a) Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes b) Produtos destinados à coloração de pestanas		a) i) Uso geral a) ii) Uso profissional b) Uso profissional Para a) e b): Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo ou pestanas não pode exceder 2,0 % (calculada em base livre) ou 3,6 % (calculada como sal sulfato)	a) Imprimir no rótulo: As proporções na mistura. “  Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização. Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.”


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo, — já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'. <p>Contém fenilenediaminas (diaminotoluenos).</p> <p>a) i) Não utilizar na coloração de pestanas.”</p> <p>a) ii) Usar luvas adequadas.</p> <p>Reservado aos profissionais.</p> <p>b) A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Este produto pode provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização.</p>


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar as pestanas se a pessoa:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo ou as pestanas, — já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'. <p>Enxaguar imediatamente se o produto entrar em contacto com os olhos.”</p> <p>Contém fenilendiaminas (diaminotoluenos).</p> <p>Usar luvas adequadas.</p> <p>Reservado aos profissionais.»</p>


4) É inserida a seguinte entrada com o número de ordem 9b:


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
«9b	1-Metil-2,6-bis-(2-hidroxietilamino)benzeno	2,6-Dihydroxyethylaminotoluene	149330-25-6	443-210-1	Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes		<p>A partir de 3 de setembro de 2017, após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 1,0 %</p> <ul style="list-style-type: none"> — Não utilizar com agentes nitrosantes — Teor máximo de nitrosaminas: 50 µg/kg — Conservar em recipientes que não contenham nitritos 	<p>A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo:</p> <p>As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de ‘hena negra’ podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo, — já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de ‘hena negra.’”


5) As entradas correspondentes aos números de ordem 200, 206, 211, 243 e 272 passam a ter a seguinte redação:


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
«200	Sulfato de 2,4,5,6-tetra-aminopirimidina	Tetraaminopyrimidine Sulfate	5392-28-9	226-393-0	<p>a) Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes</p> <p>b) Corante capilar em produtos de coloração capilar não oxidantes</p> <p>c) Produtos destinados à coloração de pestanas</p>	<p>b) 3,4 % (calculada como sulfato)</p>	<p>a) e c) Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo ou às pestanas não pode exceder 3,4 % (calculada como sulfato)</p> <p>c) Uso profissional</p>	<p>a) Imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização. Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de ‘hena negra’ podem aumentar o risco de alergias. Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo, — já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de ‘hena negra.’”


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>c) A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo:</p> <p>As proporções na mistura.</p> <p>“ Este produto pode provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de ‘hena negra’ podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar as pestanas se a pessoa:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo ou as pestanas, — já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de ‘hena negra’.


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								Reservado aos profissionais. Enxaguar imediatamente se o produto entrar em contacto com os olhos.»
«206	Sulfato de 3-(2-hidroxietil)-p-fenilendiamónio	Hydroxyethyl-p-Phenylenediamine Sulfate	93841-25-9	298-995-1	<p>a) Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes</p> <p>b) Produtos destinados à coloração de pestanas</p>		<p>a) Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 2,0 % (calculada como sulfato)</p> <p>b) Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada às pestanas não pode exceder 1,75 % (calculada em base livre)</p> <p>b) Uso profissional</p>	<p>a) Imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de ‘hena negra’ podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'.</p> <p>b) A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Este produto pode provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar as pestanas se a pessoa:</p> <p>— tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado,</p> <p>— já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo ou as pestanas,</p>


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'.</p> <p>Reservado aos profissionais.</p> <p>Enxaguar imediatamente se o produto entrar em contacto com os olhos.”»</p>
«211	2-Aminopiridin-3-ol	2-Amino-3-Hydroxypyridine	16867-03-1	240-886-8	<p>a) Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes</p> <p>b) Produtos destinados à coloração de pestanas</p>		<p>a) Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 1,0 %</p> <p>b) Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada às pestanas não pode exceder 0,5 %</p> <p>b) Uso profissional</p>	<p>a) Imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'."</p> <p>b) A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Este produto pode provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar as pestanas se a pessoa:</p> <p>— tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado,</p> <p>— já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo ou as pestanas,</p>

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'.</p> <p>Reservado aos profissionais.</p> <p>Enxaguar imediatamente se o produto entrar em contacto com os olhos.»</p>
«243	1,3-Benzenodiol, 2-metil	2-Methylresorcinol	608-25-3	210-155-8	<p>a) Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes</p> <p>b) Corante capilar em produtos de coloração capilar não oxidantes</p> <p>c) Produtos destinados à coloração de pestanas</p>	<p>b) 1,8 %</p>	<p>a) Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 1,8 %</p> <p>c) Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada às pestanas não pode exceder 1,25 %</p> <p>c) Uso profissional</p>	<p>a) Imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <p>— tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado,</p>


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>— já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,</p> <p>— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de ‘hena negra.’”</p> <p>c) A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo:</p> <p>As proporções na mistura.</p> <p>“ Este produto pode provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de ‘hena negra’ podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar as pestanas se a pessoa:</p> <p>— tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado,</p>


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>— já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo ou as pestanas,</p> <p>— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'.</p> <p>Reservado aos profissionais.</p> <p>Enxaguar imediatamente se o produto entrar em contacto com os olhos.”»</p>
«272	4-Aminofenol	p-Aminophenol	123-30-8	204-616-2	<p>a) Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes</p> <p>b) Produtos destinados à coloração de pestanas</p>	<p>a) e b) Após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo ou às pestanas não pode exceder 0,9 %</p> <p>b) Uso profissional</p>	<p>a) Imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p>	


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo, — já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de ‘hena negra.’” <p>b) A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo: As proporções na mistura.</p> <p>“ Este produto pode provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de ‘hena negra’ podem aumentar o risco de alergias.</p>


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<p>Não pintar as pestanas se a pessoa:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo ou as pestanas, — já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'. <p>Reservado aos profissionais.</p> <p>Enxaguar imediatamente se o produto entrar em contacto com os olhos.»</p>


6) São aditadas as seguintes entradas 298 a 305:


Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
«298	Dicloreto de di[2-[4-[(E)-2-[4-[bis(2-hidroxietil)aminofenil]vinil]piridín-1-ilo]butanoil]aminoetil]dissulfanilo	HC Red No. 17	1449471-67-3		Corante capilar em produtos de coloração capilar não oxidantes	A partir de 3 de setembro de 2017: 0,5 %	A partir de 3 de setembro de 2017: — Não utilizar com agentes nitrosantes — Teor máximo de nitrosaminas: 50 µg/kg — Conservar em recipientes que não contenham nitritos	
299	Dicloreto de di[2-[4-[(E)-2-[2,4,5-trimetoxifenil]vinil]piridin-1-ilo]butanoil]aminoetil]dissulfanilo	HC Yellow No. 17	1450801-55-4		Corante capilar em produtos de coloração capilar não oxidantes	A partir de 3 de setembro de 2017: 0,5 %		A partir de 3 de março de 2018: “  Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização. Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias. Não pintar o cabelo se: — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'."
300	Sulfato de 1H-pirazol-4,5-diamina, 1-hexil-(2:1)	1-Hexyl 4,5-Diamino Pyrazole Sulfate	1361000-03-4		Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes		A partir de 3 de setembro de 2017, após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 1,0 %	<p>A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo:</p> <p>As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'."
301	Sulfato de 4-hidroxi-2,5,6-triaminopirimidina	2,5,6-Triamino-4-Pyrimidinol Sulfate	1603-02-7	216-500-9	Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes		A partir de 3 de setembro de 2017, após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 0,5 %	<p>A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo:</p> <p>As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'."
302	Cloridrato de 2-[(3-Aminopirazol[1,5-a]piridin-2-il)oxi]etanol]	Hydroxyethoxy Aminopyrazolopyridine HCl	1079221-49-0	695-745-7	Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes		A partir de 3 de setembro de 2017, após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 2,0 %	<p>A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo:</p> <p>As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'.”
303	3-amino-2,6-dimetilfenol	3-Amino-2,6-Dimethylphenol	6994-64-5	230-268-6	Corante capilar em produtos de coloração capilar oxidantes		<p>A partir de 3 de setembro de 2017, após mistura em condições oxidantes, a concentração máxima aplicada ao cabelo não pode exceder 2,0 %</p>	<p>A partir de 3 de março de 2018, imprimir no rótulo:</p> <p>As proporções na mistura.</p> <p>“ Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves.</p> <p>Ler e seguir as instruções de utilização.</p> <p>Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos.</p> <p>As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias.</p> <p>Não pintar o cabelo se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado, — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo,

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								— já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'.”
304	Cloreto de [8-[(4-amino-2-nitrofenil)azo]-7-hidroxi-N,N,N-trimetil-2-naftalenamínio	Basic Brown 17	68391-32-2	269-944-0	Corante capilar em produtos de coloração capilar não oxidantes	A partir de 3 de setembro de 2017: 2,0 %		
305	Cloreto de 3-amino-7-(dimetilamino)-2-metoxifenoxazín-5-io	Basic Blue 124	67846-56-4	267-370-5	Corante capilar em produtos de coloração capilar não oxidantes	A partir de 3 de setembro de 2017: 0,5 %	A partir de 3 de setembro de 2017: — Não utilizar com agentes nitrosantes — Teor máximo de nitrosaminas: 50 µg/kg — Conservar em recipientes que não contenham nitritos	A partir de 3 de março de 2018: “  Os corantes capilares podem provocar reações alérgicas graves. Ler e seguir as instruções de utilização. Este produto não se destina a ser utilizado em menores de 16 anos. As tatuagens temporárias de 'hena negra' podem aumentar o risco de alergias. Não pintar o cabelo se: — tiver uma erupção cutânea na face ou apresentar o couro cabeludo sensível, irritado ou danificado,

Número de ordem	Identificação da substância				Restrições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/DCI	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outras	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
								<ul style="list-style-type: none"> — já tiver tido alguma reação depois de pintar o cabelo, — já tiver tido alguma reação a uma tatuagem temporária de 'hena negra'.»

REGULAMENTO (UE) 2017/238 DA COMISSÃO
de 10 de fevereiro de 2017
que altera o anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho
relativo aos produtos cosméticos

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativo aos produtos cosméticos ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 31.º, n.º 1,

Considerando o seguinte:

- (1) O Comité Científico da Segurança dos Consumidores («CCSC») concluiu, no seu parecer de 16 de dezembro de 2008 ⁽²⁾, que a utilização de benzofenona-3 como filtro UV numa concentração até 6 % w/w nos produtos de proteção solar e até 0,5 % w/w em todos os tipos de produtos cosméticos para proteger a formulação não apresenta nenhum risco para a saúde humana, além do seu potencial alergénico por contacto e fotoalergénico.
- (2) Consequentemente, a atual concentração máxima de 10 % w/w de benzofenona-3 utilizada como filtro UV nos produtos cosméticos deve ser reduzida para 6 % w/w.
- (3) O Regulamento (CE) n.º 1223/2009 deve, por conseguinte, ser alterado em conformidade.
- (4) A aplicação da nova concentração máxima deve ser adiada, a fim de permitir que a indústria introduza os ajustamentos necessários nas formulações dos produtos. Em particular, as empresas devem beneficiar de um período de seis meses, a contar da entrada em vigor do presente regulamento, para poderem adotar as medidas necessárias à colocação no mercado de produtos conformes e cessar a disponibilização de produtos já colocados no mercado que não se encontrem em conformidade com a nova concentração máxima.
- (5) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Produtos Cosméticos,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 é alterado em conformidade com o anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento é aplicável a partir de 3 de setembro de 2017.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

⁽¹⁾ JO L 342 de 22.12.2009, p. 59.
⁽²⁾ SCCP 1201/08

ANEXO

No anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1223/2009, a entrada 4 passa a ter a seguinte redação:

Número de ordem	Identificação da substância				Condições			Redação das condições de utilização e das advertências
	Denominação química/ /DCI/XAN	Denominação no glossário comum de ingredientes	Número CAS	Número CE	Tipo de produto, zonas do corpo	Concentração máxima no produto pronto a usar	Outro	
a	b	c	d	e	f	g	h	i
«4	Oxibenzona (2-hidroxi-4-metoxibenzofenona)	Benzophenone-3	131-57-7	205-031-5		6 %	Não superior a 0,5 % para proteger a formulação do produto	Contém Benzofenona-3 ⁽¹⁾ ».

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/239 DA COMISSÃO**de 10 de fevereiro de 2017****que aprova a substância ativa oxatiapiprolina, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas 79/117/CEE e 91/414/CEE do Conselho ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 13.º, n.º 2,

Considerando o seguinte:

- (1) Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, a Irlanda recebeu, em 14 de novembro de 2013, um pedido da empresa DuPont de Nemours (Deutschland) GmbH para a aprovação da substância ativa oxatiapiprolina. Em 16 de janeiro de 2014, em conformidade com o artigo 9.º, n.º 3, do mesmo regulamento, a Irlanda, na qualidade de Estado-Membro relator, informou o requerente, os restantes Estados-Membros, a Comissão e a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (a seguir designada «Autoridade») da admissibilidade do pedido.
- (2) Em 1 de janeiro de 2015, o Estado-Membro relator apresentou à Comissão, com cópia para a Autoridade, um projeto de relatório de avaliação no qual se examinava se é de esperar que a substância ativa satisfaça os critérios de aprovação estabelecidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009.
- (3) A Autoridade procedeu de acordo com o disposto no artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009. Em conformidade com o artigo 12.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, solicitou ao requerente a apresentação de informações adicionais aos Estados-Membros, à Comissão e à própria Autoridade. A avaliação dessas informações adicionais pelo Estado-Membro relator foi apresentada à Autoridade em 12 de fevereiro de 2016, sob a forma de projeto de relatório de avaliação atualizado.
- (4) Em 26 de maio de 2016, a Autoridade comunicou ao requerente, aos Estados-Membros e à Comissão ⁽²⁾ as suas conclusões sobre se é de esperar que a substância ativa oxatiapiprolina cumpra os critérios de aprovação estabelecidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009. A Autoridade também disponibilizou as suas conclusões ao público em geral.
- (5) Em 6 de outubro de 2016, a Comissão apresentou ao Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal o relatório de revisão relativo à oxatiapiprolina e um projeto de regulamento que estabelece que esta substância ativa é aprovada.
- (6) Foi concedida ao requerente a possibilidade de apresentar comentários sobre o relatório de revisão.
- (7) Determinou-se que os critérios de aprovação estabelecidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 são cumpridos no que diz respeito a uma ou mais utilizações representativas de pelo menos um produto fitofarmacêutico que contém a substância ativa, em particular as utilizações examinadas e detalhadas no relatório de revisão. Consideram-se, portanto, cumpridos esses critérios de aprovação. Por conseguinte, é adequado aprovar a oxatiapiprolina.
- (8) Em conformidade com o artigo 13.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, em conjugação com o artigo 6.º do mesmo regulamento, e à luz dos conhecimentos científicos e técnicos atuais, é necessário, contudo, incluir certas condições e restrições. Convém, em especial, requerer mais informações confirmatórias.

⁽¹⁾ JO L 309 de 24.11.2009, p. 1.⁽²⁾ EFSA Journal 2016;14(6):4504. Disponível em linha: www.efsa.europa.eu

- (9) Nos termos do artigo 13.º, n.º 4, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, o anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão ⁽¹⁾ deve ser alterado em conformidade.
- (10) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Aprovação da substância ativa

É aprovada a substância ativa oxatiapirolina, como especificada no anexo I, nas condições estabelecidas no mesmo anexo.

Artigo 2.º

Alteração do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011

O anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 é alterado em conformidade com o anexo II do presente regulamento.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

⁽¹⁾ Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão, de 25 de maio de 2011, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à lista de substâncias ativas aprovadas (JO L 153 de 11.6.2011, p. 1).

ANEXO I

Denominação comum, números de identificação	Denominação IUPAC	Pureza ⁽¹⁾	Data de aprovação	Termo da aprovação	Disposições específicas
Oxatiapiprolina N.º CAS: 1003318-67-9 N.º CIPAC: 985	1-(4-{4-[(5RS)-5-(2,6-difluorofenil)-4,5-di-hidro-1,2-oxazol-3-il]-1,3-tiazol-2-il}-1-piperidil)-2-[5-metil-3-(trifluorometil)-1H-pirazol-1-il]etanona	≥ 950 g/kg	3 de março de 2017	3 de março de 2027	<p>Na aplicação dos princípios uniformes referidos no artigo 29.º, n.º 6, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, devem ser tidas em conta as conclusões do relatório de revisão da oxatiapiprolina, nomeadamente os apêndices I e II do relatório.</p> <p>As condições de utilização devem incluir, se necessário, medidas de redução dos riscos.</p> <p>O requerente deve apresentar à Comissão, aos Estados-Membros e à Autoridade informações confirmatórias no que se refere:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Às especificações técnicas da substância ativa, tal como fabricada (com base na produção à escala comercial), incluindo a relevância das impurezas; 2) À conformidade dos lotes destinados aos estudos de toxicidade e de ecotoxicidade com as especificações técnicas confirmadas. <p>O requerente deve apresentar as informações solicitadas nos pontos 1 e 2 até 3 de setembro de 2017.</p>

⁽¹⁾ O relatório de revisão fornece dados suplementares sobre a identidade e as especificações da substância ativa.

ANEXO II

Na parte B do anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011, é aditada a seguinte entrada:

Número	Denominação comum, números de identificação	Denominação IUPAC	Pureza ⁽¹⁾	Data de aprovação	Termo da aprovação	Disposições específicas
«106	Oxatiapirolina N.º CAS: 1003318-67-9 N.º CIPAC: 985	1-(4-{4-[(5RS)-5-(2,6-difluorofenil)-4,5-dihidro-1,2-oxazol-3-il]-1,3-tiazol-2-il}-1-piperidil)-2-[5-metil-3-(trifluorometil)-1H-pirazol-1-il] etanona	≥ 950 g/kg	3 de março de 2017	3 de março de 2027	<p>Na aplicação dos princípios uniformes referidos no artigo 29.º, n.º 6, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, devem ser tidas em conta as conclusões do relatório de revisão da oxatiapirolina, nomeadamente os apêndices I e II do relatório.</p> <p>As condições de utilização devem incluir, se necessário, medidas de redução dos riscos.</p> <p>O requerente deve apresentar à Comissão, aos Estados-Membros e à Autoridade informações confirmatórias no que se refere:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Às especificações técnicas da substância ativa, tal como fabricada (com base na produção à escala comercial), incluindo a relevância das impurezas; 2) À conformidade dos lotes destinados aos estudos de toxicidade e de ecotoxicidade com as especificações técnicas confirmadas. <p>O requerente deve apresentar as informações solicitadas nos pontos 1 e 2 até 3 de setembro de 2017.</p>

⁽¹⁾ O relatório de revisão fornece dados suplementares sobre a identidade e as especificações da substância ativa.»

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/240 DA COMISSÃO**de 10 de fevereiro de 2017****relativo à não aprovação do óleo essencial de *Satureja montana* L. como substância de base, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas 79/117/CEE e 91/414/CEE do Conselho ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 23.º, n.º 5, em conjugação com o artigo 13.º, n.º 2,

Considerando o seguinte:

- (1) Em conformidade com o artigo 23.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, a Comissão recebeu, em 7 de julho de 2015, um pedido do Institut technique de l'agriculture biologique (ITAB) para a aprovação do óleo essencial de *Satureja montana* L. como substância de base. O pedido estava acompanhado das informações exigidas pelo artigo 23.º, n.º 3, segundo parágrafo.
- (2) A Comissão solicitou assistência científica à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (a seguir designada «Autoridade»). A Autoridade apresentou à Comissão um relatório técnico sobre a substância em causa em 13 de junho de 2016 ⁽²⁾. A Comissão apresentou o relatório de revisão ⁽³⁾ e o projeto do presente regulamento relativo à não aprovação do óleo essencial de *Satureja montana* L. ao Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal em 7 de outubro de 2016, tendo-os finalizado para a reunião daquele Comité em 7 de dezembro de 2016.
- (3) A documentação fornecida pelo requerente mostra que o óleo essencial de *Satureja montana* L. satisfaz os critérios da definição de género alimentício, na aceção do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽⁴⁾.
- (4) No relatório técnico da Autoridade foram identificadas preocupações específicas relativas à exposição ao óleo essencial de *Satureja montana* L. e aos seus componentes carvacrol e gama-terpineno, especificamente através da utilização em pesticidas, pelo que a avaliação dos riscos para operadores, trabalhadores, pessoas estranhas ao tratamento, consumidores e organismos não visados não pôde ser finalizada.
- (5) A Comissão convidou o requerente a apresentar os seus comentários sobre o relatório técnico da Autoridade e sobre o projeto de relatório de revisão. O requerente enviou os seus comentários, que foram objeto de uma análise atenta.
- (6) Todavia, apesar dos argumentos apresentados pelo requerente, não foi possível dissipar as preocupações relativas à substância.
- (7) Assim, como estabelecido no relatório de revisão da Comissão, não foi demonstrado que os requisitos fixados no artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 são cumpridos. Por conseguinte, é adequado não aprovar o óleo essencial de *Satureja montana* L. como substância de base.
- (8) O presente regulamento não obsta à apresentação de um novo pedido de aprovação do óleo essencial de *Satureja montana* L. como substância de base, em conformidade com o artigo 23.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009.

⁽¹⁾ JO L 309 de 24.11.2009, p. 1.

⁽²⁾ *Outcome of the consultation with Member States and EFSA on the basic substance application for *Satureja montana* L. for use in plant protection as fungicide and bactericide on various crops* (Resultado das consultas com os Estados-Membros e a EFSA sobre o pedido relativo ao óleo essencial de *Satureja montana* L. como substância de base, para utilização em fitossanidade como fungicida e bactericida em várias culturas). *EFSA supporting publication* 2016:EN-1051.

⁽³⁾ <http://ec.europa.eu/food/plant/pesticides/eu-pesticides-database/public/?event=activesubstance.selection&language=EN>

⁽⁴⁾ Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1).

- (9) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A substância óleo essencial de *Satureja montana* L. não é aprovada como substância de base.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/241 DA COMISSÃO**de 10 de fevereiro de 2017****relativo à não aprovação do óleo essencial de *Origanum vulgare* L. como substância de base, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas 79/117/CEE e 91/414/CEE do Conselho ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 23.º, n.º 5, em conjugação com o artigo 13.º, n.º 2,

Considerando o seguinte:

- (1) Em conformidade com o artigo 23.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, a Comissão recebeu, em 19 de outubro de 2015, um pedido do Institut technique de l'agriculture biologique (ITAB) para a aprovação do óleo essencial de *Origanum vulgare* L. como substância de base. O pedido estava acompanhado das informações exigidas pelo artigo 23.º, n.º 3, segundo parágrafo.
- (2) A Comissão solicitou assistência científica à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (a seguir designada «Autoridade»). A Autoridade apresentou à Comissão um relatório técnico sobre a substância em causa em 22 de junho de 2016 ⁽²⁾. A Comissão apresentou o relatório de revisão ⁽³⁾ e o projeto do presente regulamento relativo à não aprovação do óleo essencial de *Origanum vulgare* L. ao Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal em 7 de outubro de 2016, tendo-os finalizado para a reunião daquele Comité em 7 de dezembro de 2016.
- (3) A documentação fornecida pelo requerente mostra que o óleo essencial de *Origanum vulgare* L. satisfaz os critérios da definição de género alimentício, na aceção do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽⁴⁾.
- (4) No relatório técnico da Autoridade foram identificadas preocupações específicas relativas à exposição ao óleo essencial e aos seus componentes carvacrol, gama-terpineno e 1,8-cineol, especificamente através da utilização em pesticidas, pelo que a avaliação dos riscos para operadores, trabalhadores, pessoas estranhas ao tratamento, consumidores e organismos não visados não pôde ser finalizada.
- (5) A Comissão convidou o requerente a apresentar os seus comentários sobre o relatório técnico da Autoridade e sobre o projeto de relatório de revisão. O requerente enviou os seus comentários, que foram objeto de uma análise atenta.
- (6) Todavia, apesar dos argumentos apresentados pelo requerente, não foi possível dissipar as preocupações relativas à substância.
- (7) Assim, como estabelecido no relatório de revisão da Comissão, não foi demonstrado que os requisitos fixados no artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 são cumpridos. Por conseguinte, é adequado não aprovar o óleo essencial de *Origanum vulgare* L. como substância de base.
- (8) O presente regulamento não obsta à apresentação de um novo pedido de aprovação do óleo essencial de *Origanum vulgare* L. como substância de base, em conformidade com o artigo 23.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009.
- (9) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal,

⁽¹⁾ JO L 309 de 24.11.2009, p. 1.

⁽²⁾ *Outcome of the consultation with Member States and EFSA on the basic substance application for Origanum vulgare L. essential oil for use in plant protection as fungicide, bactericide and insecticide on various crops* (Resultado das consultas com os Estados-Membros e a EFSA sobre o pedido relativo ao óleo essencial de *Origanum vulgare* L. como substância de base para utilização em fitossanidade como fungicida, bactericida e inseticida em várias culturas). *EFSA supporting publication* 2016:EN-1054.

⁽³⁾ <http://ec.europa.eu/food/plant/pesticides/eu-pesticides-database/public/?event=activesubstance.selection&language=EN>

⁽⁴⁾ Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1).

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

A substância óleo essencial de *Origanum vulgare* L. não é aprovada como substância de base.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/242 DA COMISSÃO**de 10 de fevereiro de 2017**

que dá início ao reexame dos Regulamentos de Execução (UE) 2016/184 e (UE) 2016/185 [que tornam extensivos os direitos de compensação e *anti-dumping* definitivos sobre as importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China às importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) expedidos da Malásia e de Taiwan, independentemente de serem ou não declarados originários da Malásia e de Taiwan] para efeitos de determinar a possibilidade de conceder uma isenção dessas medidas a um exportador malaio, que revoga o direito *anti-dumping* no que diz respeito às importações provenientes desse produtor-exportador e que sujeita as importações desse produtor-exportador a registo

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2016/1036 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativo à defesa contra as importações objeto de *dumping* dos países não membros da União Europeia ⁽¹⁾ («regulamento *anti-dumping* de base»), nomeadamente o artigo 11.º, n.º 4, o artigo 13.º, n.º 4, e o artigo 14.º, n.º 5, e o Regulamento (UE) 2016/1037 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativo à defesa contra as importações que são objeto de subvenções de países não membros da União Europeia ⁽²⁾ («regulamento antissubvenções de base»), nomeadamente o artigo 23.º, n.º 6, e o artigo 24.º, n.º 5,

Após informação dos Estados-Membros,

Considerando o seguinte:

1. PEDIDO

- (1) A Comissão Europeia («Comissão») recebeu um pedido de isenção das medidas *anti-dumping* e de compensação aplicáveis às importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China, tornadas extensivas às importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) expedidos da Malásia e de Taiwan, independentemente de serem ou não declarados originários da Malásia e de Taiwan, no que diz respeito ao requerente, nos termos do artigo 11.º, n.º 4, e do artigo 13.º, n.º 4, do regulamento *anti-dumping* de base e do artigo 23.º, n.º 6, do regulamento antissubvenções de base.
- (2) O pedido foi apresentado em 21 de outubro de 2016 pela Jinko Solar Technology SDN.BHD («requerente»), um produtor-exportador de módulos ou painéis fotovoltaicos de silício cristalino e células do tipo utilizado em módulos ou painéis fotovoltaicos de silício cristalino na Malásia.

2. PRODUTO OBJETO DE REEXAME

- (3) O produto objeto de reexame são os módulos ou painéis fotovoltaicos de silício cristalino e células do tipo utilizado em módulos ou painéis fotovoltaicos de silício cristalino (as células têm uma espessura não superior a 400 micrómetros), expedidos da Malásia e de Taiwan, independentemente de serem ou não declarados originários da Malásia e de Taiwan, atualmente classificados nos códigos NC ex 8501 31 00, ex 8501 32 00, ex 8501 33 00, ex 8501 34 00, ex 8501 61 20, ex 8501 61 80, ex 8501 62 00, ex 8501 63 00, ex 8501 64 00 e ex 8541 40 90.
- (4) São excluídos os seguintes tipos do produto da definição do produto objeto de reexame:
 - carregadores solares que consistem em menos de seis células, são portáteis e fornecem eletricidade a dispositivos ou carregam baterias,
 - produtos fotovoltaicos de películas finas,

⁽¹⁾ JO L 176 de 30.6.2016, p. 21.

⁽²⁾ JO L 176 de 30.6.2016, p. 55.

- produtos fotovoltaicos de silício cristalino integrados de forma permanente em artigos elétricos cuja função não é a produção de eletricidade e que consomem a eletricidade produzida pela(s) célula(s) fotovoltaica(s) integradas de silício cristalino,
- módulos ou painéis com uma tensão de saída não superior a 50 V DC e uma potência não superior a 50 W, apenas para utilização direta como carregadores de bateria em sistemas com as mesmas características de tensão e potência.

3. MEDIDAS EM VIGOR

- (5) Pelos Regulamentos de Execução (UE) n.º 1238/2013 ⁽¹⁾ e (UE) n.º 1239/2013 ⁽²⁾, o Conselho instituiu medidas *anti-dumping* e medidas de compensação sobre módulos ou painéis fotovoltaicos de silício cristalino e células do tipo utilizado em módulos fotovoltaicos de silício cristalino e componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China («medidas iniciais»). Foi ainda aceite um compromisso. Pelos Regulamentos de Execução (UE) 2016/184 ⁽³⁾ e (UE) 2016/185 ⁽⁴⁾, a Comissão tornou as medidas extensivas às importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) expedidos da Malásia e de Taiwan, independentemente de serem ou não declarados originários da Malásia e de Taiwan («medidas tornadas extensivas»), com exceção das importações produzidas por determinadas empresas especificamente mencionadas.
- (6) Em 5 de dezembro de 2015, a Comissão deu início a reexames da caducidade das medidas *anti-dumping* ⁽⁵⁾ e de compensação ⁽⁶⁾ e a um reexame intercalar ⁽⁷⁾. Estes inquéritos de reexame estão ainda em curso.

4. MOTIVOS DO REEXAME

- (7) O requerente alegou não ter exportado o produto objeto de reexame para a União durante o período de inquérito que serviu de base ao inquérito que esteve na origem das medidas tornadas extensivas, ou seja, durante o período compreendido entre 1 de abril de 2014 e 31 de março de 2015.
- (8) Mais alegou que não recorreu a práticas de evasão das medidas em vigor.
- (9) O requerente argumentou ainda que, após o período de inquérito que serviu de base ao inquérito que esteve na origem das medidas tornadas extensivas, contraiu uma obrigação contratual irrevogável de exportar uma quantidade significativa para a União.

5. PROCEDIMENTO

5.1. Início

- (10) Após ter examinado os elementos de prova disponíveis, a Comissão concluiu que existem elementos de prova suficientes que justificam o início de um inquérito em conformidade com o artigo 11.º, n.º 4, e o artigo 13.º, n.º 4, do regulamento *anti-dumping* de base, bem como com o artigo 23.º, n.º 6, do regulamento antissubvenções de base, a fim de determinar a possibilidade de conceder ao requerente uma isenção das medidas tornadas extensivas.

⁽¹⁾ Regulamento de Execução (UE) n.º 1238/2013 do Conselho, de 2 de dezembro de 2013, que institui um direito *anti-dumping* definitivo e estabelece a cobrança definitiva do direito provisório instituído sobre as importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China (JO L 325 de 5.12.2013, p. 1).

⁽²⁾ Regulamento de Execução (UE) n.º 1239/2013 do Conselho, de 2 de dezembro de 2013, que institui um direito de compensação definitivo sobre as importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China (JO L 325 de 5.12.2013, p. 66).

⁽³⁾ Regulamento de Execução (UE) 2016/184 da Comissão, de 11 de fevereiro de 2016, que torna extensivo o direito de compensação definitivo instituído pelo Regulamento (UE) n.º 1239/2013, sobre as importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China, às importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) expedidos da Malásia e de Taiwan, independentemente de serem ou não declarados originários da Malásia e de Taiwan (JO L 37 de 12.2.2016, p. 56).

⁽⁴⁾ Regulamento de Execução (UE) 2016/185 da Comissão, de 11 de fevereiro de 2016, que torna extensivo o direito *anti-dumping* definitivo instituído pelo Regulamento (UE) n.º 1238/2013 do Conselho, sobre as importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China, às importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) expedidos da Malásia e de Taiwan, independentemente de serem ou não declarados originários da Malásia e de Taiwan (JO L 37 de 12.2.2016, p. 76).

⁽⁵⁾ Aviso de início 2015/C 405/08; JO C 405 de 5.12.2015, p. 8.

⁽⁶⁾ Aviso de início 2015/C 405/09; JO C 405 de 5.12.2015, p. 20.

⁽⁷⁾ Aviso de início 2015/C 405/10; JO C 405 de 5.12.2015, p. 33.

- (11) A indústria da União conhecida como interessada foi informada do pedido de reexame, tendo-lhe sido dada a oportunidade de apresentar as suas observações. A indústria da União alegou que, uma vez que o requerente está coligado com um grupo chinês sujeito a medidas que denunciou o compromisso ⁽¹⁾, o risco de evasão é particularmente elevado.
- (12) A Comissão prestará especial atenção a esta relação de grupo e procederá a uma análise cuidadosa, a fim de determinar se a relação com as empresas sujeitas às medidas em vigor foi, ou não, estabelecida ou utilizada para evadir as medidas. A Comissão irá ainda ponderar se devem ser impostas condições especiais de acompanhamento caso o inquérito conclua que se justifica a concessão da isenção.

5.2. Revogação das medidas *anti-dumping* em vigor e registo das importações

- (13) Nos termos do artigo 11.º, n.º 4, do regulamento *anti-dumping* de base, deve ser revogado o direito *anti-dumping* em vigor sobre as importações do produto objeto de reexame produzido e vendido para exportação para a União pelo requerente.
- (14) Simultaneamente, essas importações devem ficar sujeitas a registo em conformidade com o artigo 14.º, n.º 5, do regulamento *anti-dumping* de base, a fim de assegurar que, caso o reexame conclua pela existência de práticas de evasão por parte do requerente, possam ser cobrados direitos *anti-dumping* a partir da data do registo dessas importações. O montante da eventual futura dívida do requerente não pode ser estimado nesta fase do inquérito.

5.3. Medidas de compensação em vigor

- (15) Uma vez que o regulamento antissubvenções de base não oferece uma base jurídica para a revogação das medidas de compensação em vigor, estas permanecem em vigor. Só no caso de o reexame determinar que o requerente tem direito a uma isenção, as medidas de compensação em vigor serão revogadas por um regulamento que concede essa isenção.

5.4. Período de inquérito de reexame

- (16) O inquérito incide sobre o período compreendido entre 1 de abril de 2014 e 31 de dezembro de 2016 («período de inquérito de reexame»).

5.5. Inquérito sobre o requerente

- (17) A fim de obter as informações que considera necessárias para o inquérito, a Comissão enviará um questionário ao requerente. O requerente deve devolver o questionário preenchido no prazo de 37 dias a contar da data de entrada em vigor do presente regulamento, salvo disposição em contrário, nos termos do artigo 6.º, n.º 2, do regulamento *anti-dumping* de base e do artigo 11.º, n.º 2, do regulamento antissubvenções de base.

5.6. Outras observações por escrito

- (18) Sob reserva do disposto no presente regulamento, convidam-se todas as partes interessadas a apresentar os seus pontos de vista, a facultar informações e a fornecer elementos de prova de apoio. Salvo especificação em contrário, as informações e os elementos de prova de apoio devem ser recebidos pela Comissão no prazo de 37 dias a contar da data de entrada em vigor do presente regulamento.

5.7. Possibilidade de solicitar uma audição aos serviços da Comissão

- (19) Todas as partes interessadas podem solicitar uma audição aos serviços de inquérito da Comissão. Os pedidos de audição devem ser apresentados por escrito e especificar as razões que os justificam. Para as audições sobre questões relacionadas com a fase inicial do inquérito, o pedido deve ser apresentado no prazo de 15 dias a contar da data de publicação do presente regulamento. Após essa data, os pedidos de audição têm de ser apresentados nos prazos específicos fixados pela Comissão no âmbito da sua comunicação com as partes.

⁽¹⁾ Regulamento de Execução (UE) 2016/1998 da Comissão, de 15 de novembro de 2016, que denuncia a aceitação do compromisso relativamente a cinco produtores-exportadores ao abrigo da Decisão de Execução 2013/707/UE que confirma a aceitação de um compromisso oferecido no âmbito dos processos *anti-dumping* e antissubvenções relativos às importações de módulos fotovoltaicos de silício cristalino e de componentes-chave (ou seja, células) originários ou expedidos da República Popular da China durante o período de aplicação das medidas definitivas (JO L 308 de 16.11.2016, p. 8).

5.8. Instruções para a apresentação de informações por escrito e para o envio dos questionários preenchidos e demais correspondência

- (20) As informações apresentadas à Comissão para efeitos de inquéritos de defesa comercial não devem estar protegidas por direitos de autor. Antes de apresentar à Comissão informações e/ou dados sujeitos a direitos de autor de terceiros, as partes interessadas devem solicitar uma autorização específica do titular dos direitos de autor permitindo explicitamente à Comissão a) utilizar as informações e os dados para efeitos do presente processo de defesa comercial e b) fornecer as informações e/ou os dados às partes interessadas no presente inquérito num formato que lhes permita exercer o seu direito de defesa.
- (21) Todas as observações por escrito, nomeadamente as informações solicitadas no presente regulamento, os questionários preenchidos e demais correspondência enviados pelas partes interessadas a título confidencial, devem conter a menção «Divulgação restrita» ⁽¹⁾.
- (22) Nos termos do artigo 19.º, n.º 2, do regulamento *anti-dumping* de base e do artigo 29.º, n.º 2, do regulamento antissubvenções de base, a documentação enviada pelas partes interessadas com a indicação «Divulgação restrita» deve ser acompanhada de um resumo não confidencial, com a menção aposta «Para consulta pelas partes interessadas». Esses resumos devem ser suficientemente pormenorizados para permitir compreender de forma adequada o essencial das informações comunicadas a título confidencial. Se uma parte interessada que preste informações confidenciais não apresentar um resumo não confidencial das mesmas no formato e com a qualidade exigidos, essas informações podem não ser tidas em consideração.
- (23) As partes interessadas são convidadas a apresentar quaisquer observações e pedidos por correio eletrónico, incluindo procurações e certificações digitalizadas, com exceção de respostas volumosas, que devem ser apresentadas num dispositivo portátil de armazenamento digital (CD-ROM, DVD, memória USB, etc.) entregues em mão ou enviadas por correio registado. Ao utilizar o correio eletrónico, as partes interessadas expressam o seu acordo com as regras aplicáveis à comunicação por correio eletrónico incluídas no documento «CORRESPONDÊNCIA COM A COMISSÃO EUROPEIA NO ÂMBITO DE PROCESSOS DE DEFESA COMERCIAL» publicado no sítio Web da Direção-Geral do Comércio:

http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2011/june/tradoc_148003.pdf

As partes interessadas devem indicar o seu nome, endereço, telefone e um endereço de correio eletrónico válido, devendo assegurar que o endereço de correio eletrónico fornecido é um endereço de correio eletrónico profissional em funcionamento e consultado diariamente. Uma vez fornecidos os elementos de contacto, a Comissão comunicará com as partes interessadas exclusivamente por correio eletrónico, a menos que estas solicitem expressamente receber todos os documentos da Comissão por outro meio de comunicação ou a menos que a natureza do documento a enviar exija a utilização de correio registado. Para mais informações e disposições relativas à correspondência com a Comissão, incluindo os princípios que se aplicam às observações por correio eletrónico, as partes interessadas deverão consultar as instruções sobre a comunicação com as partes interessadas acima referidas.

Endereço da Comissão para o envio de correspondência:

Comissão Europeia
Direção-Geral do Comércio
Direção H
Gabinete: CHAR 04/039
1049 Bruxelas
BÉLGICA
Endereço eletrónico: Trade.solar.R659@ec.europa.eu

6. NÃO-COLABORAÇÃO

- (24) Caso uma parte interessada recuse o acesso às informações necessárias, não as faculte no prazo estabelecido ou impeça de forma significativa a realização do inquérito, podem ser estabelecidas conclusões positivas ou negativas, com base nos dados disponíveis, em conformidade com o artigo 18.º do regulamento *anti-dumping* de base e com o artigo 28.º do regulamento antissubvenções de base.

⁽¹⁾ Por documento de «Divulgação restrita» entende-se um documento que é considerado confidencial ao abrigo do artigo 19.º do Regulamento (UE) 2016/1036 e do artigo 6.º do Acordo da OMC sobre a aplicação do artigo VI do GATT de 1994 (Acordo *Anti-Dumping*). É também um documento protegido ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 145 de 31.5.2001, p. 43).

- (25) Quando se verificar que uma parte interessada prestou informações falsas ou erróneas, tais informações poderão não ser tidas em conta, podendo ser utilizados os dados disponíveis.
- (26) Se uma parte interessada não colaborar ou se colaborar apenas parcialmente e, por conseguinte, as conclusões se basearem nos dados disponíveis, em conformidade com o artigo 18.º do regulamento *anti-dumping* de base e com o artigo 28.º do regulamento antissubvenções de base, o resultado poderá ser-lhe menos favorável do que se tivesse colaborado.
- (27) A falta de uma resposta informatizada não será considerada como não-colaboração se a parte interessada demonstrar que a comunicação da resposta pela forma solicitada implicaria uma sobrecarga excessiva ou um custo adicional desnecessário. A parte interessada deve contactar a Comissão de imediato.

7. CONSELHEIRO AUDITOR

- (28) As partes interessadas podem solicitar a intervenção do Conselheiro Auditor em matéria de processos comerciais. Este atua como uma interface entre as partes interessadas e os serviços de inquérito da Comissão. Examina os pedidos de acesso ao dossiê, os diferendos sobre a confidencialidade dos documentos, os pedidos de prorrogação de prazos e os pedidos de audição por parte de terceiros. O Conselheiro Auditor pode realizar uma audição com uma única parte interessada e atuar como mediador para garantir o pleno exercício dos direitos de defesa das partes interessadas. O Conselheiro Auditor proporcionará igualmente às partes interessadas a oportunidade de realizar uma audição, para que possam ser confrontados pontos de vista opostos e contestados os argumentos.
- (29) Os pedidos de audição com o Conselheiro Auditor devem ser apresentados por escrito e especificar as razões que os justificam. Para as audições sobre questões relacionadas com a fase inicial do inquérito, o pedido deve ser apresentado no prazo de 15 dias a contar da data de entrada em vigor do presente regulamento. Após essa data, os pedidos de audição devem ser apresentados nos prazos específicos fixados pela Comissão no âmbito da sua comunicação com as partes.
- (30) Para mais informações e contactos, as partes interessadas podem consultar as páginas do Conselheiro Auditor no sítio da DG Comércio: <http://ec.europa.eu/trade/trade-policy-and-you/contacts/hearing-officer/>

8. CALENDÁRIO DO INQUÉRITO

- (31) Em conformidade com o artigo 11.º, n.º 5, do regulamento *anti-dumping* de base e o artigo 22.º, n.º 1, do regulamento antissubvenções de base, o inquérito será concluído no prazo de nove meses a contar da data de entrada em vigor do presente regulamento.

9. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- (32) Quaisquer dados pessoais recolhidos no presente inquérito serão tratados em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

É iniciado, nos termos do artigo 11.º, n.º 4, e do artigo 13.º, n.º 4, do Regulamento (UE) 2016/1036 e do artigo 23.º, n.º 6, do Regulamento (UE) 2016/1037, um reexame dos Regulamentos de Execução (UE) 2016/184 e (UE) 2016/185, a fim de determinar se as importações de módulos ou painéis fotovoltaicos de silício cristalino e células do tipo utilizado em módulos ou painéis fotovoltaicos de silício cristalino (as células têm uma espessura não superior a 400 micrómetros), expedidos da Malásia e de Taiwan, independentemente de serem ou não declarados originários da Malásia e de Taiwan, atualmente classificados nos códigos NC ex 8501 31 00, ex 8501 32 00, ex 8501 33 00, ex 8501 34 00, ex 8501 61 20, ex 8501 61 80, ex 8501 62 00, ex 8501 63 00, ex 8501 64 00 e ex 8541 40 90 (códigos TARIC: 8501 31 00 82, 8501 31 00 83, 8501 32 00 42, 8501 32 00 43, 8501 33 00 62, 8501 33 00 63, 8501 34 00 42, 8501 34 00 43, 8501 61 20 42, 8501 61 20 43, 8501 61 80 42, 8501 61 80 43, 8501 62 00 62, 8501 62 00 63, 8501 63 00 42, 8501 63 00 43, 8501 64 00 42, 8501 64 00 43, 8541 40 90 22, 8541 40 90 23, 8541 40 90 32, 8541 40 90 33), produzidos por Jinko Solar Technology SDN.BHD, devem ser objeto das medidas *anti-dumping* e das medidas de compensação instituídas pelos Regulamentos de Execução (UE) 2016/185 e (UE) 2016/184.

⁽¹⁾ Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados (JO L 8 de 12.1.2001, p. 1).

Artigo 2.º

É revogado o direito *anti-dumping* instituído pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/185 no que respeita às importações referidas no artigo 1.º do presente regulamento.

Artigo 3.º

As autoridades aduaneiras devem tomar as medidas adequadas no sentido de registar as importações na União referidas no artigo 1.º do presente regulamento, nos termos do artigo 14.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 2016/1036.

O registo caduca nove meses após a data de entrada em vigor do presente regulamento.

Artigo 4.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/243 DA COMISSÃO**de 10 de fevereiro de 2017****que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 686/2012 no que se refere ao Estado-Membro correlator para a substância ativa metaldeído****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas 79/117/CEE e 91/414/CEE do Conselho ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 19.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento de Execução (UE) n.º 686/2012 da Comissão ⁽²⁾ atribui a avaliação de cada substância ativa a um Estado-Membro relator e a um Estado-Membro correlator. Com o acordo dos Estados-Membros em causa, considera-se necessário alterar o Estado-Membro correlator para a substância ativa metaldeído, respeitando simultaneamente o equilíbrio na distribuição das responsabilidades e das tarefas entre Estados-Membros. A coavaliação para efeitos do procedimento de renovação do metaldeído deve ser atribuída à Áustria.
- (2) O Regulamento de Execução (UE) n.º 686/2012 deve, por conseguinte, ser alterado em conformidade.
- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

No anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 686/2012, a entrada relativa à substância ativa metaldeído passa a ter a seguinte redação:

Substância ativa	Estado-Membro relator	Estado-Membro correlator
«Metaldeído	PL	AT»

*Artigo 2.º*O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

⁽¹⁾ JO L 309 de 24.11.2009, p. 1.⁽²⁾ Regulamento de Execução (UE) n.º 686/2012 da Comissão, de 26 de julho de 2012, que atribui aos Estados-Membros, para efeitos do procedimento de renovação, a avaliação de substâncias ativas (JO L 200 de 27.7.2012, p. 5).

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/244 DA COMISSÃO**de 10 de fevereiro de 2017****relativo à não renovação da aprovação da substância ativa linurão, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas 79/117/CEE e 91/414/CEE do Conselho ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 20.º, n.º 1, e o artigo 78.º, n.º 2,

Considerando o seguinte:

- (1) A Diretiva 2003/31/CE da Comissão ⁽²⁾ incluiu o linurão como substância ativa no anexo I da Diretiva 91/414/CEE do Conselho ⁽³⁾.
- (2) As substâncias ativas incluídas no anexo I da Diretiva 91/414/CEE devem ser consideradas como tendo sido aprovadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 e estão enumeradas na parte A do anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão ⁽⁴⁾.
- (3) A aprovação da substância ativa linurão, tal como estabelecida na parte A do anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011, expira em 31 de julho de 2017.
- (4) Foi apresentado um pedido de renovação da aprovação do linurão em conformidade com o artigo 1.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 844/2012 da Comissão ⁽⁵⁾ dentro do prazo previsto naquele artigo.
- (5) O requerente apresentou os processos complementares exigidos em conformidade com o artigo 6.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 844/2012. O pedido foi considerado completo pelo Estado-Membro relator.
- (6) O Estado-Membro relator preparou um relatório de avaliação da renovação em consulta com o Estado-Membro correlator e apresentou-o à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (a seguir designada «Autoridade») e à Comissão em 15 de abril de 2015.
- (7) A Autoridade transmitiu o relatório de avaliação da renovação ao requerente e aos Estados-Membros para que apresentassem as suas observações e enviou à Comissão as observações recebidas. A Autoridade também disponibilizou ao público o processo complementar sucinto.
- (8) Em 8 de junho de 2016 ⁽⁶⁾, a Autoridade transmitiu à Comissão as suas conclusões quanto à possibilidade de o linurão cumprir os critérios de aprovação previstos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009. Foram identificadas preocupações específicas, em particular no que se refere ao nível de exposição de crianças residentes, que é superior ao valor toxicológico de referência («NAEO»), e ao nível de exposição do operador no caso da

⁽¹⁾ JO L 309 de 24.11.2009, p. 1.

⁽²⁾ Diretiva 2003/31/CE da Comissão, de 11 de abril de 2003, que altera a Diretiva 91/414/CEE do Conselho com o objetivo de incluir as substâncias ativas 2,4-DB, beta-ciflutrina, ciflutrina, iprodiona, linurão, hidrazida maleica e pendimetalina (JO L 101 de 23.4.2003, p. 3).

⁽³⁾ Diretiva 91/414/CEE do Conselho, de 15 de julho de 1991, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado (JO L 230 de 19.8.1991, p. 1).

⁽⁴⁾ Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão, de 25 de maio de 2011, que dá execução ao Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à lista de substâncias ativas aprovadas (JO L 153 de 11.6.2011, p. 1).

⁽⁵⁾ Regulamento de Execução (UE) n.º 844/2012 da Comissão, de 18 de setembro de 2012, que estabelece as disposições necessárias à execução do procedimento de renovação de substâncias ativas, tal como estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado (JO L 252 de 19.9.2012, p. 26).

⁽⁶⁾ AESA (Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos), 2016. *Conclusion on the peer review of the pesticide risk assessment of the active substance linuron* (Conclusões sobre a revisão pelos peritos avaliadores da avaliação dos riscos de pesticidas relativa à substância ativa linurão). *EFSA Journal* 2016;14(2):4406, 173 pp. doi:10.2903/j.efsa.2016.4406

aplicação manual com pulverizador, que é igualmente superior ao NAEO mesmo quando se utiliza equipamento de proteção pessoal. Foi também identificado um elevado risco para aves e mamíferos selvagens, artrópodes não visados e macrorganismos do solo não visados. Não foi possível concluir a avaliação dos riscos para o consumidor devido a uma série de deficiências graves no conjunto de dados. Além disso, não foi igualmente possível concluir a avaliação da exposição e dos riscos para vários compartimentos ambientais, incluindo as águas subterrâneas.

- (9) O linurão foi classificado como tóxico para a reprodução da categoria 1B em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾. O nível de exposição de crianças residentes é superior ao NAEO para as utilizações propostas. Para demonstrar uma exposição desprezível dos seres humanos à substância nas condições realistas de utilização propostas, a exposição não pode ser superior ao NAEO, por conseguinte, para que a exposição dos seres humanos à substância seja desprezível, é excluída a utilização de linurão nas condições realistas de utilização propostas. Além disso, uma condição complementar para demonstrar uma exposição desprezível consiste em os resíduos da substância ativa não excederem o valor por defeito estabelecido nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (CE) n.º 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽²⁾. Embora não tenha sido possível obter um limite máximo de resíduos a partir dos dados disponíveis para a utilização proposta do linurão, os dados disponíveis relativos aos ensaios de resíduos para a utilização proposta indicam que são de esperar resíduos de linurão acima do valor por defeito, pelo que esta condição não está cumprida. Com base nestas considerações, os requisitos estabelecidos no anexo II, ponto 3.6.4, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 não estão cumpridos.
- (10) Além disso, para além da classificação do linurão como tóxico para a reprodução da categoria 1B, o linurão está igualmente classificado como cancerígeno da categoria 2 em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 e, por conseguinte, deve ser considerado como tendo propriedades desreguladoras do sistema endócrino em conformidade com o anexo II, ponto 3.6.5, terceiro parágrafo, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009. Além disso, os dados científicos disponíveis demonstram que o linurão tem propriedades desreguladoras do sistema endócrino que podem causar efeitos adversos nos órgãos endócrinos nos seres humanos e nos organismos não visados. Pelas razões expostas no considerando 9, exclui-se uma exposição desprezível dos seres humanos ao linurão em condições realistas de utilização. Com base nestas considerações, os requisitos estabelecidos no anexo II, ponto 3.6.5, primeiro parágrafo, do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 não estão cumpridos.
- (11) A Comissão convidou o requerente a apresentar os seus comentários sobre as conclusões da Autoridade. Além disso, em conformidade com o artigo 14.º, n.º 1, terceiro parágrafo, do Regulamento de Execução (UE) n.º 844/2012, a Comissão solicitou ao requerente a apresentação de comentários ao relatório de renovação. O requerente enviou os seus comentários, que foram objeto de uma análise atenta.
- (12) Todavia, apesar dos argumentos apresentados pelo requerente, não foi possível dissipar as preocupações relativas à substância.
- (13) Consequentemente, não foi possível demonstrar relativamente a uma ou mais utilizações representativas de, pelo menos, um produto fitofarmacêutico, que eram cumpridos os critérios de aprovação estabelecidos no artigo 4.º. Por conseguinte, a aprovação da substância ativa linurão não deve ser renovada.
- (14) O Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 deve, por conseguinte, ser alterado em conformidade.
- (15) Os Estados-Membros devem dispor de tempo suficiente para retirarem as autorizações dos produtos fitofarmacêuticos que contenham linurão.
- (16) Relativamente aos produtos fitofarmacêuticos que contenham linurão, quando os Estados-Membros concederem um prazo de tolerância nos termos do disposto no artigo 46.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, esse prazo deve terminar, o mais tardar, em 3 de junho de 2018.
- (17) O Regulamento de Execução (UE) 2016/950 da Comissão ⁽³⁾ prorrogou a data de termo da autorização do linurão até 31 de julho de 2017 a fim de permitir a conclusão do processo de renovação antes do termo da aprovação da substância. Dado que se tomou uma decisão antes da nova data de termo, o presente regulamento deve aplicar-se o mais rapidamente possível.

⁽¹⁾ Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas 67/548/CEE e 1999/45/CE, e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (JO L 353 de 31.12.2008, p. 1).

⁽²⁾ Regulamento (CE) n.º 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de fevereiro de 2005, relativo aos limites máximos de resíduos de pesticidas no interior e à superfície dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, de origem vegetal ou animal, e que altera a Diretiva 91/414/CEE do Conselho (JO L 70 de 16.3.2005, p. 1).

⁽³⁾ Regulamento de Execução (UE) 2016/950 da Comissão, de 15 de junho de 2016, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 no que se refere à prorrogação dos períodos de aprovação das substâncias ativas 2,4-DB, beta-ciflutrina, carfentrazona-etilo, *Coniothyrium minitans* estirpe CON/M/91-08 (DSM 9660), ciazofamida, deltametrina, dimetenamida-P, etofumesato, fenamidona, flufenacet, flurtamona, foramsulfurão, fostiazato, imazamox, iodossulfurão, iprodiona, isoxaflutol, linurão, hidrazida maleica, mesotriona, oxassulfurão, pendimetalina, picoxistrobina, siltiofame e trifloxistrobina (JO L 159 de 16.6.2016, p. 3).

- (18) O presente regulamento não prejudica a apresentação de um novo pedido de aprovação relativo ao linurão em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009.
- (19) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Não renovação da aprovação da substância ativa

A aprovação da substância ativa linurão não é renovada.

Artigo 2.º

Medidas de transição

Os Estados-Membros devem retirar as autorizações de produtos fitofarmacêuticos que contenham linurão como substância ativa até 3 de junho de 2017.

Artigo 3.º

Prazo de tolerância

Qualquer prazo de tolerância concedido pelos Estados-Membros em conformidade com o artigo 46.º do Regulamento (CE) n.º 1107/2009 deve ser tão breve quanto possível e terminar, o mais tardar, em 3 de junho de 2018.

Artigo 4.º

Alteração do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011

Na parte A do anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011, é suprimida a linha 51 relativa ao linurão.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/245 DA COMISSÃO**de 10 de fevereiro de 2017****que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º 922/72, (CEE) n.º 234/79, (CE) n.º 1037/2001, (CE) n.º 1234/2007 do Conselho ⁽¹⁾,Tendo em conta o Regulamento de Execução (UE) n.º 543/2011 da Comissão, de 7 de junho de 2011, que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho nos setores das frutas e produtos hortícolas e das frutas e produtos hortícolas transformados ⁽²⁾, nomeadamente o artigo 136.º, n.º 1,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento de Execução (UE) n.º 543/2011 estabelece, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do «Uruguay Round», os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros relativamente aos produtos e aos períodos indicados no anexo XVI, parte A.
- (2) O valor forfetário de importação é calculado, todos os dias úteis, em conformidade com o artigo 136.º, n.º 1, do Regulamento de Execução (UE) n.º 543/2011, tendo em conta os dados diários variáveis. O presente regulamento deve, por conseguinte, entrar em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 136.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 543/2011 são fixados no anexo do presente regulamento.

*Artigo 2.º*O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de fevereiro de 2017.

*Pela Comissão**Em nome do Presidente,*

Jerzy PLEWA

*Diretor-Geral**Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*⁽¹⁾ JO L 347 de 20.12.2013, p. 671.⁽²⁾ JO L 157 de 15.6.2011, p. 1.

ANEXO

Valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100 kg)		
Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação
0702 00 00	MA	111,7
	SN	359,5
	TN	311,6
	TR	150,6
	ZZ	233,4
0707 00 05	MA	85,9
	TR	178,9
	ZZ	132,4
0709 91 00	EG	153,4
	ZZ	153,4
0709 93 10	MA	71,6
	TR	203,0
	ZZ	137,3
0805 10 22, 0805 10 24, 0805 10 28	EG	44,1
	IL	71,6
	MA	44,1
	TN	52,1
	TR	77,1
	ZZ	57,8
	EG	93,2
0805 21 10, 0805 21 90, 0805 29 00	IL	131,2
	MA	90,2
	TR	86,4
	ZZ	100,3
	IL	117,8
	MA	102,6
0805 50 10	TR	60,4
	ZZ	93,6
	EG	88,3
	TR	83,4
0808 30 90	ZZ	85,9
	CL	181,7
	CN	108,8
	ZA	113,2
	ZZ	134,6

⁽¹⁾ Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (UE) n.º 1106/2012 da Comissão, de 27 de novembro de 2012, que executa o Regulamento (CE) n.º 471/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias do comércio externo com países terceiros, no que respeita à atualização da nomenclatura dos países e territórios (JO L 328 de 28.11.2012, p. 7). O código «ZZ» representa «outras origens».

DECISÕES

DECISÃO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/246 DO CONSELHO

de 7 de fevereiro de 2017

que estabelece uma Recomendação para o prolongamento dos controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2016/399 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 29.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Considerando o seguinte:

- (1) Em conformidade com o artigo 29.º do Código das Fronteiras Schengen, o Conselho adotou, em 12 de maio de 2016, sob proposta da Comissão, a Decisão de Execução que estabelece uma recomendação quanto à realização de controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen ⁽²⁾.
- (2) O Conselho recomendou a cinco Estados Schengen (Áustria, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Noruega) que mantivessem controlos, temporários e proporcionados, num número limitado de troços das suas fronteiras internas, por um período de seis meses, a fim de contrariar a ameaça grave à ordem pública ou à segurança interna nestes Estados resultante da conjugação de deficiências no controlo das fronteiras externas na Grécia com os movimentos secundários de migrantes irregulares entrados a partir deste último país e que poderiam pretender deslocar-se para outros Estados Schengen. Este prazo foi prorrogado pelo Conselho, sob proposta da Comissão, em 11 de novembro de 2016, por um novo período de três meses.
- (3) Nos termos dos artigos 25.º e 29.º do Código das Fronteiras Schengen, o período inicial recomendado pelo Conselho pode ser prorrogado se as referidas circunstâncias excecionais persistirem.
- (4) A Recomendação de 11 de novembro de 2016 previa que os Estados Schengen em causa apresentassem mensalmente à Comissão um relatório sobre o resultado dos controlos realizados e uma avaliação da eventual necessidade de prosseguir esses controlos. A Comissão recebeu relatórios de todos os Estados Schengen em causa. As informações constantes desses relatórios demonstram que os controlos respeitaram as condições impostas pela referida recomendação. Confirmam também a estabilização progressiva da situação nestes Estados, com uma redução contínua do número de pessoas a quem a entrada é recusada, bem como do número de pedidos de asilo recebidos.
- (5) Não obstante estes progressos, as condições previstas no roteiro «Restabelecer Schengen» para permitir a supressão de todos os controlos nas fronteiras internas e o restabelecimento do funcionamento normal do espaço Schengen ainda não se encontram totalmente reunidas. Além disso, e apesar dos contínuos progressos e significativas melhorias realizados pela Grécia em 2016 no domínio da gestão das fronteiras externas, este país continua a acolher um número significativo de migrantes irregulares. Com base nas tendências anteriormente observadas, os Estados-Membros mais afetados pelos movimentos secundários de migrantes irregulares provenientes da Grécia continuam a estar expostos aos riscos associados às suas deslocações irregulares.

⁽¹⁾ JO L 77 de 23.3.2016, p. 1.

⁽²⁾ JO L 151 de 8.6.2016, p. 8.

- (6) Na sua Comunicação «Restabelecer Schengen — um roteiro», a Comissão identificou as diferentes políticas a adotar para restabelecer o funcionamento normal do espaço Schengen. A Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira está rapidamente a ficar operacional, o que lhe permite prestar assistência à Grécia na sua fronteira externa setentrional a partir de fevereiro de 2017.
- (7) Outro elemento identificado no roteiro refere-se à aplicação da Declaração UE-Turquia. O quarto relatório intercalar ⁽¹⁾ confirma a tendência para a obtenção constante de resultados, apesar das numerosas dificuldades. A aplicação da Declaração exige, no entanto, um acompanhamento contínuo. O mesmo se passa em relação à cooperação acordada na reunião que aprovou a Declaração dos Dirigentes sobre a rota dos Balcãs Ocidentais.
- (8) As circunstâncias excecionais que constituem uma ameaça grave para a ordem pública e a segurança interna, colocando em risco o funcionamento geral do espaço Schengen, continuam, por conseguinte, a manter-se.
- (9) À luz do exposto, afigura-se, pois, justificado, como medida de último recurso, autorizar o prolongamento dos controlos temporários nas fronteiras internas dos Estados Schengen que atualmente efetuam tais controlos, isto é, a Áustria, a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia e a Noruega, enquanto país associado, em conformidade com o artigo 29.º do Código das Fronteiras Schengen.
- (10) Com base nos elementos factuais atualmente disponíveis, tal prolongamento não deverá exceder três meses a contar da data de adoção da presente decisão de execução.
- (11) Os Estados-Membros que decidam continuar a realizar controlos nas fronteiras internas ao abrigo da presente decisão de execução deverão notificar desse facto os demais Estados-Membros, o Parlamento Europeu e a Comissão.
- (12) Antes de optarem por esses controlos, os Estados-Membros em causa deverão ponderar a possibilidade de aplicar outras medidas, como alternativa aos controlos nas fronteiras, com vista a enfrentar eficazmente a ameaça identificada, tais como o exercício das competências de polícia de forma compatível com o artigo 23.º do Código das Fronteiras Schengen, e decidir reintroduzir controlos nas fronteiras internas em causa unicamente como medida de último recurso, quando tais medidas menos restritivas para o tráfego transfronteiras não forem suficientes para enfrentar as ameaças identificadas. Os Estados-Membros em causa deverão incluir nas respetivas notificações o resultado dessa análise e os motivos que os levam a optar pelos controlos nas fronteiras.
- (13) Os controlos ao abrigo da presente decisão de execução deverão continuar a ser realizados apenas na medida do necessário, limitados, em termos de intensidade, ao mínimo estritamente necessário e adaptados às circunstâncias. Por conseguinte, é possível antever que uma nova diminuição do fluxo de pessoas conduza à suspensão dos controlos em determinados troços da fronteira. Só deverão ser realizados controlos seletivos, com base em análises de risco e em dados dos serviços de informações constantemente atualizados, a fim de otimizar o benefício dos controlos e limitar os seus efeitos negativos sobre a livre circulação. Os Estados Schengen afetados por esses controlos nos troços de fronteira pertinentes deverão ser autorizados a exprimir regularmente os seus pontos de vista sobre a necessidade de tais controlos; o Estado Schengen que tenha decidido reintroduzir esses controlos deverá ter em conta estas observações quando examinar a sua necessidade, com o objetivo de os reduzir progressivamente.
- (14) No final de cada mês de aplicação da presente decisão de execução, os Estados em causa deverão enviar rapidamente à Comissão e ao Conselho um relatório completo sobre os resultados dos controlos realizados, juntamente com uma avaliação da eventual necessidade da sua continuação. O relatório deverá indicar o número total de pessoas controladas, o número total de recusas de entrada na sequência dos controlos, o número total de decisões de regresso emitidas na sequência dos controlos e o número total de pedidos de asilo recebidos nas fronteiras internas onde se realizaram os controlos.
- (15) O Conselho toma nota de que a Comissão anunciou que continuará a colaborar com os Estados Schengen em causa no sentido de suprimir progressivamente os controlos temporários nas fronteiras internas com o objetivo de restabelecer o funcionamento normal do espaço Schengen o mais rapidamente possível.
- (16) O Conselho toma igualmente nota de que a Comissão anunciou que acompanhará de perto a aplicação da presente decisão de execução,

⁽¹⁾ Quarto Relatório sobre os progressos realizados na aplicação da Declaração UE-Turquia, COM(2016) 792.

RECOMENDA:

1. A Áustria, a Alemanha, a Dinamarca, a Suécia e a Noruega deverão prolongar os controlos, temporários e proporcionados, nas suas fronteiras por um período máximo de três meses a partir de 11 de fevereiro de 2017, nas seguintes fronteiras internas:
 - Áustria: nas fronteiras terrestres com a Hungria e a Eslovénia;
 - Alemanha: na fronteira terrestre com a Áustria;
 - Dinamarca: nos portos dinamarqueses com ligações por *ferry* à Alemanha e na fronteira terrestre com a Alemanha;
 - Suécia: nos portos suecos da região de pólcia sul e oeste e na ponte de Öresund;
 - Noruega: nos portos noruegueses com ligações por *ferry* à Dinamarca, à Alemanha e à Suécia.
2. Antes de decidirem um novo prolongamento desses controlos com base na presente recomendação, os Estados-Membros em causa deverão proceder a um intercâmbio de opiniões com o ou os Estados-Membros interessados, a fim de assegurar que os controlos nas fronteiras internas são realizados unicamente onde forem considerados necessários e proporcionados. Os Estados-Membros em causa deverão também assegurar que os controlos nas fronteiras internas são realizados exclusivamente como medida de último recurso, sempre que outras medidas alternativas não permitam alcançar os mesmos efeitos, e apenas nos troços da fronteira interna onde forem considerados necessários e proporcionados, em conformidade com o Código das Fronteiras Schengen. Os Estados-Membros em causa deverão notificar os demais Estados-Membros, o Parlamento Europeu e a Comissão em conformidade.
3. Os controlos das fronteiras deverão continuar a ser seletivos, baseados em análises de risco e em dados dos serviços de informações continuamente atualizados, limitados, em termos de âmbito de aplicação, frequência, localização e duração, ao estritamente necessário para responder à ameaça grave e preservar a ordem pública e a segurança interna. O Estado-Membro que realiza os controlos na fronteira interna ao abrigo da presente decisão de execução deverá analisar semanalmente a necessidade, a frequência, o local e a duração dos controlos, ajustar a sua intensidade ao nível da ameaça à qual visam responder, suprimindo-os gradualmente logo que adequado, e apresentar mensalmente um relatório à Comissão e ao Conselho.

Feito em Bruxelas, em 7 de fevereiro de 2017.

Pelo Conselho

O Presidente

L. GRECH

DECISÃO DE EXECUÇÃO (UE) 2017/247 DA COMISSÃO**de 9 de fevereiro de 2017****relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade em determinados Estados-Membros***[notificada com o número C(2017) 1044]***(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta a Diretiva 89/662/CEE do Conselho, de 11 de dezembro de 1989, relativa aos controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário, na perspetiva da realização do mercado interno ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 9.º, n.º 4,

Tendo em conta a Diretiva 90/425/CEE do Conselho, de 26 de junho de 1990, relativa aos controlos veterinários e zootécnicos aplicáveis ao comércio intracomunitário de certos animais vivos e produtos, na perspetiva da realização do mercado interno ⁽²⁾, nomeadamente o artigo 10.º, n.º 4,

Considerando o seguinte:

- (1) A gripe aviária é uma doença infecciosa viral das aves. As infeções por vírus da gripe aviária em aves de capoeira domésticas e outras aves em cativeiro dão origem a duas formas principais da doença que se distinguem pela sua virulência. A forma de baixa patogenicidade provoca geralmente apenas sintomas ligeiros, enquanto a forma de alta patogenicidade resulta em taxas de mortalidade muito elevadas na maior parte das espécies de aves. Trata-se de uma doença que pode ter um impacto importante na rendibilidade da avicultura.
- (2) Em caso de foco de gripe aviária num Estado-Membro, existe o risco de o agente da doença se poder propagar a outras explorações onde são mantidas aves de capoeira ou outras aves em cativeiro. Consequentemente, pode propagar-se de um Estado-Membro a outros Estados-Membros ou a países terceiros através do comércio de aves vivas ou outras aves em cativeiro ou seus produtos.
- (3) A Diretiva 2005/94/CE do Conselho ⁽³⁾ estabelece determinadas medidas preventivas relacionadas com a vigilância e a deteção precoce da gripe aviária e as medidas mínimas de luta a aplicar em caso de foco dessa doença nas aves de capoeira ou nas outras aves em cativeiro. A referida diretiva prevê o estabelecimento de zonas de proteção e de vigilância em caso de ocorrência de um foco de gripe aviária de alta patogenicidade. Esta regionalização é aplicada sobretudo para preservar o estatuto sanitário das aves no resto do território do Estado-Membro, evitando a introdução do agente patogénico e assegurando a deteção precoce da doença.
- (4) Desde o início de novembro de 2016, dezasseis Estados-Membros («Estados-Membros em causa»), nomeadamente a Bulgária, a República Checa, a Dinamarca, a Alemanha, a Grécia, a França, a Croácia, a Itália, a Hungria, os Países Baixos, a Áustria, a Polónia, a Roménia, a Eslováquia, a Suécia e o Reino Unido, notificaram a Comissão da ocorrência de focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em explorações no seu território onde são mantidas aves de capoeira ou outras aves em cativeiro.
- (5) O vírus da gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 foi detetado, desde o final de outubro de 2016, num grande número de aves selvagens, sobretudo de espécies migratórias, nos Estados-Membros acima referidos e também na Irlanda, em Espanha, em Portugal e na Eslovénia.
- (6) Na maioria dos Estados-Membros, o vírus que causa esta doença foi detetado pela primeira vez em aves selvagens, antes de ser detetado em explorações onde são mantidas aves de capoeira ou outras aves em cativeiro.

⁽¹⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 13.

⁽²⁾ JO L 224 de 18.8.1990, p. 29.

⁽³⁾ Diretiva 2005/94/CE do Conselho, de 20 de dezembro de 2005, relativa a medidas comunitárias de luta contra a gripe aviária e que revoga a Diretiva 92/40/CEE (JO L 10 de 14.1.2006, p. 16).

- (7) Também os países terceiros vizinhos como a antiga República jugoslava da Macedónia, a Sérvia, a Suíça, a Federação da Rússia e a Ucrânia identificaram o vírus da gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 nos seus territórios, em aves selvagens ou em explorações onde são mantidas aves de capoeira ou outras aves em cativeiro.
- (8) Em resposta aos focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 na Dinamarca, na Alemanha, em França, na Hungria, nos Países Baixos, na Áustria e na Suécia, a Comissão adotou várias decisões de execução relativas a medidas de proteção dirigidas a esses Estados-Membros.
- (9) Por razões de clareza e a fim de manter os Estados-Membros, os países terceiros e as partes interessadas a par da evolução da situação epidemiológica, foi adotada a Decisão de Execução (UE) 2016/2122 ⁽¹⁾ da Comissão com vista a enumerar, num único ato legislativo da União, as zonas de proteção e de vigilância estabelecidas pela autoridade competente dos Estados-Membros em causa, no seguimento da ocorrência de focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em explorações no seu território, em conformidade com a Diretiva 2005/94/CE. Os Estados-Membros em causa são enumerados no anexo da referida decisão de execução.
- (10) Desde a adoção da Decisão de Execução (UE) 2016/2122, a epidemia continuou a evoluir e alargou o seu âmbito geográfico, em particular devido aos atuais movimentos sazonais de aves selvagens migratórias e ao alastramento ocasional para explorações onde são mantidas aves de capoeira e outras aves em cativeiro. O vírus também se propagou posteriormente entre explorações em determinadas áreas com elevada densidade de explorações onde as aves de capoeira não podem ser suficientemente protegidas contra o contacto com aves selvagens.
- (11) A Decisão de Execução (UE) 2016/2122 foi posteriormente alterada pelas Decisões de Execução (UE) 2016/2219 ⁽²⁾, (UE) 2016/2279 ⁽³⁾, (UE) 2016/2367 ⁽⁴⁾, (UE) 2017/14 ⁽⁵⁾, (UE) 2017/116 ⁽⁶⁾ e (UE) 2017/155 da Comissão ⁽⁷⁾ no seguimento de outros focos de gripe aviária de alta patogenicidade de subtipo H5N8 na Bulgária, na República Checa, na Alemanha, na Grécia, em França, na Croácia, em Itália, na Hungria, nos Países Baixos, na Áustria, na Polónia, na Roménia, na Eslováquia, na Suécia e no Reino Unido.
- (12) Desde a adoção da Decisão de Execução (UE) 2017/155, a Bulgária, a República Checa, a Alemanha, a Grécia, a França, a Itália, a Hungria, a Polónia, a Roménia, a Eslováquia, a Suécia e o Reino Unido comunicaram a ocorrência de novos focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em aves de capoeira e tomaram as medidas necessárias nos termos da Diretiva 2005/94/CE, incluindo o estabelecimento de zonas de proteção e de vigilância em redor dos focos. Em todos os casos, a Comissão examinou as medidas adotadas pelos Estados-Membros em causa em conformidade com a Diretiva 2005/94/CE e considerou que os limites das zonas de proteção e de vigilância estabelecidas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros em causa se encontram a uma distância suficiente das explorações onde tinha sido confirmado um foco.
- (13) Além disso, na Croácia e na Áustria continuam em vigor zonas de vigilância, devido a anteriores focos nesses Estados-Membros. A Decisão de Execução (UE) 2016/2122 foi adotada e posteriormente devidamente alterada, a fim de descrever rapidamente, a nível da União, as zonas de proteção e de vigilância estabelecidas nos Estados-Membros em causa, em conformidade com a Diretiva 2005/94/CE, com vista a prevenir qualquer perturbação desnecessária do comércio na União e evitar que sejam impostas barreiras injustificadas ao comércio por parte de países terceiros.

⁽¹⁾ Decisão de Execução (UE) 2016/2122 da Comissão, de 2 de dezembro de 2016, relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em determinados Estados-Membros (JO L 329 de 3.12.2016, p. 75).

⁽²⁾ Decisão de Execução (UE) 2016/2219 da Comissão, de 8 de dezembro de 2016, que altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2016/2122 relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em determinados Estados-Membros (JO L 334 de 9.12.2016, p. 52).

⁽³⁾ Decisão de Execução (UE) 2016/2279 da Comissão, de 15 de dezembro de 2016, que altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2016/2122 relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em determinados Estados-Membros (JO L 342 de 16.12.2016, p. 71).

⁽⁴⁾ Decisão de Execução (UE) 2016/2367 da Comissão, de 21 de dezembro de 2016, que altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2016/2122 relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em determinados Estados-Membros (JO L 350 de 22.12.2016, p. 42).

⁽⁵⁾ Decisão de Execução (UE) 2017/14 da Comissão, de 5 de janeiro de 2017, que altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2016/2122 relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em determinados Estados-Membros (JO L 4 de 7.1.2017, p. 10).

⁽⁶⁾ Decisão de Execução (UE) 2017/116 da Comissão, de 20 de janeiro de 2017, que altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2016/2122 relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em determinados Estados-Membros (JO L 18 de 24.1.2017, p. 53).

⁽⁷⁾ Decisão de Execução (UE) 2017/155 da Comissão, de 26 de janeiro de 2017, que altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2016/2122 relativa a medidas de proteção contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 em determinados Estados-Membros (JO L 23 de 28.1.2017, p. 25).

- (14) A atual situação epidemiológica está ainda em evolução. O vírus da gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N8 continua a ser detetado em aves selvagens e em aves de capoeira ou outras aves em cativeiro em muitos Estados-Membros. Além disso, foi recentemente detetado um vírus de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N5 em aves selvagens de diversas espécies, na sua maior parte encontradas mortas, na Alemanha, em Itália, na Croácia, na Grécia, na Polónia, nos Países Baixos e na Eslovénia. A Alemanha também notificou a Comissão da ocorrência de focos de gripe aviária de alta patogenicidade do subtipo H5N5 em explorações no seu território onde são mantidas aves de capoeira.
- (15) As aves selvagens, em especial as aves aquáticas migratórias selvagens, são consideradas hospedeiras naturais dos vírus da gripe aviária. A presença de diferentes subtipos de vírus de gripe aviária de alta patogenicidade em aves selvagens não é invulgar, mas representa uma ameaça permanente de introdução direta ou indireta desses vírus em explorações onde são mantidas aves de capoeira ou outras aves em cativeiro, havendo o risco de propagação subsequente do vírus de uma exploração infetada a outras explorações. Além disso, aumenta o risco de recombinação e de emergência de novos subtipos do vírus.
- (16) Em 20 de dezembro de 2016, a EFSA publicou a declaração «Pedido urgente sobre a gripe aviária» ⁽¹⁾, em que recomenda a aplicação de medidas de prevenção e de controlo a ambos os subtipos, H5 e H7, da gripe aviária de alta patogenicidade, uma vez que não existe qualquer justificação científica para adotar uma abordagem diferenciada.
- (17) Do mesmo modo, o Código Sanitário dos Animais Terrestres da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) recomenda, para os subtipos de gripe aviária de alta patogenicidade H5 e H7, a aplicação das mesmas normas ao comércio internacional de aves de capoeira vivas e produtos à base de aves de capoeira.
- (18) Dada a evolução da situação epidemiológica na União, e tendo em conta o carácter sazonal da circulação do vírus em aves selvagens, é possível a ocorrência nos próximos meses de outros focos de subtipos diferentes de gripe aviária de alta patogenicidade na União.
- (19) Por conseguinte, a Comissão procede continuamente, juntamente com os Estados-Membros, à avaliação da situação epidemiológica e acompanha de perto a aplicação das medidas.
- (20) Por razões de clareza e tendo em conta que durante a atual epidemia circulam ao mesmo tempo dois ou mais vírus diferentes de gripe aviária de alta patogenicidade, é conveniente alargar o âmbito de aplicação das atuais medidas de proteção da Decisão de Execução (UE) 2016/2122, a fim de abranger todos os vírus de gripe aviária de alta patogenicidade, tal como definidos no anexo I da Diretiva 2005/94/CE, bem como manter os Estados-Membros, os países terceiros e as partes interessadas a par da atual situação epidemiológica. As zonas de proteção e de vigilância estabelecidas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros em conformidade com a Diretiva 2005/94/CE devem ser novamente enumeradas num único ato, e a duração da regionalização deve ser fixada tendo em conta a epidemiologia da gripe aviária de alta patogenicidade.
- (21) A Decisão de Execução (UE) 2016/2122 deve, portanto, ser revogada e substituída pelo presente ato.
- (22) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A presente decisão define, ao nível da União, as zonas de proteção e de vigilância a estabelecer pelos Estados-Membros enumerados na lista constante do anexo da presente decisão no seguimento de um ou mais focos de gripe aviária de alta patogenicidade em aves de capoeira ou em aves em cativeiro, em conformidade com o artigo 16.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE, e a duração das medidas a aplicar em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, e o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE («Estados-Membros em causa»).

⁽¹⁾ EFSA Journal 2017;15(1):4687, 32 pp. doi:10.2903/j.efsa.2016.4687.

Artigo 2.º

Os Estados-membros em causa devem assegurar que:

- a) As zonas de proteção estabelecidas pelas respetivas autoridades competentes em conformidade com o artigo 16.º, n.º 1, alínea a), da Diretiva 2005/94/CE englobam, pelo menos, as áreas definidas como zonas de proteção na parte A do anexo da presente decisão;
- b) As medidas a aplicar nas zonas de proteção, tal como disposto no artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE, são mantidas no mínimo até às datas fixadas para as zonas de proteção estabelecidas na parte A do anexo da presente decisão.

Artigo 3.º

Os Estados-membros em causa devem assegurar que:

- a) As zonas de vigilância estabelecidas pelas respetivas autoridades competentes em conformidade com o artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Diretiva 2005/94/CE englobam, pelo menos, as áreas definidas como zonas de vigilância na parte B do anexo da presente decisão;
- b) As medidas a aplicar nas zonas de vigilância, tal como disposto no artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE, são mantidas no mínimo até às datas fixadas para as zonas de vigilância estabelecidas na parte B do anexo da presente decisão.

Artigo 4.º

É revogada a Decisão de Execução (UE) 2016/2122.

Artigo 5.º

A presente decisão é aplicável até 30 de junho de 2017.

Artigo 6.º

Os destinatários da presente decisão são os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 9 de fevereiro de 2017.

Pela Comissão

Vytenis ANDRIUKAITIS

Membro da Comissão

ANEXO

PARTE A

Zonas de proteção nos Estados-Membros em causa referidas nos artigos 1.º e 2.º:

Estado-Membro: Bulgária

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
PLOVDIV	
Municipality of Rakovski : — Momino selo	10.2.2017
Municipality of Brezovo : — Choba — Brezovo	10.2.2017
Municipality of Kaloyanovo : — Glavatar	10.2.2017
STARA ZAGORA	
Municipality of Bratya Daskalovi : — Veren — Malak dol — Markovo — Medovo — Golyam dol	28.2.2017
HASKOVO	
Municipality of Dimitrovgrad : — Gorski izvor	28.2.2017
PAZARDZHIK	
Municipality of Septemvri : — Lozen — Kovachevo	15.2.2017
YAMBOL	
Municipality of Elhovo : — Trankovo	20.2.2017

Estado-Membro: República Checa

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
Němčice u Ivančic (655813), Alexovice (655821), Budkovice (615595), Ivančice (655724), Kounické Předměstí (655741), Letkovice (655830), Moravský Krumlov (699128), Nová Ves u Oslovan (705659), Rokytná (699225), Oslavany (713180), Řeznovice (745421)	22.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
Brod nad Dyjí (612642), Dolní Dunajovice (628964), Drnholec (632520), části katastrálního území Mušov (700401) a Pasohlávky (718220), přičemž východní hranice území tvoří silnice E461	22.2.2017
Čelákovice (619159), Káraný (708020), Lázně Toušeň (767859), Mstětice (792764), Nový Vestec (708038), Otradovice (748366), Stránka u Brandýsa nad Labem (609269), Záluží u Čelákovic (619230), Zápy (609226)	22.2.2017
Blanička (724718), Dobronice u Chýnova (627399), Dolní Hořice (629103), Domamyšl (630560), Dub u Ratibořských Hor (633259), Hartvíkov (708585), Chotčiny (652814), Chýnov u Tábora (655473), Kladruby (629120), Kloužovice (666572), Mašovice (652822), Pohnánek (724700), Pohnání (724734), Velmovice (666581)	22.2.2017
681946 Černěves u Libějovic, 773603 Hvoždany u Vodňan, 651117 Chelčice, 681954 Libějovice, 681962 Nestanice, 755745 Stožice, 651125 Truskovice, 773611 Újezd u Vodňan, 784281 Vodňany	22.2.2017
771198 Dvorce u Tučap, 751804 Chlebov, 666106 Klenovice u Soběslavi, 734501 Kvasejovice u Soběslavi, 700690 Myslkovice, 741591 Roudná nad Lužnicí, 793817 Sedlečko u Soběslavě, 751707 Soběslav, 793825 Zvěrotice	22.2.2017
Bochoř (606723), Horní Moštěnice (643572), Lověšice u Přerova (735001), Přerov (734713), Újezdec u Přerova (774073), Věžky u Přerova (606740)	22.2.2017
661571 Kacanovy, 771686 Mašov u Turnova, 697940 Modřišice, 710393 Olešnice u Turnova, 734683 Přepeře u Turnova, 736309 Příšovice, 771601 Turnov, 787256 Všeň	22.2.2017
Nová Ves u Ostravy – severovýchodní hranici tvoří silnice č. 647 Plzeňská a silnice č. 470 (713937), Polanka nad Odrou — jižní hranici území tvoří silnice č. 478 (725081), Poruba — západní hranici území tvoří silnice č. 11 a silnice č. 647 (715174), Svinov (715506), Třebovice ve Slezsku (715433), Výškovice u Ostravy — jižní hranici území tvoří silnice č. 4787 ulice Proskovická (715620), Zábřeh nad Odrou (714305), Zábřeh-Hulváky — východní hranici území tvoří silnice č. 647 ulice Plzeňská (713970)	22.2.2017
604151 Bílenice, 648787 Lažany u Chomutova, 772593 Nezabylice, 772607 Přečaply, 604160 Škrle, 787035 Všehrady	22.2.2017
679798 Ledenice, 791628 Ohrazení, 750441 Slavošovice u Lišova, 662224 Zaliny, 791644 Zborov	24.2.2017
651702 Chlumany, 652326 Chocholatá Lhota, 633241 Lipovice, 772071 Újezdec u Tvrzic, 783293 Vlachovo Březí	24.2.2017

Estado-Membro: Alemanha

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
SACHSEN-ANHALT	
Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Köthen (Anhalt) der Ortsteil — Köthen	22.2.2017
Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Osternienburger Land der Ortsteil — Großpaschleben	22.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Staßfurt der Ortsteil — Brumby</p>	11.2.2017
<p>Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Calbe der Ortsteil — Wartenberg</p>	11.2.2017
SCHLESWIG-HOLSTEIN	
<p>Kreis Steinburg Gebiet der Gemeinde Süderau sowie auf Teile der Gebiete der Gemeinden Grevenkop, Hohenfelde, Horst, Neuenbrook, Rethwisch, Sommerland, Steinburg und der Stadt Krempe</p>	16.2.2017
NIEDERSACHSEN	
<p>Landkreis Cloppenburg In Altenoythe von Kreuzung Altenoyther Straße / Vitusstraße nach Osten entlang der Straße Hoher Esch und Cavens bis Kündelweg, entlang diesem in nördlicher Richtung bis Straße Am Kündelsberg, entlang dieser und dem Kündelsberger Graben weiter nach Süden und Osten und entlang Kündelstraße, Koppelweg und Feldstraße bis zur Fladderburger Straße in Bösel. Dieser in südwestlicher Richtung folgend bis Straße Neuland, entlang dieser und entlang Schäferstraße, Sandwitten, Korsorsstraße, Am Steinkamp, Am Tempelkamp, Im Richtemoor, Richtweg und Glaßdorfer Straße. Entlang dieser nach Süden bis zur Robert-Glaß-Straße, entlang dieser und Georg-Hoes-Straße bis zur Glaßdorfer Straße. Entlang dieser bis Mittelsten-Thüle, weiter entlang Kurfürstendamm bis zur Soeste, dieser nach Norden folgend bis zum Wald Duvensand, entlang des östlichen Waldrandes bis zur Straße Am Horstberg, weiter entlang Wittenmoorsdamm und Pehmertanger Straße bis zur Thüler Straße. Entlang dieser in nordwestlicher Richtung bis zum Oldenburger Ring, entlang diesem in östlicher Richtung bis Böselstraße, von dort in nordwestlicher Richtung bis Altenoyther Straße und von dort in nordöstlicher Richtung bis zum Ausgangspunkt in Altenoythe, Höhe Vitusstraße</p>	10.2.2017
<p>Landkreis Cloppenburg Im Norden in Vehnemoor von der Overlaher Straße entlang der Kreisgrenze in östlicher und südlicher Richtung bis Höhe Restmoor Dreesberg, von dort in westlicher Richtung bis zur Straße An der Vehne und entlang dieser in südlicher Richtung bis zum Lutzweg. Entlang diesem bis Höhe Lutzweg 16, von dort in südwestlicher Richtung in gerader Linie entlang des nördlichen Randes der beiden Waldstücke und weiter entlang der Baumreihen bis zur Hülsberger Straße. Entlang dieser und weiter entlang Korsorsstraße und Straße Am Vehnemoor bis zur Overlaher Straße und entlang dieser in nördlicher Richtung bis zum Ausgangspunkt in Vehnemoor</p>	18.2.2017
<p>Landkreis Emsland Beginnend nördlich von Haselünne Kreuzung Droper Straße / B 402 im Uhrzeiger. (Haselünne) B 402 bis Zum Feld, Zum Feld bis Dohrener Straße, (Dohren) Dohrener Straße bis Hochwasser-entlastungsgraben, entlang Hochwasserentlastungsgraben und Lager Bach bis Schulbach, (Wettrup) Schulbach bis Kirchstraße in Wettrup, Kirchstraße bis Wiensüke, Wiensüke bis Eikhofstraße, Eikhofstraße bis Pennighusener Straße, (Handrup) Pennighusener Straße bis Am Hundehövel, Am Hundehövel bis Steppenberger Straße, Steppenberger Straße bis Lengericher Straße, Lengericher Straße bis Handrupe Straße, (Lengerich) Handrupe Straße bis Dickbruch, Dickbruch bis Mariannenweg, Mariannenweg bis Zur Berlage, Zur Berlage bis Horststraße, (Gersten) Horststraße bis Zum Weh, Zum Weh bis Untergerstener Straße, Untergerstener Straße in westlicher Richtung, westliche Untergerstener Straße bis Droper Straße, Droper Straße bis Bawinkeler Straße, Bawinkeler Straße bis Lengericher Straße, (Bawinkel) Lengericher Straße bis Flakstraße, Flakstraße bis Am Langenberger Moor, (Haselünne) Am Langenberger Moor bis Zum Mühlenbusch, Zum Mühlenbusch bis Droper Straße, Droper Straße bis B 402</p>	17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
BRANDENBURG	
<p>Landkreis Dahme-Spreewald Im Westen beginnend Landesstraße L 44 Abzweig Umgehung Ortslage Radensdorf nach Norden bis zur Gemeindegrenze Briesensee am Gröditscher Landgraben weiter der Gemeindegrenze Briesensee in nordöstlicher Richtung entlang bis zum Südufer des Barbas-sees weiter entlang der Gemeindegrenze Briesensee in südöstlicher Richtung bis zur Landesstraße L 44 und dem Klein-Leiner-Fließ in Richtung Caminchen folgend nordöstlich an Caminchen vorbei dem Klein-Leiner-Fließ in Richtung Neu Zauche folgend bis das Klein-Leiner-Fließ die Landesstraße L 44 quert weiter dem Klein-Leiner-Fließ in südlicher Richtung folgend bis zu dessen Einmündung in den A-Graben-Nord vom A-Graben-Nord in südlicher Richtung die Neu Zaucher Kahnfahrt bis zur Einmündung in den Nordumfluter dem Nordumfluter nordwestlich in Richtung Lübben folgend bis zur Querung der Straße Bukoitza Straße Bukoitza in nördlicher Richtung folgend bis zum südlichen Ortseingang von Radensdorf, von dort in nordwestlicher Richtung bis zur Landesstraße L 44 am Abzweig der Umgehungsstraße</p>	13.2.2017
<p>Landkreis Märkisch-Oderland ab Feldweg Quappendorf entlang des Quappendorfer Kanals bis zum östlichen Ufer des Kietzer See's, diesem bis zur Mitte des östlichen Ufers folgend, den Kietzer Seein südlicher Richtung durchschneidend bis zur Kreuzung B 167/L34, weiter dem westlichen Ufer der 3 anschließenden südlichen Karpfenteiche folgend weiter in Richtung Grenze des Landschaftsschutzgebietes</p>	24.2.2017
BAYERN	
<p>Landkreis Regensburg Gemeinde Pettendorf, Ortsteile Pettendorf, Adlersberg, Aichahof, Reifenthal, Schwetendorf, Urtlhof, Haselhof, Neudorf Markt Lappersdorf, Ortsteile Gewalt, Hainsacker, Harreshof, Kareth, Landlhof, Lorenzen; Neubaiern, Rehthal, Rodau, Schinderwies, Schwerdnermühle, Steinhof, Stettwies, Tremmelhausen, Tremmelhäuserhöhe; Ziegelhütte, Lappersdorf, Altenried, Aschach, Baiern, Einhausen, Hönighausen, Oppersdorf, Pielmühle, Schwärz, Hohensand</p>	20.2.2017
<p>Stadt Regensburg Anfangspunkt ist die Kreuzung Auf der Winzerer Höhe- Wehrlochweg. Im Weiteren dem Wehrlochweg-Maximilian-Aschenauer-Straße folgend bis zur B8. Der B8 am nördlichen Rand in westlicher Richtung bis zur Stadtgrenze folgend. Ab hier der Stadtgrenze in nord-östlicher Richtung folgend, bis Anfangspunkt wieder erreicht</p>	20.2.2017
<p>Landkreis Hof Markt Bad Steben, Gemeindeteile Bad Steben, Bobengrün, Christusgrün, Dürrnberg, Erlaburg, Fichten, Gerlas, Herwagen, Lochau, Schafhof, Thierbach, Thierbacherhammer Thierbachermühle und Ziegelhütte Gemeinde Geroldsgrün, Gemeindeteile Frankenhof, Frankenwarte, Geroldsreuth und Hirschberglein Stadt Naila, Gemeindeteile Dreigrün, Erbsbühl, Finkenflug, Froschbach und Pechreuth</p>	22.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Schwandorf Stadt Teublitz, Stadtteile Teublitz, Bömmerlschlag, Forschlacke, Kremplschlag, Kuntsdorf, Münchshofen, Oberhof, Premberg, Stocka, Weiherdorf, Frauenhof, Katzdorf, Saltendorf Stadt Maxhütte-Haidhof, Stadtteil Lehenhaus Stadt Schwandorf, Stadtteil Strengleiten</p>	26.2.2017
MECKLENBURG-VORPOMMERN	
<p>Landkreis Vorpommern-Rügen Gemeinde Deyelsdorf</p>	1.3.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim Gemeinde Schwanheide</p>	24.2.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim In der Gemeinde Nostorf der Ort — Nostorf</p>	24.2.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim In der Stadt Boizenburg/Elbe das Gebiet — Schwanheider Tannen</p>	24.2.2017
THÜRINGEN	
<p>Landkreis Greiz — Stadtgebiet Zeulenroda mit Dr. W. Külz-Siedlung, Pfefferleite, Schwarzbach, Seeschlösschen, Alaunwerk, Tiergehege — In der Stadt Zeulenroda die Ortsteile Lichtensteinsiedlung, Karl-Liebknecht-Siedlung, Märien, Untere Haardt, Meinersdorf, Tscherlich, Obere Haardt, Grüna, Pöllwitz mit Bahnhof Pöllwitz und Pöllwitzmühle, Niederböhmersdorf — Gemeinde Langenwolschendorf mit Schöner Höhe</p>	24.2.2017
SACHSEN	
<p>Landkreis Nordsachsen Gemeinde Rackwitz mit den Ortsteilen Biesen, Kreuma, Lemsel, Podelwitz, Rackwitz sowie Zschortau mit der Ortslage entlang des Straßenverlaufs S 7 von B184 ausgehend bis zum Ortseingang Biesen Gemeinde Krostitz mit den Ortsteilen Hohenossig, Kletzen, Zschölkau Große Kreisstadt Schkeuditz mit dem Ortsteil Wolteritz</p>	23.2.2017
<p>Vogtlandkreis Gemeinde Pausa-Mühltroff, Gemarkung Unterreichenau</p>	24.2.2017

Estado-Membro: Grécia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
a) The municipal district of Nestani and the entire wider area of Nestani in the municipality of Tripoli, regional unit of Arkadia, defined as follows: in the north up to the point which lies at a latitude of 37.634891 and a longitude of 22.452786 in the south up to the point which lies at a latitude of 37.582105 and a longitude of 22.451462 in the east up to the point which lies at a latitude of 37.609236 and a longitude of 22.480079 and in the west up to the point which lies at a latitude of 37.57074 and a longitude of 22.3796 b) The local community of Meleti in the municipality of Komotini, regional unit of Rodopi, and the local communities of Sostis and Linos in the municipality of Iasmos, regional unit of Rodopi	22.2.2017

Estado-Membro: França

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
Les communes suivantes dans le département de HAUTE-GARONNE	
BOULOGNE-SUR-GESSE LUNAX MONDILHAN MONTBERNARD PEGUILHAN	24.2.2017
Les communes suivantes dans le département des DEUX-SEVRES	
AUGÉ LA CHAPELLE-BATON SAINT-CHRISTOPHE-SUR-ROC	24.2.2017
Les communes suivantes dans le département du GERS	
AVERON-BERGELLE BARRAN BOURROUILLAN* CAMPAGNE-D'ARMAGNAC CASTELNAU-D'ANGLES CASTEX-D'ARMAGNAC CRAVENCERES EAUZE ESPAS ESTANG ESTIPOUY L'ISLE-DE-NOE LANNEMAIGNAN LE BROUILH-MONBERT LOUBEDAT	15.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
MANCIET MAULEON-D'ARMAGNAC MAUPAS MIRANDE MIRANNES MONCLAR-SUR-LOSSE MONGUILHEM MONLEZUN-D'ARMAGNAC MONTESQUIOU POUYLEBON REANS RIGUEPEU SABAILLAN SAINT-ARAILLES SAINT-MARTIN SAINTE-CHRISTIE-D'ARMAGNAC SALLES-D'ARMAGNAC SEAILLES SIMORRE TOUJOUSE TOURNAN	
ARBLADE-LE-BAS ARBLADE-LE-HAUT ARROUEDE AURENSAN AUSSOS AUX-AUSSAT BARCELONNE-DU-GERS BARCUGNAN BARS BAZUGUES BELLOC-SAINT-CLAMENS BELMONT BERDOUES BERNEDE BEZUES-BAJON BLOUSSON-SERIAN CABAS-LOUMASSES CASTEX CASTILLON-DEBATS CAUMONT CAUPENNE-D'ARMAGNAC CLERMONT-POUYGUILLES	24.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
CORNEILLAN CUELAS DUFFORT ESCLASSAN-LABASTIDE GEE-RIVIERE IDRAC-RESPAILLES LAAS LABARTHE LABARTHETE LAGARDE-HACHAN LAGUIAN-MAZOUS LALANNE-ARQUE LANNE-SOUBIRAN LANNUX LAUJUZAN LE HOUGA LELIN-LAPUJOLLE LOUBERSAN LOURTIES-MONBRUN LUPPE-VIOLLES MAGNAN MANAS-BASTANOUS MANENT-MONTANE MARSEILLAN MASSEUBE MAULICHERES MAUMUSSON-LAGUIAN MIELAN MONCASSIN MONLEZUN MONPARDIAC MONT-DE-MARRAST MONTAUT MORMES NOGARO PALLANNE PANASSAC PERCHEDE PONSAMPERE PONSAN-SOUBIRAN PRENERON PROJAN RICOURT	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
RISCLE SADEILLAN SAINT-ARROMAN SAINT-BLANCARD SAINT-CHRISTAUD SAINT-ELIX-THEUX SAINT-GERME SAINT-GRIEDE SAINT-JUSTIN SAINT-MARTIN-D'ARMAGNAC SAINT-MAUR SAINT-MEDARD SAINT-MICHEL SAINT-MONT SAINT-OST SAINTE-AURENCE-CAZAUX SAINTE-DODE SARRAGUZAN SAUVIAC SEGOS SION TARSAC TILLAC TRONCENS URGOSSE VERGOIGNAN VERLUS VIELLA VIOZAN	
Les communes suivantes dans le département des HAUTES-PYRENEES	
IBOS OROIX SERON	10.2.2017
BORDES CLARAC COUSSAN GONEZ GOUDON HOURC LASLADES LHEZ MARQUERIE	24.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
MOULEDOUS OLEAC-DESSUS OUEILLOUX OZON PEYRAUBE POUMAROUS POUYASTRUC SINZOS SOUYEAUX TOURNA	
ANTIN BERNADETS-DEBAT BONNEFONT BOUILH-DEVANT CAMPUZAN ESTAMPURES FONTRAILLES FRECHEDE GUIZERIX HAGEDET LALANNE-TRIE LAPEYRE LARROQUE LASCAZERES LIBAROS LUBRET-SAINT-LUC LUBY-BETMONT LUSTAR MADIRAN MAZEROLLES OSMETS PUNTOUS PUYDARRIEUX SADOURNIN SENTOUS SOUBLECAUSE TOURNOUS-DARRE TRIE-SUR-BAISE TROULEY-LABARTHE VIDOU VILLEMBITS	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>Les communes suivantes dans le département des LANDES</p> <p>BENQUET BOURDALAT BRETAGNE-DE-MARSAN FARGUES GRENADE-SUR-L'ADOUR HONTANX LABASTIDE-D'ARMAGNAC LARRIVIERE-SAINT-SAVIN LE FRECHE MONTEGUT MONTGAILLARD MONTSOUE PERQUIE RENUNG SAINT-MAURICE-SUR-ADOUR SAINT-SEVER</p>	15.2.2017
<p>AIRE-SUR-L'ADOUR ARBOUCAVE ARGELOS AUBAGNAN BAHUS-SOUBIRAN BASSERCLES BATSBYRIES BUANES CASTELNAU-TURSAN CASTELNER CAZERES-SUR-L'ADOUR CLASSUN CLEDES COUDURES DUHORT-BACHEN EUGENIE-LES-BAINS EYRES-MONCUBE GAMARDE-LES-BAINS GEAUNE GOOS GOUSSE HINX LACAJUNTE LATRILLE LAURET</p>	24.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
LE VIGNAU LOUER LUSSAGNET MANT MAURIES MIRAMONT-SENSACQ MONGET MONSEGUR PAYROS-CAZAUTETS PECORADE PEYRE PHILONDENX PIMBO POUDEX PRECHACQ_LES_BAINS PUYOL-CAZALET SAINT-AGNET SAINT-LOUBOUER SAMADET SARRAZIET SARRON SERRES-GASTON SORBETS THETIEU URGONS VIELLE-TURSAN	
Les communes suivantes dans le département des PYRENEES-ATLANTIQUES	
BARZUN ESPOEY GOMER HOURS LIVRON LUCGARIER	10.2.2017
AAST GER PONSON-DEBAT-POUTS PONSON-DESSUS	10.2.2017
ARGET ARZACQ-ARRAZIGUET AUBOUS AURIAC	24.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
AYDIE BALIRACQ-MAUMUSSON BETRACQ CARRERE CASTEIDE-CANDAU CASTETPUGON CLARACQ CORBERE-ABERES COSLEDAA-LUBE-BOAST CROUSEILLES DIUSSE GARLIN LABEYRIE LALONQUETTE LASCLAVERIES LASSERRE MALAUSSANNE MASCARAAS-HARON MIOSENS-LANUSSE MONCAUP MONCLA MONPEZAT MOUHOUS PORTET POURSUIGUES-BOUCOUE SAINT-MEDARD SAULT-DE-NAVAILLES SEMEACQ-BLACHON SEVIGNACQ TADOUSSE-USSAU VIGNES	

Estado-Membro: Itália

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
— Comune di Mira: a ovest e a nord della Laguna di Venezia, a sud dell'Idrovia Padova-Venezia — Comune di Campagna Lupia: a nord di via Daniele Manin e dell'Oasi Valle Averno	20.2.2017
— Comune di Campagna Lupia: a sud di via Daniele Manin e dell'Oasi Valle Averno, a est Ferrovia Venezia-Pieve di Sacco e a ovest della SS309 — Comune di Pieve di Sacco: a est Ferrovia Venezia-Pieve di Sacco e a nord della SS516 — Comune di Codevigo: a nord della SS516 e a ovest della Laguna di Venezia — Comune di Campolongo Maggiore: a est Ferrovia Venezia-Pieve di Sacco	23.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Porto Viro: a sud di località Ca' Giustinian — Comune di Taglio di Po: a est di SS309, a nord di via Lombardia e via Trentino Alto Adige — Comune di Ariano nel Polesine: a est di SS309 e a nord-ovest dell'arrivo dell'idrovora Conca — Comune di Porto Tolle: a est di via Aldo Moro e di Via Po di Gnocca-SP83 — Comune di Mesola: a nord di via Biverare 	26.2.2017
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Sorbolo: a nord Strada Certosino — Stradone Dell'Aia — Via della Mina — Strada del Ferrari — Comune di Brescello: a nord strada Vignoli — Comune di Brescello: a ovest della Strada Provinciale SP62R e Strada della Cisa — Comune di Mezzani: a est Strada provinciale 72 e a sud Fiume Po 	3.3.2017

Estado-Membro: Hungria

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>Az alábbi GPS koordináták által meghatározott pontok körüli 3 km sugarú körön belül eső területei:</p> <p>N46.46903889 és az E19.80109444; és az N46.466394 és az E19.75648; és az N46.46969444 és az E19.77105556; és az N46.473164 és az E19.809081; és az N46.465891 és az E19.808885; és az N46.4657 és az E19.813274; és az N46.467366 és az E19.816608; és az N46.584528 és az E19.655409; és az N46.458679 és az E19.873816; és az N46.49972 és az E19.68773; és az N46.497954 és az E19.777415; és az N46.524146 és az E19.719844; és az N46.52476 és az E19.734967; és az N46.4744586 és az E19.747893; és az N46.466806 és az E19.769844; és az N46.449783 és az E19.780889; és az N46.432283 és az E19.844409; és az N46.436417 és az E19.833472; és az N46.393889 és az E19.879694; és az N46.455321 és az E19.852898; és az N46.402109 és az E19.872627; és az N46.415988 és az E19.868078; és az N46.441644 és az E19.843129; és az N46.444857 és az E19.849267; és az N46.444332 és az E19.849793;</p>	20.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.468178 és az E19.816503; és az N46.597614 és az E19.804221; és az N46.631183 és az E19.668993; és az N46.622625 és az E19.537204; és az N46.553786 és az E19.705838; és az N46.409335 és az E19.851199; és az N46.391883 és az E19.893881; és az N46.402742 és az E19.834248; és az N46.562771 és az E19.69003; és az N46.441412 és az E19.854305; és az N46.386971 és az E19.867313; és az N46.558562 és az E19.713168; és az N46.438194 és az E19.850944; és az N46.445817 és az E19.841993; és az N46.521953 és az E19.722713; és az N46.493517 és az E19.690093; és az N46.438018 és az E19.852003; és az N46.524235 és az E19.743149; és az N46.582548 és az E19.65551; és az N46.569109 és az E19.625458; és az N46.596087 és az E19.644294; és az N46.609325 és az E19.471926; és az N46.603027 és az E19.478501; és az N46.634476 és az E19.527839; és az N46.665317 és az E19.805388; és az N46.468762 és az E19.850466; és az N46.3632 és az E19.8754; és az N46.568135 és az E19.629595; és az N46.593654 és az E19.64934; és az N46.569787 és az E19.692051; és az N46.584928 és az E19.675551; és az N46.567552 és az E19.679839; és az N46.474649 és az E19.866126; és az N46.628228 és az E19.548682; és az N46.469738 és az E19.8422; és az N46.630573 és az E19.536706; és az N46.544216 és az E19.717363; és az N46.63177 és az E19.603322; és az N46.626579 és az E19.65275; és az N46.406722 és az E19.864139; és az N46.555731 és az E19.786764; és az N46.516493 és az E19.760571; és az N46.411634 és az E19.883893;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.546378 és az E19.790214; és az N46.484255 és az E19.792816; és az N46.615774 és az E19.51889; és az N46.56963889 és az E19.62801111; és az N46.55130833 és az E19.67718611; és az N46.580685 és az E19.591378; és az N46.675178 és az E19.500865; és az N46.674795 és az E19.501413; és az N46.672415 és az E19.497671; és az N46.52703 és az E19.75514; és az N46.623383 és az E19.435333; és az N46.55115 és az E19.67295; és az N46.59707 és az E19.45574; és az N46.65772 és az E19.525666; és az N46.593111 és az E19.492923; és az N46.639516 és az E19.542544; és az N46.594811 és az E19.803715; és az N46.58072 és az E19.74044; és az N46.57636389 és az E19.58059444; és az N46.620021 és az E19.552464; és az N46.546323 és az E19.712534; és az N46.3869556 és az E19.77618056; és az N46.676398 és az E19.505054; és az N46.58072 és az E19.74044; és az N46.6109778 és az E19.88599722; és az N46.665379 és az E19.489808; és az N46.496419 és az E19.911004; és az N46.551986 és az E19.79999; és az N46.46118056 és az E19.71168333; és az N46.48898611 és az E19.88049444; és az N46.53697222, és az E19.68341111; és az N46.591604, és az E19.49531; és az N46.5171417 és az E19.67016111; és az N46.5158, és az E19.67768889; és az N46.52391944 és az E19.68843889; és az N46.53138889 és az E19.62005556; és az N46.52827778 és az E19.64308333; és az N46.533121 és az E19.518341; és az N46.574084 és az E19.740144; és az N46.553554 és az E19.75765; és az N46.657184 és az E19.531355; és az N46.5618333 és az E19.76470278; és az N46.551673 és az E19.491094;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.551723 és az N19.779836; és az N46.603375, és az E19.90755278; és az N46.547736, és az E19.535668; és az N46.544789 és az E19.516968; és az N46.550743 és az E19.496889; és az N46.5480417 és az E19.786794; és az N46,47774167 és az E19,86573056; és az N46.57903611 és az E19.72372222; és az N46.590227, É19.710753; és az N46.521458 és az E19.642231; és az N46.579435 és E19.464347; és az N46.616864 és az E19.548472; és az N46.50325556 és az E19.64926389; és az N46.518133 és az E19.6784; és az N46.4061972 és az E19.73322778; és az N46.674375, és az E19.496807; és ez N46.675336, és az E19.498997; és az N46.5460333 és az E19.77916944; és az N46.38947 és az E19.858711; és az N46.382844 és az E19.86408; és az N46.484193 és az E19.69385; és az N46.52626111 és az E19.64352778; és az N46,5886056 és az E19,88189167; és az N46.500159 és az E19.655886; és az N46.5957889 és az E 19.87722778; és az N46.589767 és az E19.753633; és az N46.558306 és az E19.465675; és az N46.4271417 és az E19.8205528; és az N46.569808 és az E19.437804; és az N46.445379 és az E19.649848; és az N46.5264361 és az E19.63094722; és az N46.5185167 és az E19.664775; és az N46.5247472 és az E19.63145833; és az N46.514667 és az E19.629611; és az N46.65375 és az E19.53113; és az N46.5916083 és az E19.5920389; és az N46.59794444 és az E19.46591667; és az N46.6007389 és az E19.5426556; és az N46.6204 és az E19.8007; és az N46.5321778 és az E19.67289444; és az N46.402 és az E19.73983333; és az N46.603106 és az E19.782067; és az N46.544109 és az E19.688508;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.559392 és az E19.768362; és az N46.539064 és az E19.419259; és az N46.224517 és az E19.412833; és az N46.344569 és az E19.405611; és az N46.562451 és az E19.471582; és az N46.422366 és az E19.759126; és az N46.226815 és az E19.397141; valamint az N46.443688 és az E19.643344 GPS koordináták által meghatározott pontok körüli 3 km sugarú körön belül eső területei.</p>	
<p>Bács-Kiskun megyének az N46.224517 és az E19.412833; és az N46.344569 és az E19.405611; és az N46.226815 és az N19.397141 GPS-koordináták által meghatározott pontok körüli 3 km sugarú körön belül eső területei</p>	20.2.2017
<p>Bács-Kiskun és Tolna megyének az N46.254465, E18.963625 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területe</p>	14.3.2017
<p>Győr-Moson-Sopron megyének az N47.813889 és az E17.493333 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei</p>	10.2.2017
<p>Veszprém megyének az N47.291639, E17.577593 által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei</p>	5.3.2017
<p>Jász-Nagykun-szolnok megyének az N46.994149 és az E20.378305 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei</p>	22.2.2017

Estado-Membro: Polónia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania ulicy Osiedlowej z ulicą Wylotową w miejscowości Ciecierzycze granica obszaru biegnie, w kierunku północno-wschodnim, do skrzyżowania ulicy Siewnej i ulicy Spacerowej w tej miejscowości. Następnie granica w dalszym ciągu biegnie w kierunku północno-wschodnim, przecinając rzekę Wartę, do skrzyżowania drogi powiatowej 1365F z drogą prowadzącą do posesji nr 128 i 127 w miejscowości Janczewo. Dalej granica odbija i biegnie w kierunku południowo-wschodnim, od zachodu omijając Stare Polichno i dochodzi do drogi powiatowej nr 1351F. Następnie biegnie wzdłuż drogi powiatowej 1351F do skrzyżowania z drogą powiatową nr 1352F, w miejscowości Gościnowo. Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowo-zachodnim, przecinając rzekę Wartę, do skrzyżowania ulic Borkowska i Gorzowska, w miejscowości Brzozowiec. Dalej granica biegnie w kierunku północno-zachodnim, ulicą Gorzowską, do ulicy Krupczyńskiej w miejscowości Deszczno. Następnie, wzdłuż ulicy Krupczyńskiej granica biegnie do skrzyżowania z ulicą Daliową, po czym zmienia kierunek na północno-zachodni i biegnie do skrzyżowania ulicy Brzozowa z ulicą Nową (Osiedle Poznańskie). Potem granica zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie do przecięcia punktu oddziały leśnego nr 5, 4. Następnie biegnie w kierunku północnym do skrzyżowania ulic Osiedlowa i Wylotowa w miejscowości Ciecierzycze, skąd rozpoczęto opis</p>	15.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania ulicy Skwierzyńskiej z ulicą Wiśniową (Osiedle Poznańskie) linia granicy biegnie w kierunku wschodnim, do skrzyżowania ulicy Nowej i ulicy Pogodnej (Osiedle Poznańskie), po czym zmienia kierunek na południowo-wschodni i przecinając bieg linii energetycznej, biegnie do przecięcia oddziału leśnego nr 19, 22 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy kieruje się po łuku, w kierunku południowym, omijając od zachodu miejscowość Brzozowiec, przecina linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Skwierzyna, i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 31, 32, 44, 45. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowo-zachodni, przecina drogę ekspresową S3 i dociera do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 73, 74, 94, 95, następnie przecina od północy jezioro Glinik i kieruje się do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 77, 78 97, 98 po czym zmienia kierunek na północno-zachodni, dociera do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 41, 42, 57. Następnie linia granicy biegnie wciąż w tym samym kierunku, północno-zachodnim, do punktu załamania się linii biegu sieci energetycznej w miejscowości Białobłocie. Następnie biegnie wzdłuż linii energetycznej, w kierunku północnym, do punktu przecięcia tej linii z ulicą Łagodzińską w Gorzowie Wlkp. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na wschodni i biegnie do przecięcia ulic Gruntowej i Poznańskiej w Gorzowie Wlkp., a następnie biegnie w tym samym kierunku do skrzyżowania ulic Skwierzyńskiej i Wiśniowej, skąd rozpoczęto opis.</p>	15.2.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania ulic Poznańskiej z Niziną w mieście Gorzów Wielkopolski granica obszarubiegnie w kierunku wschodnim, do skrzyżowania ulic Dworskiej ze Strażacką. Następnie linia granicy zmienia kierunek na południowo-wschodni i biegnie wzdłuż ulicy Strażackiej w miejscowości Karnin (droga powiatowa 1400F) do skrzyżowania z ulicą Świetlaną w miejscowości Karnin. Dalej granica biegnie w tym samym kierunku w linii prostej do skrzyżowania ulicy Skwierzyńskiej z ulicą Czereśniową w miejscowości Osiedle Poznańskie. Następnie zmienia kierunek na południe i biegnie do skrzyżowania ulic Lubuskiej i Krupczyńskiej w miejscowości Deszczno. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku południowo — zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 38, 39 (Nadleśnictwo Skwierzyna) przecinając drogę ekspresową S3. Dalej granica biegnie w kierunku zachodnim do skrzyżowania drogi krajowej nr 22 z drogą gminną na wysokości posesji nr 102 w miejscowości Bolemin. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północno — zachodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1396F z ulicą Leśną w miejscowości Prądocin. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północnym do skrzyżowania ulic Głównej z ulicą Kobaltową w miejscowości Ulim. Potem zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie do skrzyżowania ulicy Podgórznej z ulicą Kukułczą w mieście Gorzów Wielkopolski (Zawarcie). Następnie biegnie w kierunku wschodnim do skrzyżowania ulicy Poznańskiej z ulicą Niziną w mieście Gorzów Wielkopolski, gdzie kończy się opis.</p>	21.2.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania drogi powiatowej nr 1414F z drogą polną przy posesji nr 46 w miejscowości Brzeźno granica obszaru biegnie w kierunku północno — wschodnim do skrzyżowania dróg powiatowych nr 1414F i 1419F. Następnie granica dalej biegnie w kierunku północno — wschodnim przez oddziały leśne nr 6, 5, 4 do punktu przecięcia obszaru leśnego nr 3, 4, 14, 15 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowo-wschodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 37, 38, 87, 88 (Nadleśnictwo Bogdaniec). W tym miejscu granica zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowym do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 232, 233, 272, 273 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowo-zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 388, 389 skraj lasu (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 279,280, 348, 349 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Tutaj granica zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północno — zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 143, 144, 191, 192 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku północnym do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 48, 49 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie biegnie w kierunku północno — wschodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1414F z drogą polną przy posesji nr 46 w miejscowości Brzeźno, gdzie kończy się opis</p>	28.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu na moście na rzece Noteć w miejscowości Santok linia granicy obszaru biegnie w kierunku południowo-wschodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1401F z drogą prowadzącą do posesji nr 13 w miejscowości Nowe Poichno. W tym miejscu granica zmienia swój kierunek na południowy i biegnie przecinając drogi wojewódzkie nr 158 i 159, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 80,81,112,113 (nadleśnictwo Karwin). Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowo-zachodnim, przecinając drogę wojewódzką nr 159, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1352 f z drogą prowadzącą do posesji nr 27 w miejscowości Dobrojewo. Dalej linia granicy biegnie w kierunku południowo-zachodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1351 F z drogą prowadzącą do posesji nr 12 i 13 w miejscowości Gościnowo. W tym miejscu linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północno-zachodnim, przecinając rzekę Wartę, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 8,9,14,15 (Nadleśnictwo Skwierzyna), po czym biegnie w kierunku północnym, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1398F z drogą prowadzącą do posesji nr 78 w miejscowości Borek. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północnym, do 66-go kilometra na rzece Warta, gdzie zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie wzdłuż rzeki Warty. Następnie linia granicy przebiega wzdłuż dolnego biegu rzeki Noteć do mostu. Skąd rozpoczęto opis.</p>	28.2.2017
<p>W województwie lubuskim: Rozpoczynając od punktu przecięcia działek katastralnych nr 398, 397 w miejscowości Santok z działkami katastralnymi nr 88 i 81 w miejscowości Stare Polichno linia granicy biegnie w kierunku południowo-wschodnim, po łuku, do przecięcia działek katastralnych nr 182, 202, 121/1 w miejscowości Nowe Polichno. Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym do skrzyżowania drogi wojewódzkiej nr 158 z drogą wojewódzką nr 159, po czym lekko się załamuje i biegnie po łuku do punktu na drodze nr 159 na wysokości posesji nr 23 w miejscowości Dobrojewo. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż drogi wojewódzkiej nr 159, do skrzyżowania tej drogi wojewódzkiej z drogą powiatową nr 1352F, po czym zmienia kierunek na południowo-zachodni, i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1351F z drogą gminną nr 004911F. Następnie linia granicy zmienia kierunek na zachodni i biegnie, przecinając rzekę Wartę, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 22, 23, 28, 29 (Nadleśnictwo Skwierzyna). W tym miejscu linia granicy zmienia swój kierunek na północny i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 8, 9, 14, 15 (Nadleśnictwo Skwierzyna), po czym biegnie w tym samym kierunku, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 217/1 w miejscowości Górki z działką katastralną 250/3 w miejscowości Borek i działką katastralną nr 290 w miejscowości Ciecierzycze. Następnie linia granicy zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie, po łuku, do przecięcia działek katastralnych nr 398, 397 w miejscowości Santok z działkami katastralnymi nr 88 i 81 w miejscowości Stare Polichno, skąd rozpoczęto opis.</p>	28.2.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu przecięcia drogi powiatowej nr 1282F z drogą prowadzącą do posesji nr 14 w miejscowości Koszęcin linia granicy biegnie w kierunku północnym do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 18, 23 (Nadleśnictwo Lubniewice), po czym skręca w kierunku wschodnim i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 17, 22, 23. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowy i biegnie od skrzyżowania ulicy Platynowej z drogą polną, przy posesji 3B w miejscowości Dzierżów. Następnie linia granicy załamuje się i biegnie w kierunku południowo — wschodnim, po łuku, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1395F z drogą prowadzącą między posesjami nr 23 i 25 w miejscowości Krasowiec. Następnie linia granicy dalej biegnie w tym samym kierunku, do drogi gminnej 001321F, przy posesji nr 89 w miejscowości Bolemin, po czym zmienia kierunek na południowy i biegnie, przecinając drogę powiatową nr 1397F, do punktu przesunięcia oddziału leśnego nr 49, 50, 72, 73 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy biegnie w kierunku zachodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 54, 55, 78, 79 (Nadleśnictwo Lubniewice), po czym zmienia kierunek na północno-zachodni, omija od północy miejscowość Rudnica, i biegnie do skrzyżowania drogi kolejowej z ulicą Lubuską w miejscowości Rudnica. Następnie linia granicy biegnie w kierunku zachodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 32, 33, 39 (Nadleśnictwo Lubniewice). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północny i biegnie do punktu przecięcia działki katastralnej nr 173, 201, 202, po czym dalej w kierunku północnym, przecinając rzekę Wartę, biegnie do punktu przecięcia działki katastralnej nr 142/4, 142/5 w miejscowości Chwałowice. Po czym dalej na północ do skrzyżowania dróg gminnych nr 000416F i 000414F, a następnie zmienia swój kierunek na wschodni i biegnie do punktu początkowego, skąd rozpoczęto opis.</p>	7.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu przecięcia działki katastralnej nr 410, 405, 404 w miejscowości Santok, linia granicy biegnie w kierunku wschodnim, przecinając rzekę Noteć, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 9, 11/1, 11/2 w miejscowości Stare Polichno. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowo-wschodni i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1401F z drogą prowadzącą do posesji nr 13 w miejscowości Małe Polichno. Dalej linia granicy biegnie w kierunku południowo-wschodnim, po łuku, przecinając drogę wojewódzką nr 158, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 20, 21, 48, 49 (Nadleśnictwo Karwin), po czym załamuje się i biegnie w kierunku południowym, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 112, 113, 146, 147 (Nadleśnictwo Karwin). Następnie linia granicy biegnie w kierunku zachodnim, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 336, 288, 289 w miejscowości Gościnowo, po czym biegnie dalej w tym samym kierunku, po łuku, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 202, 194/6, 195/7 w miejscowości Warcin. Następnie linia granicy zmienia kierunek na północno-zachodni i biegnie, przecinając rzekę Wartę do skrzyżowania drogi gminnej nr 001328F z drogą prowadzącą do posesji 85, 83a, 83 w miejscowości Borek, po czym zmienia kierunek na północny, i biegnie do punktu przecięcia działki katastralnej nr 212, 213, 200 w miejscowości Santok, po czym biegnie, przecinając rzekę Wartę i drogę wojewódzką nr 158, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 410, 405, 404 w miejscowości Santok, skąd rozpoczęto opis.</p>	7.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania dróg gminnych nr 001343F i 001341F w miejscowości Ulim, granica obszaru biegnie w kierunku południowo-wschodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 13, 14, 20, 21 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na południowy i biegnie po łuku, przecinając drogę krajową nr 22 oraz drogę powiatową nr 1395F między posesjami nr 6 i 4 w miejscowości Białobłocie, do skrzyżowania dróg na wysokości posesji nr 44 w miejscowości Białobłocie. Następnie linia granicy załamuje się i dalej biegnie w kierunku południowym, przecinając drogę krajową nr 22, drogę powiatową nr 1397F, Kanał Kiełpiński, omijając od strony północnej zabudowania miejscowości Kiełpin, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 54, 77, 78 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Tutaj linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północnozachodnim do punktu przecięcia działki katastralnej nr 77/1, 88/1, 80 w miejscowości Łąków. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północny i biegnie, przecinając Kanał Bema, rzekę Wartę, do skrzyżowania drogi gminnej nr 000414F z drogą prowadzącą do posesji nr 80 w miejscowości Chwałowice. Następnie linia granicy biegnie po łuku dalej w kierunku północnym, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1393F z drogą przebiegającą obok posesji nr 75 w miejscowości Chwałowice. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie, przecinając rzekę Wartę, w kierunku północno-wschodnim, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 310, 299, 205 w miejscowości Ulim przy drodze gminnej nr 001349F. Tutaj linia granicy zmienia swój kierunek na kierunek wschodni i biegnie do skrzyżowania dróg gminnych nr 001343F i 001341F w miejscowości Ulim, skąd rozpoczęto opis.</p>	7.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od 52 kilometra drogi wojewódzkiej nr 22 w miejscowości Krasowiec, linia granicy obszaru biegnie po łuku w kierunku południowo-wschodnim, do skrzyżowania drogi gminnej nr 001320F z drogą prowadzącą do drogi gminnej nr 001318F. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku południowym do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1397F z drogą gminną nr 001318F. Następnie, po łuku, linia granicy biegnie omijając od strony zachodniej większość zabudowań miejscowości Orzelec, do punktu przecięcia nr 101, 102, 123, 124 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy załamuje się i biegnie dalej w kierunku południowym, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 221, 222, 253, 254 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy zmienia kierunek na zachodni i biegnie, przecinając drogę krajową nr 22, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 115, 116, 138, 139 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy zmienia kierunek na północny i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1282F z drogą prowadzącą do posesji nr 14A w miejscowości Rudnica. Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku północnym do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1282F z drogą powiatową nr 1397F w miejscowości Płonica. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północno-wschodni i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1395F z drogą prowadzącą do posesji nr 48 w miejscowości Krasowiec. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na wschodni i biegnie do 52 kilometra drogi wojewódzkiej nr 22 w miejscowości Krasowiec, skąd rozpoczęto opis.</p>	7.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie mazowieckim: w powiecie żyrardowskim w gminie Wiskitki miejscowości: Popielarnia, Kamionka, Miedniewice, Nowa Wieś, Hipolitów W województwie łódzkim teren miejscowości: Wola Szydłowiecka w gminie Bolimów na odcinku od granicy powiatu od strony wschodniej do drogi tartacznej na zachodzie, oraz miejscowość Józefów od numeru 1 do numeru 5 włącznie</p>	9.2.2017
<p>W województwie lubuskim: na zachodzie od przecięcia się drogi S-3 z drogą nr 278 w kierunku północnym wzdłuż drogi S-3 do wysokości miejscowości Dębinka, a następnie na wschód wzdłuż drogi gminnej do miejscowości Brzezcie i dalej na wschód do skrzyżowania z drogą Buków — Sulechów i dalej w kierunku południowym do skrzyżowania z linią kolejową, a następnie w kierunku wschodnim do drogi Łęgowo — Sulechów i dalej w kierunku południowym do drogi nr 32, a następnie łukiem do drogi nr 278 i dalej na zachód łukiem do drogi nr 3 i S-3, a następnie wzdłuż drogi S-3 do miejsca wyjścia, W obszarze zapowietrzonym znajdują się następujące miejscowości położone w gminie Sulechów: Sulechów, Krężoły, Oblotne, Kruszyna, Brzezcie k. Sulechowa, Dębinka.</p>	15.2.2017
<p>W województwie wielkopolskim od wschodu: linią biegnącą od punktu skrzyżowania drogi gruntowej Kozie Laski — Sątopy z ul. Szkolną w Sątopach, dalej wzdłuż ul. Szkolnej i Dworcowej w Sątopach drogą gminną w kierunku miejscowości Cicha Góra do punktu jej skrzyżowania z drogą wojewódzką 308; — od południa: linią biegnącą od punktu skrzyżowania drogi wojewódzkiej 308 z drogą gminną Sątopy — Cicha Góra, dalej w kierunku południowym wzdłuż drogi gminnej Sątopy- Cicha Góra, do punktu przecięcia tej drogi z kanałem stanowiącym dopływ rzeki Szarki, i dalej wzdłuż tego kanału stanowiącego dopływ rzeki Szarki aż do punktu jego przecięcia z drogą gminną Nowy Tomyśl — Paproć. Dalej drogą gminną Paproć — Nowy Tomyśl, do punktu skrzyżowania z drogą gminną Paproć — Chojniki. Dalej wzdłuż drogi gminnej Paproć — Chojniki do punktu jej skrzyżowania z drogą wojewódzką 305; — od zachodu: linią biegnącą od punktu skrzyżowania drogi gminnej Paproć-Chojniki z drogą wojewódzką 305, wzdłuż drogi wojewódzkiej 305 do ronda przy ulicy Kolejowej w Nowym Tomyślu, dalej w kierunku zachodnim od tego ronda wzdłuż drogi wojewódzkiej 305 do punktu jej przecięcia z rzeką Szarką. Dalej wzdłuż rzeki Szarki w kierunku północnym przez Glinno, aż do punktu dopływu wschodniego kanału do rzeki Szarki (tj. okolice Glińskie Góry 150); — od północy: linią biegnącą od punktu dopływu wschodniego kanału do rzeki Szarki (okolice Glińskie Góry 150), wzdłuż tego wschodniego kanału rzeki Szarki, do punktu przecięcia tego kanału z ul. Kwiatową w Starym Tomyślu. Dalej wzdłuż ul. Kwiatowej w Starym Tomyślu, do punktu skrzyżowania z drogą gruntową biegnącą w kierunku miejscowości Kozie Laski, do punktu jej skrzyżowania z ul. Wiatrakową w Starym Tomyślu, i dalej tą drogą gruntową w kierunku miejscowości Sątopy, prosto przez skrzyżowanie z ul. Powstańców Wielkopolskich w Starym Tomyślu, aż do punktu skrzyżowania tej drogi gruntowej Kozie Laski-Sątopy, z ul. Szkolną w Sątopach.</p>	19.2.2017
<p>W województwie warmińsko-mazurskim -od północy — północną granicą miejscowości Woryty, od wschodu — zachodnią granicą miejscowości Łajsy, od południa — północną linią brzegową jeziora Guzowy Piec, od zachodu — wschodnią granicą miejscowości Zdrojek</p>	20.2.2017
<p>W województwie małopolskim od strony północnej: od potoku Rudno wzdłuż północnej granicy administracyjnej miejscowości Poręba Żegoty (gm. Alwernia) i Alwernia (gm. Alwernia) do linii kolejowej; od strony zachodniej: od północnej granicy administracyjnej Alwerni wzdłuż linii kolejowej w kierunku południowym do miejscowości Okleśna (gm. Alwernia) — do drogi gruntowej (duktu leśnego) i dalej wzdłuż tej drogi ok. 0,3 km do ul. Nowowiejskiej. Następnie ulicami: Nowowiejską, Orawską w Okleśnej, Wapienną, Radosną w Podłężu (gm. Alwernia) i dalej w kierunku południowo — wschodnim drogą lokalną przez las do południowej granicy administracyjnej miejscowości Mirów (gm. Alwernia); od strony południowej: wzdłuż południowej i południowo — wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Mirów, południowo — wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Brodła (gm. Alwernia) — do ciek wodnego biegnącego w kierunku północnym przez Brodła i dalej wzdłuż tego ciek wodnego ok. 1,2 km do potoku Rudno; od strony wschodniej: wzdłuż potoku Rudno — od ciek wodnego biegnącego przez Brodła do północnej granicy administracyjnej miejscowości Poręba Żegoty.</p>	20.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie podkarpackim miejscowości: Łapajówka, Żurawiczki, Zarzecze, Pełnatycze, Rożniatów, Siennów — w gminie Zarzecze oraz miejscowości Krzczowice, Bóbrka Kańczudzka, Pantalowice — w gminie Kańczuga — powiat przeworski i wyznacza się jego granice w następujący sposób: Od strony północnej od skrzyżowania drogi nr 1605 R z drogą 1604 R. Następnie granica obszaru biegnie wzdłuż tej drogi do skrzyżowania z drogą nr 1617 R w miejscowości Zarzecze. Następnie w kierunku wschodnim wzdłuż drogi 1617 R do skrzyżowania z drogą 1619 R. Następnie w kierunku południowo-wschodnim wzdłuż drogi 1619 R do skrzyżowania tej drogi „koło młyna” z drogą w kierunku zachodnim w kierunku przysiółka Pełnatycze Parcelacja, do wysokości budynku Pełnatycze nr 209, następnie w kierunku południowym drogą gruntową do granicy powiatu przeworskiego i jarosławskiego. Następnie wzdłuż tej granicy do skrzyżowania z drogą 881, dalej wzdłuż tej drogi w kierunku północnym do miejscowości Pantalowice do skrzyżowania z rzeką Pantalówką, następnie wzdłuż koryta tej rzeki w kierunku północno-wschodnim a dalej północnym, północno-wschodnim do przecięcia z drogą 1605 R w miejscowości Bóbrka Kańczudzka, dalej w kierunku północnym wzdłuż tej drogi do skrzyżowania z drogą 1604 R w okolicach miejscowości Żurawiczki.</p>	21.2.2017

Estado-Membro: Roménia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
<p>Localitatea UCEA DE JOS, Comuna UCEA, județul Brasov. Localitatea CORBI, comuna UCEA, județul Brasov. Localitatea FELDIOARA, comuna UCEA, județul Brasov. Localitatea VISTEA, comuna VISTEA, județul Brasov.</p>	12.2.2017
<p>Localitatea TARGU MURES, MUNICIPIUL TARGU MURES, județul Mures. Localitatea MURESENI, MUNICIPIUL TARGU MURES, județul Mures. Localitatea REMETEA, MUNICIPIUL TARGU MURES, județul Mures. Localitatea SANCRAIU DE MURES, comuna SANCRAIU DE MURES, județul Mures. Localitatea NAZNA, comuna SANCRAIU DE MURES, județul Mures. Localitatea PANET, comuna PANET, județul Mures.</p>	17.2.2017
<p>Localitatea BACAU, MUNICIPIUL BACAU, județul Bacau. Localitatea LETEA VECHE, comuna LETEA VECHE, județul Bacau. Localitatea HOLT, comuna LETEA VECHE, județul Bacau. Localitatea SAUCESTI, comuna SAUCESTI, județul Bacau. Localitatea BOGDAN VODA, comuna SAUCESTI, județul Bacau. Localitatea COSTEI, comuna SAUCESTI, județul Bacau</p>	20.2.2017
<p>Localitatea BALTA DOAMNEI, comuna BALTA DOAMNEI, județul Prahova. Localitatea CURCUBEU, comuna BALTA DOAMNEI, județul Prahova. Localitatea LACU TURCULUI, comuna BALTA DOAMNEI, județul Prahova. Localitatea SILISTEA SNAGOVULUI, comuna GRUIU, județul Ilfov.</p>	18.2.2017
<p>Localitatea CRISAN, comuna CRISAN, județul Tulcea.</p>	22.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
Localitatea LETEA, comuna C.A.ROSETTI, județul Tulcea. Localitatea C.A.ROSETTI, comuna C.A.ROSETTI, județul Tulcea. Localitatea SFISTOFCA, comuna C.A.ROSETTI, județul Tulcea.	23.2.2017
Localitatea PERIPRAVA, comuna PERIPRAVA, județul Tulcea.	23.2.2017

Estado-Membro: Eslováquia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
Okres Dunajská Streda Obce: — Janíky — Zlaté Klasy Okres Senec Obce: — Vlky — Tomášov — Malý Madaras Okres Piešťany Obce: — Ratnovce — Sokolovce Okres Námestovo Obce: — Breza — Lokca	19.2.2017
Okres Prievidza Mestá: — Bojnice — Prievidza — časť Píly a Staré mesto Obce: — Kocurany — Opatovce nad Nitrou — Kanianka	25.2.2017

Estado-Membro: Suécia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
Those parts of Haninge municipality (ADNS code 00100) contained within a circle of a radius of three kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N59.0264 and E18.2061	24.2.2017

Estado-Membro: Reino-Unido

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 29.º, n.º 1, da Diretiva 2005/94/CE
Area comprising: Those parts of Lincolnshire Country (ADNS code 00153) contained within a circle of a radius of three kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.4638 and E0.0204	11.2.2017

PARTE B

Zonas de vigilância nos Estados-Membros em causa referidas nos artigos 1.º e 3.º:

Estado-Membro: Bulgária

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
-------------------	--

PLOVDIV

Municipality of Maritza : — Yasno pole — Manole — Manolsko Konare — Trilistnik — Rogosh — Chekeritza — Kalekovetz — Krislovo — Dink — Zhelyazno — Voyvodinovo — Skutare — Graf Ignatievo	19.2.2017
Municipality of Maritza : — Trud — Tzaratzovo — Stroevo	10.2.2017
Municipality of Rakovski : — Momino selo	11.2.2017 a 19.2.2017
Municipality of Brezovo : — Babek — Boretz — Zelenikovo — Streltzi — Padarsko — Zlatosel — Tyurkmen — Sarnegor	19.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<ul style="list-style-type: none"> — Rozovetz — Chehlare — Varben — Drangovo — Otetz Kirilovo 	
Municipality of Brezovo : <ul style="list-style-type: none"> — Choba — Brezovo 	11.2.2017 a 19.2.2017
Municipality of Kaloyanovo : <ul style="list-style-type: none"> — Glavatar 	11.2.2017 a 19.2.2017
Municipality of Kaloyanovo : <ul style="list-style-type: none"> — Begovo — Chernozemen — Razhevo — Kaloyanovo 	12.2.2017
Municipality of Kaloyanovo : <ul style="list-style-type: none"> — Dalgo pole 	19.2.2017
Municipality of Kaloyanovo : <ul style="list-style-type: none"> — Zhitnitsa — Gorna Mahala — Duvanlii 	15.2.2017
Municipality of Kaloyanovo : <ul style="list-style-type: none"> — Otetz Paisievo — Razhevo Konare 	19.2.2017
Municipality of Rakovski : <ul style="list-style-type: none"> — Belozem — Shishmantzi — Bolyarino — Chalakovi — Stryama — Rakovski 	19.2.2017
Municipality of Sadovo : <ul style="list-style-type: none"> — Milevo — Popovitsa — Seltsi — Bogdanitza — Ahmatovo — Sadovo — Cheshnegirovo — Kochevo 	19.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Municipality of Hisarya : — Starosel — Matenitza — Hisarya — Chernichevo — Belovitza — Staro Zhelezare — Novo Zhelezare — Panicheri	15.2.2017
Municipality of Hisarya : — Staro Zhelezare — Novo Zhelezare — Panicheri	15.2.2017
Municipality of Saedinenie : — Lyuben	15.2.2017
Municipality of Saedinenie : — Malak chardak — Golyam chardak — Tzarimir	10.2.2017
Municipality of Karlovo : — Mrachenik	10.2.2017
STARA ZAGORA	
Municipality of Bratya Daskalovi : — Mirovo — Granit	19.2.2017
Municipality of Bratya Daskalovi : — Saedinenie — Pravoslav	9.3.2017
Municipality of Bratya Daskalovi : — Partizanin — Cherna gora	12.2.2017
Municipality of Bratya Daskalovi : — Veren — Malak dol — Markovo — Medovo — Golyam dol	1.3.2017 a 9.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Municipality of Bratya Daskalovi : — Bratya Daskolovi	9.3.2017
Municipality of Bratya Daskalovi : — Gorno Belevo — Kolyu Marinovo — Dolno Novo selo — Malko Dryanovo — Naydenovo	9.3.2017
Municipality of Chirpan : — Spasovo	12.2.2017
Municipality of Chirpan : — Sredno gradishte — Izvorovo	9.3.2017
Municipality of Chirpan : — Zlatna livada	9.3.2017
KARDZHALI	
Municipality of Chernoochene : — Gabrovo	15.2.2017
HASKOVO	
Municipality of Stambolovo : — Zhalt bryag — Kralevo — Gledka — Tzareva polyana	15.2.2017
Municipality of Haskovo : — Kozletz — Teketo — Galabetz — Trakietz — Mandra — Dolno Voyvodino — Gorno Voyvodino — Garvanovo — Shiroka polyana — Koren — Orlovo — Stamboliiski — Dinevo — Haskovo — Konush	15.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Municipality of Haskovo : — Klokochnitza	9.3.2017
Municipality of Haskovo : — Podkrepa — Momino — Krivo pole — Malevo — Manastir — Voyvodovo — Vaglarovo	15.2.2017
Municipality of Harmanli : — Harmanli — Rogozinovo — Bulgarin — Kolarovo — Biser — Nadezhden — Bogomil	15.2.2017
Municipality of Harmanli : — Dositeevo	15.2.2017
Municipality of Lyubimetz : — Lyubimetz — Yerusalimovo — Belitza	15.2.2017
Municipality of Mineralni bani : — Mineralni bani — Bryastovo — Sirakovo — Koletz — Spahievo	15.2.2017
Municipality of Mineralni bani : — Susam — Tatarevo	9.3.2017
Municipality of Dimitrovgrad : — Gorski izvor	1.3.2017 a 9.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Municipality of Dimitrovgrad : — Kasnakovo — Dobrich — Krum — Svetlina — Bodrovo — Varbitza — Skobeleva — Yabalkovo — Velikan	9.3.2017
PAZARDZHIK	
Municipality of Septemvri : — Lozen — Kovachevo	16.2.2017 a 24.2.2017
Municipality of Septemvri : — Vetren dol — Varvara — Septemvri — Semchinovo — Simeonovetz — Boshulya — Karabunar — Zlokuchene	24.2.2017
Municipality of Pazardzhik : — Bratanitza — Velichkovo — Aleko Konstantinovo — Zvanichevo — Mokrishte — Yunatzite — Tzrantcha — Patalenitza — Lyahovo	24.2.2017
YAMBOL	
Municipality of Elhovo : — Trankovo	21.2.2017 a 1.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Municipality of Elhovo : — Kirilovo — Dobrich — Malomirovo — Elhovo — Izgrev — Pchela — Boyanovo	1.3.2017
Municipality of Tundzha : — Dryanovo — Malomir — Konevetz	1.3.2017

Estado-Membro: República Checa

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Biskoupky na Moravě (604755), Bohutice (606677), Čučice (624373), Dobelice (626821), Dobřínsko (627917), Dolní Kounice (629286), Hlína u Ivančic (639184), Hrubšice (648639), Jezeřany (659428), Maršovice (659436), Kadov (661961), Kratochvilka (644133), Kubšice (676888), Lesonice u Moravského Krumlova (680249), Moravské Bránice (698890), Miroslavské Knínice (695394), Neslovice (703729), Nové Bránice (706043), Olbramovice u Moravského Krumlova (709930), Padochov (717371), Petrovice u Moravského Krumlova (720178), Polánka u Moravského Krumlova (725064), Silůvky (747815), Trboušany (768057), Zbýšov u Oslavan (792110), Babice u Rosic (600709), Branišovice (609374), Cvrčovice u Pohořelic (618152), Čermákovice (619698), Dolní Dubčany (628956), Džbánice (634310), Horní Dubňany (642843), Míšovice (645699), Jamolice (656674), Ketkovice (664855), Kupařovice (677582), Loděnice u Moravského Krumlova (686344), Lukovany (689041), Malešovice (690872), Mělčany u Ivančic (692786), Miroslav (695378), Našiměřice (701661), Němčičky (703052), Omice (711195), Ořechov (712612), Pravlov (733016), Radostice u Brna (738310), Rosice u Brna (741221), Rybníky na Moravě (744026), Senorady (747530), Skalice u Znojma (747947), Střelice u Brna (757438), Suchohrdly u Miroslavi (759210), Šumice (764248), Tetčice (766861), Tulešice (771449), Vémyslice (779971), Zakřany (790478), Zastávka (791113), Vedrovice (777536), Zábrdovice u Vedrovic (798754)	3.3.2017
Němčice u Ivančic (655813), Alexovice (655821), Budkovice (615595), Ivančice (655724), Kounické Předměstí (655741), Letkovice (655830), Moravský Krumlov (699128), Nová Ves u Oslavan (705659), Rokytná (699225), Oslavany (713180), Řeznovice (745421),	23.2.2017 a 3.3.2017
Bavory (601209), Dobré Pole (627259), Dolní Věstonice (630331), Horní Věstonice (644579), Ivaň (655708), Nová Ves u Pohořelic (705667), Novosedly na Moravě (706973), Perná (719242), Břeží u Míkulova (613908), Jevišovka (659363), Klentnice (666149), Litobratřice (685356), Nový Přerov (707864), Pavlov u Dolních Věstonic (718394), Pohořelice nad Jihlavou (724866), Popice (725757), Pouzdřany (726729), Přibice (735311), Strachotín (755893), Troskotovice (768553), Vlasatice (783307) a Vranovice nad Svratkou (785512)	3.3.2017
Brod nad Dyjí (612642), Dolní Dunajovice (628964), Drnholec (632520), části katastrálního území Mušov (700401) a Pasohlávky (718220), přičemž východní hranice území tvoří silnice E461	23.2.2017 a 3.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Benátecká Vrutice (602060), Borek nad Labem (607517), Brandýs nad Labem (609048), Brázdim (609773), Břežany II (614955), Bříství (615056), Černíky (620220), Dehtáry (658481), Dřevčice u Brandýsa nad Labem (632937), Hlavenec (638960), Horoušany (644803), Jenštejn (658499), Jirny (660922), Kozovazy (788490), Lhota u Drís (680931), Litol (689556), Lysá nad Labem (689505), Martinov (791008), Mochov (698067), Nehvizdy (702404), Ostrov u Brandýsa nad Labem (609234), Podolanka (724149), Polerady u Prahy (725218), Popovice u Brandýsa nad Labem (609251), Předměříce nad Jizerou (734284), Přerov nad Labem (735035), Radonice u Prahy (738247), Sedlčanky (619213), Skorkov (748382), Sojovice (752169), Stará Boleslav (609170), Stará Lysá (753807), Starý Vestec (755231), Svěmyslice (792772), Šestajovice u Prahy (762385), Tlustovousy (771414), Tuklaty (771422), Tuřice (771856), Úvaly u Prahy (775738), Vykáň (787558), Vyšehořovice (788503), Záruby (791016), Zeleneč (792781)	3.3.2017
Čelákovice (619159), Káraný (708020), Lázně Toušeň (767859), Mstětice (792764), Nový Vestec (708038), Otradovice (748366), Stránka u Brandýsa nad Labem (609269), Záluží u Čelákovíc (619230), Zápy (609226)	23.2.2017 a 3.3.2017
Bělý (689831), Bezděkov nad Metují (603597), Blažkov u Slavoňova (750395), Bohdašín nad Olešnicí (621099), Bohdašín v Orlických horách (606197), Borová (607711), Bražec (701343), Červený Kostelec (621102), Česká Čermná (621269), Dlouhé (707317), Dolní Radechová (630063), Horní Dřevíč (754811), Horní Kostelec (621111), Horní Radechová (643874), Horní Rybníky (789356), Hronov (648370), Jestřebí nad Metují (659088), Jizbice u Náchoda (661449), Kramolna (768910), Lhotky (768928), Libchyně (659096), Lipí u Náchoda (684031), Machov (689840), Machovská Lhota (689858), Městská Kramolna (768936), Mezilesí u Náchoda (693685), Náchod (701262), Nížká Srbská (689866), Nový Hrádek (707341), Olešnice u Červeného Kostelce (710369), Olešnice v Orlických horách (710466), Police nad Metují (725323), Provodov (733881), Příbyslav nad Metují (735710), Radešov nad Metují (725331), Rokytník (648434), Řešetova Lhota (758531), Sendraž (659100), Slavíkov u Náchoda (750182), Slavoňov (750409), Staré Město nad Metují (701335), Starokůč u Vysokova (788384), Studnice u Náchoda (758540), Šonov u Nového Města nad Metují (762920), Trubějov (768952), Třtice nad Olešnicí (758558), Velká Ledhuje (725340), Velké Petrovice (779261), Velký Dřevíč (648400), Vrchoviny (786527), Všeliby (796581), Vysoká Srbská (788121), Vysokov (788392), Zábrodí (789364), Zbečnick (648396), Zlíčko (788147), Žabokrky (648418)	11.2.2017
Babí u Náchoda (701297), Běloves (701301), Dobrošov (627445), Malá Čermná (648451), Malé Poříčí (701378), Pavlišov (718343), Velké Poříčí (648426), Žďárky (795526)	3.2.2017 a 11.2.2017
Babčice (630551), Běleč u Mladé Vožice (601896), Bendovo Záhoří (604976), Beranova Lhota (658049), Bítov u Radenína (737500), Blanice u Mladé Vožice (604984), Bradáčov (608963), Broučková Lhota (658278), Čekanice u Tábora (619086), Dědice u Nemyšle (703290), Hlasivo (638838), Hlinice (639231), Horní Hrachovice (724696), Horní Světlá u Bradáčova (608971), Hroby (648256), Chotoviny (653411), Chrbonín (654124), Janov u Mladé Vožice (656909), Jedlany (658057), Jeničkova Lhota (658286), Kozmice u Chýnova (648264), Krchova Lomná (604992), Křtěnovice (705918), Lažany u Chýnova (648272), Lejčkov (629138), Malešín u Vodice (784265), Malý Ježov (779610), Měšice u Tábora (693456), Mladá Vožice (696722), Mostek u Ratibořských Hor (724726), Nahořany u Mladé Vožice (740284), Nová Ves u Chýnova (705870), Nové Dvory u Pořína (726079), Oblajovice (708607), Podolí u Ratibořských Hor (724211), Pojbuky (724980), Pořín (726087), Prasetín (732907), Radenín (737518), Radostovice u Smilových Hor (738484), Radvanov u Mladé Vožice (738875), Rašovice u Hlasiva (638854), Ratibořice u Tábora (739863), Ratibořské Hory (739880), Rodná (740292), Řemíčov (745073), Sezimovo Ústí (747688), Smilovy Hory (751065), Stará Vožice (754064), Stoklasná Lhota (619094), Vlčeves (783641), Vodice u Tábora (784273), Vrážná (653471), Vřešce (786667), Zadní Lomná (724998), Zadní Střítež (725005), Záhostice (655481), Záruby Lhota (790991), Bedřichov u Zhořce (792934), Bezděčín u Obrataně (708691), Cetoraz (617679), 708704 Hrobská Zahrádka (708704), Křeč (708704), Obrataň (708712), Sudkův Důl (758787), Těchobuz (765449), Velká Rovná (792942), Zhoř u Pacova (792951)	3.3.2017
Blanička (724718), Dobronice u Chýnova (627399), Dolní Hořice (629103), Domamyšl (630560), Dub u Ratibořských Hor (633259), Hartvíkov (708585), Chotčiny (652814), Chýnov u Tábora (655473), Kladruby (629120), Kloužovice (666572), Mašovice (652822), Pohnánek (724700), Pohnání (724734), Velmovice (666581)	23.2.2017 a 3.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
636657 Blanice, 615609 Budyně, 784338 Čavyně, 623482 Čičenice, 626180 Dívčice, 746681 Hlavatce u Českých Budějovic, 654981 Chvalešovice, 655007 Chvaletice u Protivína, 676705 Kloub, 674052 Krašovice, 674303 Krč u Protivína, 691216 Krtely, 755729 Křepice u Vodňan, 676713 Křtětice, 746690 Lékařova Lhota, 674061 Lidmovice, 655261 Lužice u Netolic, 689769 Mahouš, 691224 Malovice u Netolic, 691232 Malovičky, 733849 Milenovice, 633151 Nákrší, 703940 Netolice, 647616 Obora u Hracholusk, 689785 Olšovice, 746711 Plástovice, 691241 Podeřístě, 676721 Pohorovice, 733857 Protivín, 737402 Radčice u Vodňan, 746720 Sedlec u Českých Budějovic, 748315 Skočice, 760862 Svinětice, 674311 Těšínov u Protivína, 779512 Velký Bor u Strunkovic, 674079 Vitice u Vodňan, 789089 Záblatí, 674320 Záboří u Protivína, 797260 Žitná u Netolic	3.3.2017
681946 Černěves u Libějovic, 773603 Hvozďany u Vodňan, 651117 Chelčice, 681954 Libějovice, 681962 Nestanice, 755745 Stožice, 651125 Truskovice, 773611 Újezd u Vodňan, 784281 Vodňany	23.2.2017 a 3.3.2017
615421 Budislav, 780405 Ceraz, 624888 Debrník, 626091 Dírná, 626406 Dlouhá Lhota u Tábora, 631027 Doňov, 632066 Dráčov, 638935 Hlavatce, 639044 Hlavňov u Budislavi, 648761 Hrušova Lhota, 650552 Chabrovice, 653039 Chotěmice, 653594 Choustník, 653608 Kajetín, 615439 Katov u Budislavi, 674176 Krátošice, 675156 Krtov, 689700 Lžín, 693791 Mezná u Soběslavi, 780413 Mokrá u Soběslavi, 780421 Nedvědice u Soběslavi, 626104 Nová Ves u Dírné, 691925 Obora u Maršova, 721336 Planá nad Lužnicí, 653616 Předboř u Choustníku, 734519 Přeňhořov u Soběslavi, 745766 Řípec, 747891 Skalice nad Lužnicí, 748358 Skopytce, 783404 Svinky, 769461 Třebějice, 770019 Třebíště, 771201 Tučapy u Soběslavi, 705888 Turovec, 721701 Újezdec u Kardašovy Řečice, 775436 Ústrašice, 780430 Vesce u Soběslavi, 721719 Višňová u Kardašovy Řečice, 783412 Vlastiboř u Soběslavi, 721727 Záhoří, 790851 Záluží u Budislavě, 783421 Záluží u Vlastiboře, 626112 Záříčí u Dírné, 626121 Závsi, 793361 Zlukov, 795828 Želeč u Tábora, 780693 Žišov u Veselí nad Lužnicí	3.3.2017
771198 Dvorce u Tučap, 751804 Chlebov, 666106 Klenovice u Soběslavi, 734501 Kvasejovice u Soběslavi, 700690 Myslkovice, 741591 Roudná nad Lužnicí, 793817 Sedlečko u Soběslavě, 751707 Soběslav, 793825 Zvěrotice	23.2.2017 a 3.3.2017
Beňov (606740), Brodek u Přerova (612758), Buk (615731), Císařov (617784), Citov (617857), Čechy (630837), Čekyně (619108), Dluhonice (626708), Čelechovice u Přerova (619337), Dobřice (627186), Domaželice (630845), Grymov (636274), Henčlov (638277), Hradčany na Moravě (646695), Kanovsko (784044), Kokory (667978), Kozlovice u Přerova (734985), Lazníky (679411), Lhotka u Přerova (681415), Líšná u Přerova (685038), Luková u Přerova (689033), Lýsky (782335), Nahošovice (633038), Nelešovice (702838), Oldřichov na Moravě (709999), Osek nad Bečvou (713015) vyjma východní části katastrálního území za vodotečí/potokem Lubeň, Pavlovice u Přerova (718581), Penčice (719056), Penčičky (719064), Podolí u Přerova (724319), Popovice u Přerova (782343), Prosenice (733288), Proseničky (733296), Prusínky (718599), Prusy (602612), Předmostí (734977), Přestavky u Přerova (735167), Radslavice u Přerova (738816), Radvanice u Lipníka nad Bečvou (738859), Rokytnice u Přerova (740896), Říkovice u Přerova (745588), Sobíšky (752029), Stará Ves u Přerova (753939), Sušice u Přerova (759791), Troubky nad Bečvou (768685), Tučín (771244), Turovice (633046), Vinary u Přerova (782351), Vlkoš u Přerova (784052), Zábeštní Lhota (789054), Želatovice (795801), Žeravice (796441); Břest (613797), západně od hranice katastrálního území číslo 613797 obce Břest po komunikaci číslo 4328 ulice Skaštická, dále po komunikaci číslo 435 ulice Hrad a komunikaci číslo 436 ulice Drahy na sever, dále po železniční trati, po ulici Vlčí doly, po ulici Nádražní a dále po komunikaci číslo 4349 ulice Včelín až k hranici katastrálního území číslo 791032 obce Záříčí, část katastru Chropyně (654230), Karlovice u Holešova (670286), Kostelec u Holešova (670294), Kyselovice (678708), Němčice u Holešova (703036), Roštění (741485), Záříčí (791032), Žalkovice (794350)	3.3.2017
Bochoř (606723), Horní Moštěnice (643572), Lověšice u Přerova (735001), Přerov (734713), Újezdec u Přerova (774073), Věžky u Přerova (606740)	23.2.2017 a 3.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
667251 Besedice, 603406 Bezděčín u Jablonce nad Nisou, 628255 Bukovina u Turnova, 761648 Čtveřín, 771627 Daliměřice, 635201 Frýdštejn, 639982 Hnanice pod Troskami, 648574 Hrubá Skála, 658413Jenišovice u Jablonce nad Nisou, 603414 Jílové u Hodkovic nad Mohelkou, 719161 Kamení, 663328 Karlovice, 666483 Klokočí u Turnova, 667285 Koberovy, 667498 Kobyly, 676853 Ktová, 761672 Lažany u Sychrova, 738417 Lestkov pod Kozákovem, 685135 Líšný, 695637 Loktuše, 666491 Loučky u Turnova, 628280 Malý Rohozec, 658430 Odolenovice u Jenišovic, 709336 Ohrazenice u Turnova, 635227 Ondříkovice, 761681 Paceřice, 719170 Pěňčín, 761699 Radimovice u Sychrova, 738328 Radostín u Sychrova, 739049 Rakousy, 742082 Rovensko pod Troskami, 695670 Sekerkovy Loučky, 690317 Sněhov, 751839 Soběslavice, 751847 Střížovice u Pěňčina, 760731 Svijanský Újezd, 760749 Svijany, 639991 Štěpánovice u Rovenska pod Troskami, 765201 Tatobity, 768588 Troskovice, 796531 Václaví, 695700 Vesec pod Kozákovem, 783463 Vlastibořice, 738433 Volavec, 690325 Vranové I, 690333 Vranové II, 667315 Vráť, 787744 Vyskeř, 761729 Žďárek u Sychrova, 796549 Žernov; 683281 Dobšice, 683299 Libošovice, 683311 Malechovice, 683337 Nepřívěc, 723851 Podkost, 742023 Roveň u Sobotky, 683353 Rytířova Lhota, 683361 Vesec u Sobotky; 608271 Boseň, 609501 Branžež, 614017 Březina u Mnichova Hradiště, 626767 Dneboh, 628131 Dobšín, 697567 Hoškovice, 669679 Koryta u Mnichova Hradiště, 687235 Loukov u Mnichova Hradiště, 687278 Loukovec, 608301 Mužský, 614041 Olšina, 724190 Podolí u Mnichova Hradiště, 747645 Sezemice, 609528 Srbsko, 667064 Suhrovice, 795046 Žďár u Mnichova Hradiště, 795054 Žehrov	3.3.2017
661571 Kacanovy, 771686 Mašov u Turnova, 697940 Modřišice, 710393 Olešnice u Turnova, 734683 Přepeře u Turnova, 736309 Příšovice, 771601 Turnov, 787256 Všeň	23.2.2017 a 3.3.2017

Estado-Membro: Alemanha

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
SACHSEN-ANHALT	
Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Köthen (Anhalt) die Ortsteile — Arensdorf — Dohndorf — Elsdorf — Gahrendorf — Hohsdorf — Löbnitz an der Linde — Merzien — Porst — Wülknitz — Zehringen	22.2.2017
Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Südliches Anhalt die Ortsteile — Breesen — Cosa — Fernsdorf — Görzig	22.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<ul style="list-style-type: none"> — Großbadegast — Libehna — Locherau — Meilendorf — Pfriemsdorf — Prosigk — Reinsdorf — Repau — Reupzig — Ziebigk 	
<p>Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Aken (Elbe) der Ortsteil</p> <ul style="list-style-type: none"> — Kleinzerbst 	22.2.2017
<p>Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Osternienburger Land die Ortsteile</p> <ul style="list-style-type: none"> — Drosa — Elsdorf — Elsnigk — Frenz — Kleinpaschleben — Kietzen — Maxdorf — Micheln — Mölz — Osternienburg — Pißdorf — Rosefeld — Sibbesdorf — Thurau — Trebbichau — Trinum — Wulfen — Würflau — Zabitz 	22.2.2017
<p>Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Südliches Anhalt die Ortsteile</p> <ul style="list-style-type: none"> — Friedrichsdorf — Lausigk — Naundorf — Scheuder — Storkau 	22.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Köthen (Anhalt) der Ortsteil — Baasdorf	22.2.2017
Landkreis Anhalt-Bitterfeld In der Gemeinde Südliches Anhalt die Ortsteile — Edderitz — Gröbzig — Maasdorf — Piethen — Pilsenhöhe — Wörbzig	22.2.2017
Landkreis Salzlandkreis In der Gemeinde Bernburg (Saale) die Ortsteile — Biendorf — Wohlsdorf mit Crüchern — Poley mit Weddegast	22.2.2017
Landkreis Salzlandkreis In der Gemeinde Könnern die Ortsteile — Gerlebogk — Cormigk mit Sixdorf	22.2.2017
Landkreis Salzlandkreis In der Gemeinde Nienburg (Saale) der Ortsteil — Borgesdorf	22.2.2017
Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Barby (Elbe) die Ortsteile — Gnadau mit Döben — Tornitz mit Grube Alfred und Werkleitz — Wespen	20.2.2017
Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Barby (Elbe) der Ortsteil — Zuchau mit Colno	20.2.2017
Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Nienburg (Saale) die Stadt — Nienburg	20.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Nienburg (Saale) die Ortsteile</p> <ul style="list-style-type: none"> — Altenburg — Gerbitz — Grimschleben — Jesar — Neugattersleben — Wedlitz und Wispitz 	20.2.2017
<p>Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Staßfurt die Ortsteile</p> <ul style="list-style-type: none"> — Atzendorf — Brumby — Förderstedt — Glöthe — Hohenerleben — Löbnitz — Üllnitz 	20.2.2017
<p>Landkreis Salzlandkreis Einzelne Gebiete in der Einheitsgemeinde Staßfurt:</p> <p>Die Grenze des Gebietes beginnt im Gewerbegebiet Friedrichshall, weiter bis zum Güterbahnhof, entlang der Gleise (Am Knüppelsberg, Industriestraße, Zollstraße, Förderstedter Straße bis zur Abzweigung) und endet im Gewerbegebiet Atzendorfer Straße</p>	20.2.2017
<p>Landkreis Salzlandkreis Einzelne Gebiete in der Einheitsgemeinde Bernburg (Saale):</p> <p>Nördlich der B6n — Strenzfeld, Magdeburger Chaussee, Bodestraße und alle Querstraßen zwischen Magdeburger Chaussee und Bodestraße (Zick-Zack-Hausen)</p>	20.2.2017
<p>Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Bördeland die Ortsteile</p> <ul style="list-style-type: none"> — Biere — Eggersdorf — Eickendorf — Großmühlingen — Kleinmühlingen — Zens 	20.2.2017
<p>Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Staßfurt der Ortsteil</p> <ul style="list-style-type: none"> — Brumby 	12.2.2017 a 20.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Landkreis Salzlandkreis In der Einheitsgemeinde Calbe der Ortsteil — Wartenberg	12.2.2017 a 20.2.2017

SCHLESWIG-HOLSTEIN

Kreis Steinburg Gemeinden Altenmoor, Bahrenfleth, Beidenfleth, Blomesche Wildnis, Borsfleth, Breitenberg, Breitenburg, Dägeling, Elskop, Engelbrechtsche Wildnis, Herzhorn, Hodorf, Heiligenstedten, Heiligenstedtenerkamp, Hohenfelde, Horst, Kiebitzreihe, Kollmar, Kollmoor, Kremppdorf, Kremperheide, Krempermoor, Kronsmoor, Lägerdorf, Moordiek, Münsterdorf, Neuenbrook, Neuendorf bei Elmshorn, Oelixdorf, Rethwisch, Sommerland, Süderau, Westermoor und Wewelsfleth sowie die gesamten Gebiete der Städte Glückstadt, Krempe und Itzehoe	25.2.2017
Kreis Steinburg Gebiet der Gemeinde Süderau sowie auf Teile der Gebiete der Gemeinden Grevenkop, Hohenfelde, Horst, Neuenbrook, Rethwisch, Sommerland, Steinburg und der Stadt Krempe	17.2.2017 a 25.2.2017

NIEDERSACHSEN

Landkreis Diepholz Die östliche Begrenzung verläuft vom Schnittpunkt der Bundesstraße 51 mit der Heiligenloher Beeke aus entlang der Heiligenloher Beeke in südöstlicher Richtung bis zum Schnittpunkt mit der Bargeriede, entlang dieser in südöstlicher Richtung, entlang des 4- Birken- Weges, des Moorkanals in südlicher Richtung, dann entlang der Verlängerung des Moordamms bis zum Schweringhäuser Bach, diesem entlang Richtung Südost bis zum Schnittpunkt mit der Kreisstraße 1, diese entlang Richtung Süden bis zum Schnittpunkt mit dem Fluss „Flagge“, entlang des Flusses Richtung Süd bis zum Schnittpunkt mit der Bahnlinie bei Groß Lessen. Weiter führt die östliche Grenze des Beobachtungsgebietes ab dem o. g. Punkt in westlicher Richtung entlang der Bahnlinie bis zur Kreisstraße 43, entlang der Bundesstraße 214 zum Dörrieloher Weg und entlang diesem in südlicher Richtung bis zur Landesstraße 347 und daran entlang bis zum Fluss Bleckriede 3. Im Süden führt die Begrenzung zunächst entlang der Bleckriede 3 in westlicher Richtung, danach in gerader Linie Richtung Westen bis zur Straße Zum Neustädter Moor und diese entlang Richtung Westen über die Kreisstraße 42 und die Neustädter Straße, die Straßen Auf dem Knapp, Am Uhlenberg, Barver Straße, Zur Mühle, Vor den Quellen, Diepholzer Straße (Bundesstraße 239), Am Gottesgragen, Die Rosenhardt, in der Verlängerung von Die Rosenhardt bis zum Speckendamm, in südlicher Richtung an diesem entlang bis An der Milchstelle, diese Straße entlang bis zum Bruchkanal. Die westliche Grenze führt von dort aus entlang des Bruchkanals in nordwestlicher Richtung, dann entlang des Sankt- Hülfers Torfweges, den Moordamm entlang Richtung Norden bis zur Sulinger Straße (Bundesstraße 214), diese entlang Richtung Nordwest bis zum Schnittpunkt mit der Bundesstraße 51, diese entlang Richtung Flessenmoor, daran entlang bis Heeder Dorfstraße, diese entlang Richtung Südwest über die Straßen Unter den Eichen, Vorm Kampe, Falkenhardter Weg, Ossenbecker Straße, Apwischer Straße, Apwischer Kirchweg, Ahornweg, Vechtaer Straße (Bundesstraße 69) Richtung Nordwest bis zur Kreisgrenze zum Landkreis Vechta. Die nördliche Begrenzung führt von dort an der Kreisgrenze entlang in östlicher Richtung bis zum Schnittpunkt mit dem Fluss Hunte, dann entlang der Gemeindegrenze zwischen der Samtgemeinde Barnstorf und der Stadt Twistringen bis zur Verbindungsstraße zum Rüssener Heerweg, dann diesen entlang und über den Verbindungsweg (Feldweg) Richtung Heiliger Berg, über die Kreisstraße 101 hinweg, über die Straße Achter Harms Holt bis zum Schnittpunkt der Heiligenloher Beeke mit der Bundesstraße 51	16.2.2017
--	-----------

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Diepholz</p> <p>Die östliche Begrenzung verläuft ab dem Schnittpunkt der Eydelstedter Straße mit dem Drentweder Weg in südlicher Richtung entlang der Straße Loge, entlang der Schweringhauser Straße in östlicher Richtung bis zum Fluss Bargeriede, diesen in südlicher Richtung entlang und in gerader Linie an der Verlängerung der Bargeriede entlang bis zum Schnittpunkt dieser Linie mit der Wagenfelder Aue und dem Moorkanal.</p> <p>Die südliche Grenze verläuft von dort entlang der Wagenfelder Aue in westlicher Richtung bis zum Schnittpunkt der Wagenfelder Aue mit der Straße „Am Fuhrenkamp“, dann entlang der Straßen „Am Fuhrenkamp“, dem Forstweg und der Dönseler Straße in westlicher Richtung bis zur Straße „Hemskappe“.</p> <p>Die westliche Begrenzung von den Straßen Hemskappe, Auestraße, Grenzweg, Eickbuscher Straße und Heerweg in nördlicher Richtung begrenzt. Weiter entlang der Hunte und der Riede, entlang der Straßen Dreeker Kirchweg, Rechterner Straße, und „Rechtern“ bis zum Fluss Hunte, dann entlang der Hunte in nördlicher Richtung bis zum Fluss Bargeriede.</p> <p>Die nördliche Begrenzung verläuft vom Schnittpunkt der Hunte mit der Bargeriede entlang der Bargeriede und der Eydelstedter Straße (Loge) in östlicher Richtung bis zum Drentweder Weg</p>	8.2.2017 a 16.2.2017
<p>Landkreis Cloppenburg</p> <p>Vom Küstenkanal in Ahrensdorf entlang Heinfelders Straße nach Norden und entlang Wasserzug von Langenmoor bis zur Kreisgrenze, entlang dieser in südöstlicher Richtung bis zur Hauptstraße in Petersdorf, entlang dieser in südwestlicher Richtung bis Bunthullen Graben, entlang diesem und Wasserzug von Barken-Tange bis Straße Barkentange und weiter in Nikolausdorf entlang Nikolausstraße, Moordamm, Peterstraße, Oldenburger Straße, Südstraße und Letherfeldstraße bis zur Vehne. Entlang dieser bis Schuldamm, entlang diesem und weiter entlang Schnappen, Jagdweg, Weißdornweg, Beverbrucher Straße in Garrel, Schlichtenmoor, Roslaes Höhe, Allensteiner Straße, Tannenkampstraße, Weinstraße, Amerikastraße, Straße Zum Fischteich, Garreler Straße, Efkenhöhe, Hoher Weg, Mühlenweg, Neumühlen, weiter am südlichen Waldrand Dwerger Sand, entlang Neumühler Weg in Dwerger, Kleine Tredde, Augustendorfer Weg bis zur Gemeindegrenze, dieser entlang Grenzstraße in Neumarkhausen und entlang der Marka folgend und durch den Eleonorenwald bis zum Delschloot, entlang diesem nach Norden bis Straße im Lütken Moor, weiter entlang Eismoorstraße, Kirchstraße in Gehlenberg, Bergstraße, Hinterberg, Neuscharreler Straße, Gehlenberger Straße in Neuscharrel, Hauptstraße, Apfelbaumstraße, dann nach Norden entlang Neuscharreler Graben, Klumpendamm, Heetbergsmoor Graben bis zur Marka Höhe Knippers Weg. Der Marka in westlicher Richtung folgend über Hauptstraße zum Küstenkanal. Entlang diesem in östlicher Richtung bis zur Soeste, entlang dieser in südlicher Richtung bis Kamper Siedlungs Graben, diesem in östlicher Richtung folgend und weiter entlang Röbbkenberg und Straße Am Küstenkanal bis zum Ausgangspunkt Heinfelders Straße</p>	19.2.2017
<p>Landkreis Cloppenburg</p> <p>In Altenoythe von Kreuzung Altenoyther Straße / Vitusstraße nach Osten entlang der Straße Hoher Esch und Cavens bis Kündelweg, entlang diesem in nördlicher Richtung bis Straße Am Kündelsberg, entlang dieser und dem Kündelsberger Graben weiter nach Süden und Osten und entlang Kündelstraße, Koppelweg und Feldstraße bis zur Fladderburger Straße in Bösel. Dieser in südwestlicher Richtung folgend bis Straße Neuland, entlang dieser und entlang Schäferstraße, Sandwitten, Korsorsstraße, Am Steinkamp, Am Tempelkamp, Im Richtemoor, Richtweg und Glasdorfer Straße. Entlang dieser nach Süden bis zur Robert-Glaß-Straße, entlang dieser und Georg-Hoes-Straße bis zur Glasdorfer Straße. Entlang dieser bis Mittelsten-Thüle, weiter entlang Kurfürstendamm bis zur Soeste, dieser nach Norden folgend bis zum Wald Duvensand, entlang des östlichen Waldrandes bis zur Straße Am Horstberg, weiter entlang Wittenmoorsdamm und Pehmertanger Straße bis zur Thüler Straße. Entlang dieser in nordwestlicher Richtung bis zum Oldenburger Ring, entlang diesem in östlicher Richtung bis Böselers Straße, von dort in nordwestlicher Richtung bis Altenoyther Straße und von dort in nordöstlicher Richtung bis zum Ausgangspunkt in Altenoythe, Höhe Vitusstraße</p>	11.2.2017 a 19.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Cloppenburg</p> <p>Vom Küstenkanal in Kampe entlang Straße Kamper Rolle nach Norden bis zur Gemeindegrenze und entlang dieser nach Osten bis zur Kreisgrenze in Edewechterdamm, entlang der Kreisgrenze in südöstlicher und südlicher Richtung bis zum Mühlenweg in Nikolausdorf und entlang diesem bis zum Beverbrucher Damm, entlang diesem in südlicher Richtung bis zur Hochspannungsleitung Höhe Beverbrucher Damm 15a, entlang der Hochspannungsleitung nach Westen bis zur Letherfeldstraße und entlang dieser bis zur Nikolausdorfer Straße in Garrel und weiter entlang Böseler Straße, Immenstraße, Kaiforfer Straße, Sandrocken und Zum Rosenmoor bis zur Gemeindegrenze. Weiter in nordwestlicher Richtung bis zur Georg-Hoes-Straße und entlang dieser und der Gemeindegrenze bis zum Ziegeldamm. Weiter in nordwestlicher Richtung entlang der Hochspannungsleitung bis Straße Zu den Weiden in Friesoythe, entlang Eschstraße, Böseler Straße, Grüner Hof, Scheefenkamp, Bookgastweg, Barßeler Straße, Kastanienweg und Kellerdamm zum Gewässer Streek. Entlang diesem in nördlicher Richtung bis zur Lahe und dieser in nordöstlicher Richtung folgend bis zum Wasserzug, der in nördlicher Richtung nach Kampe und dort nordöstlich entlang der Wohnsiedlung bis zur Straße Röbbkenberg führt. Entlang dieser Straße in östlicher Richtung und dann nach Norden zum Ausgangspunkt am Küstenkanal</p>	27.2.2017
<p>Landkreis Cloppenburg</p> <p>Im Norden in Vehnemoor von der Overlaher Straße entlang der Kreisgrenze in östlicher und südlicher Richtung bis Höhe Restmoor Dreesberg, von dort in westlicher Richtung bis zur Straße An der Vehne und entlang dieser in südlicher Richtung bis zum Lutzweg. Entlang diesem bis Höhe Lutzweg 16, von dort in südwestlicher Richtung in gerader Linie entlang des nördlichen Randes der beiden Waldstücke und weiter entlang der Baumreihen bis zur Hülsberger Straße. Entlang dieser und weiter entlang Korsorsstraße und Straße Am Vehnemoor bis zur Overlaher Straße und entlang dieser in nördlicher Richtung bis zum Ausgangspunkt in Vehnemoor</p>	19.2.2017 a 27.2.2017
<p>Landkreis Emsland</p> <p>Beginnend an der Kreisgrenze B 214 in Anderverne im Uhrzeiger.</p> <p>(Anderverne) B 214 bis Im Venne, Im Venne bis Lengericher Straße, (Freren) Lengericher Straße bis B214, (Freren, Thuine) B 214 bis Mickelmeer/ Radberggraben, (Lingen) Radberggraben bis Osterbergstraße, Osterbergstraße bis Brockortstraße, Brockortstraße bis Münnigbürener Weg, Münnigbürener Weg bis Eckelkamp, Eckelkamp bis Hexenkamp, Hexenkamp bis L 60; L60 bis Rauhe Venne, Rauhe Venne bis Zum Dorfplatz, Zum Dorfplatz bis Rauhe Venne, Rauhe Venne / Beckhookweg, Beckhookweg bis Bülden, Bülden bis Duisenberger Straße, Duisenberger Straße bis Adelige Hof, Adelige Hof bis Dusthook, Dusthook bis B 213 (Bremer Straße), B 213 bis Wallheckenstraße, Wallheckenstraße bis Bramharstraße, Bramharstraße bis Gelzweg, Gelzweg bis Herrenkuhlenweg, Herrenkuhlenweg bis Hohlweg, Hohlweg bis Bramharstraße, Bramharstraße bis Wietmarscher Straße bis Dorfstraße, (Geeste) Dorfstraße bis Bramharerstraße, entlang Teglinger Bach in nördlicher Richtung bis Klosterholter Straße, (Haselünne) Klosterholter Straße bis K 237, K 237 bis K 243, K 243 bis Lehrter Feld, Lehrter Feld, Lehrter Feld bis K 223, K 223 bis zum Bach an der Tönjesstraße, Bach bis zur Hase, Hase bis zur Mittelradde, Mittelradde bis Bleichenholter Weg, Bleichenholter Weg bis Am Grabenland, Am Grabenland bis Neuer Kamp, Neuer Kamp bis Lahrer Weg, Lahrer Weg in nördlicher Richtung bis B 402, B 402 bis Stadtmark, Stadtmark bis Lähdener Straße, Lähdener Straße bis Feldstraße, Feldstraße bis Zum Gravesand, Zum Gravesand bis Franziskusstraße, Franziskusstraße bis Menkenorde, Menkenorde bis Holthausen, Holthausen bis B213, B213 bis Haselünner Straße, (Herzlake) Haselünner Straße bis Markt, Markt bis zum Fluss Hase, Fluss Hase bis Bakeder Graben, Bakeder Graben bis Bakerder Straße, Bakerder Straße bis zur Kreisgrenze Grafelder Straße. (Dohren, Wettrup) Entlang der Kreisgrenze bis in südlicher Richtung bis zur B 214. Das Beobachtungsgebiet erstreckt sich in den Landkreis Osnabrück</p>	18.2.2017 a 26.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Lüneburg</p> <p>Ausgangspunkt ist im Westen mittig auf der Elbbrücke der Bundesstraße 209 in Hohnstorf. Die Grenze verläuft in südwestlicher Richtung auf der Bundesstraße bis zur Deichkrone und von dort nach Osten, der Deichkrone folgend, ca. 2 km bis zum Abzweig vor dem Sandlager/Deichverteidigungsplatz. Von dort in gerader Linie bis zu dem Punkt hinter der letzten Bebauung in Hittbergen an der Barförder Straße vor Graben 12. Von hier weiter in gerader Linie an die Kreisstraße 4 „Hittberger Straße“ in Höhe des Abzweiges des landwirtschaftlichen Verbindungsweges zwischen Seegraben und Bruchwetter. Dem Verbindungsweg folgend trifft der Verlauf auf die Kreisstraße 5. Weiter entlang der Kreisstraße 5 in nordöstlicher Richtung. Nach 1 km am Seegraben nach Osten abbiegend parallel zum Seegraben auf dem landwirtschaftlichen Verbindungsweg bis zur Kreisstraße 27. Der Kreisstraße 27 in nordöstlicher Richtung 1 km folgend hinter der Marschwetter nach Osten abbiegend auf den landwirtschaftlichen Verbindungsweg zur Deichkrone am Radegaster Haken. Der Deichkrone in nordöstlicher Richtung folgend bis zur Landkreisgrenze in der Elbmitte. Entlang der Landkreisgrenze in Elbmitte nördlicher Richtung bis zur Elbbrücke der Bundesstraße 209 in Hohnstorf</p>	5.3.2017
NORDRHEIN-WESTFALEN	
<p>Landkreis Soest</p> <p>B 55 in Höhe der Glenne (Kreisgrenze) in östlicher Richtung folgend bis Geseker Bach, Geseker Bach in westlicher Richtung bis Störmeder Bach, Störmeder Bach 185 m in südliche Richtung, Störmeder Bach 880 m in westlicher Richtung in Höhe des Feldwegs bis zum Brandenbaumer Weg, Brandenbaumer Weg in südlicher Richtung bis Corveyer Straße, Corveyer Straße bis Mönninghauser Straße, Mönninghauser Straße bis Am Lämmerbach, Am Lämmerbach bis Schambrede, Schambrede in nördlicher Richtung bis zur Lippe, der Lippe in westlicher Richtung folgend bis Brücke über In den Amtswiesen, In den Amtswiesen in nördlicher Richtung bis Lippestraße, Lippestraße in südwestlicher Richtung bis zur B 55, B 55 in nördlicher Richtung bis Kreisgrenze Gütersloh</p>	10.2.2017
<p>Landkreis Gütersloh</p> <p>Langenberg-Benteler:</p> <p>B 55 an Kreisgrenze Gütersloh/Soest; B 55 nördlich bis Abzweigung Fichtenweg; Fichtenweg nördlich folgen bis Lünigheide; Lünigheide in nördlicher Richtung bis auf Poststraße; Poststraße in östlicher Richtung bis Kampstraße; Kampstraße in nördlicher Richtung bis auf Liesborner Straße; Liesborner Straße in nordöstlicher Richtung bis Einmündung Kolpingstraße; Kolpingstraße nordwestlich bis Einmündung Gerhard-Hauptmann-Straße; Gerhard-Hauptmann-Straße folgen bis auf Stukendamm; Stukendamm in westlicher Richtung bis auf Schulgraben; Schulgraben in nördlicher Richtung bis auf Landgraben; Landgraben in nordwestlicher Richtung bis Bergstraße; Bergstraße nördlich bis Einmündung Allerbecker Weg; Allerbecker Weg bis Einmündung Klutenbrinkstraße; Klutenbrinkstraße in nördlicher Richtung bis Einmündung Bredenstraße, hier wird Klutenbrinkstraße zur Schulstraße; ab Einmündung in Kirchplatz in nördliche Richtung bis Einmündung Hauptstraße; Hauptstraße in westlicher Richtung bis Einmündung Mühlenstraße; Mühlenstraße nördliche Richtung bis Einmündung Westfeldstraße; von dort in östlicher Richtung bis auf die B 55; B 55 in nördlicher Richtung, wird dann zur B 61.</p> <p>Rheda-Wiedenbrück:</p> <p>B 61 Abfahrt Wiedenbrück; Rietberger Straße bis Abzweigung Dechant-Hense-Straße; Dechant-Hense-Straße in östlicher Richtung bis auf Patersweg; Patersweg in nördlicher Richtung bis auf Neuenkirchener Straße; Neuenkirchener Straße in östlicher Richtung bis zur Einmündung des Feldweges; diesen in nordöstlicher Richtung bis auf Kapellenstraße; Kapellenstraße in nördlicher Richtung bis zur Einmündung in Vareseller Straße; diese in östlicher Richtung bis Einmündung Plümersweg; Plümersweg in nördlicher Richtung; bei Kreuzung in östlicher Richtung bis auf Neuenkirchener Straße.</p>	11.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Verl:</p> <p>Neuenkirchener Straße südöstlich bis Ölbach; Ölbach in nördlicher Richtung bis zur Kreuzung mit Klosterweg; Klosterweg wird zur Wortstraße; weiter süd-/südöstliche Richtung; hinter Schulte-Lindhorst in Feldweg in östlicher Richtung bis auf Spexardweg; diesen in südöstlicher Richtung bis zur Einmündung in Varseller Straße; Varseller Straße nördliche Richtung bis Einmündung Westfalenweg; Westfalenweg in östliche Richtung bis zur Einmündung Chromstraße; Chromstraße in südöstliche Richtung bis Firmengelände Frankenfeld Service; weiter in östliche Richtung bis auf Eiserstraße; auf Eiserstraße südlich bis zur Abzweigung auf ein in östlicher Richtung abgehender Feldweg, dieser endet auf Im Vien; dort weiter südlich bis zur nach Osten abzweigenden Hofzufahrt/Feldweg bis auf Timmerheide; Timmerheide nördlich bis Einmündung Strothweg; Strothweg östlich bis Einmündung Teiwesweg; Teiwesweg südlich bis auf Österwieher Straße; Österwieher Straße südlich bzw. südöstlich bis zur Kreuzung Bastergraben; Bastergraben in östlicher Richtung bis zur Einmündung auf dem Lönsweg; Lönsweg in südlicher Richtung bis zur Einmündung Bornholter Straße; Bornholter Straße in östlicher Richtung zur Lindenstraße; auf Bornholter Straße östliche Richtung bis Abzweigung Nachtigallenweg; von dort den in südöstlicher Richtung verlaufenden Verbindungsweg zur Marienstraße; Marienstraße in südlicher Richtung folgen bis zur Abzweigung Alter Postweg; Alter Postweg südöstlich bis zur Einmündung Fürstenstraße; Fürstenstraße in westlicher Richtung wird zur Neuenkirchener Straße; Neuenkirchener Straße folgend bis zum südlicher Richtung abgehenden landwirtschaftlichen Verbindungsweg zum Hellweg; Hellweg in östlicher Richtung folgend bis Abzweigung des Landweges; Hellweg in östlicher Richtung befindlichen Baumreihe folgend; am Ende der Baumreihe südlich dem Wirtschaftsweg bis zur Einmündung Delbrücker Straße folgen; Delbrücker Straße südlich bis zur Kreisgrenze.</p>	
<p>Landkreis Gütersloh</p> <p>Im Westen:</p> <p>Ab Kreuzung Kreisgrenze mit Haselhorststraße dieser Straße folgend bis zur Abzweigung Eichenallee, Eichenallee in nordöstlicher Richtung bis zur Kreuzung mit Feldkamp, Feldkamp in nordöstlicher Richtung bis auf Feldkampstraße, Feldkampstraße in nordöstlicher Richtung bis auf Rietberger Straße, Rietberger Straße in nördliche Richtung — wird dann zur Mastholter Straße, Mastholter Straße weiter über B 64 bis Höhe Industriestraße</p> <p>Im Norden und Osten:</p> <p>Nach Osten Industriestraße, dieser weiter folgend bis auf Delbrücker Straße, Delbrücker Straße in nördlicher Richtung bis zur Abzweigung Torfweg, Torfweg in nordöstlicher Richtung bis zur Abzweigung An den Teichwiesen, An den Teichwiesen in südöstlicher Richtung bis zur Kreuzung mit dem Markgraben, diesem in nordöstlicher Richtung folgen bis auf Markenstraße, Markenstraße in nördliche Richtung bis zur Abzweigung In den Marken, In den Marken in östliche Richtung folgen bis zum die Straße kreuzenden Graben, diesem in östlicher Richtung folgen bis zu Im Plumpe, Im Plumpe weiter in südöstliche Richtung bis zu dem die Straße kreuzenden Graben, diesem folgen in nordöstlicher Richtung bis auf die Straße Im Thüle, Im Thüle weiter in südliche Richtung bis zur Abzweigung Im Wiesengrund, Im Wiesengrund in östliche Richtung bis zur Abzweigung Westerloher Straße, Westerloher Straße in südliche Richtung bis zur Kreisgrenze</p> <p>Im Süden:</p> <p>Verlauf der Kreisgrenze zwischen Gütersloh und Paderborn</p>	3.2.2017 a 11.2.2017
<p>Landkreis Wesel</p> <p>Kreisgrenze Borken/Wesel — Beltingshof/Boskamp — südlich bis Finkenberg — dort Finkenberg östlich bis Krectinger Str. — dieser südwestlich bis Kreuzung Zum Venn — diesem erst östlich und dann südlich folgen bis Klausenhofstr. — dieser südlich bis Am Reitplatz folgen — diesen südwestlich bis Bookermannsweg folgen — diesen südwestlich bis Borkener Str. — südlich bis Kreuzung Richtung Wellerberg — Wellerberg westlich bis Van-de-Wall-Str. — dieser südlich folgen — Uhlenberg passieren — weiter Van-de-Wall-Str. südlich folgen bis Telderhuk — diesem südwestlich folgen — Hamminkelner Str. kreuzen — Telderhuk weiter südwestlich folgen — bis Kreuzung Stiftshöfe — Stiftshöfe südlich bis Kreuzung Am Wispelt — Am Wispelt westlich bis Vierwinden — Vierwinden südwestlich folgen bis Eisenbahn — Eisenbahn südlich bis Bahnübergang folgen — hinter dem BÜ nordwestlich auf den Wimmershof — übergehend in Resedastr. — bis Ecke Hamminkelner Landstr. — bis Bocholter Str. = B 473 — südlich bis Reeser Landstr. = B 8 — südlich bis Kreuzung B 58 — B 58 westlich über Rheinbrücke bis Abzweig Xanten — dort westlich abbiegen bis Kreuzung B 57 — nordwestlich auf B 57 = Rheinberger Str. abbiegen — bis Kreuzung Augustinerring — diesem südwestlich bis Trajahnerring — dort nördlich Urselerstr. Folgen bis Abzweig Wittlicher Str. — nördlich bis Kreuzung Willichsche Ley — Willichsche Ley westlich folgen — übergehend in Bollendonkse Ley — bis Labbecker Str. — dieser an Hochwald und Kreisgrenze Wesel/Kleve nordwestlich folgen bis Uedemer Str.</p>	10.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Wesel</p> <p>Wittenhorster Weg südöstlich bis Am Wasserwerk folgen — bis Schledenhorster Str. nordöstlich folgen — bis Gewässer Klefsche Landwehr — diesem südlich folgen — bis Heideweg — diesem südwestlich bis Schledenhorster Str. folgen — Richtung Heckenweg/Merrhooger Str. südöstlich bis Bahnhofstr. folgen — westlich bis Kreuzung Wittenhorster Weg/Grenzweg folgen — Grenzweg südlich Richtung Bahnlinie folgen — Bahnlinie queren — bis Stallmannsweg folgen — bis Bergerfurter Str. — westlich folgen — übergehend in Bislicher Wald — bis B 8 — B 8 queren — Bergen östlich bis Kreuzung mit Gewässer Bislicher Meer folgen — Bislicher Meer folgen bis Kreisgrenze Wesel/Kleve</p>	2.2.2017 a 10.2.2017
<p>Landkreis Kleve</p> <p>Im Süden beginnend an Kreisgrenze WES/KLE Hochwald Uedemer Str. — Kreisgrenze folgen bis B 57 = Xantener Str. — dieser westlich folgen bis Auf dem Mühlenberg — diesem nördlich folgen — bis Übergang Oyweg und Gewässer Boetzelaersche Ley- dieser nördlich folgen — dabei Haus Veen passieren — Boetzelaersche Ley weiter nördlich folgen bis Kreuzung Hochend — Hochend nordöstlich folgen — Rheinstr. Queren — Hochend weiter nordöstlich folgen Richtung Kläranlage — dort dem Deich nordöstlich folgen bis Kernwasserwunderland — dahinter bei Rheinkilometer 843 den Rhein queren — auf der anderen Seite auf der Reeser Ward der K 18 nördlich folgen — dem Südufer des Alten Rheins unter dem Naturschutzzentrum westlich folgen bis Dörries-Albrecht-Str. — dort dem Deich nördlich folgen bis Höhe Emmericher Str. — dieser nördlich folgen bis Hueth'sche Str. — dieser östlich folgen bis Alter Deichweg — diesem nördlich folgen — Bahngleise queren — Alter Deichweg weiter nordöstlich folgen — Pahlenhof passieren — Alter Deichweg bis Bruchstr. — dieser nordwestlich Richtung Holländer Deich folgen — ab dort dem Wasserlauf Tote Landwehr entlang der Kreisgrenze nordöstlich folgen — am Lensinghof der Kreisgrenze östlich folgen bis Kreisgrenze KLE-BOR.</p>	10.2.2017
<p>Landkreis Kleve</p> <p>Im Süden beginnend an Kreisgrenze WES/KLE — Bislicher Ley auf Höhe Krusdickshof dem Gewässer Kirchenvenn am westlichen Ufer nördlich folgen bis Höhe Pastor-Esser-Str. — dieser westlich folgen — Wildeborgsweg queren — Pastor-Esser-Str. weiter westlich folgen bis Geeststr. — dieser südöstlich folgen bis Kreuzung Bislicher Str./Pollweg — Bislicher Str. nördlich folgen bis Auf dem Mosthövel — diesem westlich folgen — im weiteren Verlauf dem Wasserlauf folgen bis Haffen'sches Feld — dort auf den Sommerskathweg abbiegen — diesem nordwestlich folgen bis Bruckdahlweg — diesem nordwestlich folgen bis Läppersweg — diesem nordwestlich folgen bis Lindackersweg — diesem nordöstlich folgen — Deichstr. queren — Lindackersweg weiter nordöstlich folgen — übergehend in Lohstr. — nordwestlich auf Dohlenweg folgen bis Eickelboomstr. — diesem folgen bis Deichstr. = K 7 — dieser nordwestlich folgen bis Bergswick — dem Gewässer Am Schmalen Meer östlich in Richtung Aspelsches Meer folgen — diesem am südlichen Ufer westlich folgen bis Bahnhofstr. — dieser nordöstlich folgen bis Helderener Str. — dieser nordöstlich folgen bis Isselburger Str. — dieser nördlich folgen bis Heidericher Str. — dieser östlich folgen bis Kalfhovenweg — diesem südöstlich folgen bis Lohstr. — dort östlich folgen bis Ecke Groß Hoxhof — dort bis Waldgrenze folgen — dieser nordöstlich folgen bis Enzweg — diesem östlich folgen bis Kreisgrenze — ab dort entlang der Kreisgrenze folgen bis Schlehenweg — diesem südwestlich folgen bis Wittenhorster Weg — diesem östlich folgen bis Kreisgrenze KLE/WES.</p>	2.2.2017 a 10.2.2017
<p>Landkreis Paderborn</p> <p>Im Westen und Norden: Verlauf der Kreisgrenze Paderborn-Gütersloh von dem Zusammentreffen mit der Kreisgrenze Soest am Boker Kanal bis zur Kaunitzer Straße in der Gemeinde Hövelhof</p> <p>Im Osten: Kaunitzer Straße in der Gemeinde Hövelhof ab Kreisgrenze Paderborn-Gütersloh südlich bis Emsallee, Emsallee bis Detmolder Straße, Detmolder Straße bis Espelner Straße, Espelner Straße bis Hövelhofer Straße, Hövelhofer Straße bis Wittendorfer Straße, Wittendorfer Straße bis Wasserwerkstraße, Wasserwerkstraße bis Verbindungsweg zur Bundesstraße 64 (B64), Verbindungsweg zwischen Wasserwerkstraße und B64, B64 ab Einmündung Verbindungsweg zur Wasserwerkstraße bis Einmündung Kreuzmeer, Kreuzmeer bis Graf-Meerveldt-Straße, Graf Meerveldt-Straße bis Heddinghauser Straße, Heddinghauser Straße bis Scharmeder Straße, Scharmeder Straße bis zur Einmündung der Verlängerung des Bentfelder Weges,</p>	10.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Im Süden:</p> <p>Der Verlängerung des Bentfelder Weges folgend bis zum Bentfelder Weg, Bentfelder Weg bis Glockenpohl, Glockenpohl bis Thüler Straße, Thüler Straße ab Einmündung Glockenpohl bis Einmündung Bleichstraße, Bleichstraße bis Birkenstraße, Birkenstraße bis Liemekestraße, Liemekestraße bis Boker Damm, Boker Damm ab Einmündung Liemekestraße bis Mühlendamm, Mühlendamm bis Hauptstraße (Verne), Hauptstraße (Verne) ab Einmündung Mühlendamm bis Enkhausen, Enkhausen bis Verlarer Straße bis Lippstädter Straße, Lippstädter Straße bis Einmündung Am Damm, Am Damm bis Dammstraße, Dammstraße ab Einmündung Am Damm bis Einmündung Verlarer Weg, Verlarer Weg bis Kreisgrenze Paderborn-Soest, Verlauf der Kreisgrenze Paderborn-Soest ab Verlarer Weg bis zum Zusammentreffen mit der Kreisgrenze Gütersloh am Boker Kanal</p>	
<p>Landkreis Paderborn</p> <p>Im Norden:</p> <p>Verlauf der Kreisgrenze Paderborn-Gütersloh ab Haselhorster Straße bis zur Westerloher Straße</p> <p>Im Osten:</p> <p>Westerloher Straße ab Kreisgrenze Paderborn-Gütersloh bis Giptenweg, Giptenweg ab Einmündung Westerloher Straße bis Grafhörster Weg, Grafhörster Weg ab Einmündung Giptenweg bis Schöninger Straße, Schöninger Straße ab Einmündung Giptenweg bis Einmündung Am Sporkhof, Am Sporkhof bis Kreuzung mit der Rietberger Straße, Verlängerung der Straße Am Sporkhof ab Kreuzung mit der Rietberger Straße bis Norhagener Straße, Norhagener Straße ab Einmündung der Verlängerung der Straße Am Sporkhof bis Einmündung Brinkweg, Brinkweg ab Einmündung Nordhagener Straße bis Einmündung Schmalter Weg, Schmalter Weg ab bis Obernheideweg, Obernheideweg ab Einmündung Schmalter Weg bis Einmündung Verbindungsweg, Verbindungsweg ab Einmündung Obernheideweg bis Flurweg, Flurweg bis Rieger Straße</p> <p>Im Süden:</p> <p>Rieger Straße ab Einmündung Flurweg bis Talweg, Talweg ab Einmündung Rieger Straße bis Westenholzer Straße, Westenholzer Straße ab Einmündung Talweg bis Mastholter Straße, Mastholter Straße ab Westenholzer Straße bis Moorlake</p> <p>Im Westen:</p> <p>Moorlaake ab Einmündung Westenholzer Straße bis Köttmers Kamp, Köttmers Kamp ab Einmündung Moorlake bis Einmündung Verbindungsweg zur Haselhorster Straße, Verbindungsweg zwischen Köttmerskamp und Haselhorster Straße, Haselhorster Straße ab Einmündung Verbindungsweg zur Straße Köttmers Kamp bis Kreisgrenze Paderborn-Gütersloh</p>	2.2.2017 a 10.2.2017
<p>Landkreis Borken</p> <p>Kreis- / Landesgrenze Isselburg einschließlich Ortsteil Anholt weiter in östlicher Richtung zum Ortsteil Suderwick bis zur Straße Hahnenpatt, weiter in östlicher Richtung bis zur L 606 (Dinxperloer Straße), weiter in Richtung Spork bis zur Kreuzung L604 (Sporker Ringstr. / Liedener Ringstr.), weiter in südlicher Richtung bis zur Kreuzung L 505 (Werther Str.), weiter in östlicher Richtung (Bocholt) bis zur Kreuzung Pannemannstr. / Thonhausenstr., dort Pannemannstr. in südlicher Richtung bis zum Abzweig Zeisigweg diesen weiter in östlicher Richtung bis Abzweig Stemmers Heide, dieser weiter in südlicher Richtung bis zur Bahntrasse diese folgend in östlicher Richtung bis zur Straße Wachtelschlag. Wachtelschlag weiter in südlicher Richtung bis zur Alfred-Flender-Str. diese weiter in westlicher Richtung bis zum Bömkesweg, diesen weiter in östlicher Richtung bis zum Kreuzkamp, diesen weiter in südlicher Richtung bis zum Loikumer Weg, weiter in südlicher Richtung bis zum Grünen Weg. Den Grünen Weg in östlicher Richtung bis zum Abzweig Händelstr, dieser in südlicher Richtung folgend bis zum Vennweg. Den Vennweg weiter in östlicher Richtung bis zur Dingdener Str. Diese in südlicher Richtung bis zum Weseler Landweg, diesen weiter in südlicher Richtung bis zum Beltingshof, diesen in östlicher Richtung folgend bis zur Kreisgrenze. Der Kreisgrenze folgend in westlicher, dann nördlicher Richtung bis zum Ausgangspunkt Kreis- / Landesgrenze Isselburg.</p>	10.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
BRANDENBURG	
<p>Landkreis Ostprignitz-Ruppin</p> <p>Im Osten beginnend auf der Höhe der Ortslage Dünamünde</p> <ul style="list-style-type: none"> — von dort der Temnitz nach Süden folgend, Rägelin passierend, Netzeband und Katerbow passierend, die A 24 unterquerend, dann weiter nach Süden verlaufend — der Temnitz bis südlich des Seebergs folgend, dann diese verlassend und scharf nach Westen abzweigend direkt bis zum Scheitelpunkt des Kleinen Sees nördlich von Blankenberg — an der Ostseite des Kleinen Sees nach Süden dem Weg in Richtung Trieplatz folgend — vor Trieplatz abbiegend in Richtung Bantikow zunächst in direkter Linie bis zur Dosse — nach dem Erreichen der Dosse ein Stück der Dosse nach Süden bis Höhe Bantikow folgend — die Dosse verlassend nach Westen nördlich von Bantikow bis zum Seeufer des Untersees — dem Seeufer des Untersees nach Norden folgend bis Höhe Blechern Hahn, den Untersee nach Westen überquerend bis zur L14 — der L14 nach Norden folgend bis Höhe Wolfswinkel — nach Westen in Richtung Königsfließ, diesem folgend bis zur B103 — der B103 folgend, Rüdow passierend bis zum Schnittpunkt der Bahnstrecke aus Richtung Kyritz — der Bahnstrecke nach Norden folgend, Karl-Friedrichshof und Gantikow passierend, Steinberg und Minnashöh passierend, Rosenwinkel passierend bis zur Höhe Horst — dort nach Osten auf der Dorfstraße durch Horst — kurz hinter dem Ortsausgang Horst an der nächsten Kreuzung Richtung Blumenthal bis zur L144 — von dort dem Grenzgraben Rosenwinkel nach Nordosten folgend, auf den Blumenthaler Hauptgraben abbiegend und weiter in Richtung Nordosten — von dort in direkter Linie Richtung Nordosten bis zum Birkenberg (nördlich von Kuckucksmühle) — dem von Kuckucksmühle kommenden Weg in Richtung Blandikow bis zum Ortseingang Blandikow folgend — am Ortseingang auf die L145 nach Osten abbiegend und dieser folgend — weiter Papenbruch durchquerend bis zur A24 — weiter der A24 Richtung Osten folgend, die A19 überquerend — dann in direkter Linie Richtung Osten durch Bauhof bis zur L14 — auf der L14 auf der Höhe der Scharfenberger Ziegelei nach Osten auf die K6821 abbiegen — der K6821 folgend bis zum Abzweig Goldbeck, durch Goldbeck der Straße folgend Richtung Brausebachmühle — in Brausebachmühle der Straße nach Südosten folgend, die K6821 erreichend, durch Gadow bis zum Ortsausgang — am Ortsausgang dem Weg nach Südosten in direkter Linie — folgend, den Weheberg passierend bis zur Gemeindegrenze Wittstock/Land / Neuruppin — dieser Gemeindegrenze nach Südwesten in direkter Linie folgend bis Dünamünde 	15.2.2017
<p>Landkreis Ostprignitz-Ruppin</p> <p>Im Osten beginnend in Richtung Süden:</p> <ul style="list-style-type: none"> — der A 24 ab Abfahrt Herzsprung in Richtung Berlin folgend, südlich der Ortslage Rossow bis in Höhe des Hohlenbergs — südlich des Hohlenbergs nach Westen entlang der Gemeindegrenze Wittstock/Dosse / Amt Temnitz bis zum Abzweig nach Süden entlang der Gemeindegrenze Stadt Kyritz/ Amt Temnitz 	7.2.2017 a 15.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<ul style="list-style-type: none"> — der Gemeindegrenze von Kyritz Richtung Südwesten weiter folgend bis zum Burgberg und weiter verlaufend Richtung Nordwesten, dabei ein Stück der Dosse folgend — der Gemeindegrenze bis zum Waldrand folgend, dann nach Westen unterhalb der Gemeindegrenze durch den Wald auf den bis zur südlichen Spitze des Naturschutzgebietes Postluch Ganz — weiter in südwestlicher Richtung bis die Straße aus Richtung Wulkow folgende in Richtung Borker See — Östlich des Borker Sees am Seeufer entlang nach Norden bis zur nördlichen Seespitze — weiter nach Norden durch das Naturschutzgebiet Mühlenteich entlang der Klempnitz bis zur Katentstiegsmühle — von dort nach Nordwesten auf der Straße nach Königsberg bis zur L144 — der L144 Richtung Herzsprung folgend bis Herzsprung — weiter durch Herzsprung auf die L18 nach Osten bis zur Abfahrt Herzsprung der A24. 	
<p>Landkreis Prignitz</p> <p>In der Gemeinde Gumtow, östlich der Bahnlinie Kyritz — Pritzwalk, Ortsteil Wutike einschließlich Bahnhof Wutike und Steinberg</p>	15.2.2017
<p>Landkreis Dahme-Spreewald</p> <p>beginnend an der Kreisgrenze zum Landkreis Spree-Neiße (SPN) im Osten</p> <ul style="list-style-type: none"> — Kreisgrenze zu SPN und Landkreis Oberspreewald-Lausitz (OSL) in westlicher Richtung folgend Kleines Fließ in Fließrichtung (westlich) bis zur Einmündung in die Malxe — weiter Kreisgrenze zu OSL (Malxe) folgend in westlicher Richtung bis zur Einmündung in den Burg-Lübbener-Kanal — weiter Kreisgrenze zu OSL folgend in westlicher Richtung bis zur Querung der Landesstraße L 49 nördlich von Ragow — weiter Kreisgrenze zu OSL folgend in westlicher Richtung bis Gemeindegrenze Neuendorf bei Lübben — der Gemeindegrenze Neuendorf bei Lübben in nördlicher Richtung folgend die B 87 querend am westlichen Ortsausgang von Neuendorf bei Lübben — weiter nördlich in Richtung Treppendorf vorbei am westlichem Ortsausgang Treppendorf bis B 115 querend — entlang der B 115 bis zur Bahnlinie Lübben — Börnichen — entlang der Bahnlinie und dem westlichen bis nordwestlichen Rand der Hartmannsdorfer Heide — westlich und nördlich an der Ortslage Hartmannsdorf bis zur Spree — Spree flussabwärts bis Petkampsberg — Petkampsberg in östlicher Richtung bis Landesstraße L 42 — entlang der Landesstraße L 42 in Richtung Schlepzig bis zum Abzweig der Kreisstraße K 6123 in Richtung Dürrenhofe bis zur Kreuzung mit der Kreisstraße K 6122 — südöstlich an Dürrenhofe vorbei bis zum Gröditscher Landgraben — entlang des Gröditscher Landgrabens bis zur Kläranlage Dürrenhofe / Krugau — nördlich von Krugau bis zur Bahnlinie Lübben — Beeskow — nördlich der Waldkante in östlicher Richtung bis die B 179 (südlich von Groß Leuthen) gequert wird — weiter in östlicher Richtung bis zur Kreisstraße K 6113 — der K 6113 folgend bis Ortseingang von Leibchel — westlich an der Ortslage Leibchel vorbei bis zur B 87 — die B 87 querend weiter in südöstlicher Richtung bis zum Resserer Mühlenfließ — das Resserer Mühlenfließ stromaufwärts — südwestlich an der Ortslage Guhlen vorbei weiter in Richtung B 320, diese querend weiter in südöstlicher Richtung — westlich an der Ortslage Mochow vorbei 	22.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<ul style="list-style-type: none"> — weiter südlich bis die Landesstraße L 44 gequert wird — entlang dem Mochowfließ in südlicher Richtung bis zum Bergsee — westliches Ufer von Bergsee, Rammoltsee und Butzener See sowie Byhlener See in südlicher Richtung — weiter westlich an der Ortslage Butzen vorbei bis zum westlichen Ufer des Byhleguhrer Sees — weiter in südwestlicher Richtung westlich an der Ortslage Mühlendorf vorbei in südwestlicher Richtung bis zum Nordumfluter und zum kleinen Fließ 	
<p>Landkreis Dahme-Spreewald</p> <p>Im Westen beginnend</p> <ul style="list-style-type: none"> — Landesstraße L 44 Abzweig Umgehung Ortslage Radensdorf — nach Norden bis zur Gemeindegrenze Briesensee am Gröditscher Landgraben — weiter der Gemeindegrenze Briesensee in nordöstlicher Richtung entlang bis zum Südufer des Barbassees — weiter entlang der Gemeindegrenze Briesensee in südöstlicher Richtung bis zur Landesstraße L 44 und dem Klein-Leiner-Fließ in Richtung Caminchen folgend — nordöstlich an Caminchen vorbei dem Klein-Leiner-Fließ in Richtung Neu Zauche folgend bis das Klein-Leiner-Fließ die Landesstraße L 44 quert — weiter dem Klein-Leiner-Fließ in südlicher Richtung folgend bis zu dessen Einmündung in den A-Graben-Nord — vom A-Graben-Nord in südlicher Richtung die Neu Zaucher Kahnfahrt bis zur Einmündung in den Nordumfluter — dem Nordumfluter nordwestlich in Richtung Lübben folgend bis zur Querung der Straße Bukoitza — Straße Bukoitza in nördlicher Richtung folgend bis zum südlichen Ortseingang von Radensdorf, von dort in nordwestlicher Richtung bis zur Landesstraße L 44 am Abzweig der Umgehungsstraße 	13.2.2017 a 22.2.2017
<p>Landkreis Märkisch-Oderland</p> <p>ab: westliche Grenze des Naturschutzgebietes Klobichsee durch das Naturschutzgebiet Stöbbertal Richtung Großer Tornowsee,</p> <p>zwischen dem Großen Tornowsee und dem Kleinen Tornowsee bis zur östlichen Waldkante Pritzhagener Forst, dieser folgend bis zum Anschluss Reichenberger Str. K 6414,</p> <p>der östlichen</p> <p>Gemeindegrenze von Oberbarnim folgend bis zur nördlichen Gemeindegrenze Märkische Höhe bis zur Batzlower Hauptstr. L 341,</p> <p>dieser folgend bis zur rechten Abbiegung in den A.-D.-Thaer-Weg des Ortes Möglin, diesem folgend bis zur Kreuzung Waldweg,</p> <p>dem Feldweg Richtung Vevaise in nördlicher Richtung folgend bis Anschluss B 167,</p> <p>weiter in östlicher Richtung zum Neuen Kanal,</p> <p>diesem nördlich folgend bis zur Straße Am Anger des Ortes Bliesdorf,</p> <p>den Feldweg Richtung Bochows-Loos folgend bis Bochows Loos Querung Volzine,</p> <p>dieser in östlicher Richtung folgend bis zur L33, Wriezener Str.,</p> <p>dieser folgend bis zur Kreuzung L 336 — Jesargraben</p>	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Märkisch-Oderland</p> <p>ab Feldweg Quappendorf entlang des Quappendorfer Kanals bis zum östlichen Ufer des Kietzer See's, diesem bis zur Mitte des östlichen Ufers folgend,</p> <p>den Kietzer Seein südlicher Richtung durchschneidend bis zur Kreuzung B 167/L34,</p> <p>weiter dem westlichen Ufer der 3</p> <p>anschließenden südlichen Karpfenteiche folgend weiter in Richtung Grenze des Landschaftsschutzgebietes ab</p>	24.2.2017 a 5.3.2017
BAYERN	
<p>Landkreis Neustadt a.d.Aisch — Bad Windsheim</p> <ul style="list-style-type: none"> — Stadt Burgbernheim mit den Stadtteilen Pfaffenhofen, Rannachmühle, Schwebheim, Siedlung Erlach Wildbad, Ziegmühle — Gemeinde Gallmersgarten mit den Gemeindeteilen Gallmersgarten (Ort), Mörlbach, Steinach a.d. Ens, Steinach b. Rothenburg — Stadt Bad Windsheim mit den Stadtteilen Bad Windsheim, Erkenbrechtshofen, Ickelheim, Kleinwindsheimermühle, Kilsheim, Linkenmühle, Oberntief, Wiebelsheim — Stadt Uffenheim mit den Stadtteilen Custenlohr, Hinterpfeinach, Rudolzshofen, Uttenhofen, Vorderpfeinach, Welbhausen — Gemeinde Ergersheim mit den Gemeindeteilen Ergersheim (Ort), Ermetzhofen, Kellermühle, Neuherrberg, Obermühle, Rummelsmühle, Seenheim — Gemeinde Marktbergel mit den Gemeindeteilen Marktbergel, Ermetzhof, Ottenhofen, Munasiedlung — Gemeinde Illesheim mit den Gemeindeteilen Illesheim, Sontheim, Westheim, Urfersheim — Gemeinde Oberzenn mit dem Gemeindeteil Urphertshofen — Gemeinde Markt Nordheim mit dem Gemeindeteil Ulsenheim (nur Ort südlich der Staatsstraße 2256) 	10.2.2017
<p>Landkreis Neustadt a.d.Aisch — Bad Windsheim</p> <ul style="list-style-type: none"> — die Stadt Burgbernheim mit den Stadtteilen Burgbernheim, Aumühle, Buchheim, Hagenmühle, Hilpertshof, Hochbach — die Gemeinde Gallmersgarten mit dem Gemeindeteil Bergtshofen 	1.2.2017 a 10.2.2017
<p>Landkreis Ansbach</p> <ul style="list-style-type: none"> — Gemeinde Colmberg, die Ortsteile: Binzwangen und Poppenbach, — Gemeinde Neusitz, der Ortsteil: Schweinsdorf — Gemeinde Oberdachstetten, die Ortsteile: Oberdachstetten und Anfelden — Gemeinde Ohrenbach, die Ortsteile: Gailshofen, Gumpelshofen, Habelsee, Oberscheckenbach, Ohrenbach, Reichardsroth — Gemeinde Steinsfeld die Ortsteile: Ellwingshofen, Endsee, Gypshütte, Hartershofen, Reichelshofen, Steinsfeld, Urphershofen, — Gemeinde Windelsbach, die Ortsteile: Birkach, Burghausen, Cadolzshofen, Guggelmühle, Hornau, Linden, Nordenberg, Preuntsfelden und Windelsbach 	9.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Regensburg</p> <p>Gemeinde Wenzelbach, Ortsteile Abbachhof, Forstacker, Fußenberg, Grafenhofen, Hauzenstein, Irlbach, Oberackerhof, Schnaitterhof, Unterackerhof, Unterlindhof, Wasenstetten, Ziegenhof, Gonnendorf, Grünthal, Hölzlhof bei Regensburg, Jägerberg, Lettenthal, Roith, Sandhof, Thanhausen, Thanhof, Thurnhof, Zeitlhof</p> <p>Gemeinde Deuerling, Ortsteil Am Bahnhof</p> <p>Markt Nittendorf, Ortsteile Arzweg, Etterzhausen, Glockensiedlung, Hardt, Kühschlag, Logenburg, Nittendorf, Obereinbuch, Undorf, Untereinbuch, Grafenried, Penk, Pollenried, Schönhofen, Zeiler</p> <p>Gemeinde Brunn, Ortsteile Babetsberg, Eglsee, Frauenberg, Konstein, Münchsried</p> <p>Markt Lappersdorf, Ortsteile Benhof, Geiersberg, Kaulhausen, Knieschlag, Unterkaulhausen, Schwaighausen</p> <p>Gemeinde Pielenhofen, Ortsteile Berghof (bei Pielenhofen), Dettenhofen, Distelhausen, Pielenhofen, Reinhardtsleiten, Aignhof, Zieglhof, Reinhardshofen, Rohrdorf, Unterfreierung, Oberfreierung</p> <p>Gemeinde Wolfsegg, Ortsteile Biersackschlag, Grabenhäuser, Käfersdorf, Krippersberg, Maisthal, Sachsenhofen, Hohenwarth, Hermannstetten, Sillen, Stetten, Teufelschlag, Wall, Wolfsegg, Oel</p> <p>Markt Regenstein, Ortsteile Brenthal, Eitlbrunn, Buchenlohe, Epfenthau, Ferneichlberg, Geiersberg, Irlbründl, Kühthal, Linglhof, Medersbach, Preßgrund, Preischlgut, Regenstein, Schanzlohe, Schnepfenberg, Spindlhof, Süßberg, Edlhausen Diesenbach, Dirnberg, Eichlberg, Ellmau, Forstberg, Frauenberg, Fronau, Wieden, Loch Mettenbach, Oberhaslach, Oberhub, Reingrub, Reiterberg, Steinsberg, Unterhaslach, Unterhub, Grub, Hochstraß, Hohenwarth, Kerm, Kleeberg Kohlstatt, Lindach, Neuhaus</p> <p>Gemeinde Sinzing, Ortsteile Bruckdorf, Eilsbrunn, Kleinprüfening, Kuhblöß, Minoritenhof, Oberalling, Riegling, Unteralling, Marienhöhe, Alling, Hart, Kunstmühle, Sinzing, Steg, Vogelsang, Waldhäusl, Waltenhofen</p> <p>Gemeinde Zeitlarn, Ortsteile Penthof, Regendorf, Riesen, Sandheim, Kunstmühle, Zeitlberg, Laub, Mühlhof, Neuhof, Zeitlarn</p> <p>Gemeinde Holzheim a. Forst, Ortsteile Brunoder, Bubach A. Forst, Geisenthal, Haslach, Irnhüll, Oedenholz, Trischlberg, Widlthal, Dornau, Hubhof, Unterbrunn</p> <p>Gemeinde Pettendorf, Ortsteile Eichenbrunn, Günzenried, Hummelberg, Deckelstein, Ebenwies, Eibrunn, Kneiting, Mariaort, Ried (bei Eibrunn), Ried (bei Endorf), Hinterberg</p> <p>Markt Laaber, Ortsteile Endlfeld, Polzhausen, Schaggenhofen, Waldetzenberg, Weißenkirchen</p> <p>Gemeinde Pentling, Ortsteile Hölkering, Großberg (bei Regensburg), Oberirading, Pentling, Schwalbennest, Fohlenhof, Unterirading, Weichslmühle</p> <p>Gemeinde Duggendorf, Ortsteile Judenberg, Judenbergtal, Kleinduggendorf, Schwarzhöfe, Weihergut, Zündergut</p> <p>Gemeinde Tegernheim, Ortsteile Tegernheim, Tegernheim am Weinberg, Sender Keilberg</p>	1.3.2017
<p>Landkreis Regensburg</p> <p>Gemeinde Pettendorf, Ortsteile Pettendorf, Adlersberg, Aichahof, Reifenthal, Schwetendorf, Urthof, Haselhof, Neudorf</p> <p>Markt Lappersdorf, Ortsteile Gewalt, Hainsacker, Harreshof, Kareth, Landlhof, Lorenzen; Neubaiern, Rehthal, Rodau, Schinderwies, Schwerdnermühle, Steinhof, Stettwies, Tremmelhausen, Tremmelhauserhöhe; Ziegelhütte, Lappersdorf, Altenried, Aschach, Baiern, Einhausen, Hönighausen, Oppersdorf, Pielmühle, Schwärz, Hohensand</p>	21.2.2017 a 1.3.2017
<p>Landkreis Regensburg</p> <p>Gemeinde Holzheim a. Forst, Ortsteil Traidenloh</p> <p>Markt Kallmünz, Gemeindeteile Schirndorf, Fischbach</p> <p>Markt Regenstein, Ortsteile Anglhof, Ganglhof, Heilinghausen, Hinterberg, Irlbründl, Kleinanglhof, Kleinramspau, Medersbach, Ramspau, Richterskeller, Wasa, Hirschling, Asing, Gibacht, Hagenau, Kreuth, Kürnberg, Marienthal, Neuried, Oberhub, Schönleiten, Schwaighof, Süßenbach</p>	7.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Stadt Regensburg</p> <p>Anfangspunkt im Osten ist der Kreuzungspunkt A3/ Stadtgrenze. Der A3 in westlicher Richtung bis zur Auffahrt Regensburg Ost folgend. In südlicher Richtung entlang der Auffahrt-Leibnizstr.- Max Planck Str./B15 folgen, bis diese die Stadtgrenze erreicht. Ab hier der Stadtgrenze im Uhrzeigersinn folgen, bis sie wieder den Anfangspunkt erreicht</p>	1.3.2017
<p>Stadt Regensburg</p> <p>Anfangspunkt ist die Kreuzung Auf der Winzerer Höhe- Wehrlochweg. Im Weiteren dem Wehrlochweg-Maximilian-Aschenauer-Straße folgend bis zur B8. Der B8 am nördlichen Rand in westlicher Richtung bis zur Stadtgrenze folgend. Ab hier der Stadtgrenze in nord-östlicher Richtung folgend, bis Anfangspunkt wieder erreicht</p>	21.2.2017 a 1.3.2017
<p>Landkreis Hof</p> <p>Markt Bad Steben, Gemeindeteile Carlsgrün, Krötenmühle, Mordlau, Obersteben, Oberzeitelwaidt, Schleeknock und Zeitelwaidt</p> <p>Gemeinde Berg, Gemeindeteile Bartelsmühle, Berg, Eisenbühl, Feldmühle, Geiersberg, Hadermamnsgrün, Holler, Lohwiese, Rothleiten, Steingrün und Wachholder-reuth</p> <p>Gemeinde Geroldsgrün, Gemeineteile Dürrenwaid, Dürren-waiderhammer, Geroldsgrün, Großenreuth, Hermesgrün, Hertwegsgrün, Langenbach, Mühlleithen, Neuenhammer, Neumühle, Oberhammer, Pfarrschneidmühle, Silberstein, Steinbach, Trögershäuser, Untersteinbach, Wasserwarte, Langenau und Lotharheil</p> <p>Stadt Helmbrechts, Gemeineteile Altsuttenbach, Baiergrün, Bischofsmühle, Einzigenhöfen, Hopfenmühle, Kollerhammer, Oberbrumberg, Rauhenberg, Schlegelmühle, und Unterbrumberg</p> <p>Gemeinde Issigau</p> <p>Stadt Lichtenberg</p> <p>Stadt Naila, Gemeindeteile Bärenhaus, Brand, Culmitz, Culmitzhammer, Döbrastöcken, Einsiedel, Erbsbühl, (Hintere) Garles, Hügel, Kalkofen, Kleinschmieden, Linden, Lippertsgrün, Marlesreuth, Marmor-mühle, Marxgrün, Mittelklingensporn, Modelsmühle, Molkenbrunn, Naila, Naila-Froschgrün, Nestel-reuth, Oberklingensporn, Reutberg, Schleifmühle, Schlottenhammer, Schneckengrün, Unterklingen-sporn und Weidstaudenmühle</p> <p>Stadt Schauenstein, Gemeindeteile Dorschenhammer, Hagenmühle, Haidengrün, Hau Eisen, Kleinschmieden-hammer, Lehstenmühle, Papiermühle, Schauenstein, Uschertsgrün und Windischengrün</p> <p>Stadt Schwarzenbach am Wald</p> <p>Stadt Selbitz, Gemeindeteile Dörnthal, Edlasmühle, Föhrighaus, Grundmühle, Hüttung, Hüttungshaus, Kohlbühl, Kreuzbühl, Neuhaus, Rodesgrün, Rothenburg, Schertlas, Selbitz, Sellanger, Staudenhäuser, Wachholderbusch, Weidesgrün und Wiesenhaus</p>	3.3.2017
<p>Landkreis Hof</p> <p>Markt Bad Steben, Gemeindeteile Bad Steben, Bobengrün, Christusgrün, Dürrenberg, Erlaburg, Fichten, Gerlas, Herwagen, Lochau, Schafhof, Thierbach, Thierbacherhammer Thierbacher-mühle und Ziegelhütte</p> <p>Gemeinde Geroldsgrün, Gemeindeteile Franken-hof, Franken-warte, Geroldsreuth und Hirschberglein</p> <p>Stadt Naila, Gemeindeteile Dreigrün, Erbsbühl, Finkenflug, Froschbach und Pechreuth</p>	23.2.2017 a 3.3.2017
<p>Landkreis Kronach</p> <p>Markt Nordhalben, Gemeindeteile Heinersberg, Krögels-mühle und Grund;</p> <p>Stadt Wallenfels, Gemeindeteile Vordere Schnaid, Mittlere Schnaid, Hintere Schnaid, Voglerei, Wolfersgrün und Lorchenmühle;</p> <p>Markt Steinwiesen, Gemeindeteil Schlegelshaid</p>	3.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Schwandorf</p> <p>Stadt Teublitz, Stadtteile Loitsnitz, Glashütte, Köblitz, Richthof</p> <p>Stadt Burglengenfeld, Stadtteile Burglengenfeld, Armensee, Augustenhof, Birkhof, Bubenhof, Dexhof, Dirnau, Eichlhof, Engelhof, Greßthal, Greinhof, Haugshöhe, Höchensee, Hub, Hof, Kai, Karlsberg, Kastenhof, Katzenhüll, Kirchenbuch, Lamplhof, Lanzenried, Machtlwies, Mauthof, Meilerhof, Mossendorf, Mühlberg, Pilsheim, Oberbuch, Plattenhof, Pislwies, Pöpplhof, Pottenstetten, Rammertshof, Rödlhof, Saaß, Schlag, See, Straß, Untersdorf, Wasenhütte, Weiherhof, Wölland, Witzlarn, Ziegelhütte</p> <p>Stadt Maxhütte-Haidhof, Stadtteile Maxhütte, Haidhof, Almenhof, Almenhöhe, Berghof, Binkenhof, Birkenhöhe, Birkenzell, Blattenhof, Brücklhof, Brunheim, Deglhof, Eichelberg, Englbrunn, Harberhof, Fürsthof, Ibenthann, Kappl, Katzheim, Kreinberg, Leonberg, Lintermühle, Meßnerskreith, Neukappl, Pirkensee, Pfaltermühle, Stadlhof, Steinhof, Strieglhof, Schwarzhof, Ponholz, Rappenbügl, Rohrhof, Roßbach, Roding, Roßbergeröd, Verau, Winkerling, Ziegelhütte</p> <p>Stadt Nittenau, Stadtteile Bachbügl, Nittenau, Brunn, Eichlgüt, Fischbach, Geiseck, Gunt, Haiderhöf, Hammerhäng, Harthöfl, Hengersbach, Hof, Hofer Mühle, Lohbügl, Mühlenthal, Nerping, Neuöbau, Ödgarten, Rumelsölden, Spitalhaus, Vorderkohlstetten, Weinting, Eckartsreuth, Königshof, Königsreuth, Überfuhr, Reuting, Stefling, Weißenhof</p> <p>Stadt Schwandorf, Stadtteile Schwandorf, Altenried, Auhof, Bubach, Büchelkühn, Bürgerlhof, Dachelhofen, Doblertgut, Ettmannsdorf, Gögglbach, Hartenricht, Kager, Kapflhof, Klardorf, Krainhof, Naabeck, Naabsiegenhofen, Nattermoos, Neukirchen, Neuried, Niederhof, Spielberg, Stegen, Striessendorf, Unterweiherhaus, Waltenhof, Wiefelsdorf, Wöllmannsbach, Zielheim, Ziegelhütte</p> <p>Gemeinde Steinberg am See, Gemeindeteile Steinberg am See, Haid, Hirmerhaus, Oder, Oberweiherhaus, Waldheim</p> <p>Gemeinde Wackersdorf, Gemeindeteile Heselbach, Imstetten, Irlach</p>	7.3.2017
<p>Landkreis Schwandorf</p> <p>Stadt Teublitz, Stadtteile Teublitz, Bömmerlschlag, Forschlacke, Kremplschlag, Kuntsdorf, Münchshofen, Oberhof, Premberg, Stocka, Weiherdorf, Frauenhof, Katzdorf, Saltendorf</p> <p>Stadt Maxhütte-Haidhof, Stadtteil Lehenhaus</p> <p>Stadt Schwandorf, Stadtteil Strengleiten</p>	27.2.2017 a 7.3.2017
<p>Landkreis Amberg-Weizbach</p> <p>Gemeinde Schmidmühlen, Ortsteil Eglsee</p>	7.3.2017
MECKLENBURG-VORPOMMERN	
<p>Landkreis Vorpommern-Rügen</p> <p>Gemeinde Grammendorf</p>	10.3.2017
<p>Landkreis Vorpommern-Rügen</p> <p>Gemeinde Gransebieth</p>	10.3.2017
<p>Landkreis Vorpommern-Rügen</p> <p>In der Gemeinde Glewitz die Ortsteile</p> <ul style="list-style-type: none"> — Langenfelde — Glewitz — Zarnekow — Voigtsdorf — Turow — Stelow 	10.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Landkreis Vorpommern-Rügen In der Gemeinde Wendisch-Baggendorf die Ortsteile — Wendisch-Baggendorf — Bassin	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen In der Gemeinde Splietsdorf der Ortsteil — Vorland-Ausbau	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen In der Gemeinde Gremersdorf-Buchholz die Ortsteile — Gremersdorf — Angerode — Pöglitz	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen Gemeinde Tribsees	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen In der Gemeinde Drechow der Ortsteil — Krakow	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen in der Gemeinde Bad Sülze der Ortsteil — Bad Sülze — Ausbau	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen Gemeinde Tribsees	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen In der Gemeinde Drechow der Ortsteil — Krakow	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen in der Gemeinde Bad Sülze der Ortsteil — Bad Sülze — Ausbau	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen In der Gemeinde Lindholz die Ortsteile — Langsdorf — Böhlendorf — Breesen — Nütschow — Tangrim — Carlsthal	10.3.2017
Landkreis Vorpommern-Rügen Gemeinde Deyelsdorf	2.3.2017 a 10.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Landkreis Mecklenburgische Seenplatte In der Stadt Dargun im Ortsteil — Stubbendorf die Gebiete Klein Methling und Groß Methling</p>	10.3.2017
<p>Landkreis Rostock In der Gemeinde Behren-Lübchin die Ortsteile — Behren-Lübchin — Wasdow — Alt Quitzenow — Neu Quitzenow — Bobbin — Bäbelitz</p>	10.3.2017
<p>Landkreis Rostock In der Gemeinde Warbelstadt Gnoien die Ortsteile — Eschenhörn — Warbelow</p>	10.3.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim In der Gemeinde Greven die Orte und Ortslagen — Greven — Hatzberg — Leisterförde — Lüttenmark</p>	5.3.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim In der Gemeinde Bengerstorf die Orte und Ortsteile — Beckendorf — Wiebendorf</p>	5.3.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim Gemeinde Gresse</p>	5.3.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim In der Gemeinde Neu Gülze die Orte, Ortsteile und Ortslagen — Gamm — Neu Gülze — Kiekut — Zahrendorf</p>	5.3.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim Stadt Boizenburg/Elbe</p>	5.3.2017
<p>Landkreis Ludwigslust-Parchim In der Gemeinde Nostorf die Ortsteile — Bickhusen — Horst — Rensdorf</p>	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Landkreis Ludwigslust-Parchim Gemeinde Schwanheide	25.2.2017 a 5.3.2017
Landkreis Ludwigslust-Parchim In der Gemeinde Nostorf der Ort — Nostorf	25.2.2017 a 5.3.2017
Landkreis Ludwigslust-Parchim In der Stadt Boizenburg/Elbe das Gebiet — Schwanheider Tannen	25.2.2017 a 5.3.2017
SCHLESWIG-HOLSTEIN	
Kreis Herzogtum Lauenburg — die Stadt Lauenburg/Elbe — die Gemeinden Basedow, Bröthen, Buchhorst, Büchen, Dalldorf, Fitzen, Krüzen, Langenlehten, Lanze, Lüttau, Wangelau und Witzeeze — von der Gemeinde Müssen die Gebiete östlich der Raiffeisenstraße und südlich und östlich der Mühlenstraße bis zur Einmündung in die K 73 sowie südlich der K 73; — von der Gemeinde Siebeneichen die Gebiete südlich der K 62 und östlich der L 200 und — von der Gemeinde Schulendorf den Ortsteil Schulendorf.	5.3.2017
THÜRINGEN	
Saale-Orla-Kreis — In der Stadt Bad Lobenstein der Ortsteil Lichtenbrunn — Gemeinde Harra mit dem Ortsteil Kießling — Gemeinde Schlegel mit dem Ortsteil Seibis — Gemeinde Wurzbach mit dem Ortsteil Titschendorf — Gemeinde Blankenstein — Gemeinde Blankenberg mit dem Ortsteil Arlas	3.3.2017
Saale-Orla-Kreis — In der Stadt Schleiz der Ortsteil Dröswein — Gemeinde Dittersdorf mit dem Ortsteil Sorna — Gemeinde Kirschkau — Gemeinde Göschitz — Gemeinde Tegau mit dem Ortsteil Burkersdorf	5.3.2017
Landkreis Greiz — In der Stadt Zeulenroda die Ortsteile Zadelndorf mit Bungalowdorf, Stelzendorf, Pahren, Silberfeld, Merkendorf, Piesigitz, Dörtendorf, Triebes mit Kranich, Mehla mit Nässa, Niederböhmersdorf, Dobia, Arnsgrün mit Eubenberg und Kesselmühle, Neugrün, Büna, Wolfshain mit oberer und unterer Kalkgrube, Schönbrunn, Bernsgrün, Frotschau, Leitlitz, Weckersdorf mit Grüngut und Reißig-mühle, Föhrtten mit Fritzschenmühle, Läwitz, Kleinwolschendorf — Gemeinde Weißendorf — Stadt Auma mit den Ortsteilen Zickra, Muntscha, Krölpa, Wenigenauma — Gemeinde Wiebelsdorf mit den Ortsteilen Pfersdorf und Wöhlsdorf — Gemeinde Staitz mit Wärterhof, Bermichmühle und Erzmühle	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<ul style="list-style-type: none"> — Gemeinde Göhren-Döhlen mit den Ortsteilen Göhren und Döhlen — Gemeinde Schüptitz mit Valentinsmühle und Schweißermühle — Gemeinde Hohenleuben mit Ortsteil Brückla — Gemeinde Langenwetzendorf mit Pertelsmühle und den Ortsteilen Kauern, Lunzig, Hain, Hainsberg, Neuärgernis, Göttendorf, Naitschau, Zoghaus, Erbengrün, Stern, Welsdorf — In der Stadt Greiz die Ortsteile Mühlenhäuser, Tremnitz, Pansdorf, Hohndorf mit Steineremühle, Gablau, Leiningen 	
<p>Landkreis Greiz</p> <ul style="list-style-type: none"> — In der Stadt Zeulenroda die Ortsteile Dr. W. Külz-Siedlung, Pfefferleite, Schwarzbach, Seeschlösschen, Alaunwerk, Tiergehege — In der Stadt Zeulenroda die Ortsteile Lichtensteinsiedlung, Karl-Liebkecht-Siedlung, Märien, Untere Haardt, Meinersdorf, Tscherlich, Obere Haardt, Grüna, Pöllwitz mit Bahnhof Pöllwitz und Pöllwitzmühle, Niederböhmersdorf — Gemeinde Langenwolschendorf mit Schöner Höhe 	25.2.2017 a 5.3.2017
SACHSEN	
<p>Landkreis Nordsachsen</p> <p>Die Gemeinde Rackwitz mit allen Ortsteilen</p> <p>Die Große Kreisstadt Schkeuditz mit den Ortsteilen Freiroda, Gerbisdorf, Glesien, Hayna, Kursdorf, Radefeld, Schkeuditz mit den Stadtlagen östlich der S8 sowie nördlich der Weißen Elster und Wolteritz</p> <p>Die Gemeinde Wiedemar mit den Ortsteilen Grebehna, Lissa, Quering und Zwochau</p> <p>Die Große Kreisstadt Delitzsch mit den Ortsteilen Beerendorf, Beerendorf-Ost, Brodau, Delitzsch, Döberitz, Selben, Zschepen</p> <p>Die Gemeinde Schönwökau mit den Ortsteilen Boyda, Brinnins, Gollmenz, Hohenroda, Luckowehna, Mocherwitz, Wölkau</p> <p>Die Gemeinde Jesewitz mit den Ortsteilen Liemehna (außer Ortslage Zschettgauer Straße)</p> <p>Die Gemeinde Krostitz mit allen Ortsteilen</p> <p>Die Stadt Taucha mit den Ortsteilen Cradefeld, Graßdorf, Merkwitz, Pönitz, Seegeritz und Taucha mit den Ortslagen westlich B 87</p>	4.3.2017
<p>Landkreis Nordsachsen</p> <p>Gemeinde Rackwitz mit den Ortsteilen Biesen, Kreuma, Lemsel, Podelwitz, Rackwitz sowie Zschortau mit der Ortslage entlang des Straßenverlaufs S 7 von B184 ausgehend bis zum Ortseingang Biesen</p> <p>Gemeinde Krostitz mit den Ortsteilen Hohenossig, Kletzen, Zschölkau</p> <p>Große Kreisstadt Schkeuditz mit dem Ortsteil Wolteritz</p>	24.2.2017 a 4.3.2017
<p>Vogtlandkreis</p> <p>Gemeinde Pausa-Mühltroff mit den Ortsteilen Bad Linda, Ebersgrün, Linda, Oberreichenau, Pausa, Ranspach, Thierbach, Unterreichenau, Wallengrün, Wilder Berg, Unterpirk</p>	5.3.2017
<p>Vogtlandkreis</p> <p>Gemeinde Pausa-Mühltroff, Gemarkung Unterreichenau</p>	25.2.2017 a 5.3.2017

Estado-Membro: Grécia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
a) The municipal unit of Tripoli and the following local communities in the municipality of Tripoli, regional unit of Arkadia: Kapsia, Nestani, Loukas, Zevgolatio, Agios Konstantinos, Pelagos, Merkovouni, Skopi, Perthori, Sangas and Artemisio b) The settlements of Aria and Tourniki and the local community of Karya in the municipality of Argos-Mykines, regional unit of Argolida c) The following towns/villages/settlements in the regional unit of Rodopi: Polyanthos, Iasmos, Kavos, Trikorfo, Sima, Krystalli, Dichala, Poa, Kerasia, Asomatos, Mischos, Mega Pisto, Thamna, Agiasma, Dymi, Rizoma, Ifaistos, Komotini, Yfantes Mesochori, Itea, Paradimi, Mega-Mikro Kranovouni, Mes-souni, Aigeiros, Kallisti, Amvrosia, Palladio, Mosaiko and Galini	3.3.2017
a) The municipal district of Nestani and the entire wider area of Nestani in the municipality of Tripoli, regional unit of Arkadia, defined as follows: in the north up to the point which lies at a latitude of 37.634891 and a longitude of 22.452786 in the south up to the point which lies at a latitude of 37.582105 and a longitude of 22.451462 in the east up to the point which lies at a latitude of 37.609236 and a longitude of 22.480079 and in the west up to the point which lies at a latitude of 37.57074 and a longitude of 22.3796 b) The local community of Meleti in the municipality of Komotini, regional unit of Rodopi, and the local communities of Sostis and Linos in the municipality of Iasmos, regional unit of Rodopi	23.2.2017 a 3.3.2017

Estado-Membro: França

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Les communes suivantes dans le département de l'AVEYRON	
NAJAC SAINT-ANDRE-DE-NAJAC	16.2.2017
Les communes suivantes dans le département des DEUX-SEVRES	
AZAY-LE-BRULE LA BOISSIERE-EN-GATINE LA CRECHE CHAMPDENIERS-SAINT-DENIS CHAURAY CHERVEUX CLAVE COURS ECHIRE EXIREUIL FRANCOIS GERMOND-ROUVRE LES GROSELLERS	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
MAZIERES-EN-GATINE PAMPLIE SAINT-GELAIS SAINT-GEORGES-DE-NOISNE SAINT-LIN SAINT-MAIXENT-L'ECOLE SAINT-MARC-LA-LANDE SAINTE-OUENNE SAINT-PARDOUX SAIVRES SURIN VERRUYES	
AIFFRES BEAUVOIR-SUR-NIORT BESSINES BRULAIN LES FOSSES LA FOYE-MONJAULT FORS FRONTENAY-ROHAN-ROHAN GRANZAY-GRIPT JUSCORPS MARIGNY MOUGON NIORT PRAHECQ SAINTE-BLANDINE SAINT-MARTIN-DE-BERNEGOUE SAINT-ROMANS-DES-CHAMPS SAINT-SYMPHORIEN VOUILLE	10.2.2017
AUGÉ LA CHAPELLE-BATON SAINT-CHRISTOPHE-SUR-ROC	25.2.2017 a 5.3.2017
Les communes suivantes dans le département du GERS	
SABAILLAN SIMORRE TOURNAN	14.2.2017 a 24.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
AIGNAN ARMENTIEUX ARMOUS-ET-CAU AUCH AYZIEU BASSOUES BEAUMARCHES BEAUMONT BERAUT BETOUS BIRAN BOUZON-GELLENAVE BRETAGNE-D'ARMAGNAC CADEILLAN CALLIAN CASSAIGNE CASTELNAU D'AUZAN LABARRERE CAZAUBON CAZENEUVE CONDOM COULOUME-MONDEBAT COURRENSAN COURTIES ESPAON FOURCES GARRAVET GAUJAC GAZAX-ET-BACCARISSE GONDRIN JUILLAC LADEVEZE-RIVIERE LAGARDERE LAGRAULET-DU-GERS LAMAZERE LAREE LARRESSINGLE LARROQUE-SUR-L'OSSE LASSERADE LASSERAN LAURAET LIAS-D'ARMAGNAC LOMBEZ LOUSLITGES	24.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
LOUSSOUS-DEBAT MAIGNAUT-TAUZIA MANSENCOME MARGUESTAU MIRAMONT-D'ASTARAC MONCLAR MONGAUSY MONTADET MONTAMAT MONTREAL MOUCHAN MOUCHES ORDAN-LARROQUE PANJAS PELLEFIGUE PEYRUSSE-GRANDE PEYRUSSE-VIEILLE POUYDRAGUIN ROQUES SABAZAN SAINT-ELIX SAINT-GERME SAINT-GRIEDE SAINT-JEAN-LE-COMTAL SAINT-JEAN-POUTGE SAINT-MARTIN-GIMOIS SAINT-SOULAN SARAMON SAUVETERRE SEMEZIES-CACHAN TOURDUN VALENCE-SUR-BAISE	
AUJAN-MOURNEDE BASCOUS BAZIAN BECCAS BELLEGARDE BETCAVE-AGUIN BETPLAN CAHUZAC-SUR-ADOUR CAILLAVET CANNET	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
CASTELNAVET CAZAUX-D'ANGLES CAZAUX-VILLECOMTAL CHELAN DEMU DURBAN ESTAMPES FAGET-ABBATIAL FUSTEROUAU GALIAX GAUJAN GOUX HAGET IZOTGES JU-BELLOC LABEJAN LADEVEZE-VILLE LAMAGUERE LANNEPAX LAVERAET LUPIAC MALABAT MARAMBAT MARCAC MARGOUEY-MEYMEY MASCARAS MEILHAN MONBARDON MONCORNEIL-GRAZAN MONFERRAN-PLAVES MONLAUR-BERNET MONT-D'ASTARAC MONTEGUT-ARROS MONTIES MOUREDE NOULENS ORNEZAN PLAISANCE POUY-LOUBRIN PRECHAC-SUR-ADOUR RAMOUZENS ROQUEBRUNE SAINT-AUNIX-LENGROS	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
SAINT-PIERRE-D'AUBEZIES SAMARAN SARCOS SARRAGACHIES SCIEURAC-ET-FLOURES SEISSAN SEMBOUES SERE SORBETS TACHOIRES TASQUE TERMES-D'ARMAGNAC TIESTE-URAGNOUX TUDELLE VIC-FEZENSAC VILLECOMTAL-SUR-ARROS VILLEFRANCHE	
ARROUEDE BEZUES-BAJON CABAS-LOUMASSES PANASSAC SAINT-BLANCARD ARBLADE-LE-BAS ARBLADE-LE-HAUT AURENSAN AUSSOS AUX-AUSSAT BARCELONNE-DU-GERS BARCUGNAN BARS BAZUGUES BELLOC-SAINT-CLAMENS BELMONT BERDOUES BERNEDE BLOUSSON-SERIAN CASTEX CASTILLON-DEBATS CAUMONT CAUPENNE-D'ARMAGNAC CLERMONT-POUYGUILLES CORNEILLAN	25.2.2017 a 5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
CUELAS DUFFORT ESCLASSAN-LABASTIDE GEE-RIVIERE IDRAC-RESPAILLES LAAS LABARTHE LABARTHETE LAGARDE-HACHAN LAGUIAN-MAZOUS LALANNE-ARQUE LANNE-SOUBIRAN LANNUX LAUJUZAN LE HOUGA LELIN-LAPUJOLLE LOUBERSAN LOURTIES-MONBRUN LUPPE-VIOLLES MAGNAN MANAS-BASTANOUS MANENT-MONTANE MARSEILLAN MASSEUBE MAULICHERES MAUMUSSON-LAGUIAN MIELAN MONCASSIN MONLEZUN MONPARDIAC MONT-DE-MARRAST MONTAUT MORMES NOGARO PALLANNE PERCHEDE PONSAMPERE PONSAN-SOUBIRAN PRENERON PROJAN RICOURT RISCLE SADEILLAN	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
SAINT-ARROMAN SAINT-CHRISTAUD SAINT-ELIX-THEUX SAINT-GERME SAINT-GRIEDE SAINT-JUSTIN SAINT-MARTIN-D'ARMAGNAC SAINT-MAUR SAINT-MEDARD SAINT-MICHEL SAINT-MONT SAINT-OST SAINTE-AURENCE-CAZAUX SAINTE-DODE SARRAGUZAN SAUVIAC SEGOS SION TARSAC TILLAC TRONCENS URGOSSE VERGOIGNAN VERLUS VIELLA VIOZAN	
ANSAN AUGNAX BAJONNETTE BIVES BLANQUEFORT CRASTES ESTRAMIAC HOMPS LABRIHE MANSEMPUY MARAVAT MAUVEZIN MONFORT PUYCASQUIER SAINT-ANTONIN SAINT-BRES	10.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
SAINT-GEORGES SAINT-ORENS SAINT-SAUVY SAINTE-GEMME SAINTE-MARIE SARRANT SEREMPUY SOLOMIAC TAYBOSC TOUGET TOURRENQUETS	

Les communes suivantes dans le département des **HAUTE-GARONNE**

BOISSEDE L'ISLE-EN-DODON MARTISSERRE MIRAMBEAU MOLAS	24.2.2017
ANAN BLAJAN CASSAGNABERE-TOURNAS CASTERA-VIGNOLES CHARLAS CIADOUX ESCANECRABE ESPARRON GENSAC-DE-BOULOGNE LESPUGUE LILHAC MONDILHAN MONTESQUIEU-GUITTAUT MONTGAILLARD-SUR-SAVE MONTMAURIN NENIGAN PUYMAURIN SAINT-FERREOL-DE-COMMINGES SAINT-LARY-BOUJEAN SAINT-LAURENT SAINT-PE-DELBOSC SALERM SAMAN	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
BOULOGNE-SUR-GESSE LUNAX MONDILHAN MONTBERNARD PEGUILHAN	25.2.2017 a 5.3.2017

Les communes suivantes dans le département des **HAUTES-PYRENEES**

ALLIER ANGOS ARTIGUEMY BARBAZAN-DEBAT BEGOLE BERNAC-DEBAT BERNAC-DESSUS BONNEMAZON BOULIN CABANAC CAHARET CALAVANTE CASTELVIEILH CASTERA-LANUSSE CASTILLON CHELLE-SPOU CIEUTAT FRECHOU-FRECHET GOURGUE HITTE LANESPEDE LANSAC LESPOUEY LIZOS LUC LUTILHOUS MASCARAS MAUVEZIN MERILHEU MONTGAILLARD MONTIGNAC ORIGNAC PERE RICAUD SALLES-ADOUR SARROUILLES	26.2.2017
--	-----------

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
SEMEAC SOUES THUY VIELLE-ADOUR	
ANDREST AZEREIX BORDERES-SUR-L'ECHEZ ESCAUNETS GARDERES GAYAN JUILLAN LAGARDE LAMARQUE-PONTACQ LANNE LOUEY LUQUET ODOS OSSUN OURSBELILLE PINTAC SAINT-LEZER SANOUS SIARROUY TALAZAC TARASTEIX TARBES VILLENAVE-PRES-BEARN	19.2.2017
ANSOST ARIES-ESPENAN ARTAGNAN AUBAREDE AUREILHAN AURENSAN AURIEBAT BARBACHEN BARTHE BAZET BAZILLAC BERNADETS-DESSUS BETBEZE BETPOUY BONREPOS	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
BOUILH-PEREUILH BOURS BUGARD BURG BUZON CAIXON CAMALES CASTELBAJAC CASTELNAU-MAGNOAC CASTELNAU-RIVIERE-BASSE CASTERA-LOU CASTERETS CAUBOUS CAUSSADE-RIVIERE CHELLE-DEBAT CHIS CIZOS COLLONGUES DEVEZE DOURS ESCONDEAUX ESTIRAC GALAN GALEZ GAUSSAN GENSAC HACHAN HERES JACQUE LABATUT-RIVIERE LACASSAGNE LAFITOLE LAHITTE-TOUPIERE LALANNE LAMARQUE-RUSTAING LAMEAC LARAN LARREULE LESCURRY LIAC LOUIT MANSAN MARSAC	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
MARSEILLAN MAUBOURGUET MINGOT MONFAUCON MONLONG MONTASTRUC MOUMOULOUS MUN NOUILHAN OLEAC-DEBAT ORGAN ORIEUX ORLEIX PEYRET-SAINT-ANDRE PEYRIGUERE PEYRUN PUJO RABASTENS-DE-BIGORRE RECURT SABALOS SABARROS SAINT-LANNE SAINT-SEVER-DE-RUSTAN SARIAC-MAGNOAC SARNIGUET SARRIAC-BIGORRE SAUVETERRE SEGALAS SENAC SERE-RUSTAING SOMBRUN SOREAC THERMES-MAGNOAC TOSTAT TOURNOUS-DEVANT UGNOUAS VIC-EN-BIGORRE VIDOUZE VIEUZOS VILLEFRANQUE VILLENAVE-PRES-MARSAC	
ANTIN BERNADETS-DEBAT	25.2.2017 a 5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
BONNEFONT BOUILH-DEVANT CAMPUZAN ESTAMPURES FONTRAILLES FRECHEDE GUIZERIX HAGEDET LALANNE-TRIE LAPEYRE LARROQUE LASCAZERES LIBAROS LUBRET-SAINT-LUC LUBY-BETMONT LUSTAR MADIRAN MAZEROLLES OSMETS PUNTOUS PUYDARRIEUX SADOURNIN SENTOUS SOUBLECAUSE TOURNOUS-DARRE TRIE-SUR-BAISE TROULEY-LABARTHE VIDOU VILLEMBITS	
Les communes suivantes dans le département des LANDES	
ARTASSENX ARTHEZ-D'ARMAGNAC AURICE BAS-MAUCO BASCONS BETBEZER-D'ARMAGNAC BORDERES-ET-LAMENSANS CASTANDET CAUNA HAUT-MAUCO LACQUY LAGLORIEUSE	24.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
LAGRANGE MAURRIN MAUVEZIN-D'ARMAGNAC MAZEROLLES MONT-DE-MARSAN PARLEBOSCQ PUJO-LE-PLAN SAINT-GEIN SAINT-JULIEN-D'ARMAGNAC SAINT-JUSTIN SAINT-PERDON SAINT-PIERRE-DU-MONT SAINTE-FOY VILLENEUVE-DE-MARSAN	
AMOU AUDIGNON AUDON BANOS BEGAAR BONNEGARDE BRASSEMPOUY CANDRESSE CASSEN CASTAIGNOS-SOUSLENS CASTELNAU-CHALOSSE CAZALIS CLERMONT DAX DOAZIT DUMES GARREY GIBRET GOURBERA HAGETMAU HORSARRIEU LABASTIDE-CHALOSSE LACRABE LAHOSSE LALUQUE LESGOR LOURQUEN MARPAPS	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
MIMBASTE MOMUY MONTFORT-EN-CHALOSSE MORGANX NARROSSE NASSIET NOUSSE ONARD OZOURT POYANNE POYARTIN SAINT-CRICQ-CHALOSSE SAINT-GEOURS-D'AURIBAT SAINT-JEAN-DE-LIER SAINT-PANDELON SAINT-PAUL-LES-DAX SAINT-VINCENT-DE-PAUL SAINTE-COLOMBE SAUGNAC-ET-CAMBRAN SERRESLOUS-ET-ARRIBANS SORT-EN-CHALOSSE VICQ-D'AURIBAT YZOSSE	
BENQUET BOURDALAT BRETAGNE-DE-MARSAN FARGUES GRENADE-SUR-L'ADOUR HONTANX LABASTIDE-D'ARMAGNAC LARRIVIERE-SAINT-SAVIN LE FRECHE MONTEGUT MONTGAILLARD MONTSOUE PERQUIE SAINT-MAURICE-SUR-ADOUR SAINT-SEVER	16.2.2017 a 24.2.2017
AIRE-SUR-L'ADOUR ARBOUCAVE ARGELOS AUBAGNAN	25.2.2017 a 5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
BAHUS-SOUBIRAN BASSERCLES BATS BEYRIES BUANES CASTELNAU-TURSAN CASTELNER CAZERES-SUR-L'ADOUR CLASSUN CLEDES COUDURES DUHORT-BACHEN EUGENIE-LES-BAINS EYRES-MONCUBE GAMARDE-LES-BAINS GEAUNE GOOS GOUSSE HINX LACAJUNTE LATRILLE LAURET LE VIGNAU LOUER LUSSAGNET MANT MAURIES MIRAMONT-SENSACQ MONGET MONSEGUR PAYROS-CAZAUTETS PECORADE PEYRE PHILONDENX PIMBO PONTONX-SUR-L'ADOURPOUDENX PRECHACQ-LES-BAINS PUYOL-CAZALET SAINT-AGNET SAINT-LOUBOUER SAMADET SARRAZIET SARRON	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
SERRES-GASTON SORBETS TETHIEU URGONS VIELLE-TURSAN	

Les communes suivantes dans le département du **LOT-ET-GARONNE**

ARMILLAC BEUGAS BOURGOUGNAGUE BRUGNAC CANCON CASSENEUIL CASTILLONNES COULX DOUZAINS LABRETONIE LAPERCHE LAUZUN LAVERGNE LOUGRATTE MONBAHUS MONCLAR MONTASTRUC MONTAURIOL MONTIGNAC-DE-LAUZUN MONVIEL MOULINET PINEL-HAUTERIVE SAINT-BARTHELEMY-D'AGENAIS SAINT-COLOMB-DE-LAUZUN SAINT-MAURICE-DE-LESTAPEL SAINT-PASTOUR SEGALAS SERIGNAC-PEBOUDOU TOMBEBOEUF TOURTRES VERTEUIL-D'AGENAIS VILLEBRAMAR	10.2.2017
---	-----------

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Les communes suivantes dans le département des PYRENEES-ATLANTIQUES	
BARZUN ESPOEY GOMER HOURS LIVRON LUCGARIER	11.2.2017 a 19.2.2017
AAST GER PONSON-DEBAT-POUTS PONSON-DESSUS	11.2.2017 a 19.2.2017
ABERE ANOS ANOYE ARGELOS ARRICAU-BORDES ARROSES ARTHEZ-DE-BEARN ASTIS AUGA AURIONS-IDERNES BALANSUN BARINQUE BASSILLON-VAUZE BERNADETS BOUEILH-BOUEILHO-LASQUE BOUILLON BOURNOS BUROSSE-MENDOUSSE CABIDOS CADILLON CASTERA-LOUBIX CASTILLON (CANTON DE LEMBEYE) CAUBIOS-LOOS COUBLUCQ DOUMY ESCOUBES ESCURES FICHOUS-RIUMAYOU GABASTON GARLEDE-MONDEBAT GAROS	5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
GAYON GERDEREST GEUS-D'ARZACQ HAGETAUBIN HIGUERES-SOUYE LABATUT LACADEE LALONGUE LANNECAUBE LARREULE LEMBEYE LEME LESPIELLE LONCON LOUVIGNY LUC-ARMAU LUCARRE LUSSAGNET-LUSSON MASPIE-LALONQUERE-JUILLACQ MERACQ MESPLEDE MIALOS MOMAS MONASSUT-AUDIRACQ MONSEGUR MONT-DISSE MONTAGUT MONTARDON MORLANNE NAVAILLES-ANGOS PEYRELONGUE-ABOS PIETS-PLAENCE-MOUSTROU POMPS POULIACQ RIBARROUY RIUPEYROUS SAINT-ARMOU SAINT-CASTIN SAINT-JAMMES SAINT-JEAN-POUDGE SAINT-LAURENT-BRETAGNE SALLESPISSE SAMSONS-LION	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
SAUVAGNON SEBY SERRES-CASTET SIMACOURBE TARON-SADIRAC-VIELLENAVE THEZE UZAN VIALER	
ARGET ARZACQ-ARRAZIGUET AUBOUS AURIAC AYDIE BALIRACQ-MAUMUSSON BETRACQ CARRERE CASTEIDE-CANDAU CASTETPUGON CLARACQ CORBERE-ABERES COSLEDAA-LUBE-BOAST CROUSEILLES DIUSSE GARLIN LABEYRIE LALONQUETTE LASCLAVERIES LASSERRE MALAUSSANNE MASCARAAS-HARON MIOSENS-LANUSSE MONCAUP MONCLA MONPEZAT MOUHOUS PORTET POURSIUGUES-BOUCOUE SAINT-MEDARD SAULT-DE-NAVAILLES SEMEACQ-BLACHON SEVIGNACQ TADOUSSE-USSAU VIGNES	25.2.2017 a 5.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p> ANDOINS ANGAIS ARRIEN ARTIGUELOUTAN BALEIX BAUDREIX BEDEILLE BENEJACQ BENTAYOU-SEREE BEUSTE BOEIL-BEZING BORDERES BORDES CASTEIDE-DOAT COARRAZE ESLOURENTIES-DABAN ESPECHEDE LABATMALE LAGOS LAMAYOU LESPOURCY LIMENDOUS LOMBIA LOURENTIES MAURE MIREPEIX MOMY MONTANER NOUSTY PONTACQ PONTIACQ-VIELLEPINTE SAINT-VINCENT SAUBOLE SEDZE-MAUBECQ SEDZERE SOUMOULOU UROST </p>	<p>19.2.2017</p>
<p>Les communes suivantes dans le département du TARN</p>	
<p> ALMAYRAC BOURNAZEL CARMAUX </p>	<p>8.2.2017 a 16.2.2017</p>

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
COMBEFA CORDES-SUR-CIEL LABASTIDE-GABAUSSE LACAPELLE-SEGALAR LAPARROQUIAL MONESTIES MOUZIEYS-PANENS SAINT-BENOIT-DE-CARMAUX SAINTE-GEMME SAINT-MARCEL-CAMPES SAINT-MARTIN-LAGUEPIE SALLES LE SEGUR TREVIEU VIRAC	
AMARENS BLAYE-LES-MINES LES CABANNES CAGNAC-LES-MINES CASTANET DONNAZAC FRAUSSEILLES LE GARRIC ITZAC JOUQUEVIEL LABARTHE-BLEYS LIVERS-CAZELLES LOUBERS MAILHOC MARNAVES MILHARS MILHAVET MIRANDOL-BOURGNOUNAC MONTIRAT MONTROSIER MOULARES NOAILLES PAMPELONNE LE RIOLS ROSIERES ROUSSAYROLLES SAINT-CHRISTOPHE	16.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
SAINT-JEAN-DE-MARCEL SOUEL TAIX TANUS TONNAC VALDERIES VILLENEUVE-SUR-VERE VINDRAC-ALAYRAC SAINTE-CROIX	
Les communes suivantes dans le département du TARN-ET-GARONNE	
LAGUEPIE	8.2.2017 a 16.2.2017
MAUBEC	10.2.2017
VAREN VERFEIL	16.2.2017

Estado-Membro: Croácia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Područje dijelova općine Dugo Selo naselja: Andrilovac, Kozinščak, Prozorje, Kopčevac, Dugo Selo, Velika Ostrna, Lukarišće, Leprovica, Mala Ostrna i Puhovo; općine Ivanić Grad naselje Trebovec, općine Orle naselja: Čret Posavski, Drnek, Orle, Stružec Posavski i Vrbovo Posavsko; općine Rugvica naselja: Novaki Nartski, Črnc Dugoselski, Črnc Rugvički, Otok Nartski, Otok Svibovski, Ježevo, Čista Mlaka, Hrušćica, Donja Greda, Obedišće Ježevsko, Oborovo, Preseka Oborovska, Prevlaka, Sop, Svibje i Trstenik Nartski; općine Velika Gorica naselja: Bapča, Kobilić, Novaki Šćitarjevski, Kuće, Donje Podotočje, Lekveno, Poljana Čička, Črnkovec, Šćitarjevo, Novo Čiče, Drenje Šćitarjevsko, Lazina Čička, Gornje Podotočje, Jagodno, Ribnica, Strmec Bukevski, Vukovina i Trnje u Zagrebačkoj županiji te područje Grada Zagreba naselja: Dumovec, Cerje, Ivanja Reka i Sesvete koji se nalaze na području u obliku kruga radijusa deset kilometra sa središtem na GPS koordinatama N45,74359; E16,209793	15.2.2017
Dio općine Velika Gorica, naselja Sop Bukevski i Zablatje Posavsko, općine Rugvica naselja Dragošička, Jalševac Nartski, Struga Nartska, Rugvica, Okunščak, Nart Savski, Novaki Nartski i Novaki Oborovski, općine Orle naselja Bukevje, Čret Posavski i Obed u Zagrebačkoj županiji, koji se nalazi na području u obliku kruga radijusa tri kilometra sa središtem na GPS koordinatama N45,74359; E16,209793	7.2.2017 a 15.2.2017

Estado-Membro: Itália

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
— Comune di Mira: a ovest e a nord della Laguna di Venezia, a nord dell'Idrovia Padova-Venezia — Comune di Venezia: a sud di Marghera e della linea ferroviaria Venezia-Padova — Comune di Mirano: a est dell'Autostrada A4 — Comune di Pianiga: a sud-est dell'Autostrada A4 — Comune di Dolo: a sud di via Cazzaghetto e est di via Arino	1.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Fiesso: a est di via Pampagnina — Comune di Strà: a est di Case Zago, di via Brenton e Case Giantin — Comune di Vigonovo: a sud case Gianin, a est via Cesare Battisti, via Argine Fiume Brenta e via VillaMora 	
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Mira: a ovest e a nord della Laguna di Venezia, a sud dell'Idrovia Padova-Venezia — Comune di Campagna Lupia: a nord di via Daniele Manin e dell'Oasi Valle Avertò 	21.2.2017 a 1.3.2017
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Mira: a ovest e a nord della Laguna di Venezia, a sud di via Onari — Comune di Campagna Lupia: a nord di via Daniele Manin e dell'Oasi Valle Avertò 	1.3.2017 a 4.3.2017
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Fossò — Comune di Sant'Angelo di Piove di Sacco — Comune di Brugine — Comune di Camponogara — Comune di Arzergrande — Comune di Pontelongo — Comune di Correzzola — Comune di Piove di Sacco: a ovest Ferrovia Venezia-Piove di Sacco e a sud della SS516 — Comune di Codevigo: a sud della SS516 — Comune di Chioggia: a nord SP7 — Comune di Campagna Lupia: a ovest Ferrovia Venezia-Piove di Sacco e a est della SS309 — Comune di Campolongo Maggiore: a ovest Ferrovia Venezia-Piove di Sacco 	4.3.2017
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Piove di Sacco: a est Ferrovia Venezia-Piove di Sacco e a nord della SS516 — Comune di Codevigo: a nord della SS516 e a ovest della Laguna di Venezia — Comune di Campagna Lupia: a est Ferrovia Venezia-Piove di Sacco, a ovest della SS309, a sud di via Daniele Manin — Comune di Campolongo Maggiore: a est Ferrovia Venezia-Piove di Sacco 	24.2.2017 a 4.3.2017
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Porto Viro: a sud di località Ca' Giustinian — Comune di Taglio di Po: a est di SS309, a nord di via Lombardia e via Trentino Alto Adige — Comune di Ariano nel Polesine: a est di SS309 e a nord-ovest dell'arrivo dell'idrovora Conca — Comune di Porto Tolle: a est di via Aldo Moro e di Via Po di Gnocca-SP83 — Comune di Mesola: a nord di via Biverare 	27.2.2017 a 7.3.2017
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Porto Viro: a nord di località Ca' Giustinian — Comune di Taglio di Po: a ovest di SS309, a sud di via Lombardia e via Trentino Alto Adige — Comune di Ariano nel Polesine: a ovest di SS309 e a sud-est dell'arrivo dell'idrovora Conca — Comune di Porto Tolle: a ovest di via Aldo Moro e di Via Po' di Gnocca SP83 — Comune di Corbola — Comune di Loreo — Comune di Rosolina — Comune di Mesola: a sud di via Biverare — Comune di Goro 	7.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Sorbolo: a sud di Strada Certosino, Stradone Dell'Aia, Via della Mina, Strada del Ferrari — Comune di Brescello: a est della Strada provinciale SP62R e strada della Cisa — Comune di Mezzani: a ovest della Strada provinciale SP72 — Comune di Parma, a est della Strada provinciale SP9, a nord della tangenziale di Parma (fino all'uscita n. 7) e della Strada statale SS9 — Intero territorio dei comuni di: <ul style="list-style-type: none"> — Gattatico — Poviglio — Boretto — Brescello — Torrile — Colorno — Comune di Castelnovo di Sotto: a nord di via A. Alberici e a ovest di via Villafranca e a ovest di Strada Pescatora e di via Tolara — Comune di Campegine: a nord di Strada provinciale SP112 e a ovest di Strada Pescatora 	12.3.2017
<ul style="list-style-type: none"> — Comune di Viadana: a sud ovest di Via Ottoponti Bragagnina — Via Ottoponti Salina, a ovest di Via Ottoponti e dell'abitato di Salina — Comune di Casalmaggiore: a sud est di S.P. 343 R — Ponte Asolana e a sud di S.P. ex S.S. 420, a ovest di Case San Quirico, a sud di Case Sparse Quattro Case — Via Valle e a ovest di Via Manfrassina. 	12.3.2017

Estado-Membro: Hungria

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Az alábbi GPS koordináták által meghatározott pontok körüli 10 km sugarú körön belül eső területek a védőkörzeti területek kivételével:</p> <p>N46.46903889 és az E19.80109444; és az N46.466394 és az E19.75648; és az N46.46969444 és az E19.77105556; és az N46.473164 és az E19.809081; és az N46.465891 és az E19.808885; és az N46.4657 és az E19.813274; és az N46.467366 és az E19.816608; és az N46.584528 és az E19.655409; és az N46.458679 és az E19.873816; és az N46.49972 és az E19.68773; és az N46.497954 és az E19.777415; és az N46.524146 és az E19.719844; és az N46.52476 és az E19.734967; és az N46.4744586 és az E19.747893; és az N46.466806 és az E19.769844; és az N46.449783 és az E19.780889; és az N46.432283 és az E19.844409;</p>	1.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.436417 és az E19.833472; és az N46.393889 és az E19.879694; és az N46.455321 és az E19.852898; és az N46.402109 és az E19.872627; és az N46.415988 és az E19.868078; és az N46.441644 és az E19.843129; és az N46.444857 és az E19.849267; és az N46.444332 és az E19.849793; és az N46.468178 és az E19.816503; és az N46.597614 és az E19.804221; és az N46.631183 és az E19.668993; és az N46.622625 és az E19.537204; és az N46.553786 és az E19.705838; és az N46.409335 és az E19.851199; és az N46.391883 és az E19.893881; és az N46.402742 és az E19.834248; és az N46.562771 és az E19.69003; és az N46.441412 és az E19.854305; és az N46.386971 és az E19.867313; és az N46.558562 és az E19.713168; és az N46.438194 és az E19.850944; és az N46.445817 és az E19.841993; és az N46.521953 és az E19.722713; és az N46.493517 és az E19.690093; és az N46.438018 és az E19.852003; és az N46.524235 és az E19.743149; és az N46.582548 és az E19.65551; és az N46.569109 és az E19.625458; és az N46.596087 és az E19.644294; és az N46.609325 és az E19.471926; és az N46.603027 és az E19.478501; és az N46.634476 és az E19.527839; és az N46.665317 és az E19.805388; és az N46.468762 és az E19.850466; és az N46.3632 és az E19.8754; és az N46.568135 és az E19.629595; és az N46.593654 és az E19.64934; és az N46.569787 és az E19.692051; és az N46.584928 és az E19.675551; és az N46.567552 és az E19.679839; és az N46.474649 és az E19.866126; és az N46.628228 és az E19.548682; és az N46.469738 és az E19.8422;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.630573 és az E19.536706; és az N46.544216 és az E19.717363; és az N46.63177 és az E19.603322; és az N46.626579 és az E19.65275; és az N46.406722 és az E19.864139; és az N46.555731 és az E19.786764; és az N46.516493 és az E19.760571; és az N46.411634 és az E19.883893; és az N46.546378 és az E19.790214; és az N46.484255 és az E19.792816; és az N46.615774 és az E19.51889; és az N46.56963889 és az E19.62801111; és az N46.55130833 és az E19.67718611; és az N46.580685 és az E19.591378; és az N46.675178 és az E19.500865; és az N46.674795 és az E19.501413; és az N46.672415 és az E19.497671; és az N46.52703 és az E19.75514; és az N46.623383 és az E19.435333; és az N46.55115 és az E19.67295; és az N46.59707 és az E19.45574; és az N46.65772 és az E19.525666; és az N46.593111 és az E19.492923; és az N46.639516 és az E19.542544; és az N46.594811 és az E19.803715; és az N46.58072 és az E19.74044; és az N46.57636389 és az E19.58059444; és az N46.620021 és az E19.552464; és az N46.546323 és az E19.712534; és az N46.3869556 és az E19.77618056; és az N46.676398 és az E19.505054; és az N46.58072 és az E19.74044; és az N46.6109778 és az E19.88599722; és az N46.665379 és az E19.489808; és az N46.496419 és az E19.911004; és az N46.551986 és az E19.79999; és az N46.46118056 és az E19.71168333; és az N46.48898611 és az E19.88049444; és az N46.53697222, és az E19.68341111; és az N46.591604, és az E19.49531; és az N46.5171417 és az E19.67016111; és az N46.5158, és az E19.67768889; és az N46.52391944 és az E19.68843889;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.53138889 és az E19.62005556; és az N46.52827778 és az E19.64308333; és az N46.533121 és az E19.518341; és az N46.574084 és az E19.740144; és az N46.553554 és az E19.75765; és az N46.657184 és az E19.531355; és az N46.5618333 és az E19.76470278; és az N46.551673 és az E19.491094; és az N46.551723 és az N19.779836; és az N46.603375, és az E19.90755278; és az N46.547736, és az E19.535668; és az N46.544789 és az E19.516968; és az N46.550743 és az E19.496889; és az N46.5480417 és az E19.786794; és az N46,47774167 és az E19,86573056; és az N46.57903611 és az E19.72372222; és az N46.590227, E19.710753; és az N46.521458 és az E19.642231; és az N46.579435 és E19.464347; és az N46.616864 és az E19.548472; és az N46.50325556 és az E19.64926389; és az N46.518133 és az E19.6784; és az N46.4061972 és az E19.73322778; és az N46.674375, és az E19.496807; és ez N46.675336, és az E19.498997; és az N46.5460333 és az E19.77916944; és az N46.38947 és az E19.858711; és az N46.382844 és az E19.86408; és az N46.484193 és az E19.69385; és az N46.52626111 és az E19.64352778; és az N46,5886056 és az E19,88189167; és az N46.500159 és az E19.655886; és az N46.5957889 és az E 19.87722778; és az N46.589767 és az E19.753633; és az N46.558306 és az E19.465675; és az N46.4271417 és az E19.8205528; és az N46.569808 és az E19.437804; és az N46.445379 és az E19.649848; és az N46.5264361 és az E19.63094722; és az N46.5185167 és az E19.664775; és az N46.5247472 és az E19.63145833; és az N46.514667 és az E19.629611; és az N46.65375 és az E19.53113;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.5916083 és az E19.5920389; és az N46.59794444 és az E19.46591667; és az N46.6007389 és az E19.5426556; és az N46.6204 és az E19.8007; és az N46.5321778 és az E19.67289444; és az N46.402 és az E19.73983333; és az N46.603106 és az E19.782067; és az N46.544109 és az E19.688508; és az N46.559392 és az E19.768362; és az N46.539064 és az E19.419259; és az N46.224517 és az E19.412833; és az N46.344569 és az E19.405611; és az N46.562451 és az E19.471582; és az N46.422366 és az E19.759126; és az N46.226815 és az E19.397141; valamint az N46.443688 és az E19.643344. valamint Bács-Kiskun megye alábbiak által behatárolt, a védőkörzet vonatkozásában meghatározott részén kívüli területe: Az M5-52-es út kecskeméti csomópontja — 52-es út — 5301-es út — 5309-es út — 53-as út — 5402-es út — 5408-as út — Bács-Kiskun és Csongrád megye határa — 44-es út — 54-es út — E75-ös út</p>	
<p>Az alábbi GPS koordináták által meghatározott pontok körüli 3 km sugarú körön belül eső területek: N46.46903889 és az E19.80109444; és az N46.466394 és az E19.75648; és az N46.46969444 és az E19.77105556; és az N46.473164 és az E19.809081; és az N46.465891 és az E19.808885; és az N46.4657 és az E19.813274; és az N46.467366 és az E19.816608; és az N46.584528 és az E19.655409; és az N46.458679 és az E19.873816; és az N46.49972 és az E19.68773; és az N46.497954 és az E19.777415; és az N46.524146 és az E19.719844; és az N46.52476 és az E19.734967; és az N46.4744586 és az E19.747893; és az N46.466806 és az E19.769844; és az N46.449783 és az E19.780889; és az N46.432283 és az E19.844409; és az N46.436417 és az E19.833472; és az N46.393889 és az E19.879694; és az N46.455321 és az E19.852898; és az N46.402109 és az E19.872627; és az N46,415988 és az E19,868078;</p>	21.2.2017 a 1.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.441644 és az E19.843129; és az N46.444857 és az E19.849267; és az N46.444332 és az E19.849793; és az N46.468178 és az E19.816503; és az N46.597614 és az E19.804221; és az N46.631183 és az E19.668993; és az N46.622625 és az E19.537204; és az N46.553786 és az E19.705838; és az N46.409335 és az E19.851199; és az N46.391883 és az E19.893881; és az N46.402742 és az E19.834248; és az N46.562771 és az E19.69003; és az N46.441412 és az E19.854305; és az N46.386971 és az E19.867313; és az N46.558562 és az E19.713168; és az N46.438194 és az E19.850944; és az N46.445817 és az E19.841993; és az N46.521953 és az E19.722713; és az N46.493517 és az E19.690093; és az N46.438018 és az E19.852003; és az N46.524235 és az E19.743149; és az N46.582548 és az E19.65551; és az N46.569109 és az E19.625458; és az N46.596087 és az E19.644294; és az N46.609325 és az E19.471926; és az N46.603027 és az E19.478501; és az N46.634476 és az E19.527839; és az N46.665317 és az E19.805388; és az N46.468762 és az E19.850466; és az N46.3632 és az E19.8754; és az N46.568135 és az E19.629595; és az N46.593654 és az E19.64934; és az N46.569787 és az E19.692051; és az N46.584928 és az E19.675551; és az N46.567552 és az E19.679839; és az N46.474649 és az E19.866126; és az N46.628228 és az E19.548682; és az N46.469738 és az E19.8422; és az N46.630573 és az E19.536706; és az N46.544216 és az E19.717363; és az N46.63177 és az E19.603322; és az N46.626579 és az E19.65275; és az N46.406722 és az E19.864139;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.555731 és az E19.786764; és az N46.516493 és az E19.760571; és az N46.411634 és az E19.883893; és az N46.546378 és az E19.790214; és az N46.484255 és az E19.792816; és az N46.615774 és az E19.51889; és az N46.56963889 és az E19.62801111; és az N46.55130833 és az E19.67718611; és az N46.580685 és az E19.591378; és az N46.675178 és az E19.500865; és az N46.674795 és az E19.501413; és az N46.672415 és az E19.497671; és az N46.52703 és az E19.75514; és az N46.623383 és az E19.435333; és az N46.55115 és az E19.67295; és az N46.59707 és az E19.45574; és az N46.65772 és az E19.525666; és az N46.593111 és az E19.492923; és az N46.639516 és az E19.542544; és az N46.594811 és az E19.803715; és az N46.58072 és az E19.74044; és az N46.57636389 és az E19.58059444; és az N46.620021 és az E19.552464; és az N46.546323 és az E19.712534; és az N46.3869556 és az E19.77618056; és az N46.676398 és az E19.505054; és az N46.58072 és az E19.74044; és az N46.6109778 és az E19.88599722; és az N46.665379 és az E19.489808; és az N46.496419 és az E19.911004; és az N46.551986 és az E19.79999; és az N46.46118056 és az E19.71168333; és az N46.48898611 és az E19.88049444; és az N46.53697222, és az E19.68341111; és az N46.591604, és az E19.49531; és az N46.5171417 és az E19.67016111; és az N46.5158, és az E19.67768889; és az N46.52391944 és az E19.68843889; és az N46.53138889 és az E19.62005556; és az N46.52827778 és az E19.64308333; és az N46.533121 és az E19.518341; és az N46.574084 és az E19.740144; és az N46.553554 és az E19.75765;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.657184 és az E19.531355; és az N46.5618333 és az E19.76470278; és az N46.551673 és az E19.491094; és az N46.551723 és az N19.779836; és az N46.603375, és az E19.90755278; és az N46.547736, és az E19.535668; és az N46.544789 és az E19.516968; és az N46.550743 és az E19.496889; és az N46.5480417 és az E19.786794; és az N46,47774167 és az E19,86573056; és az N46.57903611 és az E19.72372222; és az N46.590227, E19.710753; és az N46.521458 és az E19.642231; és az N46.579435 és E19.464347; és az N46.616864 és az E19.548472; és az N46.50325556 és az E19.64926389; és az N46.518133 és az E19.6784; és az N46.4061972 és az E19.73322778; és az N46.674375, és az E19.496807; és ez N46.675336, és az E19.498997; és az N46.5460333 és az E19.77916944; és az N46.38947 és az E19.858711; és az N46.382844 és az E19.86408; és az N46.484193 és az E19.69385; és az N46.52626111 és az E19.64352778; és az N46,5886056 és az E19,88189167; és az N46.500159 és az E19.655886; és az N46.5957889 és az E 19.87722778; és az N46.589767 és az E19.753633; és az N46.558306 és az E19.465675; és az N46.4271417 és az E19.8205528; és az N46.569808 és az E19.437804; és az N46.445379 és az E19.649848; és az N46.5264361 és az E19.63094722; és az N46.5185167 és az E19.664775; és az N46.5247472 és az E19.63145833; és az N46.514667 és az E19.629611; és az N46.65375 és az E19.53113; és az N46.5916083 és az E19.5920389; és az N46.59794444 és az E19.46591667; és az N46.6007389 és az E19.5426556; és az N46.6204 és az E19.8007; és az N46.5321778 és az E19.67289444;</p>	

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.402 és az E19.73983333; és az N46.603106 és az E19.782067; és az N46.544109 és az E19.688508; és az N46.559392 és az E19.768362; és az N46.539064 és az E19.419259; és az N46.224517 és az E19.412833; és az N46.344569 és az E19.405611; és az N46.562451 és az E19.471582; és az N46.422366 és az E19.759126; és az N46.226815 és az E19.397141; valamint az N46.443688 és az E19.643344 GPS koordináták által meghatározott pontok körüli 3 km sugarú körön belül eső területei.</p>	
<p>Az alábbi GPS koordináták által meghatározott pontok körüli 10 km sugarú körön belül eső területek a védőkörzeti területek kivételével: az N46.268418 és az E19.573609; és az N46.229847 és az E19.619350; és az N46.241335; és az E19.555281; és az N46.244069 és az E19.555064; és az N46.287484 és az E19.563459; és az N46.224517 és az E19.412833; és az N46.344569 és az E19.405611; valamint az N46.226815 és az E19.397141 GPS-koordináták által meghatározott pontok körüli 10 km sugarú körön belül eső területei a védőkörzet kivételével, valamint az alábbiak által behatárolt területe: 5309-es út — 53-as út — 5402-es út — 5408-as út — Bács-Kiskun és Csongrád megye határa — Magyarország és Szerbia határa — 53-as út — 55-ös út — 5312-es út — 5412-es út — Tinódi utca — Kopolyai út</p>	1.3.2017
<p>Bács-Kiskun megyének az N46.224517 és az E19.412833, és az N46.344569 és az E19.405611, az N46.226815 és az E19.397141 GPS-koordináták által meghatározott pontok körüli 3 km sugarú körön belül eső területei</p>	21.2.2017 a 1.3.2017
<p>Az alábbi GPS koordináták által meghatározott pontok körüli 10 km sugarú körön belül eső területek: N46.304572 és az E19.771922; és az N46.342783 és az E19.802446; és az N46.339714 és az E19.808507; és az N46.342763 és az E19.88699; és az N46.3632 és az E19.8752; és az N46.362391 és az E19.889445; és az N46.391883 és az E19.893881; és az N46.475176 és az E20.000298; és az N46.485451 és az E20.027345; és az N46.496419 és az E19.911004; és az N46.516606 és az E19.886638; és az N46.523853 és az E19.885318; és az N46.533444 és az E19.868219;</p>	15.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>és az N46.535252 és az E19.808912; és az N46.533851 és az E19.811515; és az N46.540227 és az E19.816115; és az N46.5381 és az E19.8205; és az N46.5411 és az E19.8313; és az N46.543419 és az E19.866035; és az N46.557763 és az E19.901849; és az N46.544052 és az E19.968252; valamint az N46.552536 és az E19.970554</p>	
<p>Jász-Nagykun-Szolnok, Bács-Kiskun, valamint Csongrád megyének az N46.853433 és az E20.139858; és az N46,82681 és az E20,12392 GPS-koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei</p>	13.2.2017
<p>Csongrád megyének az N46,385753 és az E20,27167 GPS-koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei</p>	14.2.2017
<p>Bács-Kiskun megyének az N46.931868 és az E19.519266 GPS-koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei, valamint az alábbiak által határolt terület: 5301-es út — 5303-as út — 5305-ös út — Pest-Bács-Kiskun megyehatár- 44-es út — 54-es út — E75-ös út — 52-es út</p>	15.2.2017
<p>Hajdú-Bihar és Békés megyének az N47,021168 és az E21,283025 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei</p>	11.2.2017
<p>Békés és Hajdú-Bihar megyének az N46,995519 és az E21,175782 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei</p>	12.2.2017
<p>Csongrád és Békés megyének a védőkörzet vonatkozásában meghatározott részén kívüli, az N46.711812, és az E20.486882 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei</p>	20.2.2017
<p>Csongrád és Békés megyének az N46,711812, és az E20,486882 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei</p>	9.2.2017 a 20.2.2017
<p>Bács-Kiskun és Tolna megyének a védőkörzet vonatkozásában meghatározott részén kívüli, az N46.254465, E18.963625 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei</p>	13.3.2017
<p>Bács-Kiskun és Tolna megyének az N46.254465, E18.963625 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei</p>	4.3.2017 a 13.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Győr-Moson-Sopron megyének a védőkörzet vonatkozásában meghatározott részén kívüli, az N47.813889, E17.493333 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei	19.2.2017
Győr-Moson-Sopron megyének az N47.813889, E17.493333 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei	11.2.2017 a 19.2.2017
Veszprém megyének az N47.291639, E17.577593 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei	14.3.2017
Veszprém megyének a védőkörzet vonatkozásában meghatározott részén kívüli, az N47.291639, E17.577593 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei	5.3.2017 a 14.3.2017
Jász-Nagykun-Szolnok megyének a védőkörzet vonatkozásában meghatározott területen kívüli, az N46.994149 és az E20.378305 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 10 km sugarú körön belül eső területei	3.3.2017
Jász-Nagykun-Szolnok megyének az N46.994149 és az E20.378305 GPS koordináták által meghatározott pont körüli 3 km sugarú körön belül eső területei	23.2.2017 a 3.3.2017

Estado-Membro: Áustria

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Schützen am Gebirge Donnerskirchen Oggau am Neusiedler See Mörbisch am See Siegendorf Klingenbach Zagersdorf Wulkaprodersdorf Trausdorf an der Wulka Eisenstadt	17.2.2017
St. Margarethen im Burgenland Rust Oslip	17.2.2017

Estado-Membro: Polónia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>Poczynając od skrzyżowania ulic: Północnej, Skwierzyńskiej i Czereśniowej, w miejscowości Karnin (obręb Osiedle Poznański), obszar biegnie w kierunku północno — wschodnim, wzdłuż ul. Skwierzyńskiej, a następnie kierunek zmienia się na południowo-wschodnim, i granica biegnie w tym kierunku do skrzyżowania ulic Topolowej i Łubinowej. Następnie, w tym samym kierunku, linia obszaru biegnie wzdłuż ul. Łubinowej, do ul. Daliowej. Następnie, pod kątem prostym, granica obszaru skręca w kierunku południowo-zachodnim, wzdłuż ul. Daliowej do ul. Krupczyńskiej. Następnie linia granicy idzie wzdłuż ul. Krupczyńskiej i w połowie odcinka, pomiędzy ulicą Konwaliową i Chabrową, idzie w kierunku torów kolejowych i ul. Słonecznikowej. Następnie linia granicy w tym samym kierunku przecina ul. Tulipanową oraz drogę ekspresową S3, idąc skrajem lasu, do ul. Kwiatu paproci. Następnie, granica obszaru biegnie wzdłuż ulicy Kwiatu paproci do dojazdu pożarowego nr 23 w kierunku południowym, przecinając dojazd pożarowy nr 11. Następnie, linia granicy skręca w kierunku południowo — zachodnim, w kierunku jeziora Glinik, do drogi utwardzonej. Następnie, idąc w kierunku południowym wzdłuż ww. drogi, linia granicy biegnie do skrzyżowania z drogą idącą w kierunku Orzelca. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północno — zachodnim, do granic wschodnich miejscowości Orzelec, przy wschodnich granicach miejscowości Orzelec linia granicy skręca w kierunku południowym w dukt leśny. Duktem leśnym linia granicy idzie w kierunku zachodnim, aż do ul. Księżycowej w miejscowości Dzierśławice. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż ul. Księżycowej, w kierunku północnym, i pod skosem skręca w kierunku północno — zachodnim do miejscowości Dzierśławice, do drogi krajowej nr 22. Następnie, w miejscowości Dzierśławice, linia granicy idzie wzdłuż drogi krajowej nr 22 aż do skraju lasu (po lewej stronie drogi jest miejscowość Prądociń). Następnie linia granicy biegnie skrajem lasu aż do miejscowości Łagodzin, wzdłuż ul. Magicznej, dalej: ul. Przyjaznej i do skrzyżowania z ulicami Sulęcińska (miasto Gorzów), Łagodna, Dobra, Bratnia i Przyjazna, tj. dochodzi do granic miejscowości Gorzów i gminy Deszczno, w kierunku północnym. Następnie linia granicy skręca w kierunku północno — zachodnim, wzdłuż ul. Skromnej, zachowując ten kierunek biegnie dalej i przechodzi w ul. Łagodzińską, w kierunku drogi ekspresowej S 3, przecinając ją, do ul. Poznańskiej w Gorzowie Wielkopolskim. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż ul. Poznańskiej do skrzyżowania z ulicą Gruntową. Następnie, wzdłuż ul. Gruntowej linia granicy biegnie do końca istniejącej zabudowy, po czym skręca w kierunku południowo — wschodnim, do granic miasta Gorzowa, gminy Deszczno. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północno — wschodnim, wzdłuż granicy powiatu Gorzowskiego i Miasta Gorzów, i następnie, zmieniając kierunek na południowo — wschodnim, linia granicy biegnie do ul. Skwierzyńskiej w miejscowości Karnin (obręb Osiedle Poznańskie).</p>	9.2.2017 a 17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>Poczynając od miejscowości Maszewo, ul. Prosta, linia granicy biegnie w kierunku zachodnim, wzdłuż ul. Prostej do zbiegu z ul. Kolonijną, będącą przedłużeniem ul. Prostej. U zbiegu tych ulic linia granicy skręca w kierunku południowym przez tereny rolne, do zakrętu drogi gruntowej, będącej przedłużeniem ul. Zacisze w miejscowości Glinik. Następnie linia granicy skręca w kierunku południowo-zachodnim, do skraju lasu. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż krawędzi lasu, do miejsca, w którym las przedzielony jest drogą utwardzoną, i dalej, w kierunku południowo — wschodnim, przebiega do ul. Południowej, w miejscowości Glinik. Następnie linia granicy idzie w kierunku południowo-zachodnim do skrzyżowania drogi gruntowej z duktem leśnym. Następnie linia granicy skręca w kierunku południowym w las, do drogi utwardzonej, w północnej części miejscowości Orzelec. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż drogi utwardzonej w kierunku północno — wschodnim, do wschodniej strony miejscowości Orzelec, i następnie biegnie lasem, w kierunku południowym, przecinając linię energetyczną. By następnie dalej lasem, skrócić w kierunku południowo-zachodnim, do drogi krajowej nr 22. Następnie linia granicy przecina drogę krajową w kierunku zachodnim, idąc do wschodniej części miejscowości Kiełpin. Następnie linia granicy przebiega w kierunku północnym, przez wschodnią część miejscowości Kiełpin i dalej biegnie, w kierunku północno — zachodnim, do granic powiatów: Gorzowskiego i Sulęcińskiego, do południowo — zachodniej części miejscowości Płonica. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż miejscowości Płonica, drogą, do miejscowości Dzierżów. Następnie, w miejscowości Dzierżów, przy Kościele, skręca w kierunku północno — wschodnim, do ulicy Platynowej, a następnie biegnie wzdłuż drogi, do ulicy Leśnej. Następnie ulica Leśną, linia granicy biegnie w kierunku północnym do skraju lasu, a następnie, w kierunku północno wschodnim, biegnie wzdłuż nieczynnej linii kolejowej do drogi krajowej nr 22. Następnie linia skręca w kierunku południowym, wzdłuż drogi krajowej nr 22, do skrzyżowania z ulicą Bratnią, stanowiącą wjazd do miejscowości Łagodzin. Następnie linia przebiega w kierunku północno-wschodnim, idąc wzdłuż ulicy Bratniej, do skraju lasu, i następnie skręca w kierunku południowo-wschodnim, idąc skrajem lasu, mijając ul. Pomocną, idzie do ul. Przyjaznej w miejscowości Łagodzin. Następnie, w miejscowości Łagodzin, biegnie ul. Przyjazną w kierunku południowym, w kierunku ul. Tajemniczej. Następnie linia granicy skręca w kierunku wschodnim, i biegnie ulicą Tajemniczą do skrzyżowania ulic Tajemnicza, Spokojna i Zagrodowa. Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym ulicą Zagrodową (droga utwardzona), i następnie biegnie w kierunku wschodnim, do drogi dojazdowej do posesji Zagrodowa 6. Następnie, od posesji, linia granicy biegnie w kierunku południowo-wschodnim, aż do ulicy Niebieskiej, przecinając ulicę Letnią. Następnie linia granicy w dalszym ciągu biegnie w kierunku południowo — wschodnim, do ulicy Granitowej, w miejscowości Maszewo, w połowie odcinka pomiędzy ul. Niebieską a Prosta. Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym, do ul. Prostej, skąd zaczęto opis.</p>	9.2.2017 a 17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>Poczynając od skrzyżowania ulic: Północnej, Skwierzyńskiej i Czeresniowej, w miejscowości Karnin (obręb Osiedle Poznańskie), obszar biegnie w kierunku północno -wschodnim, wzdłuż ul. Skwierzyńskiej, a następnie kierunek zmienia się na południowo — wschodni i granica biegnie w tym kierunku do skrzyżowania ulic Topolowej i Łubinowej. Następnie, w tym samym kierunku, linia obszaru biegnie wzdłuż ul. Łubinowej, do ul. Daliowej. Następnie, pod kątem prostym, granica obszaru skręca w kierunku południowo — zachodnim, wzdłuż ul. Daliowej do ul. Krupczyńskiej. Następnie linia granicy idzie wzdłuż ul. Krupczyńskiej i w połowie odcinka, pomiędzy ulic ą Konwaliową i Chabrową, idzie w kierunku torów kolejowych i ul. Słonecznikowej. Następnie linia granicy w tym samym kierunku przecina ul. Tulipanową oraz drogę ekspresową S 3, idąc skrajem lasu, do ul. Kwiatu Paproci. Następnie, granica obszaru biegnie wzdłuż ulicy Kwiatu Paproci do dojazdu pożarowego nr 23 w kierunku południowym, przecinając dojazd pożarowy nr 11. Następnie, linia granicy skręca w kierunku południowo — zachodnim, w kierunku jeziora Glinik, do drogi utwardzonej. Następnie, idąc w kierunku południowym wzdłuż ww. drogi, linia granicy biegnie do skrzyżowania z linią energetyczną, po czym biegnie w kierunku północno — zachodnim, wzdłuż południowych granic miejscowości Orzelec. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północno — zachodnim do skraju lasu, oddalonego o ok. 250 m od zabudowy mieszkalnej znajdującej się w miejscowości Bolemin. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż skraju lasu, po jego północnej części, do drogi krajowej nr 22, po czym skręca w kierunku północnym i biegnie wzdłuż drogi krajowej nr 22, mijając zachodu miejscowości Dzierśławice oraz Międzyzlesie, do skrzyżowania drogi krajowej nr 22 z drogami na miejscowości: Krasowiec i Białołocie. Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku północnym, aż do skraju lasu, z prawej strony drogi krajowej nr 22, w kierunku Gorzowa Wlkp. (po lewej stronie drogi jest miejscowość Prądociń). Następnie linia granicy biegnie skrajem lasu aż do miejscowości Łagodzin, wzdłuż ul. Magicznej, dalej ul. Przyjaznej i do skrzyżowania z ulicami Sulęcińska (miasto Gorzów Wlkp.), Łagodna, Dobra, Bratnia i Przyjazna, tj. dochodzi do granic miasta Gorzów Wlkp. i gminy Deszczno, w kierunku północnym. Następnie linia granicy skręca w kierunku północno — zachodnim, wzdłuż ul. Skromnej, zachowując ten kierunek biegnie dalej i przechodzi w ul. Łagodzińską, w kierunku drogi ekspresowej S3, przecinając ją, do ul. Poznańskiej w Gorzowie Wlkp. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż ul. Poznańskiej do skrzyżowania z ulicą Gruntową. Następnie, wzdłuż ul. Gruntowej linia granicy biegnie do końca istniejącej zabudowy, po czym skręca w kierunku południowo — wschodnim, do granic miasta Gorzowa Wlkp., gminy Deszczno. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północno — wschodnim, wzdłuż granicy powiatu gorzowskiego i miasta Gorzów Wlkp. i następnie, zmieniając kierunek na południowo — wschodni, linia granicy biegnie do ul. Skwierzyńskiej w miejscowości Karnin (obręb Osiedle Poznańskie).</p>	9.2.2017 a 17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>Poczynając od skrzyżowania ulicy Łubinowej z Topolową w miejscowości Deszczno idąc w kierunku północnym około 30 metrów, linia skręca w kierunku wschodnim przy posesji Topolowa 10 potem linia przecina sieć energetyczną i zmierza w kierunku punktu granicznego oddziałów leśnych nr 19 i 20 Nadleśnictwa Skwierzyna, następnie linia przebiega ulicą Borkowską w miejscowości Brzozowiec i dalej ulicą Borkowską do skrzyżowania z ulicą Gorzowską. Następnie w tym samym kierunku (południowym) wchodzi w ulicę Szkolną i dochodzi do skrzyżowania z ulicą Leśną. Dalej linia biegnie wzdłuż ulicy Leśnej przechodząc przez tory PKP relacji Gorzów Wlkp.- Skwierzyna, dochodząc wzdłuż ulicy Przejazdowej do rozwidlenia ulic i dalej zmienia kierunek na południowo-zachodni wchodząc w las do drogi ekspresowej S3, po czym przecina punkt oddziału leśnego nr 89, 90, 110 i 111 oraz 113, 112, 135 i 134, następnie nr 138, 139, 182 i 183 i następnie skręca w kierunku północno-zachodnim do przecięcia punktu oddziału leśnego nr 119,120,142 i 143 i dalej do oddziałów nr 82, 83, 102, 103. Następnie biegnie wzdłuż oddziałów 82 i 83 biegnąc w tym samym kierunku do łuku drogi powiatowej nr 1397F rozdzielającej miejscowości Orzelec i Bolemin. Dalej w kierunku północnym do miejscowości Orzelec przy skrzyżowaniu z drogą osiedlową w Orzelcu a drogą w kierunku miejscowości Dzierzawice. Następnie linia przebiega pomiędzy zabudowaniami w miejscowości Dzierzawice o numerach 11 i 12 a następnie do skrzyżowania ulic: Dzierzawickiej i Kolonijnej. Potem linia graniczna obszaru przebiega wzdłuż Kolonijnej do skrzyżowania z ulicą Kolonijną w Białobłociu (droga powiatowa nr 1395F) między posesjami nr 37 i 10 wzdłuż granicy obrębu Białobłocie i Glinik do ulicy Karnińskiej przy posesji nr 7 w Gliniku. Dalej linia biegnie w kierunku północno — wschodnim do ulicy Niebieskiej 4 w Deszcznie, następnie wzdłuż ulicy Niebieskiej około 150 metrów w kierunku posesji nr 2, a następnie zmienia kierunek przecinając drogę ekspresową S 3 w kierunku skrzyżowania ulic Lubuska i Leśna przy posesji Lubuska 49 w Deszcznie (pod linią graniczną numeracja posesji rośnie) w kierunku na Skwierzynę, a następnie linia przechodząc przez posesję Lubuska 45, linia biegnie do punktu rozpoczęcia opisu.</p>	9.2.2017 a 17.2.2017
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>Poczynając od skrzyżowania ulic: Lubuskiej i Skwierzyńskiej w Deszcznie linia biegnie wzdłuż ulicy Skwierzyńskiej w kierunku północno — wschodnim do ulicy Wietrznej w Osiedlu Poznańskim, następnie ulicą Wietrzną za posesję nr 96 w kierunku ulicy Skwierzyńskiej przy posesjach nr 44 i 45 przecina ulicę Brzozową między posesjami nr 36 i 37, następnie biegnie w kierunku północno-wschodnim w kierunku skrzyżowania ulic Olchowa i Nowa, a następnie zmienia kierunek na wschód i biegnie pomiędzy posesjami nr 71 i 72 w miejscowości Borek do skrzyżowania drogi leśnej ze zjazdem na posesję nr 75 w m. Borek. Następnie linia przebiega w kierunku południowo-wschodnim do punktu granicznego oddziałów leśnych nr 9,10,15 i 16 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia biegnie łukiem w kierunku południowym przez las do punktu między oddziałami nr 21, 22, 27 i 28 oraz dalej do skrzyżowania ulicy: Gajowej z ulicą Nad Wałem oraz drogą powiatową nr 1398F w Brzozowcu. Potem w kierunku południowo-wschodnim do posesji nr 8 pomiędzy ulicami Nad Wałem i Borkowską do załamania linii energetycznej, a następnie przebiega pomiędzy posesjami nr 25b i 26a w Brzozowcu (ulica Polna). Następnie linia idzie w kierunku południowozachodnim przecinając linie kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Skwierzyna oraz drogę relacji Gorzów Wlkp.- Skwierzyna — (ul. Gorzowska). Następnie linia biegnie dalej w tym samym kierunku do punktu oddziałowego nr 65 i 66 po czym zmienia kierunek do punktu oddziałowego nr 89-90, 110-111 w linii do punktu nr 92,93,113 i 114, następnie do punktu nr 74, 75, 95, 96, by przeciąć w północnej części jezioro Glinik. Dalej linia biegnie do punktu oddziałowego nr 53, 54, 77, 78 oraz do punktu nr 38, 39 przecinając drogę powiatową 1397F. Dalej przebiega wzdłuż granic oddziałów nr 38,39 do skraju lasu. Potem linia wchodzi ze skraju lasu w ulicę Słowiczą i przebieg wzdłuż ulicy Słowiczej w kierunku północno-zachodnim do skrzyżowania z drogą. Następnie biegnie do skrzyżowania z ulicą Sikorkową i do Kukułczej. Potem biegnie w kierunku północnozachodnim w linii prostej do ulicy Niebieskiej w Deszcznie przy posesji nr 5 i dalej w kierunku północnowschodnim wzdłuż posesji ul. Niebieska 5 przecina drogę ekspresowa S 3 oraz linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Krzyż i dalej w kierunku do punktu początku opisu</p>	9. 2.2017 a 17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania ulicy Osiedlowej z ulicą Wylotową w miejscowości Ciecierzycze granica obszaru będzie, w kierunku północno-wschodnim, do skrzyżowania ulicy Siewnej i ulicy Spacerowej w tej miejscowości. Następnie granica w dalszym ciągu będzie w kierunku północno-wschodnim, przecinając rzekę Wartę, do skrzyżowania drogi powiatowej 1365F z drogą prowadzącą do posesji nr 128 i 127 w miejscowości Janczewo. Dalej granica odbija i będzie w kierunku południowo-wschodnim, od zachodu omijając Stare Polichno i dochodzi do drogi powiatowej nr 1351F. Następnie będzie wzdłuż drogi powiatowej 1351F do skrzyżowania z drogą powiatową nr 1352F, w miejscowości Gościno. Następnie linia granicy zmienia kierunek i będzie w kierunku południowo-zachodnim, przecinając rzekę Wartę, do skrzyżowania ulic Borkowska i Gorzowska, w miejscowości Brzozowiec. Dalej granica będzie w kierunku północno-zachodnim, ulicą Gorzowską, do ulicy Krupczyńskiej w miejscowości Deszczno. Następnie, wzdłuż ulicy Krupczyńskiej granica będzie do skrzyżowania z ulicą Daliową, po czym zmienia kierunek na północno-zachodni i będzie do skrzyżowania ulicy Brzozowa z ulicą Nową (Osiedle Poznańskie). Potem granica zmienia kierunek na północno-wschodni i będzie do przecięcia punktu oddziału leśnego nr 5, 4. Następnie będzie w kierunku północnym do skrzyżowania ulic Osiedlowa i Wylotowa w miejscowości Ciecierzycze, skąd rozpoczęto opis</p>	16.2.2017 a 24.2.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania ulicy Skwierzyńskiej z ulicą Wiśniową (Osiedle Poznańskie) linia granicy będzie w kierunku wschodnim, do skrzyżowania ulicy Nowej i ulicy Pogodnej (Osiedle Poznańskie), po czym zmienia kierunek na południowo-wschodni i przecinając bieg linii energetycznej, będzie do przecięcia oddziału leśnego nr 19, 22 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy kieruje się po łuku, w kierunku południowym, omijając od zachodu miejscowość Brzozowiec, przecina linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Skwierzyna, i będzie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 31, 32, 44, 45. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowo-zachodni, przecina drogę ekspresową S3 i dociera do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 73, 74, 94, 95, następnie przecina od północy jezioro Glinik i kieruje się do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 77, 78 97, 98 po czym zmienia kierunek na północno-zachodni, dociera do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 41, 42, 57. Następnie linia granicy będzie wciąż w tym samym kierunku, północno-zachodnim, do punktu załamania się linii biegu sieci energetycznej w miejscowości Białobłocie. Następnie będzie wzdłuż linii energetycznej, w kierunku północnym, do punktu przecięcia tej linii z ulicą Łagodzińską w Gorzowie Wlkp. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na wschodni i będzie do przecięcia ulic Gruntowej i Poznańskiej w Gorzowie Wlkp., a następnie będzie w tym samym kierunku do skrzyżowania ulic Skwierzyńskiej i Wiśniowej, skąd rozpoczęto opis.</p>	16.2.2017 a 24.2.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania ulic Poznańskiej z Niziną w mieście Gorzów Wielkopolski granica obszaru będzie w kierunku wschodnim, do skrzyżowania ulic Dworskiej ze Strażacką. Następnie linia granicy zmienia kierunek na południowo-wschodni i będzie wzdłuż ulicy Strażackiej w miejscowości Karnin (droga powiatowa 1400F) do skrzyżowania z ulicą Świetlaną w miejscowości Karnin. Dalej granica będzie w tym samym kierunku w linii prostej do skrzyżowania ulicy Skwierzyńskiej z ulicą Czereśniową w miejscowości Osiedle Poznańskie. Następnie zmienia kierunek na południe i będzie do skrzyżowania ulic Lubuskiej i Krupczyńskiej w miejscowości Deszczno. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i będzie w kierunku południowo — zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 38, 39 (Nadleśnictwo Skwierzyna) przecinając drogę ekspresową S3. Dalej granica będzie w kierunku zachodnim do skrzyżowania drogi krajowej nr 22 z drogą gminną na wysokości posesji nr 102 w miejscowości Bolemin. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i będzie w kierunku północno — zachodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1396F z ulicą Leśną w miejscowości Prądocin. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i będzie w kierunku północnym do skrzyżowania ulic Głównej z ulicą Kobaltową w miejscowości Ulim. Potem zmienia kierunek na północno-wschodni i będzie do skrzyżowania ulicy Podgórznej z ulicą Kukułczą w mieście Gorzów Wielkopolski (Zawarcie). Następnie będzie w kierunku wschodnim do skrzyżowania ulicy Poznańskiej z ulicą Niziną w mieście Gorzów Wielkopolski, gdzie kończy się opis.</p>	22.2.2017 a 2.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania drogi powiatowej nr 1414F z drogą polną przy posesji nr 46 w miejscowości Brzeźno granica obszaru biegnie w kierunku północno — wschodnim do skrzyżowania dróg powiatowych nr 1414F i 1419F. Następnie granica dalej biegnie w kierunku północno — wschodnim przez oddziały leśne nr 6, 5, 4 do punktu przecięcia obszaru leśnego nr 3, 4, 14, 15 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowo-wschodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 37, 38, 87, 88 (Nadleśnictwo Bogdaniec). W tym miejscu granica zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowym do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 232, 233, 272, 273 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowo-zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 388, 389 skraj lasu (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 279,280, 348, 349 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Tutaj granica zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północno — zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 143, 144, 191, 192 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku północnym do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 48, 49 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie biegnie w kierunku północno — wschodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1414F z drogą polną przy posesji nr 46 w miejscowości Brzeźno, gdzie kończy się opis</p>	1.3.2017 a 9.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu na moście na rzece Noteć w miejscowości Santok linia granicy obszaru biegnie w kierunku południowo-wschodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1401F z drogą prowadzącą do posesji nr 13 w miejscowości Nowe Poichno. W tym miejscu granica zmienia swój kierunek na południowy i biegnie przecinając drogi wojewódzkie nr 158 i 159, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 80,81,112,113 (nadleśnictwo Karwin). Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowo-zachodnim, przecinając drogę wojewódzką nr 159, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1352 f z drogą prowadzącą do posesji nr 27 w miejscowości Dobrojewo. Dalej linia granicy biegnie w kierunku południowo-zachodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1351 F z drogą prowadzącą do posesji nr 12 i 13 w miejscowości Gościnowo. W tym miejscu linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północno-zachodnim, przecinając rzekę Wartę, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 8,9,14,15(Nadleśnictwo Skwierzyna), po czym biegnie w kierunku północnym, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1398F z drogą prowadzącą do posesji nr 78 w miejscowości Borek. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północnym, do 66-go kilometra na rzece Warta, gdzie zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie wzdłuż rzeki Warty. Następnie linia granicy przebiega wzdłuż dolnego biegu rzeki Noteć do mostu. Skąd rozpoczął opis.</p>	1.3.2017 a 9.3.2017
<p>W województwie lubuskim: Rozpoczynając od punktu przecięcia działek katastralnych nr 398, 397 w miejscowości Santok z działkami katastralnymi nr 88 i 81 w miejscowości Stare Polichno linia granicy biegnie w kierunku południowo-wschodnim, po łuku, do przecięcia działek katastralnych nr 182, 202, 121/1 w miejscowości Nowe Polichno. Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym do skrzyżowania drogi wojewódzkiej nr 158 z drogą wojewódzką nr 159, po czym lekko się załamuje i biegnie po łuku do punktu na drodze nr 159 na wysokości posesji nr 23 w miejscowości Dobrojewo. Następnie linia granicy biegnie wzdłuż drogi wojewódzkiej nr 159, do skrzyżowania tej drogi wojewódzkiej z drogą powiatową nr 1352F, po czym zmienia kierunek na południowo-zachodni, i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1351F z drogą gminną nr 004911F. Następnie linia granicy zmienia kierunek na zachodni i biegnie, przecinając rzekę Wartę, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 22, 23, 28, 29 (Nadleśnictwo Skwierzyna). W tym miejscu linia granicy zmienia swój kierunek na północny i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 8, 9, 14, 15 (Nadleśnictwo Skwierzyna), po czym biegnie w tym samym kierunku, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 217/1 w miejscowości Górki z działką katastralną 250/3 w miejscowości Borek i działką katastralną nr 290 w miejscowości Ciecierzycy. Następnie linia granicy zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie, po łuku, do przecięcia działek katastralnych nr 398, 397 w miejscowości Santok z działkami katastralnymi nr 88 i 81 w miejscowości Stare Polichno, skąd rozpoczął opis.</p>	1.3.2017 a 9.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu przecięcia drogi powiatowej nr 1282F z drogą prowadzącą do posesji nr 14 w miejscowości Koszęcin linia granicy biegnie w kierunku północnym do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 18, 23 (Nadleśnictwo Lubniewice), po czym skręca w kierunku wschodnim i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 17, 22, 23. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowy i biegnie od skrzyżowania ulicy Platynowej z drogą polną, przy posesji 3B w miejscowości Dzierżów. Następnie linia granicy załamuje się i biegnie w kierunku południowo — wschodnim, po łuku, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1395F z drogą prowadzącą między posesjami nr 23 i 25 w miejscowości Krasowiec. Następnie linia granicy dalej biegnie w tym samym kierunku, do drogi gminnej 001321F, przy posesji nr 89 w miejscowości Bolemin, po czym zmienia kierunek na południowy i biegnie, przecinając drogę powiatową nr 1397F, do punktu przesunięcia oddziału leśnego nr 49, 50, 72, 73 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy biegnie w kierunku zachodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 54, 55, 78, 79 (Nadleśnictwo Lubniewice), po czym zmienia kierunek na północno-zachodni, omija od północy miejscowość Rudnica, i biegnie do skrzyżowania drogi kolejowej z ulicą Lubuską w miejscowości Rudnica. Następnie linia granicy biegnie w kierunku zachodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 32, 33, 39 (Nadleśnictwo Lubniewice). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północny i biegnie do punktu przecięcia działki katastralnej nr 173, 201, 202, po czym dalej w kierunku północnym, przecinając rzekę Wartę, biegnie do punktu przecięcia działki katastralnej nr 142/4, 142/5 w miejscowości Chwałowice. Po czym dalej na północ do skrzyżowania dróg gminnych nr 000416F i 000414F, a następnie zmienia swój kierunek na wschodni i biegnie do punktu początkowego, skąd rozpoczęto opis.</p>	8.3.2017 a 16.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu przecięcia działki katastralnej nr 410, 405, 404 w miejscowości Santok, linia granicy biegnie w kierunku wschodnim, przecinając rzekę Noteć, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 9, 11/1, 11/2 w miejscowości Stare Polichno. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowo-wschodni i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1401F z drogą prowadzącą do posesji nr 13 w miejscowości Małe Polichno. Dalej linia granicy biegnie w kierunku południowo-wschodnim, po łuku, przecinając drogę wojewódzką nr 158, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 20, 21, 48, 49 (Nadleśnictwo Karwin), po czym załamuje się i biegnie w kierunku południowym, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 112, 113, 146, 147 (Nadleśnictwo Karwin). Następnie linia granicy biegnie w kierunku zachodnim, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 336, 288, 289 w miejscowości Gościnowo, po czym biegnie dalej w tym samym kierunku, po łuku, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 202, 194/6, 195/7 w miejscowości Warcin. Następnie linia granicy zmienia kierunek na północno-zachodni i biegnie, przecinając rzekę Wartę do skrzyżowania drogi gminnej nr 001328F z drogą prowadzącą do posesji 85, 83a, 83 w miejscowości Borek, po czym zmienia kierunek na północny, i biegnie do punktu przecięcia działki katastralnej nr 212, 213, 200 w miejscowości Santok, po czym biegnie, przecinając rzekę Wartę i drogę wojewódzką nr 158, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 410, 405, 404 w miejscowości Santok, skąd rozpoczęto opis.</p>	8.3.2017 a 16.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania dróg gminnych nr 001343F i 001341F w miejscowości Ulim, granica obszaru biegnie w kierunku południowo-wschodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 13, 14, 20, 21 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na południowy i biegnie po łuku, przecinając drogę krajową nr 22 oraz drogę powiatową nr 1395F między posesjami nr 6 i 4 w miejscowości Białobłocie, do skrzyżowania dróg na wysokości posesji nr 44 w miejscowości Białobłocie. Następnie linia granicy załamuje się i dalej biegnie w kierunku południowym, przecinając drogę krajową nr 22, drogę powiatową nr 1397F, Kanał Kiełpiński, omijając od strony północnej zabudowania miejscowości Kiełpin, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 54, 77, 78 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Tutaj linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północnozachodnim do punktu przecięcia działki katastralnej nr 77/1, 88/1, 80 w miejscowości Łąków. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północny i biegnie, przecinając Kanał Bema, rzekę Wartę, do skrzyżowania drogi gminnej nr 000414F z drogą prowadzącą do posesji nr 80 w miejscowości Chwałowice. Następnie linia granicy biegnie po łuku dalej w kierunku północnym, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1393F z drogą przebiegającą obok posesji nr 75 w miejscowości Chwałowice. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie, przecinając rzekę Wartę, w kierunku północno-wschodnim, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 310, 299, 205 w miejscowości Ulim przy drodze gminnej nr 001349F. Tutaj linia granicy zmienia swój kierunek na kierunek wschodni i biegnie do skrzyżowania dróg gminnych nr 001343F i 001341F w miejscowości Ulim, skąd rozpoczęto opis.</p>	8.3.2017 a 16.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od 52 kilometra drogi wojewódzkiej nr 22 w miejscowości Krasowiec, linia granicy obszaru biegnie po łuku w kierunku południowo-wschodnim, do skrzyżowania drogi gminnej nr 001320F z drogą prowadzącą do drogi gminnej nr 001318F. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku południowym do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1397F z drogą gminną nr 001318F. Następnie, po łuku, linia granicy biegnie omijając od strony zachodniej większość zabudowań miejscowości Orzelec, do punktu przecięcia nr 101, 102, 123, 124 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy załamuje się i biegnie dalej w kierunku południowym, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 221, 222, 253, 254 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy zmienia kierunek na zachodni i biegnie, przecinając drogę krajową nr 22, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 115, 116, 138, 139 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy zmienia kierunek na północny i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1282F z drogą prowadzącą do posesji nr 14A w miejscowości Rudnica. Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku północnym do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1282F z drogą powiatową nr 1397F w miejscowości Płonica. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północno-wschodni i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1395F z drogą prowadzącą do posesji nr 48 w miejscowości Krasowiec. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na wschodni i biegnie do 52 kilometra drogi wojewódzkiej nr 22 w miejscowości Krasowiec, skąd rozpoczęto opis.</p>	8.3.2017 a 16.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu przecięcia oddziału leśnego nr 370, 371, 389, 390 (Nadleśnictwo Międzychód) linia granicy obszaru biegnie w kierunku wschodnim przecinając drogę wojewódzką nr 192, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 386, 407, 408 (Nadleśnictwo Międzychód). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku południowym, przecinając drogę gminną nr 004313F, oddział leśny nr 431 (Nadleśnictwo Międzychód), do skrzyżowania drogi krajowej nr 24 z drogą powiatową nr 1323F. Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku południowym, przecinając linię kolejową, oddziały leśne Nadleśnictwa Międzychód, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 519, 520, 528, 529 (Nadleśnictwo Międzychód). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku zachodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1327F z drogą gminną nr 004305F w miejscowości Lubikowo. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północny i biegnie po łuku przecinając drogę krajową nr 24 na wysokości wjazdu do miejscowości Przytoczna, obejmując całą miejscowość Przytoczna. Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku północnym nad zbiornikiem wodnym „Nadolno”, obejmując cały ten zbiornik. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na wschodni i biegnie po łuku, omijając od strony południowej zabudowania miejscowości Dębówko, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 370, 371, 389, 390 (Nadleśnictwo Międzychód), skąd rozpoczęto opis. Miejscowości znajdujące się w obszarze zapowietrzonym — w gminie Przytoczna: Przytoczna, Goraj, Lubikowo.</p>	4.2.2017 a 12.2.2017
<p>W województwie opolskim: teren ograniczony: od strony południowej: od przecięcia torów kolejowych z ulicą Strzelecką w miejscowości Domaszowice następnie do skrzyżowania z drogą krajową nr 42 stąd ulicą lipową łączącą miejscowość Wielolękę i Międzybrodzie (z wyłączeniem tych miejscowości) do Duczowa Małego, aż do krzyżowania z drogą krajową nr 42; od strony wschodniej: w linii prostej od torów kolejowych w kierunku sołectwa Duczów Mały łącznie z tą miejscowością, a dalej poprzez miejscowość Duczów Wielki (łącznie z nią) do sołectwa Świniary Małe; od strony północnej: od Świniar Małych drogą do miejscowości Polkowskie łącznie z tą miejscowością, a dalej w linii prostej do drogi Strzelce -Woskowice Górne; od strony zachodniej wzdłuż drogi Woskowice Górne-Strzelce do drogi nr 42 i tą drogą do północnych granic administracyjnych Domaszowic do ul. Strzeleckiej.</p>	1.2.2017 a 9.2.2017
<p>W województwie dolnośląskim: teren ograniczony: od strony wschodniej: szczytami Kamień Wielki, Kościelny Las w kierunku ulicy 1 go Maja do skrzyżowania z drogą na ul. Jakubowice, następnie wzdłuż tej drogi do wyciągu narciarskiego, następnie szczyt Świni Grzbiet do granicy państwa w kierunku Wzgórza Bluszczowa; od strony południowej: od granicy Kudowa Słone Nachod, 1,5 km od szczytu Ptasznica w kierunku północnym do skrzyżowania drogi nr 8 z drogą na Dańczów; od strony zachodniej i północnej: od Wzgórza Bluszczowa wzdłuż granicy państwa do przejścia Kudowa Słone Nachod. W obszarze zapowietrzonym znajdują się następujące miejscowości: Kudowa Zdrój (z wyłączeniem ul. Pstrężna, ul. Bukowiny, ul. Jakubowice), część zachodnia Jeleniowa do skrzyżowania z drogą na Dańczów.</p>	2.2.2017 a 10.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie małopolskim: od strony południowej: z Parku Miejskiego w Skawinie (gm. Skawina) — od Starorzecza Skawinki wzdłuż ciek wodnego biegnącego w kierunku południowym w kierunku ul. Spacerowej i dalej wzdłuż tego ciek w kierunku południowo — wschodnim a następnie wschodnim do wschodniej granicy administracyjnej Skawiny. Wzdłuż tej granicy w kierunku północnym i dalej wzdłuż granicy administracyjnej miejscowości Brzyczyna (gm. Mogilany) w kierunku północno — wschodnim i północnym do potoku Rzepnik. Wzdłuż tego potoku w kierunku północnym przez ok. 600 m i dalej w kierunku wschodnim wzdłuż ciek wodnego przez Brzyczynę do wschodniej granicy administracyjnej tej miejscowości; od strony wschodniej: od ciek wodnego w miejscowości Brzyczyna w kierunku północnym wzdłuż wschodniej granicy administracyjnej tej miejscowości i dalej wzdłuż drogi gminnej nr 600684 K (ul. Słonecznej) w Libertowie (gm. Mogilany) do drogi powiatowej nr 2174 K (ul. Jana Pawła II). Następnie wzdłuż tej drogi w kierunku zachodnim do granicy administracyjnej Krakowa i dalej wzdłuż tej granicy do ul. Libertowskiej w Krakowie. Ul. Libertowską, następnie ul. Leona Petrażyckiego przez ok. 150 m w kierunku wschodnim i dalej w kierunku północnym drogą lokalną do linii kolejowej nr 94 (Kraków Płaszów — Oświęcim). Wzdłuż tej linii kolejowej do ul. Biskupa Albina Małysiaka i dalej tą ulicą w kierunku zachodnim i północnym przez ok. 1 400 m, a następnie drogą lokalną (gruntową) w kierunku północno — zachodnim przez ok. 500 m — do ul. Spacerowej. Od strony północnej: ulicami: Spacerową, Doktora Józefa Babińskiego, Skotnicką, Aleksandra Brücknera, Dąbrowa, Obrony Tyńca do zachodniej granicy kompleksu leśnego (w Bielańsko — Tynieckim Parku Krajobrazowym); od strony zachodniej: od ul. Obrońców Tyńca zachodnią granicą kompleksu leśnego do ul. Bogucianka i dalej w kierunku południowo — zachodnim i południowym do północnej granicy administracyjnej Skawiny. Następnie wzdłuż tej granicy do rzeki Skawinki i dalej wzdłuż tej rzeki do Parku Miejskiego w Skawinie — do ciek wodnego biegnącego do Starorzecza Skawinki.</p>	2.2.2017 a 10.2.2017
<p>W województwie wielkopolskim: teren ograniczony: od północnego-wschodu: od punktu przy skrzyżowaniu drogi wojewódzkiej 449 z ulicą Akacjową w Rojowie, biegnąc dalej ulicami Wrocławską, Hurtową, Pogodną w Olszynie, do skrzyżowania z drogą gminną w miejscowości Olszyna przy posesjach 100 i 101; od wschodu: od skrzyżowania z drogą gminną w miejscowości Olszyna przy posesjach 100 i 101, wschodnią granicą Olszyny w linii prostej w kierunku Ignacowa do skrzyżowania dróg w Ignacowie z drogą biegnącą na Marcinki; od strony południowej: od skrzyżowania dróg w Ignacowie z drogą biegnącą na Marcinki w kierunku Kobyłej Góry przez południową granicę miasta w linii prostej skrzyżowania dróg w Myślniewie następnie w linii prostej do lasu i dalej duktami leśnymi do rzeki Złotnica; od strony zachodniej: od rzeki Złotnica poprzez dukty leśne do granicy lasu, dalej w linii prostej do punktu początkowego.</p>	9.2.2017 a 17.2.2017
<p>W województwie mazowieckim: w powiecie żyrardowskim w gminie Wiskitki miejscowości: Popielarnia, Kamionka, Miedniewice, Nowa Wieś, Hipolitów W województwie łódzkim teren miejscowości: Wola Szydłowiecka w gminie Bolimów na odcinku od granicy powiatu od strony wschodniej do drogi tartacznej na zachodzie, oraz miejscowość Józefów od numeru 1 do numeru 5 włącznie</p>	10.2.2017 a 18.2.2017
<p>W województwie lubuskim na zachodzie od przecięcia się drogi S-3 z drogą nr 278 w kierunku północnym wzdłuż drogi S-3 do wysokości miejscowości Dębinka, a następnie na wschód wzdłuż drogi gminnej do miejscowości Brzezcie i dalej na wschód do skrzyżowania z drogą Buków — Sulechów i dalej w kierunku południowym do skrzyżowania z linią kolejową, a następnie w kierunku wschodnim do drogi Łęgowo — Sulechów i dalej w kierunku południowym do drogi nr 32, a następnie łukiem do drogi nr 278 i dalej na zachód łukiem do drogi nr 3 i S-3, a następnie wzdłuż drogi S-3 do miejsca wyjścia. W obszarze zapowietrzonym znajdują się następujące miejscowości położone w gminie Sulechów: Sulechów, Kręzoły, Oblotne, Kruszyna, Brzezcie k. Sulechowa, Dębinka;</p>	16.2.2017 a 25.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie wielkopolskim od wschodu: linią biegnącą od punktu skrzyżowania drogi gruntowej Kozie Laski — Sątopy z ul. Szkolną w Sątopach, dalej wzdłuż ul. Szkolnej i Dworcowej w Sątopach drogą gminną w kierunku miejscowości Cicha Góra do punktu jej skrzyżowania z drogą wojewódzką 308; — od południa: linią biegnącą od punktu skrzyżowania drogi wojewódzkiej 308 z drogą gminną Sątopy — Cicha Góra, dalej w kierunku południowym wzdłuż drogi gminnej Sątopy- Cicha Góra, do punktu przecięcia tej drogi z kanałem stanowiącym dopływ rzeki Szarki, i dalej wzdłuż tego kanału stanowiącego dopływ rzeki Szarki aż do punktu jego przecięcia z drogą gminną Nowy Tomyśl — Paproć. Dalej drogą gminną Paproć — Nowy Tomyśl, do punktu skrzyżowania z drogą gminną Paproć — Chojniki. Dalej wzdłuż drogi gminnej Paproć — Chojniki do punktu jej skrzyżowania z drogą wojewódzką 305; — od zachodu: linią biegnącą od punktu skrzyżowania drogi gminnej Paproć-Chojniki z drogą wojewódzką 305, wzdłuż drogi wojewódzkiej 305 do ronda przy ulicy Kolejowej w Nowym Tomyślu, dalej w kierunku zachodnim od tego ronda wzdłuż drogi wojewódzkiej 305 do punktu jej przecięcia z rzeką Szarką. Dalej wzdłuż rzeki Szarki w kierunku północnym przez Glinno, aż do punktu dopływu wschodniego kanału do rzeki Szarki (tj. okolice Glińskie Góry 150); — od północy: linią biegnącą od punktu dopływu wschodniego kanału do rzeki Szarki (okolice Glińskie Góry 150), wzdłuż tego wschodniego kanału rzeki Szarki, do punktu przecięcia tego kanału z ul. Kwiatową w Starym Tomyślu. Dalej wzdłuż ul. Kwiatowej w Starym Tomyślu, do punktu skrzyżowania z drogą gruntową biegnącą w kierunku miejscowości Kozie Laski, do punktu jej skrzyżowania z ul. Wiatrakową w Starym Tomyślu, i dalej tą drogą gruntową w kierunku miejscowości Sątopy, prosto przez skrzyżowanie z ul. Powstańców Wielkopolskich w Starym Tomyślu, aż do punktu skrzyżowania tej drogi gruntowej Kozie Laski-Sątopy, z ul. Szkolną w Sątopach.</p>	20.2.2017 a 28.2.2017
<p>W województwie warmińsko-mazurskim od północy — północną granicą miejscowości Woryty — od wschodu — zachodnią granicą miejscowości Łajsy — od południa — północną linią brzegową jeziora Guzowy Piec — od zachodu — wschodnią granicą miejscowości Zdrojek</p>	21. 2.2017 a 1.3.2017
<p>W województwie małopolskim od strony północnej: od potoku Rudno wzdłuż północnej granicy administracyjnej miejscowości Poręba Żegoty (gm. Alwernia) i Alwernia (gm. Alwernia) do linii kolejowej; od strony zachodniej: od północnej granicy administracyjnej Alwerni wzdłuż linii kolejowej w kierunku południowym do miejscowości Okleśna (gm. Alwernia) — do drogi gruntowej (duktu leśnego) i dalej wzdłuż tej drogi ok. 0,3 km do ul. Nowowiejskiej. Następnie ulicami: Nowowiejską, Orawską w Okleśnej, Wapienną, Radosną w Podłężu (gm. Alwernia) i dalej w kierunku południowo — wschodnim drogą lokalną przez las do południowej granicy administracyjnej miejscowości Mirów (gm. Alwernia); od strony południowej: wzdłuż południowej i południowo — wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Mirów, południowo — wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Brodła (gm. Alwernia) — do cieku wodnego biegnącego w kierunku północnym przez Brodła i dalej wzdłuż tego cieku wodnego ok. 1,2 km do potoku Rudno; od strony wschodniej: wzdłuż potoku Rudno — od cieku wodnego biegnącego przez Brodła do północnej granicy administracyjnej miejscowości Poręba Żegoty.</p>	21.2.2017 a 1.3.2017
<p>W województwie podkarpackim obszar miejscowości: Łapajówka, Żurawiczki, Zarzecze, Pełnatycze, Rożniatów, Siennów — w gminie Zarzecze oraz miejscowości Krzeczowice, Bóbrka Kańczudzka, Pantalowice — w gminie Kańczuga — powiat przeworski i wyznacza się jego granice w następujący sposób: Od strony północnej od skrzyżowania drogi nr 1605 R z drogą 1604 R. Następnie granica obszaru biegnie wzdłuż tej drogi do skrzyżowania z drogą nr 1617 R w miejscowości Zarzecze. Następnie w kierunku wschodnim wzdłuż drogi 1617 R do skrzyżowania z drogą 1619 R. Następnie w kierunku południowo-wschodnim wzdłuż drogi 1619 R do skrzyżowania tej drogi „koło młyna” z drogą w kierunku zachodnim w kierunku przysiółka Pełnatycze Parcelacja, do wysokości budynku Pełnatycze nr 209, następnie w kierunku południowym drogą gruntową do granicy powiatu przeworskiego i jarosławskiego. Następnie wzdłuż tej granicy do skrzyżowania z drogą 881, dalej wzdłuż tej drogi w kierunku północnym do miejscowości Pantalowice do skrzyżowania z rzeką Pantalówką, następnie wzdłuż koryta tej rzeki w kierunku północno-wschodnim a dalej północnym, północno-wschodnim do przecięcia z drogą 1605 R w miejscowości Bóbrka Kańczudzka, dalej w kierunku północnym wzdłuż tej drogi do skrzyżowania z drogą 1604 R w okolicach miejscowości Żurawiczki.</p>	22.2.2017 a 3.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>W mieście Gorzów Wielkopolski punktem początkowym linii obszaru zagrożonego jest Rondo Marszałka Piłsudskiego, gdzie linia przebiega w kierunku północno-wschodnim, i biegnąc w tym kierunku zostawia z prawej strony cmentarz wojenny, przecina ul. Walczaka i omija elektrociepłownię Gorzów z północy. Następnie, biegnąc w kierunku wschodnim, linia obszaru przechodzi przez drogę krajową nr 22 i od strony północnej mija miejscowość Wawrów, a następnie — idąc tym samym kierunkiem, przecina drogę wojewódzką nr 158, z prawej strony mijając składowisko żużla elektrociepłowni Gorzów. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku południowo-wschodnim, do torów kolejowych relacji Krzyż — Kostrzyn. Następnie przebiega w kierunku północno — wschodnim, do drogi wojewódzkiej nr 158, pomiędzy rzekami Warta i Noteć, po czym zmienia swój kierunek, idąc w kierunku południowo — wschodnim, wzdłuż drogi nr 158, omijając z lewej strony rezerwat Santockie zakole oraz rzekę Wartę. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku południowym, po zachodniej stronie mijając Stare Polichno i skręca do skraju lasu, do ul. Szkolnej. Następnie linia obszaru biegnie wzdłuż skraju lasu, i w tym samym kierunku do miejscowości Murzynowo. Następnie, w kierunku południowo-zachodnim przecina rzekę Wartę, linię kolejową Gorzów — Skwierzyna oraz drogę ekspresową S 3, wchodząc w las. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku południowo — zachodnim, lasem, przecina drogę krajową nr 24, dalej biegnie łukiem w kierunku zachodnim do jeziora Lubniewka. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku północno-zachodnim, przez drogę krajową nr 22 i następnie łukiem, w kierunku północno-zachodnim, do miejsca gdzie kończy się las, przy przecięciu rzeki Lubniewka i ul. Sulęcińskiej w miejscowości Kołczyn. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku północnym, mijając od strony zachodniej miejscowość Chwałowice, Lubczyno, a następnie po okręgu biegnie w kierunku północno — wschodnim, przecinając drogę ekspresową nr S 3 oraz linię kolejową Krzyż — Kostrzyn by dalej iść w kierunku północno — wschodnim. Następnie linia obszaru biegnie do węzła drogowego S 3 z drogą wojewódzką 132 i biegnie w kierunku północnowschodnim ulicą Kostrzyńską. Następnie, w kierunku północnym, linia obszaru biegnie ulicą Dobrą, gdzie na wysokości ulicy Brukselskiej skręca w kierunku wschodnim, z północnej strony mijając rezerwat Gorzowskie murawy. Następnie linia biegnie w tym samym kierunku, do ronda zbiegu ulic Myśluborska, Niemcewiczka i Olimpijska, i dalej w tym samym kierunku do ul. Marcinkowskiego. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku wschodnim, przez ul. Dunikowskiego, do ul. Fredry, gdzie zmienia swój kierunek. Następnie linia obszaru biegnie wzdłuż ul. Fredry, w kierunku wschodnim, do ulicy Słowiańskiej. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku północno — wschodnim, wzdłuż ul. Słowiańskiej, Roosevelta, Andrzejewskiego, do ronda Józefa Piłsudskiego, gdzie kończy się opis.</p>	17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p data-bbox="108 315 395 344">W województwie lubuskim:</p> <p data-bbox="108 412 775 441">Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p data-bbox="108 508 1165 1238">Punktem początkowym linii obszaru zagrożonego jest Rondo Sybiraków w Gorzowie Wielkopolskim. Linia biegnie następnie w kierunku południowo-wschodnim w kierunku miejscowości Czechów, wzdłuż linii energetycznej wysokiego napięcia, do zachodnich części miejscowości Czechów. Następnie linia obszaru omija miejscowość Czechów od strony północnej i biegnie w kierunku południowo — wschodnim do miejscowości Borek, przez łąki, pastwiska i nieużytki. Następnie linia biegnie w kierunku południowym, w kierunku Trzebiszewa i przecina linię kolejową Gorzów — Skwierzyna oraz drogę ekspresową S3, wchodząc w las. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku południowo-zachodnim oraz zachodnim, obok rezerwatu Janie, im. Włodzimierza Korsaka, mijając go z prawej strony. Następnie linia obszaru przecina drogę wojewódzką nr 46, biegnąc w kierunku północno — zachodnim, mijając z prawej strony miejscowości Rogi. Następnie idzie w dalszym ciągu w kierunku północno — zachodnim, przecinając drogę krajową nr 22, a następnie powiatową 1278f. W tym miejscu kończy się las. Następnie, biegnąc w tym samym kierunku północno-zachodnim, linia obszaru mija z prawej strony miejscowość Dębokierz, i dalej biegnąc w tym samym kierunku, przecina rzekę Lubniewkę przez Wartę i dochodzi do miejscowości Krzyszczyńska. Następnie linia obszaru przebiega w kierunku północnym, mijając z lewej strony miejscowości: Krzyszczyzna, Jeniniec, Kwiatkowice. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku północnowschodnim, przez tory kolejowe Krzyż-Kostrzyn oraz droga wojewódzką nr 132, pomiędzy miejscowościami Łupowo i Jenin. Następnie linia obszaru, biegnąc dalej w kierunku północno — wschodnim, po południowej stronie mija miejscowość Łupowo. Biegnąc dalej w tym samym kierunku lasem, mija z lewej strony oczyszczalnię ścieków w obrębie miejscowości Chruścik. Następnie, linia obszaru biegnąc w tym samym kierunku, przecina obwodnicę miasta Gorzowa Wielkopolskiego (S 3), biegnie przez ul. Dobrą, przecina ul. Myśluborską, wchodząc w ul. Kamienną. Następnie linia obszaru, idąc wzdłuż ul. Kamiennej, z prawej strony mija cmentarz komunalny oraz osiedle Piaski, i wchodzi w ulice Górczyńską. Następnie linia obszaru przebiega w kierunku wschodnim, wzdłuż ul. Górczyńskiej, przecina ul. Walczaka, a następnie idzie wzdłuż ulicy Biezarzyna, a następnie zmienia kierunek na południowy i biegnie wzdłuż ulicy Łukasińskiego do ronda przy ul. Podmiejskiej — Sybiraków.</p>	17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>Punktem początkowym linii obszaru zagrożonego jest Rondo Marszałka Józefa Piłsudskiego, gdzie linia przebiega w kierunku północno — wschodnim, i biegnąc w tym kierunku zostawia z prawej strony cmentarz wojenny, przecina ul. Walczaka i omija Elektrociepłownię Gorzów z północy. Następnie, biegnąc w kierunku wschodnim, linia obszaru przechodzi przez drogę krajową nr 22 i od strony północnej mija miejscowość Wawrów, a następnie — idąc tym samym kierunkiem, przecina drogę wojewódzką nr 158, z prawej strony mijając składowisko żużla Elektrociepłowni Gorzów. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku południowo — wschodnim, do torów kolejowych relacji Krzyż — Kostrzyn. Następnie przebiega w kierunku północno — wschodnim, do drogi wojewódzkiej nr 158, pomiędzy rzekami Warta i Noteć, po czym zmienia swój kierunek, idąc w kierunku południowo — wschodnim, wzdłuż drogi nr 158, omijając z lewej strony rezerwat przyrody „Santockie Zakole” oraz rzekę Wartę. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku południowym, po zachodniej stronie mijając Stare Polichno i skręca do skraju lasu, do ul. Szkolnej. Następnie linia obszaru biegnie wzdłuż skraju lasu i w tym samym kierunku do miejscowości Murzynowo. Następnie, w kierunku południowo — zachodnim przecina rzekę Wartę, linię kolejową Gorzów — Skwierzyna oraz drogę ekspresową S 3, wchodząc w las. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku południowo- zachodnim, lasem, przecina drogę krajową nr 24, dalej biegnie łukiem w kierunku zachodnim do jeziora Lubniewka. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku północno — zachodnim, przez drogę krajową nr 22 i następnie łukiem, w kierunku północno — zachodnim, do miejsca gdzie kończy się las, przy przecięciu rzeki Lubniewka i ul. Sulęcińskiej w miejscowości Kołczyn. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku północnym, mijając od strony zachodniej miejscowość Chwałowice, Lubczyno, a następnie po okręgu biegnie w kierunku północno — wschodnim, przecinając drogę ekspresową nr S3 oraz linię kolejową Krzyż — Kostrzyn by dalej iść w kierunku północno — wschodnim. Następnie linia obszaru biegnie do węzła drogowego S 3 z drogą wojewódzką 132 i biegnie w kierunku północno — wschodnim ulicą Kostrzyńską. Następnie, w kierunku północnym, linia obszaru biegnie ulicą Dobrą, gdzie na wysokości ulicy Brukselskiej skręca w kierunku wschodnim, z północnej strony mijając rezerwat przyrody „Gorzowskie Murawy”. Następnie linia biegnie w tym samym kierunku, do ronda zbiegu ulic Myśluborska, Niemcewiczka i Olimpijska, i dalej w tym samym kierunku do ul. Marcinkowskiego. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku wschodnim, przez ul. Dunikowskiego, do ul. Fredry, gdzie zmienia swój kierunek. Następnie linia obszaru biegnie wzdłuż ul. Fredry, w kierunku wschodnim, do ulicy Słowiańskiej. Następnie linia obszaru biegnie w kierunku północno — wschodnim, wzdłuż ul. Słowiańskiej, Roosevelta, Andrzejewskiego, do Ronda Marszałka Józefa Piłsudskiego.</p>	17.2.2017
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>Poczynając od Ronda Sybiraków w Gorzowie Wlkp. granica biegnie w kierunku wschodnim omijając od południa miejscowość Wawrów i Janczewo dalej prosto w kierunku wschodnim omija od północy ostatnie zabudowania miejscowości Górki, tu skręca w kierunku miejscowości Santok, do drogi wojewódzkiej 158 z ulicą Gorzowską w Santoku. Dalej drogą wojewódzką 158 do Starego Polichna aż do skrzyżowania z drogą wojewódzką 159. Tu przez oddziały leśne (Nadleśnictwo Karwin) do punktu między oddziałami leśnymi nr 79,80, 111 i 112, tu na południe wzdłuż linii oddziałowych aż do punktu między oddziałami leśnymi nr 314, 315, 325 i 326. Od tego punktu lekko skręcając przecina kolejne oddziały leśne aż do skrzyżowania dróg wojewódzkich nr 159 i 199. Dalej skręca na południowy zachód do obwodnicy zachodniej Skwierzyny, następnie do punktu między oddziałami 381, 382, 420 i 421 (Nadleśnictwo Skwierzyna), lekko załamując się przecina kolejne oddziały leśne do kolejnego załamania w punkcie między oddziałami leśnymi nr 460, 461, 488 i 489. Od tego punktu na zachód oddziały leśne do kolejnego punktu między oddziałami nr 251, 252, 301 i 302 (Nadleśnictwo Lubniewice). Granica skręca na północny — zachód przecinając skrzyżowanie dróg krajowych 24 i 22 (Wałdowice) biegnie oddziałami leśnymi do punktu między oddziałami leśnymi nr 30, 31, 58 i 59. Tu skręca na północ linią oddziałową poprzez Łaków dalej prosto do rzeki Warta na wysokości miejscowości Koszęcin. Dalej wzdłuż rzeki Warta do granicy miasta Gorzów Wlkp. Od granicy miasta Gorzów Wlkp. do skrzyżowania ulicy Kostrzyńskiej i Alei 11 Listopada, dalej tą ulicą i wzdłuż ulicy Władysława Sikorskiego do ulicy Warszawskiej do Ronda Santockiego. Od Ronda Santockiego ulicą Podmiejską aż do Ronda Sybiraków, gdzie kończy się opis.</p>	17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim:</p> <p>Obszar ograniczony granicą przebiegająca w następujący sposób:</p> <p>Poczynając od skrzyżowania ulic Bierzarina i Łukasińskiego w Gorzowie Wlkp. granica biegnie w kierunku wschodnim do załamania linii wysokiego napięcia. Wzdłuż linii wysokiego napięcia omija miejscowość Wawrów od północy do przecięcia się z linią energetyczną biegnącą z północy na południe. Od przecięcia się linii energetycznych, granica biegnie w kierunku wschodnim przecinając miejscowość Janczewo aż do skrzyżowania drogi wojewódzkiej 158 z drogą powiatową 1405F. Dalej drogą wojewódzką 158 do miejscowości Gralewo. Na wysokości posesji nr 1b w Gralewie granica zbacza z drogi wojewódzkiej 138 i biegnie przez posesje 54 i 53 dalej prosto przecinając linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Krzyż i dalej prosto do zachodniej granicy miejscowości Ludziszawice. Od załamania drogi powiatowej 1401F i skrzyżowania z drogą polną granica skręca na południe przecinając drogę wojewódzką 158 do punktu między oddziałami leśnymi nr 20, 21, 48, 49 (Nadleśnictwo Karwin). Dalej na południe wzdłuż linii oddziałowych aż do punktu między oddziałami leśnymi nr 313, 314, 324, 325, od tego punktu granica skręca na południowy zachód przez oddziały leśne do oddziału leśnego nr 425 stycznego z rzeką Wartą. Następnie biegnie w kierunku obwodnicy zachodniej Skwierzyny. Tu skręca do kolejnego załamania między oddziałami leśnymi nr 385, 386, 424, 425 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Od tego punktu biegnie na zachód przecinając oddziały leśne do kolejnego załamania w punkcie między oddziałami leśnymi nr 361, 362, 403, 404, dalej załamuje się przecinając kolejne oddziały leśne do punktu między oddziałami nr 190, 191, 236, 237. Tu skręca na północny zachód do skrzyżowania dróg krajowych nr 22 i 24. Dalej na północ omijając od wschodu miejscowość Rudnica, granica biegnie dalej na północ omijając od zachodu osadę Altona, od zachodu miejscowość Płonica, od zachodu miejscowość Koszęcin aż do rzeki Warta na wysokości miejscowości Ulim, dalej wzdłuż rzeki Warty do granicy miasta Gorzów Wlkp. Od granicy miasta na rzece Warta na północ do skrzyżowania ulic Kostrzyńskiej i Warzywnej. Tu skręca w ulicę Kostrzyńską, dalej Aleją 11 Listopada i ulicą gen. Władysława Sikorskiego, dalej ulicą Estkowskiego do Ronda Kosynierów Gdynskich, od Ronda dalej ulicą Łokietka do ulicy Jarosława Dąbrowskiego. Następnie ulicą Dąbrowskiego na północ do skrzyżowania z ulicą 30 Stycznia skręca i biegnie ulicą 30 Stycznia do ulicy Drzymały. Następnie przecinając Park Siemiradzkiego do skrzyżowania ulic Piłsudskiego i Widok. Dalej biegnie ulicą Walczaka poprzez Rondo Ofiar Katyńia do Ronda Gdańskiego. Tutaj skręca w ulicę Bierzarina i biegnie do skrzyżowania ulic Bierzarina i Łukasińskiego, gdzie kończy się opis</p>	17.2.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od Ronda Gdańskiego w Gorzowie Wlkp., granica biegnie w kierunku północno-wschodnim, wzdłuż ulicy Walczaka (Droga Krajowa nr 22), do skrzyżowania drogi powiatowej 1406F (ul. Parkowa) z Drogą Krajową nr 22, po czym biegnie dalej w kierunku północno-wschodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 566, 579 (Nadleśnictwo Kłodawa). Następnie granica biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 596, 597, 609, 610, po czym zmienia kierunek na wschodni i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 635, 636, 649, 650. Dalej linia granicy biegnie w kierunku południowo-wschodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 663, 664, 677 i 678, po czym zmienia kierunek i, przecinając drogę nr 1402F, biegnie łukiem omijając od strony zachodniej miejscowości Brzezinka, Górczyna, Lipki Wielkie, przecinając drogę wojewódzką nr 158 do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 12, 13 (Nadleśnictwo Karwin). Następnie linia biegnie w kierunku południowym, wzdłuż granicy obszarów leśnych do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 102, 103, 135, 136 (Nadleśnictwo Karwin), po czym dalej w kierunku południowym biegnie do punktu przecięcia obszaru leśnego 300, 301, 137, 138. Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym, po łuku, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 360, 361, 421, 422, po czym biegnie wzdłuż granicy oddziałów leśnych do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 425 i 364. Dalej, przecinając rzekę Wartę, granica biegnie w kierunku południowo-zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 192, 223, 222. Następnie linia granicy zmienia kierunek, i biegnie w kierunku zachodnim, przecinając drogę ekspresową S3, wzdłuż granic oddziałów leśnych, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 205, 206, 237, 238. Tutaj linia granicy zmienia swój kierunek i zaczyna biec w kierunku północno-zachodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 187, 186. Dalej linia granicy biegnie w kierunku północno-zachodnim, po łuku, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 103, 104, 125, 126, po czym dalej w tym samym kierunku biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 60, 61, 85, 86. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północno-zachodnim, dalej po łuku, do skrzyżowania ulicy Leśnej z drogą powiatową nr 1396F, w miejscowości Prądocin. W tym miejscu granica zmienia kierunek i biegnie w kierunku północnym, przecinając las, a następnie drogę ekspresową S3 w Gorzowie Wlkp. (Zamoście) do skrzyżowania ulicy Śląskiej z ulicą Polną. Następnie linia granicy załamuje się w kierunku północnym i biegnie do skrzyżowania ulicy Jagiełły i ulicy Drzymały, po czym wzdłuż ulicy Drzymały biegnie do skrzyżowania z ulicą 30 stycznia. W tym miejscu linia granicy zmienia swój kierunek na północno-wschód, przecina Park Siemiradzkiego i biegnie do skrzyżowania ulicy Walczaka z ulicą Piłsudskiego. Od tego miejsca linia granicy biegnie w kierunku północno-wschodnim wzdłuż ul. Walczaka do Ronda Gdańskiego, skąd rozpoczęto opis</p>	24.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim rozpoczynając od skrzyżowania ulic Bierzanina i Łukasińskiego w Gorzowie Wlkp., linia granicy biegnie w kierunku wschodnim, omijając od północy miejscowość Wawrów, do skrzyżowania ulicy Owocowej z drogą wojewódzkiej nr 158 w miejscowości Janczewo. Następnie, biegnąc po łuku w kierunku południowo-wschodnim, linia granicy omija od zachodu miejscowość Gralewo i biegnie do skrzyżowania drogi wojewódzkiej nr 158 z ulicą Gorzowską w miejscowości Santok. Następnie linia granicy biegnie, w kierunku południowo-wschodnim, wzdłuż drogi nr 158, przebiega przez miejscowość Stare Polichno i dalej wzdłuż drogi wojewódzkiej 158 biegnie do skrzyżowania z drogą wojewódzką nr 159. Następnie linia granicy załamuje się i biegnie w kierunku południowym, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 310, 311, 317, 318, po czym zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowo-zachodnim, przecinając drogę wojewódzką nr 159, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 339 i 341 (Nadleśnictwo Karwin). Następnie linia granicy biegnie w tym samym kierunku, przecinając rzekę Wartę, drogę ekspresową S3, drogę krajową nr 24, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 303, 304, 339, 340 (Nadleśnictwo Skwierzyna). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na zachodni, i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 349, 350, 391, 392 (Nadleśnictwa Skwierzyna), po czym dalej w kierunku zachodnim biegnie wzdłuż granic oddziałów leśnych, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 362, 363, 404, 405 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy zmienia kierunek na północno-zachodni i biegnie do skrzyżowania dróg krajowych nr 24, 22, po czym w dalszym ciągu biegnie w kierunku północno-zachodnim, do przecięcia oddziału leśnego nr 31, 32 (skraj lasu). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północny, przecina rzekę Wartę, omija od zachodu miejscowość Jerzyki i biegnie do przecięcia drogi ekspresowej S3 z drogą wojewódzką 132 w Gorzowie Wlkp. Następnie linia granicy załamuje się i biegnie w kierunku północno-wschodnim, przecinając Aleję Konstytucji 3 Maja, do skrzyżowania ulicy Wyszyńskiego i Alei Odrodzenia Polski (rondo Stefana Wyszyńskiego). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na wschodni i biegnie, przecinając ulicę Walczaka, do skrzyżowania ulicy Bierzanina i ulicy Łukasińskiego, skąd rozpoczęto opis</p>	24.2.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od skrzyżowania ulicy Ariańskiej z ulicą Owocową w mieście Gorzów Wielkopolski granica obszaru biegnie w kierunku wschodnim do skrzyżowania ulic Szarych Szeregów i Sosnkowskiego w mieście Gorzów Wielkopolski. Dalej linia granicy biegnie w kierunku wschodnim w linii prostej do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1406F z ulicą Osiedle Bermudy w miejscowości Wawrów. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na kierunek południowo — wschodni i biegnie do skrzyżowania drogi wojewódzkiej nr 158 z ulicą Orzechową w miejscowości Janczewo. Dalej biegnie w tym samym kierunku (południowo-wschodni) do skrzyżowania ulicy Szkolnej z ulicą Gorzowską (droga powiatowa 1365F) w miejscowości Santok. Następnie zmienia swój kierunek i biegnie przecinając rzekę Wartę w kierunku południowym do skrzyżowania dróg powiatowych nr 1352F i 1351F w miejscowości Gościnowo. Następnie zmienia swój kierunek i biegnie przecinając rzekę Wartę, sieć energetyczną, drogę ekspresową S 3 w kierunku południowo — zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 170, 171, 197, 198 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Potem linia granicy zmienia kierunek na zachodni, przecina drogę krajową nr 24 i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 287, 288, 320, 321 (Nadleśnictwo Skwierzyna), dalej wzdłuż granic oddziałów leśnych do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 180, 181, 192, 193 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek, przecina drogi krajowe nr 22 i 24 i biegnie w kierunku północno — zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 36, 37, 4 41 (Nadleśnictwo Lubniewice). Dalej linia granicy zmienia swój kierunek przecinając rzekę Wartę, biegnie w kierunku północnym do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1393F z drogą gminna przy posesji nr 26 w miejscowości Chwałowice. Następnie w tym samym kierunku (północnym) linia granicy biegnie do skrzyżowania drogi wojewódzkiej nr 132 z ulicą Nową w miejscowości Jenin. W tym miejscu granica zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku północno — wschodnim do przecięcia się drogi ekspresowej S3 z drogą wojewódzką nr 130 w miejscowości Gorzów Wielkopolski. Od tego miejsca linia granicy biegnie w kierunku północno — wschodnim do skrzyżowania ulicy Ariańskiej z ulicą Owocową w miejscowości Gorzów Wielkopolski, gdzie kończy się opis.</p>	2.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu przecięcia oddziału leśnego nr 275, 276 na północy (nadleśnictwo Różańsko) granica obszaru biegnie w kierunku wschodnim do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1420F z drogą gminna między posesjami nr 29 i 95A w miejscowości Staw, następnie w kierunku południowo — wschodnim wzdłuż drogi powiatowej nr 1420F do skrzyżowania z drogą powiatową nr 1422F. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie wzdłuż drogi powiatowej nr 1422F w kierunku wschodnim do granicy powiatu gorzowskiego (Województwo Lubuskie) i powiatu myśliborskiego (Województwo zachodniopomorskie). Następnie od północy linia granicy biegnie wzdłuż granicy powiatu gorzowskiego i myśliborskiego do punktu przecięcia na północy oddziału leśnego nr 462, 463 (nadleśnictwo Różańsko). Tutaj granica zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowym do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 26, 27, 74, 75 (nadleśnictwo Bogdaniec). Dalej granica biegnie w kierunku południowym wzdłuż granic oddziałów leśnych do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 261, 262, 303, 304 (nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowo — zachodnim omijając od strony zachodniej miejscowość Marwice do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 585, 586, 589, 590 (nadleśnictwo Bogdaniec). Dalej w kierunku południowo — zachodnim linia granicy omija od strony zachodniej miejscowość Raclaw i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 697, 698, 727, 728 (nadleśnictwo Bogdaniec). Następnie granica zmienia kierunek i biegnie w kierunku południowo — zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 736, 737, 764, 765 (nadleśnictwo Bogdaniec). Dalej w kierunku zachodnim granica biegnie omijając od północy miejscowość Białcz do skrzyżowania ulicy Cementowej (droga powiatowa nr 1410F) z ulicą Jagodową w miejscowości Witnica. Następnie linia granicy zmienia kierunek i biegnie w kierunku północno — zachodnim omijając od północy miejscowość Witnica do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 411, 526, 527 (nadleśnictwo Bogdaniec). Dalej w kierunku północno — zachodnim linia granicy biegnie przecinając od południa Jezioro Wielkie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 366, 410 (nadleśnictwo Bogdaniec, granica województwa lubuskiego i zachodniopomorskiego). Od tego punktu granica od zachodu biegnie wzdłuż granicy powiatu gorzowskiego i myśliborskiego do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 275, 276 na północy (nadleśnictwo Różańsko), skąd rozpoczęto opis. W województwie zachodniopomorskim: od wschodu granicę obszaru stanowi granica pomiędzy powiatem myśliborskim a powiatem gorzowskim w woj. Lubuskim, od południa droga powiatowa nr 130 od granicy z powiatem gorzowskim do drogi gminnej łączącej Dolsk z Baranówkiem, od zachodu drogą łączącą drogę nr 130 z miejscowości Dolsk aż do duktule leśnego, duktem leśnym do rzeki Mysli, Myślą w kierunku północno wschodnim, a następnie skrajem skraju lasu równoległe do drogi krajowej nr 23 aż do skraju lasu na przecięciu z drogą gminną biegnącą do drogi 23 do miejscowości Dolsk, od północy do tego przecięcia linią prostą biegnącą w kierunku zachodnim aż do granicy z powiatem gorzowskim. W obszarze znajdują się następujące miejscowości: Borne Dolska, Skrodno Turze w gminie Dębno.</p>	9.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynają od punktu przecięcia oddziału leśnego nr 592,591,604,605 (Nadleśnictwo Kłodawa) linia granicy biegnie w kierunku wschodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 657, 658, 672 (nadleśnictwo Kłodawa), po czym biegnie w tym samym kierunku do miejsca przecięcia drogi powiatowej nr 1365 F z przejazdem kolejowym linii kolejowej relacji Gorzów Wlkp.- Krzyż. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowo-wschodni i biegnie do 2150go kilometra rzeki Noteć. Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym, przecinając drogę wojewódzką nr 158, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 1,28,29 (Nadleśnictwo Karwin), po czym załamuje się i biegnie po łuku, w kierunku południowym, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 258, 259, 291, 292 (Nadleśnictwo Karwin).następnie, w dalszym ciągu w kierunku południowym, linia granicy biegnie po łuku, w kierunku do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 355, 356, 416, 417 (Nadleśnictwo Międzychód). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowo-zachodni i biegnie wzdłuż granicy obszarów leśnych, przecinając drogę wojewódzką nr 159, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 363, 364, 424, 425 (Nadleśnictwo Międzychód). W tym miejscu linia granicy obszaru zmienia kierunek na zachodni, przecinając rzekę Waeta, drogę ekspresową S3 i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 164, 65, 176, 177 (Nadleśnictwo Skwierzyna). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północno-zachodni i omijając jezioro Glinik od strony zachodniej biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1397 F z drogą gminną nr 001315F. Następnie linia granicy zmienia kierunek na północny i biegnie do skrzyżowania ulicy Łagodzińskiej z Ulicą Wędkarską w miejscowości Gorzów Wielkopolski. W tym miejscu linia granicy załamuje się i biegnie w kierunku północnym, przecinając drogę ekspresową S3, ulicę Kobylińską, rzekę Wartę, linie kolejową relacji Gorzów Wlkp.- Krzyż, do skrzyżowania ulicy Podmiejskiej i ulicy Partyzantów. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północno wschodni i biegnie, omijając od strony południowej miejscowość Różanki, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 554,555,565,566 (Nadleśnictwo Kłodawa). Następnie linia granicy biegnie w kierunku wschodnim, przecinając jezioro Grzybno, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 592,591,604,605 (Nadleśnictwo Kłodawa), skąd rozpoczęto opis.</p>	9.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W wojewodzie lubuskim rozpoczynając od punktu przecięcia oddziału leśnego nr 554, 564, 565 (Nadleśnictwo Kłodawa) linia granicy biegnie w kierunku wschodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 388, 389, 392 (Nadleśnictwo Strzelce Krajeńskie). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowo-wschodni i biegnie, przecinając linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Krzyż, do punktu przecięcia działki katastralnej nr 106/1, 107/5, 112/2 w miejscowości Lipki Małe. Następnie linia granicy zmienia kierunek na południowy i biegnie po łuku, przecinając drogę powiatową nr 1359F, mijając od strony zachodniej miejscowość Baranowice, przecinając drogę wojewódzką nr 158, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 3, 4, 31, 32 (Nadleśnictwo Karwin). W tym miejscu linia granicy dalej biegnie w kierunku południowym, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 257, 258, 290, 291 (Nadleśnictwo Karwin), po czym dalej po łuku, w kierunku południowym, linia granicy biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 353, 354, 414, 415 (Nadleśnictwo Międzychód). Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym, do skrzyżowania drogi wojewódzkiej 159 i drogi wojewódzkiej 159, po czym zmienia kierunek na zachodni i biegnie, przecinając rzekę Wartę, drogę ekspresową S3, do punktu przecięcia przedziału leśnego nr 141, 142, 185, 186 (Nadleśnictwo Skwierzyna). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północny, i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1395F z drogą gminną nr 001315F, i biegnie dalej w tym samym kierunku, przecinając drogę ekspresową S3, linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Skwierzyna, do skrzyżowania ulicy Kobylogórskiej z ulicą Kujawską w miejscowości Gorzów Wlkp. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie, przecinając kanał Siedlicki, rzekę Wartę, linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Skwierzyna, do skrzyżowania drogi wojewódzkiej nr 158 z ulicą Lawendową. Następnie, dalej w kierunku północno-wschodnim, linia granicy biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 554, 564, 565 (Nadleśnictwo Kłodawa), skąd rozpoczęto opis.</p>	9.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od ronda Szczecińskiego w miejscowości Gorzów Wielkopolski, linia granicy biegnie w kierunku wschodnim, po łuku, wzdłuż ulicy Myśluborskiej, do ronda Myśluborskiego, po czym wzdłuż Alei Konstytucji 3 Maja biegnie do skrzyżowania z ulicą Estkowskiego. Następnie, przecinając rzekę Wartę, biegnie w kierunku ronda Św. Jerzego. Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowo-wschodnim, do punktu ulicy Wylotowej przy posesji nr 109 (droga powiatowa nr 1398F). Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym i biegnie, po łuku, do skrzyżowania drogi gminnej 001306F (ulica Brzozowa), Osiedle Poznańskie) z drogą nr 001417F prowadzącą do posesji nr 75. Następnie, biegnąc po łuku w kierunku południowym, linia granicy dociera do skrzyżowania ulicy Krupczyńskiej z drogą prowadzącą między posesjami nr 28 i 29 w miejscowości Deszczno. Następnie linia granicy biegnie w tym samym kierunku, przecinając linię kolejową relacji Gorzów-Skwierzyna, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 32, 33, 45, 46 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym, przecinając drogę ekspresową S3, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 70, 71, 91, 92 (Nadleśnictwo Skwierzyna), po czym biegnie w tym samym kierunku, po łuku, do kolejnego punktu przecięcia oddziału leśnego nr 137, 138, 181, 182 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie, biegnąc dalej w tym samym kierunku, linia granicy dociera do kolejnego punktu przecięcia oddziału leśnego nr 285, 286, 318, 319 (Nadleśnictwo Skwierzyna), po czym po łuku linia granicy dociera do kolejnego punktu przecięcia oddziału leśnego (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy zmienia kierunek na zachodni i biegnie, przecinając drogę wojewódzką 136, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 361, 362, 389, 390 (Nadleśnictwo Lubniewice). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północno-zachodni i biegnie do kolejnego punktu przecięcia oddziału leśnego, nr 323, 324, 372, 373 (Nadleśnictwo Lubniewice). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północny, i biegnie po łuku, przecinając drogę krajową nr 22, omijając od strony wschodniej miejscowość Krasnołęg, po czym przecina kanał Bema i biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1283F z drogą prowadzącą do posesji nr 22 w miejscowości Czartów. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północnym, po łuku, przecinając rzekę Wartę, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1391F z drogą prowadzącą do posesji nr 22 w miejscowości Podjenin. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie, po łuku, do skrzyżowania drogi powiatowej nr 132 (ulica Mickiewicza) z ulicą Szkolną w miejscowości Bogdaniec. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północno-zachodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 721, 722, 749, 750 (Nadleśnictwo Bogdaniec), po czym, dalej biegnąc po łuku w kierunku północno-wschodnim linia dociera do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 659, 660, 676 (Nadleśnictwo Bogdaniec). W tym miejscu linia granicy zmienia swój kierunek na wschodni i przecinając drogę ekspresową S3 biegnie w kierunku wschodnim do ronda Szczecińskiego w miejscowości Gorzów Wlkp., skąd rozpoczęto opis.</p>	16.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu przecięcia oddziału leśnego nr 602, 603, 616, 617 (Nadleśnictwo Kłodawa), linia granicy biegnie w kierunku wschodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 393, 392, 389 (Nadleśnictwo Strzelce Krajeńskie), po czym biegnie dalej, przecinając linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Krzyż, do skrzyżowania ulicy Zamkowej z ulicą Kolejową w miejscowości Górki Noteckie. Dalej biegnąc w tym samym kierunku, po łuku, linia granicy przecina drogę powiatową nr 1365F i dociera do mostku na rzece Maślanka, który prowadzi do drogi na posesję nr 8 w miejscowości Górczyna. Następnie linia granicy zmienia kierunek na południowy i biegnie, przecinając rzekę Noteć, kanał Goszczanowski, drogę wojewódzką nr 158, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 27, 28, 57, 58 (Nadleśnictwo Karwin). Następnie, biegnąc dalej po łuku w kierunku południowym, linia granicy dociera do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 217, 218, 281, 282 (Nadleśnictwo Międzyzród), po czym zmienia swój kierunek na południowo-zachodni i biegnie, przecinając drogę wojewódzką nr 159, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 363, 364, 424, 425. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na zachodni i biegnie, przecinając rzekę Wartę, drogę ekspresową S3, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 164, 165, 176, 1777 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Tutaj linia granicy zmienia kierunek na północno-zachodni i biegnie do skrzyżowania ulicy Lipowej z ulicą Brzozowiecką w miejscowości Glinik, po czym dalej w tym samym kierunku, po łuku, linia granicy biegnie do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1395F z drogą prowadzącą do posesji nr 12, w miejscowości Maszewo. Następnie linia granicy biegnie po łuku w kierunku północnym, przecinając drogę ekspresową S3, do skrzyżowania ulicy Łagodzińskiej z ulicą Karnińską w miejscowości Gorzów Wlkp. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północnym do skrzyżowania ulicy Strażackiej z ulicą Wylotową w miejscowości Gorzów Wlkp., po czym zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie, przecinając rzekę Wartę, linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Krzyż, do skrzyżowania drogi wojewódzkiej nr 158 z drogą powiatową nr 1406F w miejscowości Wawrów. Następnie linia granicy biegnie dalej w tym samym kierunku, po łuku i dociera do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 553, 554, 563, 564 (Nadleśnictwo Kłodawa), po czym zmienia kierunek na wschodni i biegnie, przecinając drogę powiatową nr 1405F do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 602, 603, 616, 617 (Nadleśnictwo Kłodawa), skąd rozpoczęto opis.</p>	16.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od ronda Słowiańskiego w miejscowości Gorzów Wielkopolski, granica obszaru biegnie w kierunku na wschód do skrzyżowania ulicy Borowskiego z ulicą Gen. Jarosława Dąbrowskiego w miejscowości Gorzów Wielkopolski. Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku wschodnim, do ronda Santockiego w miejscowości Gorzów Wielkopolski, po czym dalej w tym samym kierunku (wschodnim) linia granicy biegnie do przejazdu kolejowego linii kolejowej relacji Gorzów Wielkopolski — Krzyż, na wysokości posesji przy ulicy Południowej 298 w miejscowości Gorzów Wielkopolski. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na południowy, i przecinając rzekę Wartę, biegnie do skrzyżowania drogi gminnej nr 001438F z ulicą Chabrową w miejscowości Ciecierzycy. Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku południowym, do skrzyżowania ulicy Łubinowej z ulicą Makową w miejscowości Deszczno. Następnie granica biegnie po łuku w kierunku południowym, przecinając drogę ekspresową S3, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 112, 113, 134, 135 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie w kierunku południowo-zachodnim, przecinając drogę krajową nr 24, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 319, 320, 355, 356 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku południowozachodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 306, 307, 353, 356 (Nadleśnictwo Lubniewice). Tutaj linia granicy zmienia swój kierunek na zachodni i biegnie, przecinając drogę wojewódzką nr 136 oraz drogę powiatową nr 1895F, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 318, 319, 366, 337 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północno-zachodni i biegnie do skrzyżowania drogi krajowej nr 22 z drogą, która prowadzi do posesji nr 5 w miejscowości Łukomin. Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku północno-zachodnim, do skrzyżowania dróg powiatowych nr 1283F i 1293F. Tutaj linia granicy zmienia swój kierunek i biegnie po łuku, w kierunku północnym, przecinając rzekę Wartę do skrzyżowania drogi powiatowej nr 1391F z drogą gminną nr 000409F w miejscowości Podjenin. Następnie linia granicy dalej biegnie w kierunku północnym do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 722, 723, 750, 751 (Nadleśnictwo Bogdaniec). Tutaj linia granicy zmienia swój kierunek na północno-wschodni i biegnie do skrzyżowania ulicy Odlewników z ulicą Stalową w miejscowości Gorzów Wielkopolski. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na wschodni i biegnie, przecinając drogę wojewódzką nr 130, do ronda Słowiańskiego w miejscowości Gorzów Wielkopolski, skąd rozpoczęto opis.</p>	16.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od ronda Marcina Kasprzaka w Gorzowie Wlkp., linia granicy biegnie w kierunku południowo-wschodnim, do skrzyżowania ulicy Wylotowej z ulicą Skrajną w miejscowości Gorzów Wlkp. Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowowschodnim, przecinając drogę powiatową nr 13899F, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 12, 19, 20 (Nadleśnictwo Karwin). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na południowy i biegnie po łuku i przecina drogę powiatową nr 1398F, omijając miejscowość Brzozowiec od strony wschodniej, przecina linię kolejową relacji Gorzów Wlkp. — Skwierzyna, omija od strony zachodniej miejscowość Trzebiszewo, przecina drogę ekspresową S3 i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 172, 173, 199, 200 (Nadleśnictwo Skwierzyna). Następnie linia granicy biegnie w kierunku południowym, przecinając drogę krajową nr 24, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 344, 345, 386, 387 (Nadleśnictwo Skwierzyna). W tym miejscu linia granicy załamuje się i biegnie w kierunku południowo-zachodnim, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 588, 589, 615, 616 (Nadleśnictwo Skwierzyna), omijając od strony północnej miejscowość Osiecko, po czym zmienia kierunek na zachodni, omija od strony zachodniej miejscowość Lubniewice, Trzcince i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 454, 455, 478, 479 (Nadleśnictwo Lubniewice). Następnie linia granicy zmienia kierunek na północno-zachodni i biegnie, przecinając drogę powiatową nr 1278F, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 273, 275, 321, 322 (Nadleśnictwo Lubniewice). W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na północny i biegnie, przecinając drogę krajową nr 22, rzekę Wartę, do skrzyżowania drogi gminnej nr 000414F z drogą gminną nr 000495F. Następnie linia granicy biegnie w kierunku północnym, po łuku, do skrzyżowania drogi gminnej nr 000408F z drogą prowadzącą do posesji nr 40 w miejscowości Jeniniec. Dalej, biegnąc po łuku w tym samym kierunku, linia granicy przecina drogę powiatową nr 1394F, po czym lekko zmienia kierunek na północno-wschodni i biegnie po łuku, przecinając drogę ekspresową S3, do skrzyżowania ulicy Dolnej z ulicą Wiśniową w miejscowości Gorzów Wlkp. W tym miejscu linia granicy zmienia kierunek na wschodni i biegnie, przecinając rzekę Wartę, kanał Ulgi, do ronda Marcina Kasprzaka, skąd rozpoczęto opis.</p>	16.3.2017
<p>W województwie lubuskim: rozpoczynając od punktu przecięcia oddziału leśnego nr 251, 252, 317, 318 (Nadleśnictwo Międzychód) granica obszaru biegnie w kierunku wschodnim do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 432, 465 (Nadleśnictwo Międzychód) i granicy powiatu międzyrzeckiego (województwa lubuskiego) i powiatu międzychodzkiego (województwa wielkopolskiego). Następnie linia granicy biegnie wzdłuż granicy powiatu międzyrzeckiego i powiatu międzychodzkiego w kierunku południowym do miejscowości Stoki, gmina Pszczew, obejmując całą miejscowość Stoki. Następnie granica zmienia swój kierunek na południowo-zachodni i biegnie w kierunku miejscowości Pszczew, obejmując całą miejscowość Pszczew i jezioro Pszczewskie. Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na zachodni i biegnie, przecinając linię kolejową nr 364 relacji Wierzbno — Rzepin, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 42, 43, 51, 52 (Nadleśnictwo Trzciel). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północno-zachodni i biegnie, przecinając drogę powiatową nr 1326F, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 2286A, 301A, 301B (Nadleśnictwo Międzyrzecz). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północny i biegnie, przecinając drogę powiatową nr 1319F, do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 151, 152, 174, 175 (Nadleśnictwo Międzyrzecz). Następnie linia granicy biegnie dalej w kierunku północnym, przecina drogę krajową nr 24 oraz drogę powiatową nr 1321F, obejmując całą miejscowość Chełmsko i po łuku biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 59, 60, 71, 72 (Nadleśnictwo Międzyrzecz). Następnie linia granicy, biegnie dalej po łuku, w kierunku północnym, przecina rzekę Wartę, drogę wojewódzką nr 199 i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 266, 267, 332, 333 (Nadleśnictwo Międzychód). Następnie linia granicy zmienia swój kierunek na północno-wschodni i biegnie do punktu przecięcia oddziału leśnego nr 251, 252, 317, 318 (Nadleśnictwo Międzychód), skąd rozpoczęto opis.</p>	12.2.2017
<p>W województwie opolskim: teren ograniczony: od strony południowej: od miejscowości Staroścín począwszy od ulicy Dąbrowskiej, ulicą Opolską i dalej drogą gminną aż do miejscowości Wołcz, następnie w linii prostej przez miejscowość Lubnów, przecinając obszar lasu aż do miejscowości Wąsice; dalej przez obszar lasów w linii prostej do wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Wołczyn; od strony wschodniej: od wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Wołczyn w linii prostej przez miejscowość Teklusia do zachodniej granicy administracyjnej miejscowości Bruny, następnie przecinając obszar lasu aż do granicy województw opolskie/wielkopolskie na wysokości miejscowości Teklin; od strony północnej: od granicy województwa opolskiego z województwem wielkopolskim na wysokości miejscowości Teklin w kierunku zachodnim do miejscowości Iglówice (włącznie); od strony zachodniej: od miejscowości Iglówice w linii prostej do miejscowości Rychnów włączając miejscowość Bukowa Śląska, kierując się na południe w kierunku miejscowości Staroścín włączając miejscowość Gręboszów i Siemysłów.</p>	9.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie dolnośląskim: teren ograniczony: na terenie powiatu kłodzkiego: w gminie Lewin Kłodzki cały obszar miejscowości: Jarków, Lewin Kłodzki, Witów, Jerzykowice Małe, Krzyżanów, Taszów, Kocioł, Zimne Wody, Jawornica, Zielone Ludowe, Kulin Kłodzki, Leśna, Dańczów, Gołaczów, Darnków, Jerzykowice Wielkie; w gminie Radków cały obszar miejscowości: Pasterka, Karłów; w gminie Szczytna cały obszar miejscowości: Łężyce; Miasto Kudowa Zdrój z wyłączeniem części należącej do obszaru zapowietrzonego.</p>	10.2.2017
<p>W województwie małopolskim: od strony wschodniej: w Krakowie — Aleją Adama Mickiewicza, Aleją Zygmunta Krasińskiego, ulicami: Marii Konopnickiej, Henryka Kamieńskiego, Wielicką do wschodniej granicy administracyjnej Krakowa. Następnie wschodnią i południową granicą administracyjną Krakowa, północną i wschodnią granicą administracyjną miejscowości Ochojno (gm. Świątniki Górne) — do drogi powiatowej nr 2029 K. Dalej wzdłuż dróg powiatowych: 2029 K, 2167 K, 1992 K, 1943 K, 1947 K, 1948 K, 1945 K do granicy administracyjnej miejscowości Zawada (gm. Myślenice), następnie wzdłuż północnej i wschodniej granicy administracyjnej tej miejscowości, wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Polanka (gm. Myślenice), północno — wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Myślenice (gm. Myślenice) — do drogi wojewódzkiej nr 967. Wzdłuż drogi wojewódzkiej nr 967 i dalej wzdłuż drogi krajowej nr 7 do południowej granicy administracyjnej miejscowości Myślenice; od strony południowej: od drogi krajowej nr 7 wzdłuż południowej granicy administracyjnej miejscowości Myślenice, następnie wzdłuż południowej granicy administracyjnej miejscowości Bycina (gm. Myślenice), południowej i zachodniej granicy administracyjnej miejscowości Jasienica (gm. Myślenice), południowej granicy miejscowości Sułkowice (gm. Sułkowice), południowej granicy miejscowości Jastrzębia (gm. Lanckorona), południowo — wschodniej i południowo — zachodniej miejscowości Lanckorona (gm. Lanckorona) do rzeki Cedron; od strony zachodniej: od południowo — zachodniej granicy administracyjnej gminy Lanckorona w kierunku północnym wzdłuż rzeki Cedron do miejscowości Przytkowice (gm. Kalwaria Zebrzydowska) — do drogi lokalnej biegnącej w kierunku północnym w pobliżu Kanału Przytkowickiego I — do skrzyżowania z drogą wojewódzką nr 953, a następnie wzdłuż tej drogi do wschodniej granicy administracyjnej gminy Skawina. Wzdłuż tej granicy w kierunku północnym i dalej wzdłuż zachodniej i północnej granicy administracyjnej miejscowości Facimiech (gm. Skawina), zachodniej i północnej granicy administracyjnej miejscowości Wołowice (gm. Czernichów) i zachodniej granicy administracyjnej miejscowości Dąbrowa Szlachecka (gm. Czernichów). Następnie w kierunku północno — wschodnim drogą powiatową nr 2183 K przez Kaszów (gm. Liszki) i dalej w kierunku północnym drogą gminną nr G000002 do Potoku Kaszowskiego i wzdłuż niego w kierunku północno — wschodnim do zachodniej granicy administracyjnej miejscowości Cholerzyn (gm. Liszki). Wzdłuż tej granicy w kierunku północnym do drogi powiatowej nr 2189 K i dalej tą drogą w kierunku wschodnim, a następnie w kierunku północnym drogą powiatową nr 2192 K do północnej granicy administracyjnej miejscowości Cholerzyn; od strony północnej: wzdłuż północnej granicy administracyjnej miejscowości Cholerzyn do zachodniej granicy Krakowa i dalej wzdłuż tej granicy w kierunku północno — wschodnim do ulicy Balickiej w Krakowie. Następnie ulicami: Balicką, Podchorążych, Królewską — do Alei Adama Mickiewicza;</p>	10.2.2017
<p>W województwie wielkopolskim: teren ograniczony: od północy: od skrzyżowania dróg gminnych przy posesji Marydół 1, dalej drogą gminną w kierunku Siedlikowa od skrzyżowania z drogą powiatową w Siedlikowie łącznie z tą miejscowością, dalej biegnąc w kierunku lasu do przecięcia z drogą wojewódzką 449, biegnąc duktami przez las do linii kolejowej, od linii kolejowej duktami leśnymi do drogi łączącej Ostrzeszów Pustkowie — Tokarzew, obejmując Wygodę Tokarską; od wschodu: od drogi łączącej Ostrzeszów Pustkowie — Tokarzew duktami leśnymi przecinając linię kolejową, dalej duktami leśnymi do drogi krajowej DK 11 w miejscowości Turze, następnie duktami leśnymi do drogi łączącej Weronikopole i Borek Mielęcki; — od południa: od drogi łączącej Weronikopole i Borek Mielęcki, dalej duktami leśnymi przecinając drogę wojewódzką 229 w miejscowości Pisarzowice, dalej duktami leśnymi przez Staw Mikołaja do drogi łączącej Rybin i Ligotę Rybińską i dalej w linii prostej do drogi łączącej Niwki Książęce i Kraszowskie; — od zachodu: od drogi łączącej Niwki Książęce i Kraszowskie duktami leśnymi w kierunku miejscowości Szklarka Myślniewska łącznie z tą miejscowością do drogi wojewódzkiej 444, w linii prostej do lasu, dalej duktami przez las do drogi wojewódzkiej DK 11 następnie w linii prostej do punktu początkowego</p>	17.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie mazowieckim: w powiecie żyrardowskim: w gminie Wiskitki miejscowości: Wiskitki, Stare Kozłowice, Nowe Kozłowice, Feliksów, Nowy Drzewicz, Stary Drzewicz, Podoryszew, Oryszew Osada, Nowy Oryszew, Janówek, Duninopol, Cyganka, Aleksandrów, Guzów, Czerwona Niwa, Czerwona Niwa Parcel, Różanów, Babskie Budy, Wola Miedniewska, Działki, Morgi, Starowiskitki, Starowiskitki Parcel, Sokule, Tomaszew, Łubno, Antoniew, Prościeniec, Smolarnia, Franciszków, Jesionka, w gminie Puszcza Mariańska miejscowości: Budy Zaklasztorne, Waleriany, Bednary, Radziwiłłów, Bartniki, Grabina Radziwiłłowska, miasto Żyrardów, w granicach od zachodu i północnego zachodu wzdłuż granicy z gminą Wiskitki do ul. 1 Maja, następnie od wschodu ul. 1 Maja do skrzyżowania z ul. Limanowskiego, od południa ul. Limanowskiego, a następnie ul. Konarskiego i ul. Borówkową do granicy gminy Wiskitki; w powiecie sochaczewskim: w gminie Nowa Sucha miejscowości: Borzymówka, Okopy, Glinki, Kurdwanów, Wikcinek, Kościelna Góra, Roztropna, w gminie Sochaczew miejscowość Jezówka, w gminie Teresin miejscowości: Maurycew i Skrzelew. W województwie łódzkim: w gminie Bolimów miejscowości Józefów oraz Wola Szydłowiecka w częściach nie wchodzących w obszar zapowietrzony, Humin, Humin Dobra Ziemskie, część miejscowości Kurabka ograniczony od zachodu drogą wojewódzką numer 705, a od południa graniczący z miejscowością Humin Dobra Ziemskie, miejscowość Ziąbki, Kolonia Bolimowska Wieś, Kolonia Wola Szydłowiecka, Bolimowska Wieś Bolimów, Sokołów, Podsokołów, Wólka Łasiecka, Ziemiary, Joachimów Mogiły; w gminie Skierniewice miejscowości Budy Grabskie oraz Ruda.</p>	18.2.2017
<p>W województwie lubuskim na terenie powiatu zielonogórskiego: — w gminie Sulechów cały obszar miejscowości: Mozów, Kije, Łochowo, Głogusz, Kalsk, Buków, Łęgowo, Karczyn, Kłępsk, Nowy Kłępsk, Górzynkowo, Cigacice, Górki Małe, Leśna Góra, Nowy Świat, Szabliska, — w gminie Babimost cały obszar miejscowości: Janowiec, Stare Kramsko, — w gminie Kargowa cały obszar miejscowości: Okunin, Smolno Małe, Smolno Wielkie, — w gminie Trzebiechów cały obszar miejscowości: Ostrzyce, Podlegórz, Radowice, Borek, Głuchów, Głębocka, Na terenie Miasta Zielona Góra cały obszar ulicy Stożne, Na terenie powiatu świebodzińskiego: — w gminie Skąpe cały obszar miejscowości: Niekarzyn, — w gminie Świebodzin cały obszar miejscowości: Kępsko</p>	26.2.2017
<p>W województwie wielkopolskim od wschodu: linią prostą biegnącą od skrzyżowania autostrady A2 z drogą gminną Głuponie-Kuślin (wiadukt), do Leśniczówki Porążyn 63 przy drodze wojewódzkiej 307. Dalej wzdłuż drogi wojewódzkiej 307 do duktu leśnego łączącego drogę wojewódzką 307 z miejscowością Kopanki, i wzdłuż tego duktu, aż do Kopanek do punktu skrzyżowania z drogą Porążyn Tartak-Kopanki-Terespotockie. Dalej wzdłuż gminnej drogi gruntowej łączącej miejscowość Kopanki z miejscowością Biała Wieś w linii prostej przecinając drogę wojewódzką nr 308 w miejscowości Biała Wieś 0,8 km za skrzyżowaniem z drogą powiatową prowadzącą do miejscowości Sworzyce w stronę Grodziska Wielkopolskiego; — od południa: linią biegnącą od punktu na drodze wojewódzkiej nr 308 w miejscowości Biała Wieś 0,8 km za skrzyżowaniem z drogą powiatową prowadzącą do miejscowości Sworzyce w stronę Grodziska Wielkopolskiego, dalej linią biegnącą po lekkim łuku w kierunku lasu do drogi powiatowej nr 2754P łączącej miejscowość Kąkolewo z miejscowością Grodzisk Wielkopolski przecinając tę drogę przed cmentarzem w Kąkolewie. Dalej po lekkim łuku do najdalej wysuniętego punktu na północny-zachód terenu byłego lotniska w Kąkolewie. Dalej po lekkim łuku przecinając drogę gminną łączącą Kąkolewo z miejscowością Czarna Wieś, dalej do drogi powiatowej nr 2755P łączącej miejscowość Wola Jabłońska z miejscowością Jabłonna przecinając ją 1,0 km od granicy dzielącej powiat nowotomyski i grodziski — w miejscu w którym droga ta przebiega po łuku. Dalej linia biegnąca po lekkim łuku w stronę drogi wojewódzkiej nr 305 do skrzyżowania z drogą prowadzącą do Leśnictwa Aleksandrowo 1; — od południowego — zachodu: linią prostą biegnącą od punktu skrzyżowania drogi wojewódzkiej 305 z drogą do Leśnictwa Aleksandrowo 1, gm. Rakoniewice, do punktu skrzyżowania drogi wojewódzkiej 302 z drogą gminną Łomnica -Chrośnica gm. Zbąszyń; — od zachodu: linią prostą biegnącą od punktu skrzyżowania drogi gminnej Łomnica-Chrośnica z drogą wojewódzką 302, do punktu przecięcia autostrady A2 z rzeką Czarna Woda, i dalej wzdłuż rzeki Czarna Woda do punktu jej przecięcia z drogą krajową 92, w miejscowości Sępólno; — od północy: liniami prostymi biegnącymi od punktu przecięcia rzeki Czarna Woda z drogą krajową 92 w miejscowości Sępólno, do punktu skrzyżowania drogi krajowej 92, z drogą gruntową Bolewice — Bolewice-Odbudowa — Grońsko. Od punktu skrzyżowania drogi krajowej 92, z drogą gruntową Bolewice — Bolewice Odbudowa — Grońsko, do punktu skrzyżowania drogi gminnej Wytomyśl-Chmielinko z drogą gruntową prowadzącą z miejscowości Chmielinko do Bolewic. Od punktu skrzyżowania drogi gminnej Wytomyśl-Chmielinko z drogą gruntową Chmielinko-Bolewice, do punktu skrzyżowania autostrady A2 z drogą gminną Głuponie-Kuślin (wiadukt).</p>	28.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie warmińsko-mazurskim od północy: północną granicą miejscowości Wołowno, obszarem leśnym Nadleśnictwa Kudypy oraz północną linią brzegową jeziora Isąg, od zachodu: w kierunku południowo-zachodnim przechodzi przez oddziały leśne do wschodniego brzegu jeziora Czarne; dalej północną granicą miejscowości Kątno, wzdłuż wschodniego brzegu jeziora Szelaż Wielki do przesmyku pomiędzy jeziora Szelaż Wielki a Szelaż Mały, pomiędzy jeziorami Żabie i Motylek; — od południa północną granicą miejscowości Elgnówko; poprzez północne granice administracyjne miejscowości Mycyny i Zezuty; — od wschodu zachodnią granicą miejscowości Majdy i miejscowości Naterki, w kierunku północnozachodnim pomiędzy miejscowościami Warkały i Giedajty</p>	1.3.2017
<p>W województwie małopolskim Od strony północnej: wzdłuż drogi krajowej nr 79 — od skrzyżowania z drogą powiatową nr 2121 K (ul. Ignacego Daszyńskiego) w Krzeszowicach (gm. Krzeszowice) do zachodniej granicy administracyjnej miejscowości Dulowa (gm. Trzebinia); od strony zachodniej: od drogi krajowej nr 79 w kierunku południowym wzdłuż zachodniej granicy administracyjnej miejscowości Dulowa, granicy administracyjnej miejscowości Bołęcin (gm. Trzebinia) — do ulicy Sportowej w Bołęcinie. Następnie wzdłuż tej ulicy i dalej w kierunku południowo — zachodnim wzdłuż dróg: powiatowej nr 1026 K, powiatowej nr 1024, wojewódzkiej nr 781 do skrzyżowania z drogą wojewódzką nr 780 w Wygiełzowie (gm. Babice). Następnie wzdłuż tej drogi w kierunku wschodnim i dalej w kierunku południowym wzdłuż drogi wojewódzkiej nr 781 do skrzyżowania z drogą krajową nr 44 w Zatorze (gm. Zator); od strony południowej: wzdłuż drogi krajowej nr 44 — od skrzyżowania z drogą wojewódzką nr 781 w Zatorze do skrzyżowania z drogą powiatową nr 1775 K w Brzeźnicy (gm. Brzeźnica); od strony wschodniej: z Brzeźnicy od drogi krajowej nr 44 drogą powiatową nr 1775 K do Czernichowa (gm. Czernichów) i dalej drogą powiatową nr 2183 K do wschodniej granicy administracyjnej miejscowości Nowa Wieś Szlachecka (gm. Czernichów). Następnie wzdłuż tej granicy w kierunku północnym i dalej wzdłuż wschodniej granicy miejscowości Czulówek (gm. Czernichów) do drogi powiatowej nr 2190 K. Drogą nr 2190 K przez Czulów i dalej wzdłuż dróg: powiatowej nr 2191 K, gminnej nr G000004, powiatowej nr 2189 K, powiatowej nr 2121 K do Krzeszowic — do skrzyżowania z drogą krajową nr 79 K</p>	1.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>W województwie podkarpackim obszar miejscowości: Gwizdaj, Mirocin, Studzian, Urzejowice — w gminie Przeworsk; Miasto Przeworsk; Maćkówka, Żurawiczki, Zalesie, Łapajówka, Zarzecze, Kisielów, Pełnatycze, Roźniatów, Siennów — w gminie Zarzecze; Krzczowice, Żuklin, Bóbrka Kańczucka, Łopuszka Mała, Łopuszka Wielka, Rączyna, Kańczuga, Niżatyce — w gminie Kańczuga; Mikulice, Ostrów, Wolica, Dębów — w gminie Gać w powiecie przeworskim oraz miejscowości: Ożańsk, Cieszacin Wielki, Cieszacin Mały — w gminie Pawłosiów; Wola Roźwienicka, Cząstkowice, Czudowice, Bystrowice, Tyniowice — w gminie Roźwienica; Hawłowice, Rozbórz Długi, Rzeplin, Rozbórz Okragły, Pruchnik, Jodłówka, Świebodna — w gminie Pruchnik w powiecie jarosławskim w następujący sposób: Od północy początkiem linii obszaru jest skrzyżowanie dróg nr 94 z ul. Ignacego Solarza w miejscowości Gwizdaj. Następnie linia granicy obszaru biegnie w kierunku wschodnim wzdłuż drogi nr 94 do skrzyżowania z drogą A4 w miejscowości Mirocin. Następnie linia granicy obszaru biegnie wzdłuż drogi A4 do wysokości granicy gminy Pawłosiów z gminą Roźwienica w miejscowości Mokra. Następnie wzdłuż granicy tych gmin północną ścianą lasu, a dalej w kierunku południowym i południowo-wschodnim granicy lasu do skrzyżowania duktów leśnych okolicy przysiółka Słomianka, następnie na południe w linii prostej do skrzyżowania z drogą nr 1633R. Następnie w linii prostej do granicy lasu w pobliżu miejscowości Roźwienica, a dalej wzdłuż krawędzi lasu do granicy miejscowości Roźwienica-Bystrowice. Południowym krańcem lasu dochodzi do cieku wodnego biegnącego wzdłuż granicy miejscowości Roźwienica-Bystrowice w kierunku zachodnim do miejsca wpłynięcia cieku wodnego do rzeki Mlecza Wschodnia. Dalej granica biegnie w kierunku południowym wzdłuż rzeki Mlecza Wschodnia do skrzyżowania z drogą nr 880 w miejscowości Bystrowice przysiółek Cyganka. Następnie wzdłuż drogi nr 880 do skrzyżowania z drogą Nr881 w miejscowości Węgierka. Następnie wzdłuż drogi nr 881 wzdłuż ulicy Jarosławskiej, Jana Pawła II, która przechodzi następnie w ulicę Bronisława Markiewicza (droga nr 1778 R) w kierunku południowym aż do skrzyżowania z drogą Św. Floriana. Następnie w kierunku zachodnim wzdłuż drogi 1777 R do krawędzi lasu w okolicach miejscowości Jodłówka. Następnie wzdłuż granicy lasu w kierunku północnym a dalej wzdłuż potoku Jodłówka, która następnie biegnie w kierunku zachodnim wzdłuż potoku Jodłówka po północnej krawędzi lasu do granicy miejscowości Świebodna — Wola Rzeplińska. Następnie od punktu widokowego w kierunku północnym wzdłuż duktów leśnych na granicy powiatu przeworskiego i jarosławskiego do skrzyżowania z drogą 1629 R w okolicach miejscowości Wola Rzeplińska, a dalej w kierunku północnym wzdłuż granicy powiatu przeworskiego i jarosławskiego wschodnią ścianą lasu okolicy miejscowości Wola Rzeplińska, a następnie na zachód północną ścianą lasu do przysiółka Sośnina do początku drogi nr 1632 R koło zabudowań nr 5 do północnej krawędzi lasu dalej na zachód wzdłuż północnej krawędzi lasu do drogi nr 1629 R, następnie wzdłuż tej drogi w kierunku północnym do miejscowości Łopuszka Wielka, dalej granica wzdłuż drogi skręca w kierunku północno-zachodnim i dalej wzdłuż tej drogi do drogi nr 835. Drogą nr 835 w kierunku północnym do skrzyżowania z rzeką Nietecz, wzdłuż której granica idzie po stronie północnej do jej skrzyżowania z drogą w miejscowości Siedlecza koło budynku nr 200. Następnie w kierunku północno-wschodnim, aż do miejsca wyznaczenia granicy miejscowości KańczugaSiedlecza, która następnie w kierunku północnym stanowi granicę miejscowości Sietesz — Kańczuga do skrzyżowania z drogą nr 881. Następnie w linii prostej w kierunku północnym do drogi w miejscowości Białoboki w okolicach NZOS ALMUS, następnie w kierunku północno-wschodnim do miejscowości Dębów do skrzyżowania w okolicy budynku mieszkalnego 84A. Dalej w kierunku zachodnim do skrzyżowania z drogą w kierunku miejscowości Studzian w okolicy budynku nr 45 do miejscowości Studzian w okolicach skrzyżowania dróg w pobliżu posesji numeru domu 245</p>	3.3.2017

Estado-Membro: Roménia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Localitatea ARPASU DE JOS, comuna ARPASU DE JOS, județul Sibiu. Localitatea ARPASU DE SUS, comuna ARPASU DE JOS, județul Sibiu. Localitatea NOUL ROMAN, comuna ARPASU DE JOS, județul Sibiu. Localitatea BRUIU, comuna BRUIU, județul Sibiu. Localitatea GHERDEAL, comuna BRUIU, județul Sibiu. Localitatea SOMARTIN, comuna BRUIU, județul Sibiu.</p>	21.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Localitatea SASAUS, comuna CHIRPAR, județul Sibiu.</p> <p>Localitatea CARTA, comuna CARTA, județul Sibiu.</p> <p>Localitatea POENITA, comuna CARTA, județul Sibiu.</p> <p>Localitatea VICTORIA, ORAS VICTORIA, județul Brasov.</p> <p>Localitatea UCEA DE SUS, comuna UCEA, județul Brasov.</p> <p>Localitatea VISTEA DE JOS, comuna VISTEA, județul Brasov.</p> <p>Localitatea VISTEA DE SUS, comuna VISTEA, județul Brasov.</p> <p>Localitatea DRAGUS, comuna DRAGUS, județul Brasov.</p> <p>Localitatea OLTET, comuna VISTEA, județul Brasov.</p> <p>Localitatea RUCAR, comuna VISTEA, județul Brasov.</p>	
<p>Localitatea UCEA DE JOS, comuna UCEA, județul Brasov.</p> <p>Localitatea CORBI, comuna UCEA, județul Brasov.</p> <p>Localitatea FELDIOARA, comuna UCEA, județul Brasov.</p> <p>Localitatea VISTEA, comuna VISTEA, județul Brasov.</p>	13.2.2017 a 21.2.2017
<p>Localitatea CEUASU DE CAMPIE, comuna CEUASU DE CAMPIE, județul Mures.</p> <p>Localitatea HERGHELIA, comuna CEUASU DE CAMPIE, județul Mures.</p> <p>Localitatea PORUMBENI, comuna CEUASU DE CAMPIE, județul Mures.</p> <p>Localitatea VOINCENI, comuna CEUASU DE CAMPIE, județul Mures.</p> <p>Localitatea CRISTESTI, comuna CRISTESTI, județul Mures.</p> <p>Localitatea VALURENI, comuna CRISTESTI, județul Mures.</p> <p>Localitatea SANGEORGIU DE MURES, comuna SANGEORGIU DE MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea SANTANA DE MURES, comuna SANTANA DE MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea BARDESTI, comuna SANTANA DE MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea CHINARI, comuna SANTANA DE MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea CURTENI, comuna SANTANA DE MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea BAND, comuna BAND, județul Mures.</p> <p>Localitatea MADARAS, comuna MADARAS, județul Mures.</p> <p>Localitatea TIPTELNIC, comuna BAND, județul Mures.</p> <p>Localitatea CRACIUNESTI, comuna CRACIUNESTI, județul Mures.</p> <p>Localitatea BUDIU MIC, comuna CRACIUNESTI, județul Mures.</p> <p>Localitatea GHEORGHE DOJA, comuna GHEORGHE DOJA, județul Mures.</p> <p>Localitatea ILIENI, comuna GHEORGHE DOJA, județul Mures.</p> <p>Localitatea LEORDENI, comuna GHEORGHE DOJA, județul Mures.</p> <p>Localitatea LIVEZENI, comuna LIVEZENI, județul Mures.</p> <p>Localitatea CORUNCA, comuna CORUNCA, județul Mures.</p> <p>Localitatea BERGHIA, comuna PANET, județul Mures.</p> <p>Localitatea CUIESD, comuna PANET, județul Mures.</p> <p>Localitatea HARTAU, comuna PANET, județul Mures.</p> <p>Localitatea SANTIOANA DE MURES, comuna PANET, județul Mures.</p> <p>Localitatea UNGHENI, oras UNGHENI, județul Mures.</p> <p>Localitatea MORESTI, oras UNGHENI, județul Mures.</p> <p>Localitatea SAUSA, oras UNGHENI, județul Mures.</p>	27.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Localitatea TARGU MURES, MUNICIPIUL TARGU MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea MURESENI, MUNICIPIUL TARGU MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea REMETEA, MUNICIPIUL TARGU MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea SANCRAIU DE MURES, comuna SANCRAIU DE MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea NAZNA, comuna SANCRAIU DE MURES, județul Mures.</p> <p>Localitatea PANET, comuna PANET, județul Mures.</p>	18.2.2017 a 27.2.2017
<p>Localitatea TRAIAN, comuna TRAIAN, județul Bacau.</p> <p>Localitatea BOGDANESTI, comuna TRAIAN, județul Bacau.</p> <p>Localitatea PRAJESTI, comuna TRAIAN, județul Bacau.</p> <p>Localitatea HEMEIUS, comuna HEMEIUS, județul Bacau.</p> <p>Localitatea FANTANELE, comuna HEMEIUS, județul Bacau.</p> <p>Localitatea LILIECI, comuna HEMEIUS, județul Bacau.</p> <p>Localitatea RADOMIRESTI, comuna LETEA VECHE, județul Bacau.</p> <p>Localitatea RUSI-CIUTEA, comuna LETEA VECHE, județul Bacau.</p> <p>Localitatea SIRETU, comuna LETEA VECHE, județul Bacau.</p> <p>Localitatea MAGURA, comuna MAGURA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea CRIHAN, comuna MAGURA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea DEALU-MARE, comuna MAGURA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea SOHODOL, comuna MAGURA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea MARGINENI, comuna MARGINENI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea BARATI, comuna MARGINENI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea PADURENI, comuna MARGINENI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea TREBES, comuna MARGINENI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea VALEA BUDULUI, comuna MARGINENI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea DUMBRAVA, comuna BERESTI-BISTRITA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea ITESTI, comuna BERESTI-BISTRITA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea BUHOCI, comuna BUHOCI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea BIJGHIR, comuna BUHOCI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea BUHOCEL, comuna BUHOCI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea COTENI, comuna BUHOCI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea DOSPINESTI, comuna BUHOCI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea LUIZI-CALUGARA, comuna LUIZI-CALUGARA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea OSEBITI, comuna LUIZI-CALUGARA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea SARATA, comuna SARATA, județul Bacau.</p> <p>Localitatea SCHINENI, comuna SAUCESTI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea SIRETU, comuna SAUCESTI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea FURNICARI, comuna TAMASI, județul Bacau.</p>	27.2.2017
<p>Localitatea BACAU, MUNICIPIUL BACAU, județul Bacau.</p> <p>Localitatea LETEA VECHE, comuna LETEA VECHE, județul Bacau.</p> <p>Localitatea HOLT, comuna LETEA VECHE, județul Bacau.</p> <p>Localitatea SAUCESTI, comuna SAUCESTI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea BOGDAN VODA, comuna SAUCESTI, județul Bacau.</p> <p>Localitatea COSTEI, comuna SAUCESTI, județul Bacau.</p>	21.2.2017 a 27.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Localitatea BARA, comuna BALTA DOAMNEI, județul Prahova. Localitatea BELCIUG, comuna DRAGANESTI, județul Prahova. Localitatea CIUPELNITA, comuna DUMBRAVA, județul Prahova. Localitatea GHERGHITA, comuna GHERGHITA, județul Prahova. Localitatea FANARI, comuna OLARI, județul Prahova. Localitatea INDEPENDENTA, comuna GHERGHITA, județul Prahova. Localitatea OLARI, comuna OLARI, județul Prahova. Localitatea OLARII VECHI, comuna OLARI, județul Prahova. Localitatea UNGURENI, comuna GHERGHITA, județul Prahova. Localitatea GORGOTA, comuna GORGOTA, județul Prahova. Localitatea CRIVINA, comuna GORGOTA, județul Prahova. Localitatea FANARI, comuna GORGOTA, județul Prahova. Localitatea POIENARII APOSTOLI, comuna GORGOTA, județul Prahova. Localitatea POTIGRAFU, comuna GORGOTA, județul Prahova. Localitatea POIENARII RALI, comuna POIENARII BURCHII, județul Prahova. Localitatea POIENARII VECHI, comuna POIENARII BURCHII, județul Prahova. Localitatea PUCHENII MARI, comuna PUCHENII MARI, județul Prahova. Localitatea MIROSLAVESTI, comuna PUCHENII MARI, județul Prahova. Localitatea PIETROSANI, comuna PUCHENII MARI, județul Prahova. Localitatea PUCHENII MOSNENI, comuna PUCHENII MARI, județul Prahova. Localitatea BUDA, comuna RAFOV, județul Prahova. Localitatea PALANCA, comuna RAFOV, județul Prahova. Localitatea SICRITA, comuna RAFOV, județul Prahova.</p>	28.2.2017
<p>Localitatea CIOLPANI, comuna CIOLPANI, județul Ilfov. Localitatea IZVORANI, comuna CIOLPANI, județul Ilfov. Localitatea LUPARIA, comuna CIOLPANI, județul Ilfov. Localitatea PISCU, comuna CIOLPANI, județul Ilfov. Localitatea GRUIU, comuna GRUIU, județul Ilfov. Localitatea LIPIA, comuna GRUIU, județul Ilfov. Localitatea SANTU FLORESTI, comuna GRUIU, județul Ilfov. Localitatea MERII PETCHII, comuna NUCI, județul Ilfov. Localitatea SNAGOV, comuna SNAGOV, județul Ilfov. Localitatea CIOFLINCENI, comuna SNAGOV, județul Ilfov. Localitatea GHERMANESTI, comuna SNAGOV, județul Ilfov.GHERMANESTI, comuna SNAGOV, județul Ilfov.</p>	28.2.2017
<p>Localitatea BALTA DOAMNEI, comuna BALTA DOAMNEI, județul Prahova. Localitatea CURCUBEU, comuna BALTA DOAMNEI, județul Prahova. Localitatea LACU TURCULUI, comuna BALTA DOAMNEI, județul Prahova.</p>	19.2.2017 a 28.2.2017
<p>Localitatea SILISTEA SNAGOVULUI, comuna GRUIU, județul Ilfov.</p>	19.2.2017 a 28.2.2017
<p>Localitatea CARAORMAN, comuna CRISAN, județul Ilfov.</p>	26.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
Localitatea CARDON, comuna C.A.ROSETTI, județul Tulcea.	27.2.2017
Localitatea CRISAN, comuna CRISAN, județul Tulcea.	23.2.2017 a 27.2.2017
Localitatea LETEA, comuna C.A.ROSETTI, județul Tulcea. Localitatea C.A.ROSETTI, comuna C.A.ROSETTI, județul Tulcea. Localitatea SFISTOFCA, comuna C.A.ROSETTI, județul Tulcea.	24.2.2017 a 27.2.2017
Localitatea PERIPRAVA, comuna PERIPRAVA, județul Tulcea.	24.2.2017 a 27.2.2017

Estado-Membro: Eslováquia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Okres Dunajská Streda</p> <p>Obce:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Čakany — Čenkovce — Hubice — Lehnice — Mierovo — Oľdza — Hviezdoslavov — Štvrtok na Ostrove — Nový Život <p>Okres Senec</p> <p>Mesto:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Senec <p>Obce:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Hurbanova Ves — Hrubý Šúr — Hrubá Borša — Kostolná pri Dunaji — Kráľová pri Senci — Nový Svet — Tureň — Nová Dedinka — Tomášov — Malinovo — Zálesie — Most pri Bratislave 	28.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>— Bernolákovo — Veľký Biel — Miloslavov Okres Galanta Obec: — Jelka Okres Námestovo Mesto: — Námestovo Obce: — Oravské Veselé — Mútne — Beňadovo — Novoť — Zákamenné — Krušetnica — Vasil'ov — Babín — Hruštín — Lomné — Ťapešovo — Klin — Oravská Jasenica — Vavrečka — Vaňovka</p>	
<p>Okres Dunajská Streda Obce: — Janíky — Zlaté Klasy Okres Senec Obce: — Vlky — Tomášov — Malý Madaras Okres Piešťany Obce: — Ratnovce — Sokolovce Okres Námestovo Obce: — Breza — Lokca</p>	19.2.2017 a 28.2.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Okres Prievdza</p> <p>Mestá:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Nováky — Prievdza <p>Obce:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Diviacka Nová Ves — Diviaky nad Nitricou — Nitrianske Rudno — Rudnianska Lehota — Kostolná Ves — Liešťany — Nevidzany — Seč — Džín — Šútovce — Poruba — Lazany — Nedožery Brezany — Polúvsie — Malinová — Pravenec — Chvojnica — Nitrianske Pravno — Malá Čausa — Chrenovec — Brusno — Veľká Čausa — Cígeľ — Sebedražie — Koš — Lehota pod Vtáčnikom 	6.3.2017
<p>Okres Prievdza</p> <p>Mestá:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Bojnice — Prievdza — časť Píly a Staré Mesto <p>Obce:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Kocurany — Opatovce nad Nitrou — Kanianka 	25.2.2017 a 6.3.2017

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>Okres Prešov</p> <p>Obce:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Demjata — Tulčík — Proč — Šarišská Trstená — Chmeľovec — Podhorany — Fintice — Fulianka — Lada — Kapušany — Trnkov — Okružná — Šarišská Poruba — Vyšná Šebastová — Vyšná Šebastová — časť Severná — Podhradík — Prešov — Letecká základňa Prešov <p>Okres Vranov nad Topľou</p> <p>Obce:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Petrovce — Pavlovce — Hanušovce nad Topľou — Medzianky — Remeniny — Prosačov — Ďurďoš — Vlača — Radvanovce — Babie <p>Okres Svidník</p> <p>— Obce:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Kobylnice — Mičakovce — Železník — Kračúnovce — Lúčka — Giraltovce — Lužany pri Topli — Kalnište — Kuková 	<p>14.2.2017</p>

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
<p>— Želmanovce — Dukovce Okres Bardejov Obce: — Stučany — Lopuchov</p>	
<p>Okres Prešov Obce: — Chmeľov — Chmeľov — časť Podhrabina — Lipníky — Lipníky- časť Taľka — Lipníky- časť Podhrabina — Nemcovce — Nemcovce- časť Zimná studňa — Pušovce — Čelovce</p>	5.2.2017 a 14.2.2017
<p>Okres Trnava Obce: — Jaslovské Bohunice — Dolné Dubové — Radošovce — Kátlovce — Nižná — Dechtice — Čhtelnica — Dobrá Voda — Trstín — Smolenice — Horné Orešany — Bíňovce — Boleráz — Šelpice — Bohdanovce — Dolná Krupá — Lošonec</p>	15.2.2017
<p>Okres Trnava Obce: — Horná Krupá — Naháč — Horné Dubové</p>	7.2.2017 a 15.2.2017

Estado-Membro: Suécia

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
The area of the parts of the municipalities Haninge and Nynäshamn (ADNS code 00100) extending beyond the area described in the protection zone and within the circle of a radius of 10 kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N59.0264 and E18.2061	3.3.2017
Those parts of Haninge municipality (ADNS code 00100) contained within a circle of a radius of three kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N59.0264 and E18.2061	25.2.2017 a 3.3.2017

Estado-Membro: Reino Unido

Área que engloba:	Data de fim de aplicação, em conformidade com o artigo 31.º da Diretiva 2005/94/CE
The area of the parts of North Yorkshire County (ADNS code 00153) within the circle of a radius of ten kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N54.0467 and W2.1539	9.2.2017
The area of the parts of Lincolnshire County (ADNS code 00153) extending beyond the area described in the protection zone and within the circle of a radius of ten kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.4638 and E0.0204	20.2.2017
Area comprising: Those parts of Lincolnshire County (ADNS code 00153) contained within a circle of a radius of three kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.4638 and E0.0204	12.2.2017 a 20.2.2017
Area comprising: Those parts of Lancashire County (ADNS code 00151) contained within a circle of a radius of three kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.9386 and W2.9417 and a circle of radius of 3km centred on N53.9253 and W2.9211	30.1.2017 a 20.2.2017
The area of the parts of Lancashire County (ADNS code 00151) extending beyond the area described in the protection zone and within the circle of a radius of ten kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.9386 and W2.9417 and a circle of radius 10km centred on N53.9253 and W2.9211	30.1.2017 a 2.3.2017
The area of the parts of Lancashire County (ADNS code 00151) contained within a circle of a radius of three kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.9325 and W2.9503	15.3.2017
The area of the parts of Lancashire County (ADNS code 00151) extending beyond the area described in the protection zone and within the circle of a radius of ten kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.925 and W2.9503	15.3.2017
The area of the parts of Lincolnshire County (ADNS code 00153) extending beyond the area described in the protection zone and within the circle of a radius of three kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.0347 and E0.0167	1.2.2017 a 22.2.2017
The area of the parts of Lincolnshire County (ADNS code 00153) extending beyond the area described in the protection zone and within the circle of a radius of three kilometres, centred on WGS84 dec. coordinates N53.0347 and E0.0167	1.2.2017 a 4.3.2017

ISSN 1977-0774 (edição eletrónica)
ISSN 1725-2601 (edição em papel)



Serviço das Publicações da União Europeia
2985 Luxemburgo
LUXEMBURGO

PT